

Organização

Michelle Gomes Alonso Dominguez

Naira de Almeida Velozo

Thaís de Araujo da Costa

Políticas *de* língua, políticas *na* língua:

reflexões sobre diversidade
de gênero e inclusão

**Políticas *de* língua,
políticas *na* língua:
reflexões sobre diversidade de
gênero e inclusão**



Pedro & João
editores

Este livro foi financiado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras com verba Faperj do Edital E_05/2020 - Apoio aos Prog. e Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do Est. do Rio de Janeiro – 2020.



**Michelle Gomes Alonso Dominguez
Naira de Almeida Velozo
Thaís de Araujo da Costa
(Organizadoras)**

**Políticas *de* língua,
políticas *na* língua:
reflexões sobre diversidade de
gênero e inclusão**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Michelle Gomes Alonso Dominguez; Naira de Almeida Velozo; Thaís de Araujo da Costa [Orgs.]

Políticas de língua, políticas na língua: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 272p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1165-7 [Impresso]

978-65-265-1166-4 [Digital]

1. Políticas linguísticas. 2. Ensino de línguas. 3. Diversidade, gênero e inclusão. 4. Linguística. I. Título.

CDD – 410

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Em toda língua falada por seres humanos, os traços significantes, as 'marcas' lingüísticas não se estruturam segundo a ordem lógico-matemática. A dificuldade do estudo das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. É também a razão pela qual as línguas naturais são capazes de política.

(Michel Pêcheux & Françoise Gadet.
In: *A língua inatingível*)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
Janaina Cardoso	
APRESENTAÇÃO	13
Michelle Gomes Alonso Dominguez	
Naira de Almeida Velozo	
Thaís de Araujo da Costa	
CAPÍTULO 1	19
Silenciamento de corpos dissidentes na imprensa dominante	
Iran Ferreira de Melo	
Melk Andrade Costa	
CAPÍTULO 2	39
Reflexões sobre a inclusão histórica de grupos sociais na cultura e na língua	
Marcelo Moraes Caetano	
CAPÍTULO 3	63
Somos todos iguais perante a língua? O uso neutro de gênero no contraste entre língua e discurso	
Eveline Coelho Cardoso	
CAPÍTULO 4	97
Linguagem inclusiva de gênero e seus debates controversos: é apenas sobre língua que se discute?	
Laís Virginia Alves Medeiros	

CAPÍTULO 5	115
Prescripción y moralidad: persistencias significantes en los discursos actuales sobre lenguaje inclusivo/no binario	
Mara Glozman	
CAPÍTULO 6	145
Linguagem inclusiva, língua política	
Ceres Carneiro	
CAPÍTULO 7	165
Língua, sociedade e poder: reflexões sobre o lugar da linguística/dos linguistas no debate público sobre linguagem neutra e inclusiva	
Michelle Gomes Alonso Dominguez	
CAPÍTULO 8	183
“Linguagem neutra” e políticas de língua no Brasil	
Fábio Ramos Barbosa Filho	
CAPÍTULO 9	201
Historicidade do conceito de gênero no discurso linguístico-gramatical no/do Brasil a partir de dizeres mattosianos	
Thaís de Araujo da Costa	
CAPÍTULO 10	233
Políticas de língua, políticas de gênero: Entrevista com Rodrigo Borba	
Entrevistadores: Naira Velozo e Renê Forster	
PERFIS DOS COLABORADORES	269

PREFÁCIO

Janaina Cardoso

Os últimos anos no Brasil foram muito sombrios. Não só pela pandemia de Covid-19, mas também pela onda de conservadorismo e autoritarismo que reinou no governo passado¹. Muitas inverdades e muitos preconceitos foram incentivados, ao invés de serem combatidos. Sendo assim, acredito que a **I Jornada de Estudos sobre Língua, Gênero e Inclusão**, que inspirou a criação deste livro, foi muito bem-vinda, dada sua grande importância no combate à intolerância. O evento reforça a ideia de que agora estamos vivendo um momento de transformação e de esperança. O evento, assim como o presente livro, contou com colegas de diferentes universidades nacionais e internacionais, para discutirem como a língua pode ser inclusiva.

Como trabalho com a língua inglesa, na abertura, citei alguns casos de mudanças nessa língua em relação às questões de gênero. Geralmente, as gramáticas da língua inglesa afirmam que o gênero não é uma categoria gramatical importante, ao contrário de outras línguas europeias, pois não há uma inflexão gramatical diferenciando substantivos e adjetivos masculinos de femininos². Entretanto, semanticamente, a questão de gênero na língua inglesa é “um tópico interessante e controverso”³.

Mesmo que a maioria dos vocabulários em inglês possam ser considerados neutros, há alguns casos de marcas de gênero. Por exemplo, na terceira pessoa do singular há três formas: *she* (pessoal feminino), *he* (pessoal masculino) e *it* (impessoal). Outro exemplo são alguns casos de distinção por sufixo (*actor/actress*), por uso dos

¹ N.O.: A autora refere-se ao governo vigente no Brasil de 2019 a 2022.

² Biber; Conrad; Leech, 2002; Quirk et al., 1985.

³ Biber; Conrad; Leech, 2002, p. 85.

substantivos *-man* e *-woman* para formação de palavras (*policeman/policewoman*); ou criando um substantivo composto (*male nurse, woman doctor, female officer*). Um terceiro caso de distinção são os títulos *Mr.* (homens) e *Miss + nome do pai* (mulheres solteiras), *Mrs. + nome do marido* (mulheres casadas), como se as mulheres sempre pertencessem ao pai ou marido.

No entanto, como mencionei anteriormente, em relação à língua inglesa, a discussão sobre o preconceito de gênero na língua começou há alguns anos, por conta principalmente dos movimentos feministas e, aos poucos, esses usos vêm mudando. Por exemplo, atualmente contamos com a possibilidade do uso de *Ms. + sobrenome*, que desobriga a mulher de se identificar como casada ou solteira e, desta forma, o nome passa a ser dela e não do pai ou do marido.

Algumas das profissões que eram consideradas masculinas até o início do século passado, como *policeman, businessman, fireman e fisherman*⁴, aos poucos foram sendo referenciadas por versões femininas, como *policewoman*, e depois pela versão neutra, como *police officer*. O mesmo ocorreu com *businessman*, que ganhou a versão *businesswoman* e, atualmente, pode se usar a forma neutra *businessperson*. Em relação a palavra *fireman*, passa-se a usar *fire fighter*, e *fisherman* passa a ser substituída por *fisher*, termos que servem para os dois gêneros. Profissões consideradas tipicamente femininas, como dona de casa, que em inglês seria “esposa do lar” (*housewife*), também foram transformadas, nesse caso, passou a ser usada também a forma masculina (*househusband*), ou o termo *homemaker*, como neutro.

Em um breve estudo, comparei como dois livros didáticos, um de 1987 e outro de 2008, apresentam as profissões. No primeiro, aparecem vocábulos como *fireman, policeman, fisherman, waitress*⁵, mas já aparece *salesperson*, ao invés de *salesman*. No segundo, aparecem as formas neutras *fire fighter, police officer, salesperson* e são

⁴ Tradução: policial, executivo, bombeiro e pescador.

⁵ Tradução: waitress – garçõnete e salesperson – vendedor(a).

apresentadas três notas em um quadrinho: (1) as pessoas geralmente usam *policeman/policewoman*, (2) para mulheres, pode-se usar as formas *actor* ou *actress* e (3) para mulheres, pode-se usar *waiter* ou *waitress*. O livro demonstra, desta forma, uma preocupação em apresentar as diferentes possibilidades e as mudanças pelas quais a língua está passando.

Além disso, encontrei, em livros mais recentes, uma tendência de apresentar o título *Ms.* (para mulheres independentemente de serem casadas ou solteiras) e evitar o título *Miss*. Geralmente, o título *Mrs.* ainda é usado por escolha da mulher que quiser marcar que usa o nome de seu marido.

Em relação ao uso de pronomes, quando não se sabe ou não se quer diferenciar a orientação sexual de uma pessoa, há a possibilidade de usar a expressão *he or she (his or her)*, as duas formas separadas por um travessão, como *s/he (his/her)*, mas aos poucos, cada vez mais, está se usando o pronome plural *they (their)* com sentido singular.

Na gramática de 2002, é dito que o uso de *they* como singular ocorre mais em conversas informais e que deve ser evitado em “escritas sérias” (mais formais), por ser considerado incorreto. Entretanto, como evidência das mudanças por quais a língua vem passando, até a sétima edição da APA - American Psychology Association⁶, que corresponde a ABNT em inglês, em sua última versão, a APA recomenda uma linguagem mais inclusiva e mais livre de preconceito e endossa o uso singular *they*, como o pronome neutro. Os exemplos apresentados são os seguintes:

X A researcher’s career depends on how often he or she is cited⁷. (a ser evitado)

√ A researcher’s career depends on how often they is cited. (a forma a ser usada)

⁶ 2020.

⁷ A carreira de um(a) pesquisador(a) depende da frequência com que ele ou ela é citado(a).

Ao discutir racismo linguístico, Gabriel Nascimento (2019, p. 20) menciona que “nenhuma língua tem cor em si simplesmente porque as línguas não existem em si.”. Entretanto, mais adiante ele acrescenta que “as línguas têm sujeitos por trás delas”. Logo, as línguas não são neutras, pois “quando politizadas, as línguas têm cor, gênero, etnia, orientação sexual e classe porque funcionam como lugares de desenhar projetos de poder”⁸.

Se a língua não é neutra, então vamos usá-la para banir o preconceito e promover a inclusão, que é exatamente o objetivo deste livro, ou seja, refletir sobre silenciamento de corpos, sobre a distinção entre língua e discurso e pensar em políticas *de* língua e *na* língua, para torná-la mais inclusiva.

Boa leitura!

Referências

BIBER, D.; CONRAD, S.; LEECH, G. Longman student grammar of spoken and written English. Harlow/Essex: Longman/Pearson Education, 2002.

NASCIMENTO, G. Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

QUIRK, R.; GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. A comprehensive grammar of English language. Harlow/Essex: Longman, 1985.

⁸ Nascimento, 2019, p. 22.

APRESENTAÇÃO

Michelle Gomes Alonso Dominguez
Naira de Almeida Velozo
Thaís de Araujo da Costa

Car@s leitores,

O livro que ora chega às suas mãos é fruto da **I Jornada de estudos sobre língua, gênero e inclusão**, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 17 e 24 de maio de 2023. Respondendo a uma demanda colocada pelos alun@s do curso de graduação em Letras, o evento contou com duas mesas nas quais se buscou, a partir de diferentes perspectivas teóricas dos estudos da linguagem, colaborar para o desenvolvimento das discussões acerca da chamada linguagem neutra, inclusiva, não binária ou ainda neolinguagem, em suas diferentes propostas e formulações.

Com 9 capítulos, sendo um deles uma entrevista, além desta Apresentação e do Prefácio de Janaína Cardoso, **Políticas de língua, políticas na língua: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão** visa, então, dar continuidade a esse debate e, com isso, contribuir para uma possível tomada de posição de cientistas da linguagem frente a esse fenômeno que não se limita à realidade brasileira e tampouco, como se verá ao longo deste livro, é estritamente ou mesmo principalmente linguístico.

Não é um fenômeno estritamente linguístico, mas a todo momento argumentos ditos linguísticos são mobilizados, sob a égide do científico, por não especialistas como se fossem suficientes para colocar um ponto final na questão e silenciar a disputa entre agendas políticas antagônicas. Não é estritamente linguístico, mas por vezes mesmo o debate dito linguístico é atravessado por pautas

políticas moralizantes e extremamente conservadoras. Não é estritamente linguístico, mas se diz que é e, ainda assim, nem sempre linguistas são convidados a se posicionar a respeito, haja vista, por exemplo, os inúmeros projetos de lei elaborados nos últimos anos no Brasil e em outros países sobre essa questão sem qualquer participação ou com participação limitada de estudiosos da linguagem.

De fato, não é um debate estritamente linguístico, mas... nós, linguistas (formados e em formação), temos o compromisso ético e político de nos posicionar a respeito, seja para denunciar o modo como determinadas pautas ideológicas se revestem de uma roupagem científica, quando muito pouco ou nada têm a ver com isso, passando a circular nas mídias e nas redes sociais como se fossem *a* verdade sobre a língua e o mundo a nossa volta; seja para descrever, interpretar e acenar para possíveis caminhos a serem trilhados numa reflexão que conceba a língua não numa acepção estéril e estagnada no tempo e no espaço, mas em sua relação indissociável com os sujeitos e com a história; seja simplesmente para dizer que um determinado argumento é ou não linguístico e que o fato de ser (ou de um dia ter sido) não o isenta de ser mobilizado em prol daquilo que Barbosa Filho chamou de “fascismo linguístico”¹. É, pois, um pouco disso que o leitor encontrará em cada um dos capítulos desse livrinho, os quais passamos, então, a apresentar a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado **Silenciamentos de corpos dissidentes na imprensa dominante**, é assinado por Iran Ferreira de Melo e Melk Andrade Costa. Nele, calcados no aporte teórico da Análise de Discurso Crítica, os autores lançam-se à depreensão do funcionamento do discurso midiático acerca de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes. A partir da análise de estratégias linguístico-textuais empregadas em 190 notícias publicadas de 2001 a 2017 no jornal Folha de São Paulo, Melo e Costa constatam os

¹ Barbosa Filho, 2022, p. 156.

modos como esse veículo midiático opera apagamentos invisibilizando o grupo social em questão.

No segundo capítulo, **Reflexões sobre a inclusão histórica de grupos sociais na cultura e na língua**, Marcelo Moraes Caetano parte do princípio de que as mudanças são realidades históricas e antropológicas que se configuram tanto na cultura como na linguagem, nas línguas e nos discursos. Nesse sentido, tomando a filologia e a gramática como constatações antropológicas, o autor explica que seu papel é testemunhar e endossar variações e mudanças em todos os níveis dos planos do conteúdo e expressão, devendo também ser essa a realidade no caso da linguagem neutra ou inclusiva.

O terceiro capítulo, **Somos todos iguais perante a língua? O uso neutro de gênero no contraste entre língua e discurso**, é de autoria de Eveline Coelho Cardoso. Nele, ensaiando respostas a inquietações surgidas em sua prática como docente no nível superior, a autora expõe, primeiramente, a partir da mobilização de diversos teóricos, aspectos linguísticos atinentes à categoria gramatical de gênero. Em seguida, calcada na Análise de Discurso de base Semiolinguística, promove a observação de tais usos para além da explicitude virtual e abstrata dos signos, a fim de não apenas contribuir para a reflexão sobre essa temática, mas também de evidenciar as desigualdades que atravessam a língua e seus usos.

O quarto capítulo deste livro intitula-se **Linguagem inclusiva de gênero e seus debates controversos: é apenas sobre língua que se discute?**. Nele, Laís Virgínia Alves Medeiros debruça-se sobre recortes de redes sociais e portais de notícias a respeito das propostas de não binaridade de formas linguísticas na marcação de gênero. Ancorada na Análise de Discurso da linha materialista, seu objetivo é depreender, especificamente, se e que questões outras atravessam o debate linguístico a respeito da linguagem inclusiva.

No quinto capítulo, sob o título **Prescripción y moralidad: Persistencias significantes en los discursos actuales sobre lenguaje inclusivo/no binario**, a pesquisadora argentina Mara Glozman se dedica à análise de materiais metalinguísticos diversificados e

polifônicos, que traçam, desde a instituição retórica clássica, a persistência de núcleos significantes prescritivos e moralizantes sobre a língua. Com isso, à luz da teoria materialista, busca historicizar dimensões da formação e persistência de discursos em torno da moralidade idiomática na Argentina produzidos ao longo do século XX, para, então, pensar os seus efeitos nos discursos atuais sobre linguagem inclusiva ou não binária.

O sexto capítulo, **Linguagem inclusiva, língua política**, é assinado por Ceres Carneiro. Em sua reflexão, partindo da pergunta “O que quer, o que pode esta língua?” recortada da música de Caetano Velozo, a autora volta-se para o discurso jornalístico sobre a chamada linguagem neutra. Para tanto, contrapondo a linguística “en-formada” à Análise de Discurso de base materialista, lugar teórico em que se inscreve, toma a língua, em sua autonomia relativa, como objeto sócio-histórico, concebendo, assim, a marcação não binária do gênero como um “ato político” a ser debatido para além da língua em sua forma.

O sétimo capítulo é de autoria de Michelle Gomes Alonso Dominguez e se intitula **Língua, sociedade e poder: reflexões sobre o lugar da linguística/dos linguistas no debate público sobre linguagem neutra e inclusiva**. Nele, a autora busca compreender o modo como, no tocante à questão da linguagem neutra/inclusiva, argumentos linguísticos e gramaticais são apresentados à opinião pública. Tomando para análise um *corpus* heterogêneo composto de duas notícias, uma entrevista em vídeo, uma manchete e um cartaz, é também seu objetivo, a partir da Análise do Discurso Crítica, refletir acerca das consequências da mobilização desses argumentos para o imaginário social referente a conceitos como língua, gramática e linguagem neutra.

No oitavo capítulo, **Linguagem neutra e políticas de língua no Brasil**, Fábio Ramos Barbosa Filho, numa tomada de posição materialista, propõe-se a desdobrar a pergunta “o que a linguística tem a dizer sobre ‘linguagem neutra’?”, tomando como objeto discursos sobre essa questão no espaço legislativo. Com esse objetivo, recorta para análise um convite formal recebido por e-

mail em maio de 2023 para comparecer a uma Audiência Pública na Comissão de Educação da Câmara, em Brasília, no qual se presentifica uma série de apreciações a respeito da “linguagem neutra” e também da linguagem, da norma gramatical e do funcionamento morfosintático das línguas naturais em sua relação com os arranjos sociais.

No nono capítulo, intitulado **Historicidade do conceito de gênero no discurso linguístico-gramatical no/do Brasil a partir de dizeres mattosianos**, Thaís de Araujo da Costa busca, tal como o título assinala, historicizar o conceito de gênero. Para tanto, identificando que dizeres de Câmara Jr. são comumente mobilizados como argumentos contrários à chamada linguagem neutra, propõe-se a revisitá-los a partir de uma abordagem calcada na perspectiva discursivo-materialista da História das Ideias Linguísticas. Com esse fito, toma, num primeiro momento, como materialidade de análise sequências recortadas de *Estrutura da Língua Portuguesa* (2002 [1970]) e *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1975). Em um segundo momento, delinea ainda movimentos futuros de análise a partir dos quais, com a montagem de um arquivo de dizeres sobre a ideia linguística de gênero, pretende reconstituir os horizontes de projeção e de retrospeção (Auroux, 2009 [1992]) projetados a partir dos dizeres mattosianos.

No décimo capítulo, **Políticas de língua, políticas de gênero: entrevista com Rodrigo Borba**, Naira Velozo e Renê Forster entrevistam o professor e pesquisador Rodrigo Borba, para quem “linguagem não-sexista, linguagem inclusiva e linguagem neutra (também conhecida como neolingagem) são usos gestados por movimentos sociais com propósitos políticos específicos em contextos sócio-históricos particulares”, desse modo, seu estudo deve prezar pelo diálogo com esses movimentos e considerar a dimensão política dos fenômenos linguísticos, tendo em vista que mudanças na prática linguística são mudanças sociais. Durante a entrevista, o professor-pesquisador destaca o papel de ativistas feministas brasileiras e LGBTQ+, especialmente pessoas trans e não binárias, no debate sobre linguagem e gênero, ao questionar o

androcentrismo linguístico, ou seja, a centralidade dos homens no nível da representação linguística provocada pelo uso do masculino genérico. O entrevistado fundamenta sua exposição em pesquisas na área da Linguística Aplicada e também oferece ao leitor o contato com pesquisas no âmbito da Psicolinguística.

Dito isto, na expectativa de que este livro cumpra o seu propósito de contribuir para o debate acerca da relação entre língua, gênero e inclusão a partir de diferentes perspectivas teóricas, desejamos a tod@s uma excelente leitura.

Rio de Janeiro, agosto de 2023.

Referências

BARBOSA FILHO, F. R. PROJETOS DE LEI CONTRÁRIOS À "LINGUAGEM NEUTRA" NO BRASIL. In: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. de A. (orgs.). Linguagem "neutra": língua e gênero em debate. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2022, p. 156.

CAPÍTULO 1

SILENCIAMENTO DE CORPOS DISSIDENTES NA IMPREENSA DOMINANTE

Iran Ferreira de Melo
Melk Andrade Costa

Começando o papo

Nosso estudo investigou como o discurso visibiliza um grupo de pessoas que, ao longo da história, foi posto à margem da sociedade, tendo direitos e existências apagados: pessoas de gênero e sexualidade dissidentes. Propusemos uma análise da visibilidade desses indivíduos em notícias e estruturas textuais ancoradas a elas, publicadas nos dezessete primeiros anos deste século pelo jornal *Folha de S. Paulo*, veículo midiático impresso e diário brasileiro de maior circulação nesse intervalo de tempo¹. Os princípios dessa análise assumem um caráter crítico acerca da linguagem, quebrando a tradição que ausenta o objeto de estudo das inúmeras variáveis que o atravessam, levando, assim, à compreensão de que a sociedade e a linguagem estão em uma relação dialética.

¹ No cenário sociopolítico dos ativismos e das sociabilidades de pessoas cujas sexualidades e performances de gênero são consideradas abjetas, observamos que as últimas décadas representam uma nova onda de comportamentos, práticas e expressões políticas de maior resistência no *front* das lutas por diminuição das violências a esses sujeitos (Melo, 2013). Neste estudo, optamos por selecionar tal faixa diacrônica para análise dos dados, com o objetivo de examinar a resposta que a mídia dominante, por meio do jornal *Folha de S. Paulo*, fornece para a visibilidade da população que é objeto do trabalho.

O estudo se debruça sobre um corpus jornalístico, cuja macroestrutura, por ser bem delimitada e normatizada, demanda a escolha de um proceder que leve em consideração aspectos que ultrapassam a forma, seja pela história, pelo potencial discursivo ou pelos desdobramentos semióticos. Assumimos que não possuímos uma metodologia e interpretação teórica aplicável a qualquer situação de pesquisa jornalística, mas uma que leva sempre em consideração as potencialidades dos elementos do jornal, mais especificamente os elementos relacionados ao gênero notícia. Assim, procuramos analisar o grau de visibilidade que mencionamos por meio da hipertextualização nas capas das edições do jornal analisadas e nas capas do caderno e por meio dos elementos de resumo na capa e no interior do caderno.

Entendendo um pouco o objeto – gênero e sexualidade dissidentes e linguagem

Durante muito tempo a concepção de língua esteve pautada sob a ótica estruturalista. Até a década de 1960 o que perdurava nos estudos sobre língua(gem) era a noção saussureana de que a língua era um fato social e calcado dentro de um sistema inerte à ação humana. No Brasil, nessa época, o ensino de língua portuguesa era chamado de Comunicação e Expressão e Comunicação e Língua Portuguesa, em reminiscência às teorias informacionais que ainda estavam em vigor, a ideia de que a função da língua era de comunicar.

Ainda nesse período nasce o Gerativismo, que apresenta a língua como uma competência inata. Criada por Noam Chomsky, a teoria gerativa passa a ser a teoria hegemônica do século para o estudo da linguagem, mas não para o ensino de língua. Chomsky achava que a Linguística seria uma ciência biológica, pois trata de um fenômeno que se dá no cérebro, um fenômeno neuropsicológico.

Após os anos 1960, com a emergência do que vem a se intitular Linguística Contrastiva, o paradigma teórico muda, passa a se dar

sobre o erro e o acerto da estrutura, o que não vingou por muito tempo, de modo que, a partir daí, o conceito de erro foi reformulado ao se olhar a aprendizagem de uma língua sob outra perspectiva. O erro considerado, até então, algo para erradicar, toma *status* de uma perspectiva de desenvolvimento.

Ainda nos anos 1960 surgia a Sociolinguística. Apesar de se ter dito que a língua é um fato social, neste período ela pode ser vista como um fenômeno social. A variação linguística passa a ter um a influência enorme nos estudos sobre a língua, contemplando o preconceito linguístico como alvo de discussão no processo teórico/analítico da língua portuguesa.

A partir dos anos 1970, com a linha laboviana (linha variacionista), começa-se a produção científica mais apurada sobre a existência de dialetos (diferentes modos de falar) e inicia-se o desenvolvimento cognitivista da Psicolinguística, o que fez mudar os exercícios de compreensão da disciplina Língua Portuguesa.

A partir daí, exime-se de vez o conceito de língua apenas como estrutura, surgindo, então, concepções de cunho cognitivista e interacionista sobre o processo linguístico. Também no início dos anos 1970, nasce o estudo da Pragmática, ou seja, área que concebe a língua como uma forma de ação sociocultural.

Valiosos, os anos 1970 ainda germinaram a corrente linguística denominada Análise da Conversação, a qual passou a ter bastante influência no ensino de língua, pois permitia investigar os processos linguísticos da interação.

Depois de todas essas teorias, o título de Comunicação e Expressão entra em declínio. Surgiu, desse modo, nascida na Alemanha, uma perspectiva mais influente sobre a língua, tornando-a como evento e atividade – a Linguística Textual. Sendo de maior influência no ensino, que antes concebia seu olhar sobre a língua vista pelo viés da palavra, depois da frase e, por fim, do texto. A partir daí o texto é visto como um processo e não como um produto.

Enfim, são tantos olhares para a língua quantas são as perspectivas científicas dadas a áreas que se ocupam de qualquer outro objeto. Do surgimento da Linguística Textual para o ano

2023, muitas concepções mudaram, muitos paradigmas foram rompidos e é a fim de apontar novas óticas para o estudo das manifestações da língua, seja em que registro for, que a Linguística se abre para convergir seus trabalhos à discussão sobre corpo, gênero e sexualidade, privilegiando distintos campos do saber que envolvem a investigação linguística, na pretensão de abrir espaço para a alteridade discursiva no âmbito das Ciências Humanas que dialogam com os estudos da língua(gem).

A partir dessa breve história, podemos contar outra narrativa – agora sobre gênero e sexualidade. Afirmamos que, nos últimos anos, nosso país passa por um processo político de redefinições no tocante aos direitos sociais de indivíduos homossexuais e bissexuais de ambos os sexos e de pessoas transgêneras (LGBT), grupo cujas identidades de orientação sexual e de gênero têm sido secularmente consideradas anômalas quando comparadas à normatividade heterossexual e misógina. Nesse contexto, temos presenciado a emergência de novos paradigmas sociopolíticos referentes a esses atores. Todos são resultados das constantes atuações que LGBT vêm empreendendo em atividades coletivas e públicas de autoafirmação.

O realinhamento em torno dos direitos que esses atores devem possuir como cidadãos de uma república democrática incide sobre as bases da organização social e da cultura em que vivemos, uma vez que a estrutura dessas bases se encontra do lado oposto aos interesses dos grupos minoritários de direito; como também porque a discussão pública em torno desse contexto está inserida num compósito de regulações oriundas do jogo de poder social que avalia o que é moral, saudável, legítimo e legal em termos de identidade de orientação sexual e de gênero. Está em causa a sensibilidade para com afetos e desejos que extrapolam as normas hegemônicas, assim como para as diversas conexões entre sexo, gênero e comportamentos eróticos na definição da pessoa e seus direitos.²

² Assim como constatado por Simões & Facchini (2008).

Nesse cenário, o maior protagonista corresponde ao movimento ativista que hoje se faz designar pela sigla LGBT e cujas reivindicações têm ganhado bastante visibilidade atualmente, a ponto de suscitar projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de frentes parlamentares em âmbito nacional e estadual. O significado do processo de politização que esse movimento envolve apresenta versões semióticas que tanto sustentam a marginalização social dos sujeitos que representam, quanto fornecem subsídios para que eles resistam ao alijamento a que foram impostos. Este trabalho, como será debatido adiante, tratará de uma parte dessas versões semióticas em nossa sociedade brasileira.

Metodologia do projeto

Nesta pesquisa, foi escolhido como veículo de comunicação para situar a análise o jornal impresso Folha de S. Paulo, visto que, nas últimas duas décadas, desponta como o periódico diário pago de maior circulação em território nacional. Como gênero discursivo para análise, delimitamos a notícia, que, dentre os textos produzidos na ordem do discurso jornalístico, caracteriza-se como a forma mais comum de socializar as sociabilidades de grupos minoritários.

O caminho metodológico que seguimos é inspirado na abordagem para a pesquisa social sobre discurso proposta por Fairclough³. Segundo ele, num estudo textualmente orientado, articula-se a análise de componentes linguísticos à explanação do contexto social em que esses componentes estão inseridos. Tal caminho metodológico busca dar conta de estágios ora orientados à análise da conjuntura em que o discurso a ser analisado está incluído, ora à análise do discurso propriamente dito. Essa metodologia é sumarizada em: 1. selecionar um problema social; 2. observar a rede de práticas sociais em que o problema está inserido;

³ Conforme Norman Fairclough (2003).

3. analisar uma prática particular dessa rede, por meio do exame contextual e textual; 4. identificar maneiras possíveis de superar o problema; 5. refletir criticamente sobre a pesquisa.⁴

Para a etapa 1, consideramos como problema social a ser investigado a visibilidade da população em análise. Após a seleção do problema, na etapa 2, precisamos sair um pouco do foco de estudo sobre a linguagem em si e usamos fontes acadêmicas e não acadêmicas⁵. Fizemos, portanto, um levantamento dos aspectos históricos, culturais e sociais do modo de vida de pessoas não cisgêneras e heterossexuais, da maneira como esses sujeitos foram tratados no decorrer da história das civilizações ocidentais e da forma como reagiram à opressão a que foram submetidos.

Os passos seguintes consideram a maneira pela qual o problema relaciona-se com uma prática particular específica da rede de práticas. Desse modo, abordamos: o jornalismo impresso como uma prática específica na qual podemos analisar o problema e o gênero discursivo notícia no jornal Folha de S. Paulo.

Nessas etapas, usamos como passaporte teórico algumas reflexões epistemológicas de estudos da Comunicação em geral e, em particular, sobre notícias jornalísticas.⁶ Além disso, pesquisamos um pouco a história da imprensa paulista, com foco na Folha de S. Paulo. Podemos descrever a forma como esse jornal vem configurando as notícias sobre LGBT ao observar determinadas variáveis de publicação, tais como: os anos e as datas em que o jornal publicou notícias, o caderno escolhido pelo jornal para reportar o evento, a estrutura genérica das notícias, entre outras.

O estágio 3 compreende a análise por meio do exame de categorias semióticas, como os traços de composição que englobam os vários itens que investigamos nesta pesquisa: identificação de noticiabilidade e utilização de recurso de resumo nas capas do

⁴ Metodologia utilizada pelos pesquisadores Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003).

⁵ A fonte não acadêmica utilizada foi Araújo (2009).

⁶ Nos utilizamos dos estudos críticos de Teun van Dijk (1996) sobre notícias jornalísticas.

jornal e no interior dos cadernos. Para a execução dessa etapa, identificamos tais categorias através de dois momentos: a descrição e a interpretação. O primeiro corresponde à atividade de caráter classificatório que permite identificar, contabilizar e categorizar as categorias de análise a partir de uma teoria elementar sobre eles. O segundo consiste num exercício de atribuição de sentido aos resultados constatados na descrição, tomando por base os dados da conjuntura do objeto de estudo, verificados na etapa 2.

O estágio 4 é dedicado a uma discussão sobre os resultados das fases antecedentes. Para isso, essa etapa ocorre no final do estudo, onde são estabelecidos diálogos com teorias acerca da condição das pessoas que são alvo de nossa pesquisa, do lugar que a imprensa ocupa nesse contexto e do papel do/a linguista para o fortalecimento de questões que capacitam todos/as na luta contra a discriminação e a exclusão social⁷. Por fim, o último estágio (5) é um momento no qual a análise se torna reflexiva, questionando, por exemplo, sua eficácia como apreciação crítica: avaliando se ela contribui ou pode contribuir para a emancipação social e se ela se ajusta a práticas acadêmicas, que, atualmente, estão fortemente ligadas ao mercado.

Resultados de análise

Apresentamos, nesta seção, um pouco dos resultados da análise da pesquisa que discutimos aqui. Nas tabelas 1 e 2, estão contidas informações acerca da quantidade de capas (de jornal e de caderno, respectivamente) que continham referências às notícias que coletamos.

⁷ Teun van Dijk (1996) contextualiza o papel da imprensa na divulgação de textos noticiosos.

Tabela 1: Registro de capas do jornal com referência de notícias do corpus

REGISTROS DE CAPAS DE JORNAL DAS NRCJs													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL POR ANO
2001													0
2002													0
2003						1							1
2004						1							1
2005					1								1
2006													0
2007					1								1
2008		1				1							2
2009		1				1					1		3
2010						1			1		1		3
2011						2			1				3
2012						1							1
2013	1										1		2
2014		1			2				2				5
2015						2	1					1	4
2016					2						1		3

2017			1		1	2		2	2				8	
TOTAL POR MÊS	1	3	1	0	7	12	1	2	6	0	4	1	38	TOTAL GERAL DE CAPAS

Fonte: Elaboração autoral

Tabela 2: Registro de capas de caderno com referência de notícias do corpus

REGISTRO DE CAPAS DE CADERNO DAS NRCCs													
MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL POR ANO
2001													0
2002													0
2003													0
2004											1		1
2005													0
2006													0
2007													0
2008		1			1	2							4
2009						2							2
2010						1		2				1	4
2011					1	1	1		1				4

2012					1	1							2	
2013		1								1	2		4	
2014				1	2								3	
2015		1				2							3	
2016					1								1	
2017						1		1					2	
TOTAL POR MÊS	0	3	0	1	6	10	1	3	1	1	3	1	30	TOTAL GERAL DE CAPAS

Fonte: Elaboração autoral

Percebemos que, do total de 190 notícias recolhidas, apenas 38 possuem referência na capa do jornal. Isso nos indica que a negligência da Folha é ainda maior ao passo que investigamos mais camadas de seus elementos. Calculamos que aproximadamente 20% das notícias com elementos textuais de capa são contabilizadas comparando com o total de notícias recolhidas. Percebemos que a maioria delas nos direcionava a notícias sobre a Parada LGBT. Por esse motivo, no mês de junho, 12 capas foram recolhidas, como visto na tabela 1.

É possível verificar que os anos de 2008, 2010, 2011 e 2013 estão empatados em maior quantidade de ocorrências de notícias com elementos de capa de caderno, conforme apontado na tabela 2. Ao final da coleta, somamos um total de 30 capas de caderno. Essas notícias que nos levaram às capas de caderno recolhidas, chamamos de NRCCs (Notícias com Referência na Capa do Caderno).

Em se tratando de capas de caderno, a Folha dispõe de ainda menos elementos textuais que nos encaminhem para as notícias contidas no caderno correspondente. Enquanto capas de jornal possuem referência para cerca de 20% das notícias, as capas de caderno se resumem a apenas 15,8%, uma queda significativa se levarmos em consideração que, na capa do caderno, podem aparecer referências de notícias que não tiveram espaço na capa principal da edição.

Toda essa análise sobre presença ou não de NRCJs (Notícias com Referência na Capa do Jornal) ou NRCCs é baseada no fato de que, em se tratando de mecanismos de visibilidade, uma notícia que tenha referência em uma das capas, do jornal ou do caderno, tem maiores chances de ser diretamente acessada por leitores/as da Folha (ou de qualquer outro meio de comunicação que possua índice de referência ao seu conteúdo). Quanto maior a quantidade de elementos de indicação aos textos noticiosos, maior o nível de visibilidade. Por apresentar, então, uma quantidade ainda menor de notícias acessadas por elementos textuais de capa (manchete, abertura, chamada, frase e foto-legenda), afirmamos que as ações

dos indivíduos considerados neste estudo é quase que totalmente desconsiderada pela Folha de S. Paulo.

Sobre esses elementos textuais, semióticos e contextuais de capa nos dedicamos a quantificar cada um, justificados pelo nível de visibilidade que apresentam. Uma notícia que tenha como referência a Manchete do jornal, com certeza será mais evidenciada do que uma que apresenta uma Abertura ou Frase. Descrevendo essas nomenclaturas, elaboramos o quadro a seguir, com algumas informações recolhidas do Manual da Redação do jornal Folha de S. Paulo:¹

Quadro 1: Descrição de elementos de capa do jornal Folha de S. Paulo

Elemento de capa	Descrição
Manchete	Estrutura textual de maior destaque, escrita, geralmente, em caixa alta, grifada em negrito e posicionada no topo ou no centro da capa do jornal. Cada edição de jornal apresenta apenas uma Manchete. Esta representa o maior componente de visibilidade do veículo.
Abertura	Texto que resume a notícia a ser acessada; pode ser escrito em um ou mais parágrafos e apresentar Chapéu (elemento de notícia que pode aparecer ligado a elementos de capa). Coloca-se em segundo lugar de visibilidade, pois dificilmente indica notícias simples, já sendo escrita em formato de Lide e Sublide do texto noticioso.
Foto-legenda	Elemento semiótico em forma de imagem que possuiu uma legenda de, no máximo, 4 linhas. Outro elemento de capa pode aparecer vinculado a ela. Representa o terceiro maior destaque por se tratar de um recurso imagético, atraindo a atenção do leitor à notícia referenciada.
Chamada	Recurso textual de poucas linhas, de período simples, que apresenta o resumo com informações essenciais da notícia. Pode possuir Título, Chapéu ou um dos dois elementos, além de possivelmente aparecer associado a outros elementos de capa.

¹ Melo (2013) realizou o estudo dos elementos discursivos presentes nas capas de jornal.

Frase	Componente textual que apresenta informações básicas da notícia, de período simples. Dificilmente aparece com algum elemento indexador ou descritivo, ou ainda com outros elementos de capa.
-------	--

Fonte: Elaboração autoral

Apresentamos, na sequência, a tabela 3 que detalha as quantidades de elementos de capa por ano de publicação.

Tabela 3: Registro dos elementos de capa de jornal por ano de publicação

REGISTRO DE ELEMENTOS DE CAPA DE JORNAL DAS NRCJs							
Elem. de capa	Manchete	Abertura	Foto-legend a	Chamada	Frase	TOTAL DE ELEM. POR ANO	
Ano							
2001						0	
2002						0	
2003			1			1	
2004				1		1	
2005					1	1	
2006						0	
2007				1		1	
2008		1		1		2	
2009			1	2		3	
2010				3		3	
2011		1	1	1		3	
2012		1				1	
2013		1		1		2	
2014		2		3		5	
2015				4		4	
2016				1	2	3	
2017		1	2	5		8	
TOTAL POR ELEM.	0	7	5	23	3	38	TOTAL GERAL DE

DE CAPA							ELEM. DE CAPA
------------	--	--	--	--	--	--	---------------------

Fonte: Elaboração autoral

A Chamada apresenta o maior número de registros (23 ocorrências), mais do que o triplo da segunda maior contagem: Abertura, com total de 7 ocorrências ao longo dos anos. Esses dados nos indicam que referenciar notícias na capa do jornal não é uma prioridade da Folha (observemos a ausência de Manchetes) em se tratando de indivíduos de gênero e sexualidade abjetificados; e, mesmo quando há referência, é se utilizando de um componente intermediário de grau de visibilidade. Cruzando esses dados com o da tabela 1, podemos ainda concluir que a Folha só dá maior visibilidade às ações das pessoas tratadas neste estudo no mês da Parada do Orgulho LGBT e, por isso, a maioria dos itens de capa recolhidos nessa etapa da análise apontam para notícias sobre o evento.

Percebemos que, quando se trata de elementos de capa de caderno, os números são ainda menores. Com a finalidade de quantificar esses componentes, a tabela 4 é disposta na sequência:

Tabela 4: Registro dos elementos de capa de caderno por ano de publicação

REGISTRO DE ELEMENTOS DE CAPA DE JORNAL DAS NRCCs					
Elem. de capa	Abertura	Foto-legenda	Chamada	Frase	TOTAL DE ELEM. POR ANO
Ano					
2001					0
2002					0
2003					0
2004			1		1
2005					0
2006					0
2007					0

2008			2	1	3	
2009			2		2	
2010			4		4	
2011			4		4	
2012			1		1	
2013			4		4	
2014		1	2		3	
2015			3		3	
2016			1		1	
2017			2		2	
TOTAL POR ELEM. DE CAPA	0	1	26	1	28	TOTAL GERAL DE ELEM. DE CAPA

Fonte: Elaboração autoral

Mergulhar ainda mais e apurar cada mínimo aspecto do jornal nos leva a cada vez menos visibilidade. Na tabela 4, não apresentamos Manchete na colocação dos elementos de capa, pois é um item que só aparece na capa principal do veículo impresso. Por meio desses números, afirmamos que, ao se tratar de capa de caderno, a Folha prefere referenciar as NRCCs utilizando Chamadas (26 casos, no total).

Como última análise de dados, nos preocupamos em contabilizar a quantidade de elementos de notícias. Analisamos e quantificamos cada um dos arquivos e anotamos os componentes Título, Linha fina, Olho, Chapéu, Lide, Sublide, Texto-legenda, Intertítulo, Relato e outros elementos de cada registro. Nosso objetivo era também verificar se alguma nas notícias recolhidas apresentavam todos os elementos listados acima, o resultado desse processo foi o seguinte: todas as ocorrências do corpus apresentam Título, Lide e Sublide (esses elementos são a base para a construção de uma notícia); 189 casos registram o componente Relato; o Texto-legenda aparece em 142 textos; a Linha-fina está presente em 131

notícias; 74 casos possuem outros elementos informativos, textuais ou semióticos; 68 documentos apresentam Olho e Intertítulo; por fim, o elemento Chapéu é utilizado em 64 ocorrências. Além disso, nenhuma notícia apresentou todos os componentes.

Para ficar mais claro, é importante descrever o que cada um desses itens textuais e semióticos de notícias representam. O Quadro 2 organiza essas informações, conforme o Manual da Redação do jornal Folha de S. Paulo²:

Quadro 2: Descrição de elementos de notícias do jornal Folha de S. Paulo

Elemento de notícia	Descrição
Título	Elemento obrigatório de contextualização do texto noticioso.
Linha fina	Categoria opcional da notícia e tem função semelhante à Abertura.
Olho	Pequena unidade de texto, geralmente um parágrafo, que fica destacado na notícia, apresentando-se maior do que o texto normal ou em cor diferente.
Chapéu	Estrutura opcional que consiste em uma palavra ou conjunto de poucas palavras que se posiciona acima do Título a fim de caracterizar o tema da matéria.
Lide	Representa a abertura da notícia e, por isso, é um dos itens obrigatórios. Corresponde ao primeiro parágrafo e deve responder às questões “O quê?”, “Quem?”, “Onde?”, “Quando?” e “Como?”.
Sublide	É uma continuação do Lide, pois responde a perguntas secundárias como “Por quê?” e “Para quê?”.
Relato	Bloco de texto que sucede ao Sublide, não tem forma determinada.
Intertítulo	Qualquer outro título ou subtítulo utilizado na notícia.
Texto-legenda	Texto que aparece na legenda da fotografia associada à notícia, tem função de completar alguma informação em uma ou duas linhas.
Outros elementos	Nesta pesquisa, agrupamos, nessa categoria, elementos como: infográfico, pesquisas, agenda de shows, mapas

² Melo (2013) realizou a compilação desses elementos discursivos com base no manual do referido jornal.

	etc., que se agregam à notícia para aumentar seu grau de informatividade.
--	---

Fonte: Elaboração autoral

Nosso parecer final dos resultados: com a apresentação da última tabela e validação final dos nossos objetivos, somadas a todas as informações que já foram apresentadas neste capítulo, concluímos que o jornal Folha de S. Paulo, em seus textos noticiosos – desde as suas publicações, passando pela apresentação das capas, até os elementos textuais constitutivos de cada notícia –, apaga as vivências ativas de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes. A respeito disso, fica claro o não cumprimento do seu papel social de, por meio da informação, dar acesso às diferentes existências factuais e reais da sociedade no geral.

Este estudo, portanto, se propõe a assumir um caráter denunciativo dessa ausência de visibilidade, mesmo num período marcado pela ascensão social de pessoas que existem e resistem, afirmando-se enquanto corpos que não se encaixam nos padrões sociais de expressão e relação com o(s) outro(s). É preciso encarar essa factualidade de frente e assumir uma postura de enfrentamento das práticas sociais reprodutoras de violências e negligências. Falar de Folha de S. Paulo é falar de uma imprensa que silencia vozes que gritam à margem da sociedade e subvertem o sistema com o preço do próprio sangue.

À guisa de conclusão

Buscamos que nossa pesquisa se enquadre no conjunto de traços que a identificam com uma perspectiva para a análise social e do discurso,

1. Revestindo-a de ímpeto crítico e, assim, buscando conhecer elementos da linguagem produzida pelo jornal Folha de S. Paulo sobre a qual se edificam sentidos de forte impacto na visibilidade de pessoas.

2. Sob claros posicionamentos políticos, apresentando nossos interesses em mesclar a compreensão dos dados de análise com a conjuntura social sobre o que pesquisamos.

3. A partir de articulações teóricas distintas, tentando elaborar uma síntese interpretativa sobre os resultados de análise, a fim de reexaminar determinados postulados apregoados nos estudos da linguagem.

4. Concebendo, desde o início de sua gestação, um exercício de análise linguística que resulte num estudo aplicado ao programa de ações políticas dos ativismos de gênero e sexualidade e sob um olhar sobre as estratégias da mídia impressa.

5. Montando um arcabouço de análise categorizado e pormenorizadamente justificado, de modo que possa ser acessível a qualquer analista do discurso em outras investigações ou aqueles/as que se interessam por entender a dinâmica representacional da linguagem em diferentes níveis estruturais.

Em função do alinhamento com esses princípios, consideramos que nossa pesquisa fornece dados potencialmente capazes de empoderar leitores/as sobre o estudo do discurso, principalmente em searas que envolvem o governo de conhecimentos e representações, como é o caso da imprensa.

Referências

ARAÚJO, J. P. *Guia dos direitos sociais. A igualdade social e as diferenças entre a esquerda e os neoliberais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

MELO, I. F. *Ativismo LGBT na imprensa brasileira: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

VAN DIJK, T. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996b.

CAPÍTULO 2

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO HISTÓRICA DE GRUPOS SOCIAIS NA CULTURA E NA LÍNGUA

Marcelo Moraes Caetano

Sobre o processo civilizatório: dever e direito à complexidade

Cada vez mais países do mundo têm tentado pôr em prática a inclusão de grupos historicamente oprimidos e excluídos. Trata-se de uma questão civilizatória de busca pela cidadania plena de todas as pessoas. O que proporei aqui será uma reflexão sobre o pressuposto inclusivo a partir de pontos de vista provenientes da filologia, da linguística, da gramática, da história, da antropologia cultural e de outros prismas decorrentes dessas perspectivas.

A inclusão é prioritariamente, em uma palavra, o projeto das agendas sociais do que se convencionou chamar de progressismo, que se baseia no direito à existência calcado na complexidade cada vez maior das subjetividades e identidades (relações intrapessoais) e das alteridades e trocas sociais (relações interpessoais). Como mostram os estudos de multiculturalidade e interseccionalidade, entre muitos outros, as repostas para um mundo cada vez mais complexo estão amparadas por ordenamentos (inclusive, mas não exclusivamente, jurídicos) em que os valores de dever e direito se elevam e se aprofundam para incluírem gamas crescentes de populações historicamente excluídas e marginalizadas.

Em contraposição a isso, há o chamado conservadorismo, que, observado como corrente ideológica, pretende justamente conservar, isto é, manter as pessoas e as relações sociais exatamente como sempre foram e onde sempre estiveram, na defesa de uma visão de mundo calcada na manutenção de algumas poucas classes

sociais privilegiadas em espaços de centro ou de posição hegemônica, ao passo que, ao seu redor, idealmente, orbitariam inumeráveis outras classes sociais na periferia ou em posições não hegemônicas. Trata-se, em poucas palavras, da defesa de uma estereotipada simplicidade idealizada e idílica (contraposta à concretude da complexidade) que, em muitos casos, sequer existiu, a não ser no imaginário de algumas poucas classes privilegiadas. Entre nossos melhores historiadores e antropólogos, podemos mencionar Sérgio Buarque de Holanda, aqui, com sua obra, autoexplicativa em relação ao que aponte, *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Também em *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*, Darcy Ribeiro fala do “salvacionismo”, espécie de pendor abstratizante das elites e oligarquias brasileiras, como força paralisante em relação à ascensão e inclusão de classes humilhadas.

Desse modo, o embate entre o conservadorismo e as forças progressistas está registrado há séculos nos livros de história, antropologia, sociologia, filosofia; e também na melhor literatura. A própria queda da monarquia e a adesão republicana no Brasil do século XIX, para dar um exemplo, têm lugar, em grande parte, no confronto entre essas duas cosmovisões.

As chamadas três “questões” que levaram à ruptura monárquica e à Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 tiveram, no Brasil, raízes em aspectos que, de certa forma, provinham de grupos conservadores, e não progressistas. Tal foi a “questão” do exército, que angariara prestígio após a guerra do Paraguai (1864-1870); a “questão” da igreja católica, que nasceu do atrito gerado entre o imperador e a cúria romana com a prisão do bispo Dom Vital, que se recusara a aceitar um decreto de Dom Pedro II; e a “questão” da abolição da escravatura (1888), cuja consequência foi o surgimento de uma elite de barões que, incomodados com a perda do privilégio sobre as pessoas escravizadas, ficaram conhecidos como republicanos de última hora.

Na literatura brasileira, percorre praticamente toda a obra de Machado de Assis exatamente o embate entre conservadorismo e

progressismo, sendo este o tema central de seu romance *Esau e Jacó*, que em muitos momentos trafega por uma zona de apatia, e até cinismo, diante da constatação da resistência brasileira em aceitar a mudança das dinâmicas sociais.

Daniel Piza observa que, “mais uma vez, Machado vê o Brasil a dormir diante das dicotomias, embalado por um sonho rousseauiano de perfeição e estabilidade no paraíso tropical”¹.

São exemplos loquazes de uma espécie de tendência histórico-político-cultural brasileira inclinada ao conservadorismo.

É preciso acrescentar uma ressalva. No caso do Brasil, os mais importantes antropólogos e filólogos nos têm mostrado que a compreensão de nossa gente deve assimilar um pensamento dialético, dialógico, binomial, de síntese de opostos, quase como na metodologia hegeliana. Os paradoxos no Brasil costumam andar emparelhados, e não dicotomizados ou estanques, e essa compreensão é essencial para se vislumbrar a formação cultural brasileira, com suas subjetividades, idiosincrasias históricas e características comportamentais, cognitivas e de convivência.

Somos um povo que, coletivamente, foi constituído muito menos a partir do “ou” do que do “e”: somos ao mesmo tempo urbanos e rurais; locais e globais; pretos, indígenas e brancos; populares e eruditos. E, é claro, conservadores e progressistas. Se não compreendermos esse traço embutido em nossa malha social, podemos perder de vista a materialidade histórica dos fatos com os quais queremos lidar.

A filologia e a gramaticografia como constatações antropológicas

Como gramático, certifico que não é possível escrever um compêndio gramatical (mesmo uma gramática de usos, isto é, que seja puramente funcionalista, eminentemente discursiva e descritiva) sem nos atermos a questões que no fundo dizem respeito ao passado da língua. Mesmo uma aferição de proficiência

¹ Piza, 2005, p. 345.

que leve em conta o manejo e a competência com dados novos da língua (entrando por um viés da pragmática e da análise do discurso) está ligada a relações associativas ou paradigmáticas que de alguma forma remontam ao passado e aí se assentam. Ter habilidade e competência para reconhecer neologismos requer o conhecimento prévio de estruturas morfológicas, sintáticas e semânticas já existentes na língua.

No momento mesmo em que registramos um uso específico, este mesmo uso já pode estar se alterando ou até entrando em desuso. É inevitável, portanto, o constante contraste entre o passado e o presente, o que poderíamos expandir para um contraste inevitável entre o conservadorismo e o progressismo, como forças que convivem às vezes de modo inevitável.

Hugo Schuchardt, um dos precursores da filologia moderna, com metáfora oportuna da física clássica, notabilizou a questão quando mostrou que, na linguística e na filologia, lidamos sempre com as forças “centrípetas” (que convergem ao centro, conservadoras) e as forças “centrífugas” (que divergem do centro, progressistas). Tradição e inovação. Ou norma e mudança.

Partindo de uma norma estabelecida pelas perspectivas das práticas discursivas do passado, a deriva de toda língua a empurra para variações e variantes (convivendo sincronicamente) e mudanças (o que se percebe diacronicamente). A transformação (forças centrífugas) é a realidade das línguas, e as normas em que essas línguas se assentam (forças centrípetas) são fontes oportunas para se averiguar o que já não mais condiz com o presente ou com grupos numerosos de falantes daquela língua.

Quando isso ocorre, inevitavelmente a língua passará pelo processo de mudança, que pode ser apenas daquela norma vigente. Em caso mais profundo, a mudança pode ocorrer mesmo no sistema da língua, caso este em que uma língua se transforma em outra língua. Isso se deu, por exemplo, no latim clássico (*sermo urbanus*), que conhecia a variante do latim vulgar (*sermo vulgaris*), o qual caminhou cronologicamente para o romance galego-

português e, em 1214, constatou-se o documento que atestava as línguas portuguesa e galega.

As línguas mudam porque as culturas mudam

E, quando as culturas mudam, novos significantes e significados são trasladados para os domínios discursivos, mesmo que estes, a princípio, sejam marginais, periféricos ou não hegemônicos.

Pode ocorrer até mesmo, como a história e a filologia têm mostrado, casos de políticas de língua (ou políticas linguísticas, termo que considero menos apropriado) que determinam alterações sobre o uso do léxico de uma língua ou até proposições de adoção de línguas ou de discursos específicos em situações particulares. A língua portuguesa só se tornou a língua oficial da colônia brasileira em 1759, por imposição do Marquês de Pombal, num caso clássico e histórico de política de língua. Nada disso é estranho ao historiador, ao antropólogo, ao filólogo ou ao gramático. São temas corriqueiros com que lidamos sem nenhum percalço.

O fato é que o movimento (e não a estagnação) se impõe sempre às sociedades e suas expressões plurais, de que a língua e os discursos são os maiores expoentes. Ainda que haja a resistência e a renitência em acatar as transformações, acusadas por Machado de Assis, os paradigmas, de uma forma ou de outra, se rompem ou se modificam, e novas realidades nos são apresentadas.

Então, cada vez mais, as sociedades contemporâneas têm observado, de alguma forma, a importância de olhar para o passado não apenas com o objetivo de mantê-lo ou conservá-lo *ipsis literis* como sempre foi. Olha-se o passado, a partir do presente, com o sentimento da inclusão inevitável de grupos não hegemônicos ou periféricos, grupos excluídos no empirismo da materialidade histórica. O passado, aqui, não serve apenas como repouso bucólico de uma nostalgia inócua, mas como ponto de conhecimento histórico, reflexivo e crítico.

Esses grupos periféricos, vale lembrar, não necessariamente o são por constituírem supostas minorias. Com muita frequência, ao contrário, eles ocorrem mesmo em grupos de número majoritário de indivíduos, como é o caso dos negros, das pessoas pobres e das mulheres no Brasil. Cada um desses grupos sociais configura maiorias em relação a seus pares dicotômico-dialéticos hegemônicos ou centrais (respectivamente os brancos, as pessoas de classe média ou ricas e os homens), e, ainda assim, são eles, embora mais numerosos, que sofrem as discriminações e os preconceitos que buscam não incluí-los, mas excluí-los da dinâmica sociocultural em sua complexidade.

Todo esse movimento de inclusão ou de apelo à cooperação não poderia estar fora de um dos elementos principais das culturas e das civilizações: a linguagem, materializada em línguas específicas, por sua vez concretizadas em discursos tão diferentes quanto representativos da própria diversidade humana e sua necessidade de expressão.

A linguagem se relaciona a todos os âmbitos da convivência humana. Encastelar ou delimitar restritivamente seus alcances é um dos mais ferozes elementos de alienação e de perpetuação da barbárie anticivilizatória. Como vimos, linguistas e filólogos têm sido fundamentais para lançar luzes sobre questões geopolíticas e antropológicas. As teorias de Chomsky foram fundamentais para a programação cibernética. Suas opiniões a respeito de questões geopolíticas – como a guerra do Vietnã, o sionismo etc. – estão entre as mais respeitáveis. Wittgenstein, ao observar a forma logocêntrica da linguagem, deu espaço a algumas das mais importantes conclusões científico-intelectuais acerca do espaço de convivência da humanidade. Os exemplos são infinitos.

Toda pessoa que pesquisa com seriedade a linguagem ou a língua aborda – ou ao menos não discrimina – suas inter-relações com todos os âmbitos da natureza humana.

Benedict Anderson assim se expressa:

No decorrer e, principalmente, na segunda metade do século XIX, a revolução filológico-lexicográfica e o surgimento de movimentos nacionalistas na Europa, frutos não só do capitalismo mas da elefantíase dos estados dinásticos, foram criando várias dificuldades culturais, e, portanto, políticas para muitas dinastias. Pois, como vimos, a legitimidade fundamental da maioria delas não tinha nada a ver com uma condição nacional. Os Romanov governavam tártaros e letos, alemães e armênios, russos e finlandeses. Os Habsburgo dominavam magiares e croatas, eslovacos e italianos, ucranianos e austro-germânicos. A casa de Hanover comandava bengalis e quebequianos, escoceses e irlandeses, ingleses e galeses. [...]

A revolução lexicográfica na Europa, porém, criou e aos poucos difundiu a convicção de que as línguas (pelo menos naquele continente) eram, por assim dizer, propriedades pessoais de grupos muito específicos, seus leitores e falantes diários, e, ademais, que esses grupos, imaginados como comunidades, tinham o direito de ocupar uma posição autônoma dentro de uma confraria de iguais. Assim, os incendiários filológicos colocaram os dinastas perante um dilema incômodo que só veio a se aprofundar. O caso mais claro é o do Império Austro-Húngaro.²

As contribuições que a filologia e a gramaticografia podem prestar aos aspectos da linguagem neutra ou inclusiva são enormes. Todas as reflexões ocasionadas por esses campos do saber acabam recaindo sobre as estruturas profundas das línguas e, com isso, revelam as linhas de pensamento de seus falantes, responsáveis pela construção dos níveis de uma língua: fonética e fonologia, ortografia, sintaxe, morfologia, semântica, estilística.

A filologia se relaciona diretamente à história e à cultura. Haja vista que, em filologia, uma das dicotomias fundamentais é aquela que estabelece a história externa em contraste com a história interna.

² Anderson, 2013, p. 127-128.

História Interna é conceito que toca de perto nos aspectos categoriais, sistêmicos e estruturais de uma língua ao longo do tempo. Assim, por exemplo, a observação da queda da categoria de declinação, que havia em latim, quando nos referimos à língua portuguesa, constitui conclusão da História Interna da língua. A ausência de artigos em latim e o aparecimento dessa categoria externada nos planos do conteúdo e da expressão em língua portuguesa perfazem afirmações da História Interna da língua

Por História Externa entendemos os fatores de natureza geopolítica, social, antropológica, econômica etc. que ensejaram movimentos de indivíduos e de povos que, por sua vez, acarretaram acontecimentos relevantes e influentes na deriva da língua. É um elemento atinente à História Externa da língua, por exemplo, o fato de que, em 1759, o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas do solo brasileiro e estabelece as escolas régias leigas, o que implicou a oficialização da língua portuguesa diante da chamada “língua geral” (o tupinambá). Em 1279, em Portugal, D. Dinis torna a língua portuguesa a língua oficial do reino, numa política de língua de que o Marquês de Pombal veio a aproximar-se.

Dito isso, é necessário que se reflita sobre o modo como a *História Externa* influi sobre a *História Interna* de uma língua. Embora um dos postulados mais célebres de Saussure nos aponte que o objeto da linguística é a língua em si mesma e por si mesma, a linguística histórica veio, justamente, restabelecer a importância dos estudos da História Externa — bem como da diacronia de um modo geral — na compreensão até mesmo dos fenômenos “meramente” sincrônicos, tão caros a Saussure.³

Assim, esses campos de saber contribuem para desvelar traços que apontam para valorações e preconceitos linguísticos, pousados inevitavelmente não só na gramática normativa, mas em todas as gramáticas (conjuntos de regras) de funcionamento dos inumeráveis discursos que perfazem uma língua. Essas marcas linguísticas atravessadas por preconceitos refletem as mesmas discriminações presentes no tecido social. Com muita frequência, é

³ Caetano, 2019, p. 25-26

no discurso que vários banimentos sociais aparentemente apagados mostram quanto são implacáveis em suas ações (e omissões) de violência.

Como consequência, acabamos aumentando a distância e a amplitude de nosso objeto de estudo. Observar criticamente a linguagem e línguas específicas, a partir também de seus parâmetros históricos, filológicos e gramaticográficos, gera inevitavelmente reflexões que alcançam o direito, a filosofia, a psicanálise e quaisquer estudos de âmbito culturalista. Em outras palavras, qualquer estudo de interesse às ciências humanas.

A linguagem neutra ou inclusiva: consequência de fatos sociais incontornáveis

O caso da linguagem neutra ou inclusiva não poderia estar fora das discussões. Nos últimos tempos, com efeito, os debates sobre esse tipo de emprego discursivo têm estado presentes com grande ênfase nos mais diversos meios de comunicação. Obviamente, trata-se de consequência, e não de causa, de uma questão sociocultural muito mais ampla: a busca por inclusão, mais especificamente (porém não exclusivamente) da população LGBTQIAPN+.

Esse tipo de linguagem, na língua portuguesa do Brasil atual, é a que se refere às pessoas mencionando os dois gêneros gramaticais (masculino e feminino), ou também usando uma forma não binária que inclui orientações e identidades sexuais que não sejam cis nem heteronormativas, fazendo-o de maneira gramatical ou até com neologismos morfológicos, alterando a vogal temática a partir das desinências de gênero originárias.

O exemplo que posso citar, sem me delongar, é quando se abrem correspondências ou falas com a fórmula “Queridas e queridos” (e não apenas a forma que remonta ao masculino “queridos”, para abarcar os dois gêneros), além do neologismo “Querides”, com um “e” que pode ser considerado vogal temática

substitutiva das desinências de gênero “o” “a”, respectivamente masculina e feminina.

Na mesma linguagem inclusiva, há também, hoje, na língua portuguesa, fórmulas como “Querida(o)s amiga(o)s”, em que se cria um amálgama entre as formas masculina e feminina gramaticais da língua, do mesmo modo como Drummond, de forma poética e profética, dezenas de anos antes de toda essa discussão, nos anos 1940, escreveu em seu poema “Amar-amaro”:

AMAR-AMARO [...] e se queimou / todo por dentro por fora nos cantos nos ecos / lúgubres de você mesm(o,a) / irm(ã,o) retrato espéculo por que amou? [...] / permita cavalheir(o,a) / amig(o,a) me releve / este malestar [...] / A morte é esconsolável consolatrix consoadíssima / A vida também / Tudo também / Mas o amor car(o,a) colega este não consola nunca de núnkaras.⁴

Repare-se que Drummond abarca formas com substantivos heterônimos que deveriam ser “neutralizadas” pela variante masculina, e não a feminina. Ao tratar do par heterônimo “cavalheiro” (que teria como correlato “dama”), Drummond cria um “cavalheir(o,a)”, evidenciando ainda mais como é a forma masculina (“cavalheiro”) que predomina na língua e na sociedade civil (“cavalheiro” é um título aristocrático) e cria a possibilidade da deturpação de uma forma “cavalheira”, que não existe na vida real, mas se sobrepuja à sombra da forma masculina, no verso e na sociedade, no *élan* poético de Drummond.

De fato, do ponto de vista etimológico ou filológico, o “o” que designa o gênero masculino em português tem também raízes no gênero neutro em latim, razão por que, ao que se alega, não se trataria de uma forma marcada de machismo inscrita na estrutura e no sistema da língua, mas apenas de uma deriva natural, etimológica e filologicamente endossada. Assim, “mulheres e homens bonitos” (no masculino) não seria uma ênfase no masculino, mas no neutro em latim.

⁴ Andrade, 2008, p. 106.

Sei da questão de possuímos um “o” de cunho geneticamente ou filologicamente neutro. Mas questiono e até refuto essa tese de que este elemento filológico seria suficiente para encobrir todos os gêneros pelo fato de que, na mesma língua portuguesa, todos os substantivos ou adjetivos masculinos, e nunca os femininos, são usados como substitutos tanto de homens quanto de mulheres quando esses dois gêneros (e os demais) estão juntos. Isso ocorre mesmo quando o substantivo é heterônimo, ou seja, quando possui uma distinção etimológica nítida entre o masculino e o feminino.

Um exemplo disso é bem claro: homens e mulheres, substantivos heterônimos e que, portanto, não possuem um “neutro” em latim. Quando, no português corrente, houver duzentas mulheres e um único homem, num grupo, se dirá “aqueles homens”, e não “aquelas mulheres”.

Outro caso, o singular metonímico próprio da língua portuguesa (quando designamos uma coletividade por apenas um membro dela) é sempre o masculino singular. Um exemplo: “O médico (= “médicos e médicas”) não pode perder sua humanidade”. Ainda que se quisesse usar o plural para designar a classe, seria a forma masculina a utilizada: “Os médicos não podem perder sua humanidade”.

As formas masculinas como “substitutivas” são, portanto, marcas da centralidade que se confere ao masculino na língua, decorrente dos usos, costumes e normoses históricas e materiais que se conferem às representações do masculino, central ou hegemônico, na própria sociedade.

A histórica e milenar tentativa de apagamento da mulher dos espaços públicos precisa ser agora trazida à discussão. As pautas feministas têm sido, assim, desde sua origem e proto-origem, as pautas que impulsionam as lutas socioculturais e socioeconômicas por inclusão. No Brasil, para darmos um exemplo alarmante, até 1962, as mulheres eram consideradas pelo direito como cidadãs semi-incapazes.

Sobre a cidadania, é importante lembrar que a própria “*Déclaration des droits de l’homme et du citoyen*” (“Declaração dos

direitos do homem e do cidadão”), da Revolução Francesa, de 1789, referia-se apenas a homens (homme) e a cidadãos (citoyen) do sexo masculino. Isso ocorria porque as mulheres não alcançaram cidadania plena com as reivindicações da Revolução.

Tanto é verdade que, em 1791, a francesa Olympe de Gouges redigiu uma “*Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*” (“Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”), onde, em alguns artigos contundentes, clamava pela igualdade de mulheres e homens e demonstrava a importância de essa igualdade atingida ser patenteada também na língua, como comprova o título de seu documento. Isso mostra que há longa data as reivindicações de inclusão e representatividade estão presentes não apenas nos fatos sociais e culturais, mas também na contraparte da linguagem que lhes dá fôlego.

Eric Hobsbawn nos traz uma lição:

Na Revolução Francesa, foram as mulheres de Paris que marcharam sobre Versalhes, a fim de expressar ao rei a exigência do povo de que fossem controlados os preços dos alimentos. Na era dos partidos e das eleições gerais, empurraram-nas para segundo plano. Se exerciam alguma influência, era apenas por meio de seus homens. [...] Pela natureza das coisas, as diferenças entre as mulheres, na nova situação de dependência econômica e na antiga situação de inferioridade, não eram, na prática, muito grandes. Em ambas, os homens eram o sexo dominante, e as mulheres, seres humanos de segunda classe: posto que careciam totalmente de direitos de cidadania, não se podia sequer chamá-las cidadãs de segunda classe.⁵

A mesma preocupação de Olympe de Gouges, no aludido período da Revolução Francesa, tomou conta de ninguém menos que Mary Wollstonecraft, que entendeu que as aspirações revolucionárias que aturdiavam o mundo de então não pretendiam incluir plenamente as mulheres em suas pautas e agendas. Assim,

⁵ Hobsbawn, 2006, p. 282-283.

a britânica pioneira do feminismo redigiu sua obra mais famosa, “*A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects*” (“Uma reivindicação pelos direitos da mulher”), que foi concluída no dia 3 de janeiro de 1792.

Pela lição apontada, o próprio uso da palavra “homem” estendendo-se a significar toda a espécie humana é nitidamente machista. Quando dizemos “Direitos do homem”, querendo nos referir a homens e mulheres, estamos perpetuando essa centralidade patriarcal. Que é, sim, histórica e materialmente machista. Podemos usar, perfeitamente, “Direitos Humanos”. Da mesma forma, é desejável que toda forma metonímica que se valha apenas do substantivo “homem” para referir-se a todos os gêneros seja substituída, adaptando a linguagem a uma série de reivindicações históricas de populações que têm sido marginalizadas na antropologia histórica e, como consequência, na linguagem, nas línguas, nos discursos.

Essa adaptação lexical e semântica suscita uma correspondência muito mais harmônica entre as palavras e os fatos sociais que estão diante de nós. A linguagem está sempre se adaptando às mudanças socioculturais – nenhum linguista ou filólogo ousaria negar esse postulado –, exatamente porque a linguagem não deixa de ser um espaço comum, como num diagrama de Venn-Euler, entre a pessoa individual (subjetividade) e a cultura social em que ela se insere (alteridade).

Uma das estratégias de criação e manutenção da necropolítica, como entendida por Achille Mbembe e seus estudiosos, é o apagamento de grupos de pessoas, frequentemente através da estratégia da polemização ou do pânico moral tramado, forjando um “inimigo” ou bode expiatório a ser combatido por paladinos da ordem conservadora, que se diz, nesse caso, ser aquela que busca manter o *status quo* do passado como se este fosse o ideal apenas por ser do passado. Este apagamento de populações inteiras, assim, ocorre muito fortemente no nível discursivo da sociedade.

Se uma pessoa não é representada na língua por não haver um significante para ela, é como se ela não existisse para parte imensa

dos membros daquela cultura. E mais: outro mecanismo, o de nomear grupos de pessoas excluídas de “vitimistas”, faz parte de um método de infantilização, segregação, banimento e patologização, cujo objetivo é calar, em todas as esferas (sobretudo nas públicas), esses grupos de pessoas.

Isso tudo se agrava na atual conjuntura comunicacional brasileira e mundial. A propagação de *fake news*, discursos de ódios e punitivismo com fundamentos veterotestamentários se valem da criação de uma forma de pânico moral para aterrorizar as pessoas, criando e sublinhando supostos inimigos do sistema a serem combatidos e eliminados. As vontades de se calarem as vozes dissidentes do modelo cis heteronormativo patriarcal, machista e branco, dessa forma, ocorrem devido a um *ethos* que tem como base a exclusão, e não a inclusão, o que corrobora uma tentativa discriminatória que atenta contra a construção da civilização e da cidadania plena.

Ter cidadania plena é ter o direito de existir sendo o que se é; ter o direito de ser, existir e desejar; ter o direito de ser complexo e singular ao mesmo tempo. E, para isso, é preciso que a pessoa esteja na letra da lei, na semântica e nos significantes dos discursos da sua língua, no plano imaginário e simbólico da sociedade, nos espaços plurais. Civilização é isso. Apostar no oposto é almejar a barbárie.

O patriarcado e o machismo através das filologias românicas e das línguas modernas: a imposição do binarismo

Nesse ponto, a linguagem neutra ou inclusiva desempenha um papel discursivo de alto valor retórico, ideológico, cultural. A linguagem não é “neutra” exatamente porque ela foge do salvo-conduto de um “neutro em latim”, além de sair de cima do muro e se posicionar a favor de uma inclusividade que o rótulo de “neutro” pode lhe sequestrar.

Como as línguas são elementos essenciais da cultura, é evidente que estarão repletas de marcas das características das culturas que ao mesmo tempo as criaram e foram criadas por elas.

Desse modo, o patriarcado e o machismo não deixam de apresentar-se nitidamente nas mais diferentes línguas, com suas filologias e gramáticas normativas (sincrônicas ou diacrônicas) diversas.

Chamo de filologias românicas no plural, e não no singular, por estender a România, como fizeram Antenor Nascentes, Said Ali, Carolina Michaëllis de Vasconcelos e Ismael de Lima Coutinho, entre outros, em primeiro lugar a todo o território europeu e africano em que o Império Romano se expandiu. Assim, não apenas as línguas neolatinas fazem parte da România, mas também línguas de troncos anglo-saxões, eslavos etc. A România expandida, assim, seguirá inclusive às Américas quando de seus processos de colonização por metrópoles europeias que, naquele primeiro momento, receberam as influências filológico-culturais da Roma Antiga.

Em alemão, por exemplo, o substantivo “*Mann*” significa “homem”. Por sua vez, o índice que deixa o sujeito indeterminado ou transforma uma frase em voz passiva é “*Man*”, não por acaso. A propósito, a língua alemã possui sincronicamente um gênero neutro, marcado no seu artigo “*das*”.

Assim, teríamos a frase “*Der Mann sagt, dass wir zusammen bleiben müssen*”, cuja tradução para o português é “O homem disse que nós devemos permanecer juntos”.

Se a frase fosse escrita com “*Man*”, alcançaria outra acepção semântica, alusiva à suposta (e falaciosa) “neutralidade” que se quer evocar, como temos dito, para as formas masculinas das diversas línguas.

Desse modo, teríamos “*Man sagt, dass wir zusammen bleiben müssen*”, cuja tradução para o português é “Diz-se (Dizem) que nós devemos permanecer juntos”.

Observe-se que o emprego de “*Man*” torna a oração passiva sintética (“diz-se”) ou lhe dá um sujeito indeterminado (“dizem”). Nos dois casos, o que ocorre é que se quer indefinir a pessoa que praticou a ação verbal (“*sagen*”, “dizer”), e, para isso, usa-se um pronome cuja origem etimológica é a mesma de “homem”

("Mann"), não de "mulher". Ou seja, o que falaciosamente "neutraliza" ou indefine um sujeito do ponto de vista semântico é uma forma linguística explicitamente masculina, e não "neutra".

Muito semelhante é o giro gramatical na língua francesa. E, aliás, com a mesma origem etimológica da partícula em relação ao substantivo "homem" nesta língua. O "On" em francês é um metaplasmo do substantivo "homme", traduzido como "homem", assim como em alemão o "Man" o é de "Mann".

Podemos dizer "*L'homme dit que nous devons rester ensemble*", que é traduzido para o português como "O homem diz que nós devemos permanecer juntos".

Se usarmos o "On", todavia, a frase seria assim expressa: "*On dit que nous devons rester ensemble*". A tradução para o português, assim como ocorreu com a versão do alemão para o português, será assim: "Diz-se (Dizem) que nós devemos permanecer juntos".

Isto é, também na língua francesa o índice de indeterminação do sujeito ou apassivador da oração – em todo caso, trata-se igualmente de um índice que torna o sujeito semanticamente indefinido ou "neutro" – é uma partícula gramatical que remonta não a algum hipotético étimo "neutro", mas a uma raiz que designa muito claramente a forma "homem", o gênero masculino, tanto na biologia quanto na gramática. Cala-se o gênero feminino e usa-se o gênero masculino para referir-se à generalidade das pessoas.

Ainda em relação à percepção filológico-etimológica de certas palavras nas línguas, e de como elas fazem ressurgir ininterruptamente as exclusões sociais, é interessante observar certas questões, e de como elas perenizam a discriminação entre homens e mulheres e de grupos uns em relação a outros.

O conceito de "língua materna" (a maternidade é da mulher) é aquele que aponta para a língua aprendida espontaneamente, sem a pressão da escola. A língua que aprendemos "de nascença".

Por sua vez, a "língua padrão" ("padrão" é palavra que tem raiz no latim e a que aponta para "pai", como temos em "padrinho", "padre") surge como aquela em que o monitoramento, o letramento e a escolarização aparecem como um caminho que se

considera superior ou mais evoluído que a mera permanência na língua materna, distensa e até branda.

Essa dicotomia homem-mulher é intrínseca a uma conformação familiar específica. Tal figuração é aquela que remete ao capitalismo (e, mais recentemente, ao neoliberalismo); às novas formas oriundas das revoluções industriais inglesas, a espalhar-se pelo mundo, que enrijecem o arranjo familiar exclusivamente entre um homem (pai) e uma mulher (mãe), com objetivos reprodutores, para criar operários e consumidores; e ao papel do Estado por sobre essa organização administrativa, por assim dizer, das subjetividades humanas, tendo em vista um fim pragmático de criação de mão de obra sobressalente com o qual a alta burguesia pode pôr e dispor. Marx e Engels, além de Weber e Vico, entre muitos outros autores, se preocuparam com a configuração e compleição da família por linhas semelhantes.

Essa forma de família, dita “tradicional”, que traz consigo o que chamo de imposição do binarismo, não é a única existente, nem nunca foi. Uma porcentagem enorme da população brasileira é oriunda de famílias monoparentais, por exemplo.

Devo observar que não existe nenhum problema de per se na família “tradicional” há pouco descrita. O problema ocorre quando (ou se) esse modelo não aceitar a realidade empírica dos fatos sociais que o circundam e se impuser a todas as outras configurações, tentando extirpá-las.

Outro problema – grave – é quando esse modelo se alia às forças políticas estatais e quer impor-se às outras apresentações familiares de forma “institucional”, marginalizando ou até criminalizando grupos que não o seguem. Esse fato traz uma tribulação extra: a confusão que passa a existir entre o espaço privado (a família) e o espaço público (o Estado). A família “tradicional” se coloca em parêntese com o Estado e passa a tentar impor suas regras (com as respectivas exclusões) ao aparato estatal, que deve ser de proteção de todas as pessoas que o compõem.

Sérgio Buarque de Holanda trata do assunto:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóteses, para falar como na filosofia alexandrina. ⁶

Os movimentos provenientes dos repertórios reivindicativos das mulheres têm se mostrado, ao longo dois séculos, indispensáveis para a libertação não apenas feminina, mas, junto com elas, de vários outros grupos postos à margem do sistema. É ainda subestimado o papel dos feminismos nas conquistas das inserções socioculturais e socioeconômicas que a história tem presenciado.

Ainda sobre a mulher, mais uma vez, deixo falar Hobsbawn:
Um importante problema que a liberação sexual suscitou, ou ao qual chamou a atenção, foi o da exata natureza do futuro da mulher na sociedade se lhe fosse concedida igualdade de direitos, oportunidades e tratamento. Aqui, o ponto crucial era o futuro da família, que dependia da mulher como mãe. ⁷

⁶ Holanda, 1995, p. 141-145.

⁷ Hobsbawn, 2006, p. 306.

A mulher como mãe?

Além da distinção entre “língua materna” e “língua padrão” como mostrei há pouco (em que a maternidade converge com o lado afetivo da língua, ao passo que a paternidade apresenta o que há de supostamente efetivo), há outras marcas na língua que o filólogo não pode deixar de notar. Na construção daquela família cuja conformação descrevi há pouco, o matrimônio (palavra cognata de “mãe”, “maternidade”) é aquela cerimônia sagrada, cheia de simbolismos e emoções, enquanto o que se gera é o patrimônio (palavra cognata de “pai”, “padrão”, “paternidade”), totalmente fincado no realismo, objetivo, terra a terra. Mais uma vez, o matrimônio (mãe) se cerca de afetividade, e o patrimônio (pai) se cinge de efetividade.

Como psicanalista, não posso deixar de observar que parte dessa dinâmica familiar estagnada (ou seja, que exclui e repele quaisquer outras) está na própria conceituação de Freud a respeito do complexo de Édipo. É a figura do pai (o nome do pai, como dirá Lacan) que se expõe como o construtor da instância do Superego ou Supereu, que é aquela que se responsabiliza por intermediar o desejo, a libido e as pulsões, de um lado, e as exigências sociais, de outro.

O lugar do masculino como esse elemento cuja função é censurar, reprimir, vetar, bloquear (ou castrar, na linguagem freudiana) fica evidente na sociedade machista patriarcal. E, como estamos mostrando, esses padrões se reproduzem na língua e no discurso, que censura, reprime, veta, bloqueia ou castra certos grupos – e as expressões e significantes e significados desses grupos.

Por outro lado, assim que se percebe fora da relação parental, a criança é acometida da angústia de castração (oriunda do medo da rivalidade com o pai / a função paterna), em que se vê às voltas com sentimentos intensos e contraditórios como: medo, culpa, raiva, ódio, traição. A criança também percebe que não pode “derrotar” o pai, e vai formando sua identidade com bases que sugerem a

resolução do complexo de Édipo, o que permite que ela entre na genitalidade adulta.⁸

Sobre as relações da criança com o papel materno e o papel paterno, de acordo com a normatividade rígida que inspirou o gênio de Freud às suas tópicas e às suas construções teóricas sobre o complexo de Édipo, ainda posso dizer:

Assim, comparando as três estruturas, vemos que: na patologia neurótica, há o recalçamento do desejo (*Verdrängung*): o filho não supera bem o desejo não realizado com a mãe/papel materno, e esse conflito (a partir da defesa do recalçamento em relação àquele desejo) retorna em forma de sintoma neurótico (o retorno do recalçado). Na patologia psicótica ocorre uma rejeição (*Verwerfung*) da realidade e do Complexo de Édipo. Por fim, na patologia da perversão ocorre a recusa (*Verleugnung*) da castração edipiana.⁹

É também interessante observar que a forma como costumeiramente nos referimos à alimentação da criança remonta a essas questões de relações fechadas que separam rigidamente a mãe e o pai.

Quando a criança ainda é muito pequena, ainda não possui sequer dentes e é totalmente dependente para existir, o que ela faz é “mamar” (verbo evidentemente derivado de “mãe”). À medida que vai se tornando um pouco mais autônoma, sua alimentação já consiste em “papar” (verbo derivado de “pai”). Mãe e pai estão espartanamente discriminados, cada um dos quais com um espaço que não pode ser transposto ou desviado no arranjo sociocultural. Nem no discurso. Arranjo este, por sua vez, que suprime qualquer outro, não admitindo a coexistência de configurações tão complexas, plurais e diversas quanto a própria subjetividade e suas relações com o ambiente social.

⁸ Caetano, 2022, p. 26-27.

⁹ *Idem*, p. 47.

Sendo uma normose, como é, apenas com a explicitação de seu caráter social e individualmente patogênico se pode iniciar um percurso de derrubada desse paradigma. Só por isso, a linguagem inclusiva já é sumamente louvável.

Costumo dizer que, na queda de braço entre usar ou não usar a linguagem neutra, o simples sim ou não será sempre menos importante do que a discussão em si mesma. Língua é cultura. O fato de essa discussão estar no campo cotidiano e até uma tentativa de se coibir esse uso por via legislativo-jurídica, como o estado de Rondônia tentou fazer no STF em 2023, é sintoma inescapável de que, queiram ou não, defendam ou detratem o seu uso, a questão emerge à vista de todos na sociedade.

E não só a “questão linguística”. Mas, sim, a questão do fato em si, do fenômeno de inclusão por si só, da luta identitária de um determinado grupo invisibilizado, como tantos outros, por um modelo de sociedade como a brasileira, que é exclusivista (e não inclusivista), classista e construído quase totalmente para certos padrões hegemônicos, banindo a pluralidade e a alteridade e até lutando contra ela.

Palavras finais: uma ameaça a quem?

Todos esses pontos constituem um ponto nodal na discussão da gramática e dos usos da língua portuguesa contemporânea, sobretudo na variante da cultura brasileira.

Maria Helena de Moura Neves, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, se posicionava a favor da chamada “linguagem neutra”, de cuja nomenclatura, entretanto, ela discorda.

E a professora complementa seu pensamento abordando, também, a questão do caráter sistêmico mais conservador de uma língua, que é muito mais resistente às mudanças. Ou seja, ela põe lado a lado exatamente as forças conservadora e transformadora/inovadora do idioma. Forças centrípetas e centrífugas, como diria Hugo Schuchardt. Formalismo e

funcionalismo andando lado a lado, como um Michael Halliday ou um Eugenio Coseriu postulariam.

Diz Maria Helena de Moura Neves:

Considero um equívoco o uso desse termo “linguagem neutra” para a proposta que ele representa. Na verdade, esse movimento visa à inclusão social, sem discriminações, de todos os grupos da sociedade, tratando-se, pois, da proposta de uma “linguagem inclusiva” ou “língua inclusiva”, o que é extremamente louvável. Quando alguém usa, nas suas produções linguísticas, orais ou escritas, as marcas linguísticas que têm sido propostas com essa finalidade, ele está exercendo um papel social, marcado e importante, de condenação das discriminações. [...]

Entretanto não se pode supor que, em um determinado momento da vida da sociedade, algum falante de uma língua, ou algum contingente de falantes, impelido pela motivação de uma conduta desejável, terá sucesso propondo uma alteração do “sistema” da língua. Se recuperarmos historicamente as alterações de sistemas linguísticos, até com a extinção de línguas e a criação de novas línguas, veremos que as mudanças, em cada sistema, fizeram-se a partir do uso natural da língua por uma comunidade.¹⁰

Com isso, Moura Neves questiona a possível efetividade na mudança do sistema da língua impulsionada por essa motivação linguística inclusiva, o que, reitera-se, gera um contraponto exatamente entre as forças centrífugas ou inovadoras e até progressistas da língua (no caso, a linguagem inclusiva) e as forças centrípetas ou conservadoras da língua (o seu sistema e sua deriva).

De fato, não há “ameaça” nenhuma à língua. Se, no presente ou futuro, houver realmente mudança sistêmica ou formação de variante estável (pertencente a um grupo social específico, por exemplo), é sinal de que deve ter havido as condições sociolinguísticas para tanto, que Labov, Weinreich e Herzog sublinharam: fator condicionador, avaliação, encaixe,

¹⁰ Neves, 2022.

implementação etc. Em todo caso, trata-se da deriva normal das línguas naturais, que, de fato, mudam.

Considero até uma oportunidade não desprezível de se abordar a questão em aulas, debates, conversas, não apenas de língua e linguagem, mas também de sociedade e cultura. Até mesmo de questões políticas e geopolíticas, como conservadorismo e progressismo. Parece-me que é um elemento bom para se discutir a prevalência da norma-padrão linguística hegemônica (de que a variante não faz parte) em certas modalidades/gêneros, ao lado da inevitável convivência com formas dissidentes periféricas motivadas pelas mais diferentes causas.

E, olhando por uma perspectiva antropológica derradeira, essa tentativa de movimento tectônico na língua parece uma das muitas consequências do antropoceno (e aqui se abre uma vertente crítica nada romântica), no qual estamos vivendo. Se, pela primeira vez nos mais de 5 bilhões de vida do planeta Terra e nos mais de 300 mil anos de primazia do *homo sapiens* (há quem expanda essa primazia a um milhão de anos), o ser humano está conseguindo agir tão dramaticamente em toda uma era geológica (a ponto de poder extinguir-se como espécie), a língua, e talvez toda uma "era linguística", como manifestações primeiras da cultura e da civilização, acabam sendo erodidas pelo mesmo ser humano e talvez com a mesma dramaticidade nunca antes experimentada.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo, Companhia das letras, 2013. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. Rio de Janeiro, São Paulo, Editora Record, 2008.
- CAETANO, Marcelo Moraes. *Freud e psicanálise: primeiros contatos com a teoria e a prática clínica*. Rio de Janeiro, Editora Jaguatirica, 2022.
- CAETANO, Marcelo Moraes. *Morfologia da língua portuguesa: Breve história filológica do latim ao século XX*. Seattle, Amazon Books, 2019.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. 10. edição. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

NEVES, Maria Helena de Moura. “Professora e linguista com 70 anos no serviço público vê equívoco em termo ‘linguagem neutra’”. *Folha de S. Paulo*, Março de 2022. <www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-neutra.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa>. Acesso em 20 de junho de 2023.

PIZA, Daniel. *Machado de Assis, um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

CAPÍTULO 3

SOMOS TODOS IGUAIS PERANTE A LÍNGUA? O USO NEUTRO DE GÊNERO NO CONTRASTE ENTRE LÍNGUA E DISCURSO

Eveline Coelho Cardoso

(...) nunca é demais insistir, a língua não tem “objetivo” nenhum: nós, falantes, é que realizamos atividades linguísticas para determinados fins e, principalmente, vemos só, para resolver problemas sociais, entre os quais, vemos só de novo, facilitar o fluxo cognitivo e comunicativo e também, claro, para dificultar esse fluxo. Afinal, quantas vezes nos valemos da linguagem para ocultar, dissimular, mentir, ludibriar, engambelar etc. etc. etc.?
(Marcos Bagno)¹

Introdução: da vida para a aula de língua

O debate em torno do chamado “gênero neutro” ou da “linguagem neutra ou inclusiva” está cada vez mais presente no cenário contemporâneo brasileiro, motivado por uma disputa político-ideológica bastante acirrada nas últimas décadas, que envolve a luta da comunidade LGBTQIA+ por seus direitos. A tentativa de inclusão de pessoas que não se identificam com expressões especificamente masculinas ou femininas gera grande mobilização, uma vez que interfere em estruturas linguísticas correntes e, ao mesmo tempo, abala um imaginário de unidade e

¹ Bagno, 2023.

pureza do idioma que permeia a sociedade desde sempre. Conforme Barbosa Filho², esse é um movimento tão antigo quanto as próprias línguas e, no Brasil, corresponde a uma batalha de pelo menos três séculos não apenas em torno da língua, mas *pela* língua.

No campo legislativo, segundo reportagens recentes, ao menos 69 projetos de lei antitrans foram apresentados nas esferas federal, estadual ou municipal desde o início de 2023³, 45 tendo como alvo a proibição da linguagem não binária de gênero.⁴ Trata-se de propostas de partidos reconhecidamente conservadores – a maioria vinculada ao Partido Liberal (PL), legenda do governo vigente no país de 2018 a 2022 –, muitas delas submetidas após o Supremo Tribunal Federal declarar inconstitucional, em fevereiro de 2023, uma lei de Rondônia que vedava o uso de termos como "todes" e "amigues" em escolas e concursos públicos. O referido projeto julgava a linguagem neutra como uma "aberração", uma "interferência ideológica no uso da língua padrão".

O debate acalorado pauta a mídia e as redes sociais, dividindo opiniões mesmo entre especialistas da área de linguagem, sempre convocados a opinar quando alguma nova tendência "ameaça" a suposta integridade da língua. Nesse sentido, é notória a circulação de diversos artigos e comentários, que divulgam desde a explicação do conceito de linguagem neutra e instruções sobre seu uso em ambientes corporativos até argumentações categóricas contra esse emprego com base exclusivamente na prescrição gramatical. Não raro, comentários ofensivos aos partidários da neolinguagem de gênero acompanham as postagens, a exemplo do texto facilmente acessível em páginas de busca "Porque [sic] usar o pronome neutro torna você um retardado", atribuído a uma professora de português.

Foi o diálogo com uma antiga aluna do ensino médio – hoje licenciada em Biologia e dedicada à oferta de educação profissional – que primeiramente me impeliu a pensar sobre o tema, há cerca de

² 2022, p. 143.

³ *Folha de S. Paulo*, 20/03/2023.

⁴ *G1*, 29/01/2023.

um ano. À época, basicamente duas perguntas me foram feitas, motivadas por uma preocupação social e ao mesmo tempo linguística, por assim dizer: como tratar e acolher alunos, sobretudo jovens, com demandas ligadas a questões de gênero? E qual a sua opinião sobre o gênero neutro gramaticalmente falando? Um semestre depois, envolvida com a disciplina de morfologia nos cursos de graduação em Letras da Uerj, pude amadurecer a discussão sobre a linguagem neutra ou inclusiva a propósito do estudo do gênero como categoria gramatical do português, razão pela qual me encorajei a partilhar estas linhas.

Neste que se propõe um ensaio de resposta às duas perguntas precedentes, parto de uma breve exposição sobre o aspecto linguístico da questão do gênero, apoiada principalmente na obra referencial de Mattoso Câmara Jr.⁵, para, na sequência, analisar a proposta de usos inclusivos dessa categoria nos limites do sistema linguístico, com base em estudos mais recentes.⁶ Em um segundo momento, deixando-me conduzir por pressupostos da análise do discurso de base semiolinguística⁷ – filiação que me impele a olhar para a materialidade da língua para além de sua abstração e explicitude –, focalizo a questão do gênero a partir do exame de algumas escolhas não binárias presentes em uma notícia publicada pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) em janeiro de 2023, a propósito da eleição de deputados e deputadas da comunidade LGBTQIA+ em 2022.

Cada seção deste texto corresponde, pois, a algumas notas, mais reflexivas que conclusivas, que servirão como mote à discussão e, espera-se, poderão contribuir para o amadurecimento do tema a que se dedica esta coletânea. Intenta-se, por meio desse referencial, fornecer subsídios teóricos para assinalar um posicionamento científico na arena que discute o suposto uso neutro da linguagem, pondo em evidência as (des)igualdades que

⁵ 1972; 1975; 1999 [1970].

⁶ Schwindt, 2020a; 2020b e Cavalcante, 2020; 2022.

⁷ Charaudeau, 2008; 2014.

atravessam a língua e seu uso como meio concreto de facilitar ou dificultar a comunicação e a legitimação de diferentes sujeitos e sentidos, como nos lembra Bagno em nossa epígrafe.

O ponto de vista cria o objeto

A máxima saussuriana mais conhecida publicada no *Curso de Linguística Geral* nos parece um bom ponto de partida para uma reflexão sobre um tema controverso que diz respeito à língua. Não obstante as questões autorais e epistemológicas que envolvem a obra inaugural da ciência linguística, convém recordar a observação do autor no capítulo em que buscava demarcar seu objeto de estudo: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”⁸. O mestre genebrino parte de uma ponderação sobre a palavra francesa “nu”, defendendo que corresponde a diferentes materialidades de estudo a depender do olhar daquele que se presta a analisá-la: uma sequência de sons, a expressão de uma ideia, a derivação de uma forma latina (*nūdum*) etc.

Sabemos que Saussure situou a recém-nascida linguística no bojo do que concebia como Semiologia – uma ciência ocupada com os signos no seio da vida social – e elegeu a língua, ou *langue*, como “objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem”⁹, tomando-a como o principal dos sistemas semiológicos que caracterizam os fatos humanos. Na definição que marcou os estudos da linguagem até nossos dias, a língua é tomada como a parte social da linguagem, um todo concreto e homogêneo, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro. Suas unidades componentes são os signos, entidades psíquicas de duas faces indissociáveis: um conceito ou significado e uma imagem acústica ou significante, unidos por um laço arbitrário.

⁸ Saussure, 1974, p. 15.

⁹ *Idem*, p. 22.

Fundamental à configuração da linguística como ciência autônoma no início do século XX, o privilégio da língua “em si mesma e por si mesma”, em detrimento da *parole* com sua natureza individual, acessória e acidental, traria críticas ao enfoque essencialmente sincrônico estruturalista após a emergência dos estudos da enunciação, na década de 1960. Convém lembrar as palavras de Mikhail Bakhtin em sua crítica explícita às teses de Saussure, afirmando que o grande estudioso suíço ocuparia, com outros linguistas contemporâneos, como Charles Bally e Antoine Meillet, o pináculo da orientação do pensamento filosófico-linguístico denominado *objetivismo abstrato*:

Devemos, agora, perguntar-nos se a língua existe realmente para a consciência subjetiva do locutor unicamente como sistema objetivo de formas normativas e intocáveis (...). A essa questão somos obrigados a responder pela negativa. (...) Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (...). O que importa (...) é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma linguística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível.¹⁰

Como se vê, sob as lentes de sua filosofia marxista da linguagem, o olhar bakhtiniano confere outro contorno ao objeto língua, assumindo que é a interação que constitui a linguagem como estrutura socioideológica e processo de evolução ininterrupto. A verdadeira substância da língua, segundo o pensador russo, não é, pois, constituída por um sistema abstrato, mas se realiza fundamentalmente na e pela interação, de forma dialógica. Tal descrição repercute nas teorias contemporâneas do discurso e inaugura uma forma de abordagem das unidades da língua como *signos ideológicos*, propondo que uma análise

¹⁰ Bakhtin, 1992, p. 92-93.

linguística deva seguir um caminho “de fora para dentro”, dando relevo aos aspectos históricos, sociais e interativos fiadores do sentido da enunciação completa.

O contraste entre a perspectiva estruturalista e a enunciativa diante dos fatos da língua ressalta a importância das lentes teóricas no tratamento de um objeto. Nesse sentido, até que ponto se pode fazer críticas a uma abordagem, sabendo que ela se justifica na escolha fundamentada de uma teoria? Fiorin¹¹ pondera, por exemplo, que a acusação de esvaziamento da língua de seu caráter histórico atribuída a Saussure não seria justa e decorreria de má interpretação das ideias do *CLG*, uma vez que seu discurso se contrapõe a uma concepção naturalista da linguagem predominante em seu tempo, que tomava as línguas como organismos vivos independentes da vontade humana. Segundo Fiorin, ao cunhar as dicotomias *langue* e *parole*, *sincronia* e *diacronia* e dar relevo à *arbitrariedade* como um traço essencial do signo linguístico, Saussure teria acentuado o caráter social e a essência histórica da língua: “O mestre de Genebra não desistoriciza a língua, mas a desnaturaliza. É preciso ver todos os discursos numa perspectiva histórica. Isso significa apreender com quem um discurso dialoga, em oposição a de que discurso ela se constitui.”¹²

Ainda nos termos de Fiorin, sendo prova cabal do aspecto criativo e, portanto, cultural da língua, a arbitrariedade do signo considera a preponderância da convenção social sobre a relação das formas linguísticas com a realidade e sobre a relação do significante com o significado de um signo. A própria configuração do gênero como uma categoria convencional, “por mero capricho da sorte”¹³, divide os nomes em masculinos e femininos. As palavras “garfo” e “colher”, pertencem, respectivamente, ao gênero masculino e feminino em português; porém, além do significante diferente, também o gênero dessas palavras pode se alterar em outros

¹¹ 2014.

¹² *Idem*, p. 57.

¹³ Bagno, 2012.

idiomas: garfo também é masculino em espanhol (*tenedor*), mas é feminino em francês (*fourchette*) e em italiano (*forchetta*); colher é feminino em espanhol (*cuchara*) e em francês (*cuillère*), mas é masculino em italiano (*cucchiaio*).

Como força da coletividade, a arbitrariedade nos impele a pensar a influência de um povo sobre sua língua, mas, segundo Saussure, não dá ao falante individualmente a liberdade de fixar qualquer valor para suas formas. Nesse sentido, a língua é, ao mesmo tempo, mutável e imutável e esse é um ponto importante para a discussão sobre a linguagem neutra ou não binária de gênero, uma vez que consiste na alteração intencional de algumas formas linguísticas, como artigos, pronomes e adjetivos, para incluir parte da comunidade de falantes que não se sente representada no uso dessas formas. Uma das críticas feitas a tal iniciativa até mesmo por linguistas é justamente o alcance dessa intervenção acima do nível da consciência, isto é, uma mudança artificial na linguagem, que poderia resultar em processos pouco produtivos¹⁴.

Trata-se, pois, de uma iniciativa que põe em xeque a arbitrariedade do signo, sobretudo, a que teria elegido, há séculos, em línguas neolatinas, o masculino genérico como a escolha gramatical obrigatória para se referir a um grupo de pessoas formado por homens e mulheres ou a pessoas cujo sexo não conhecemos. Esse tipo de prescrição gramatical foi mote para que as manifestações feministas começassem a problematizar, na década de 1960, o que seria uma tendência eurocêntrica e masculinizante das línguas. A fim de desnaturalizar e historicizar a distinção binária de gênero ancorada em princípios biológicos de identificação dos corpos, tais movimentos puseram em pauta a legitimação social da masculinidade, concebendo-a como uma questão de poder, um projeto individual e social de hierarquização

¹⁴ Cf. Cavalcante, 2022.

e exclusão não só das mulheres, mas também de crianças, de idosos¹⁵ e – acrescentamos – de pessoas transgênero.

Esse projeto de poder se torna patente ao pensarmos, a partir de Colling¹⁶, na questão do voto feminino, atravessada pelo simbolismo do uso neutro do gênero na letra da lei. Desde 1891, a Constituição Brasileira apregoa que “*todos* são iguais perante a lei” e que “*são eleitores os cidadãos brasileiros* maiores de 21 anos”¹⁷. Embora esse fato tenha levado as mulheres que almejavam participar do mundo político à época a contestar a ambiguidade do texto, que não deixava clara sua interdição, foi só em 1932 que o sufrágio feminino finalmente foi garantido como direito, após pressão política intensa de movimentos feministas. Nesse sentido, em um contexto mais recente, também vale mencionar o esforço em torno de uma política de cotas de gênero na legislação eleitoral, que prevê, desde 1997, o percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas por partido. É um dado curioso se considerarmos que as mulheres correspondem a mais da metade do eleitorado no Brasil¹⁸.

Como se vê, conforme a autora, por trás do caráter aparentemente assexuado, o uso neutro masculino nomeia apenas uma parte dos elementos da sociedade no que diz respeito à garantia efetiva de direitos políticos (e outros). Podemos, pois, entender que a neolinguagem de gênero, mais do que uma questão de marcação do gênero gramatical nas palavras, é atravessada por relações simbólicas e identitárias, que encontram no terreno da língua um espaço privilegiado de tensão e resistência. Esse entendimento enseja nossa indagação central – somos todos iguais perante a língua? – e nos motiva a continuar pensando o tema em duas frentes: como uma questão mais específica de língua, como veremos nas duas próximas seções, e como uma questão de discurso, na sequência.

¹⁵ Albuquerque Jr., 2019.

¹⁶ 2015.

¹⁷ Respectivamente, Art. 72, parágrafo 2; e Art. 70.

¹⁸ Dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 28/07/2022.

Ponto de vista gramatical: a noção de gênero intrínseco

Em perspectiva linguística, o estudo do gênero na língua portuguesa tem como referência obrigatória a obra de Joaquim Mattoso Camara Jr., estudioso brasileiro que nos legou importantes aplicações das teses estruturalistas no campo fonológico e morfossintático. No que diz respeito à categoria do gênero, o destacado linguista e professor parte de uma crítica ao tratamento dado à questão pelas gramáticas tradicionais, que considera insatisfatório, incoerente e confuso dada a complexidade do tema. Segundo o autor, essa complexidade já existia no latim e tem natureza conceptual e morfológica no português e nas línguas neolatinas – o que, como vimos discutindo e retomaremos adiante, aponta também para a possível incidência de aspectos extralinguísticos na descrição do objeto língua.

Em geral, na abordagem da tradição gramatical do português, os substantivos correspondem a dois gêneros: o masculino e o feminino. Segundo Camara Jr., essa divisão binária preponderante nas línguas neolatinas derivou da eliminação do gênero neutro do latim clássico, que “não correspondia a um conceito nítido mesmo parcialmente. Era já então uma simples idiossincrasia formal dos nomes da língua”, com marca distintiva muito fraca¹⁹. A noção de gênero neutro permanece apenas na significação dos demonstrativos *isto, isso, aquilo* e de outros termos, como *tudo, nada* e *algo*, que não se reportam a seres animados.

O quadro a seguir resume a proposta que comumente encontramos nos manuais para a descrição do gênero dos substantivos:

¹⁹ Camara Jr., 1975, p. 75.

Quadro 1. Descrição gramatical do gênero dos substantivos em português

FLEXÃO DE GÊNERO NOS SUBSTANTIVOS EM PORTUGUÊS		
MASCULINO / FEMININO	Os substantivos que designam pessoas ou animais costumam flexionar-se em gênero, isto é, têm geralmente uma forma para indicar os seres do sexo masculino e outra para indicar os do sexo feminino.	<i>homem – mulher</i> <i>bode – cabra</i> <i>aluno – aluna</i> <i>cantor – cantora</i> <i>cidadão – cidadã</i> <i>profeta – profetisa</i> <i>galo – galinha</i>
EPICENO	Nomes de <i>animais</i> que possuem um só gênero gramatical para designar um e outro sexo.	<i>o gavião, o tatu, o besouro</i> <i>a águia, a borboleta, a cobra</i>
COMUM DE DOIS	Uma só forma para os dois gêneros.	<i>o/a agente, o/a artista</i> <i>o/a colega, o/a estudante</i>
SOBRECUMUM	Um só gênero gramatical para designar <i>pessoas</i> de ambos os sexos.	<i>o algoz, o cônjuge, o indivíduo</i> <i>a criança, a testemunha, a pessoa</i>

Fonte: Elaboração própria com base na NGB e em Cunha e Cintra²⁰

Segundo Camara Jr., o problema da descrição tradicional decorre, primeiramente, de uma incompreensão semântica, que associa as noções de sexo biológico e gênero gramatical. O autor ressalta que o reconhecimento do gênero nos substantivos decorre de um recorte arbitrário do mundo, que reflete uma visão cósmica peculiar expressa na camada semântica da língua, a qual, por sua vez, busca aproximar a realidade biológica dos seres de sua expressão linguística. Entretanto, não obstante a importância cultural dessa relação, Camara Jr.²¹ adverte que tomá-la como única e exclusiva orientação para a descrição gramatical é precário e contraproducente, de modo que defende uma abordagem essencialmente formal desse aspecto linguístico, desvinculando sumariamente as noções de sexo e gênero.

²⁰ Brasil, 1959; Cunha e Cintra, 2017.

²¹ 1972.

Assim, o gênero é um traço inerente a todos os substantivos portugueses independentemente de designarem seres sexuados: *casa*, *ponte* e *janela*, por exemplo, são femininos; *palácio*, *pente* e *sofá* são masculinos. Camara Jr.²² reconhece a possibilidade de se pensar a atribuição do gênero desses casos por via metafórica, mas, sob a perspectiva estruturalista, considera que essa reflexão não leva muito longe. Cavalcante²³ menciona que esse não é um ponto pacífico na literatura, e, citando outros autores, sinaliza certa subjetividade na classificação de gênero nas línguas, decorrente da interpretação de formas linguísticas relativas a objetos como mais ou menos marcadas por traços binários de virilidade ou delicadeza, por exemplo, por influência da tradição ocidental, sobretudo religiosa. Todavia, a autora reconhece que não se pode fazer uma associação automática entre o binarismo de gênero e a tradição ocidental, uma vez que há línguas, como o alemão, que têm palavras neutras referentes a seres femininos.

Além do aspecto intrínseco do gênero gramatical, Camara Jr. ressalta que, mesmo nos casos em que se refere a seres sexuados, o gênero gramatical nem sempre corresponde ao “gênero natural”. É o que expressam os substantivos uniformes chamados pela tradição de *sobrecomuns*, que não sofrem variação quer se refiram a seres que se identifiquem biológica ou socialmente com traços mais masculinos ou mais femininos: *testemunha* é sempre feminino, mesmo que se refira a um homem; *cônjuge* será sempre masculino ainda que se refira à esposa de um casal. O mesmo princípio vale – ou valeria – para os substantivos *epícenos*, que se referem a animais. Examinemos estes exemplos extraídos de manchetes recentes:

(1) Xamã será **a primeira onça-pintada macho** a voltar à natureza no Brasil (*Uol*, 12/02/2023)

(2) Prefeito se casa com **um jacaré fêmea vestido** de noiva (*Pleno News*, 06/07/2023)

²² 1999 [1975].

²³ 2022.

(3) *Jacaré fêmea resgatada* em bueiro é *batizada* de 'Marina Silva' (*Correio Braziliense*, 04/01/2023)

(4) *A crocodilo fêmea 'virgem'* que gerou filhote sem participação de macho (*BBC*, 08/06/2023)

Como se observa em (1) e (2), o gênero gramatical do substantivo “onça” é feminino – o que também é inequivocamente expresso na composição com o adjetivo “pintada” – e o gênero gramatical de “jacaré” é masculino, informações que não dependem do sexo do referente (contrário ao gênero gramatical nesses casos). Câmara Jr.²⁴ destaca que o acréscimo dos substantivos apostos “macho” e “fêmea” aos nomes de animais como os citados não é imperativo, uma vez que podemos simplesmente dispensá-los. Além disso, em (1) e (2), como preconiza a gramática, o gênero de tais palavras não muda com a opção pelos termos apostos, o que está claro no emprego dos determinantes e modificadores que fazem a concordância nuclear: “a primeira onça-pintada macho”, “um jacaré fêmea vestido”.

Entretanto, as frases (3) e (4) não seguem esse princípio e parecem forçar uma conexão entre a realidade biológica e o gênero gramatical das palavras. Talvez a ausência do artigo (principal indicativo do gênero), no caso de (3), ou de outros determinantes e modificadores, no caso de (4), tenha favorecido a suspensão provisória do imperativo gramatical do gênero e motivado o predomínio da “visão cósmica da língua”, permitindo, em tempos de linguagem inclusiva, o nascimento de *uma jacaré fêmea* e de *uma crocodilo fêmea*. Cabe retomar aqui as palavras já citadas de Bakhtin²⁵, que ressaltavam o interesse dos locutores pela variabilidade e pela flexibilidade dos signos, experimentada no pleno uso da língua.

Outra particularidade semântica atinente ao gênero e assinalada por Camara Jr.²⁶ é a indicação de uma especialização

²⁴ *Op. cit.*

²⁵ *Op. cit.*

²⁶ 1972, 1975.

morfossemântica do masculino a partir das formas femininas. Essa especialização, muitas vezes, afasta as formas opostas, designando nuances diversas de sentido: ideia de coletividade para o feminino (*ramo, rama; ovo, ova*); de diversidade de emprego (*sapato, calçado; sapata, pedestal*); de diferença dimensional (*barco, barca*); de delicadeza de fatura (*jarro, jarra*). Com efeito, o feminino não se limita à especificação das fêmeas do reino animal, como em *menino, menina; urso, ursa*, e as muitas nuances de sua particularização corroborariam sua interpretação como forma marcada ou mais saliente de gênero.

Daí decorre o chamado uso neutro do masculino, tomado como termo geral, não marcado, em enunciados como “Boa noite a todos” ou “Queridos alunos”. Segundo Collischonn e Schwindt²⁷, que se filiam a uma abordagem estritamente formal da língua, esse papel gramatical do masculino corresponde a uma função coringa, que se observa, além dos exemplos mencionados, no uso da forma masculina do particípio em locuções verbais (“ela tinha comprado”) e, mais recentemente, também no emprego de “obrigado” como interjeição, inclusive na fala de muitas mulheres (em vez de “obrigada!”). Também Possenti²⁸, citando o linguista canadense John Martin, analisa exemplos de concordância de alguns predicativos e de orações sem sujeito que corroboram o traço não marcado do masculino, como “Está cheio de laranja na geladeira”, “Tomar uma cerveja seria ótimo” ou “Aqui é bom”.

Segundo Possenti, quando se aceita que as questões morfológicas nada têm a ver com as questões ideológicas, não é difícil compreender a proposta de que o feminino seja uma especificação do geral não marcado. Também Schwindt²⁹ argumenta que, embora seja legítima a constatação de que homens criaram as teorias e, nesse sentido, seria ideológica a eleição do masculino como forma linguística preponderante, isso não é

²⁷ 2015.

²⁸ 2022, p. 25-26.

²⁹ 2020b.

suficiente para deslegitimar a abordagem estrutural restrita da língua. Tendo em vista que, em muitas línguas, o gênero não marcado é o masculino, os referidos autores sustentam que isso não implica necessariamente subordinação ou diminuição de *status* do feminino ou relação de poder do homem sobre a mulher, de modo que seria precipitado julgar como sexismo essa tendência. Questão de ponto de vista.

Conforme a tradição gramatical, as formas femininas são consideradas marcadas não apenas por particularizações de sentido, também pelo acréscimo de um índice mórfico próprio, a desinência -a. Porém, embora tenhamos a impressão de que esse mecanismo flexional é geral para indicar o gênero, trata-se de uma exceção no português e isso também incide sobre a discussão de uma marcação não binária de gênero, como veremos a seguir.

A flexão de gênero no português: exceção e imprezibilidade

Para Câmara Jr.³⁰, a marcação de gênero no português também é complexa do ponto de vista morfológico, especialmente se comparada ao plural, que se resume ao acréscimo do morfema -s em oposição ao morfema Ø da forma singular. A complexidade é herdada do latim, que só tinha oposição formal nítida de masculino e feminino em uma parte dos adjetivos. No quadro morfossintático estruturalista proposto por Mattoso Câmara, o gênero do substantivo em português não apresenta marca morfológica, isto é, apresenta desinência Ø, uma vez que subsiste como um traço semântico imanente ou intrínseco na maior parte dos nomes, como vimos anteriormente, e se evidencia nos artigos e adjetivos que acompanham esses substantivos.

Os pressupostos de Câmara Jr. sustentam a crítica que faz à tradição por tratar todo mecanismo de formação do gênero em português como flexional (Cf. Quadro 1). Conforme o autor, o princípio fundamental da morfologia de gênero em português, tal

³⁰ 1975.

qual no latim, é morfossintático e se revela na presença de determinantes e modificadores que acompanham um nome, especialmente o artigo. É por essa razão que não se pode afirmar que a palavra *mulher* seja o feminino de *homem*, ou que a palavra *cabra* seja o feminino de *bode*, tendo em vista que a oposição entre elas não se dá no contraste de sua estrutura mórfica pelo acréscimo de uma marca específica de gênero.

Isto posto, a marcação flexional de gênero nos substantivos, perceptível em *lobo, loba; mestre, mestra; espanhol, espanhola; freguês, freguesa*, além de ser um traço redundante à imanência, corresponde a uma exceção no universo dos nomes do português, dado que diz respeito a apenas 4,9% dos nomes dicionarizados, dos quais apenas 1,5% correspondem a uma oposição associada à diferença de sexo biológico³¹. A flexão é, contudo, o mecanismo padrão para indicar o gênero dos adjetivos de tema em -o e nos artigos, que, naturalmente, se modificam para concordar com o núcleo substantivo na estrutura sintática.

Nos casos de flexão, ocorre a aplicação da regra morfofonêmica imperativa de supressão da vogal átona final da forma masculina (quando existe) em contato com a vogal -a do feminino (*lob(o) + a = loba*). Portanto, a desinência de feminino nos substantivos só existe em função da oposição com uma forma masculina correspondente, a qual, sendo não marcada, tem desinência de gênero Ø. Não se reconhece, pois, marca de gênero feminino em palavras como *terra, artista, poeta* ou *cometa*, por exemplo. Outras ocorrências do feminino são motivadas por fenômenos fonológicos, a exemplo da distinção por alternância vocálica em *ovo/ova* ou *avô/avó*; por perda da nasalidade em formas terminadas em -ão, como *bom/boa, leão/leoa*; ou por supressão da vogal temática -o do masculino, que vemos em *irmão/irmã*³².

Dado que o gênero seja intrínseco à maioria dos nomes do português e que implique flexão apenas em um grupo muito

³¹ Schwindt, 2020b.

³² Câmara Jr., 1999 [1975].

restrito, Câmara Jr. reconhece a natureza lexical dessa categoria, já bem descrita por estudiosos como Botelho³³ e preconizada em gramáticas contemporâneas como as de Bagno³⁴ e de Azeredo³⁵. Assim sendo, para tais autores, a formação do feminino nos substantivos é descrita como um processo de derivação e não de flexão, uma vez que dá origem a itens lexicais distintos, muitos inclusive registrados no dicionário além do masculino; é uma elaboração “caprichosa e esporádica”³⁶, a julgar por muitos substantivos em -o que não têm uma contraparte feminina (*besouro, mosquito, papagaio*); e, frequentemente, é associada a escolhas subjetivas dos falantes, baseadas em princípios pragmáticos.

Do ponto de vista morfológico, a solução de Botelho para a análise do morfema -a de gênero feminino é, então, tratá-lo como vogal temática em *terra, casa, planeta, artista* e como sufixo derivacional nas palavras que expressam a particularização mórfico-semântica de feminino, a partir de uma forma-base de masculino em “-o”, “-e” ou em consoante ou vogal tônica³⁷.

A natureza lexical da indicação do feminino em português dá testemunho da arbitrariedade da categoria de gênero, tendência já constatada pelos gramáticos Celso Cunha e Lindley Cintra ao descreverem que “o gênero dos substantivos não se conhece, de regra, nem pela sua significação nem pela sua terminação”³⁸. Nesses termos, conforme Schwindt³⁹ e Bagno⁴⁰, embora o grau de conhecimento do gênero das palavras pelos falantes de uma língua seja geralmente bastante preciso, é comum e documentada, nos períodos históricos do português, a hesitação diante de formas terminadas por vogais tônicas, vogais diferentes de -o e -a ou

³³ *Idem.*

³⁴ 2012.

³⁵ 2018.

³⁶ Câmara Jr., 1972, p. 129.

³⁷ 1999, p. 63.

³⁸ Cunha & Cintra, 2017, p. 202-203.

³⁹ 2020a.

⁴⁰ 2012.

consoantes, como ocorre em *dó, alface, ferrugem, tomate, sabiá, hortelã*. Além disso, a imprezibilidade do gênero é reforçada pela existência de palavras femininas e masculinas que podem terminar pelos mesmos morfemas, a exemplo de *a tribo, o/a libido, o atleta, o problema* etc., bem como por outras associações arbitrárias que incidem mesmo sobre substantivos sexuados, como o substantivo *mulher*, que é feminino, face a *mulherão*, masculino.

A propósito, neste fragmento de uma crônica de Martha Medeiros⁴¹, vale observar a oscilação da concordância para fins estilísticos:

(5) “Peça para um homem descrever *um mulherão*. Ele imediatamente vai falar do tamanho dos seios, na medida da cintura, no volume dos lábios, nas pernas, bumbum e cor dos olhos. (...) *Mulherões*, dentro deste conceito, não existem *muitas*: Vera Fischer, Leticia Spiller, Malu Mader, Adriane Galisteu, Lumas e Brunas. Agora pergunte para uma mulher o que ela considera *um mulherão* e você vai descobrir que tem *uma* a cada esquina. (...)”

Com efeito, segundo Câmara Jr., o gênero pode ou não ter implicações semânticas nítidas, e, tendo-as, são variadas e imprevisíveis. Reforçando a arbitrariedade dessa categoria gramatical, diz o autor, “o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos”⁴². Trata-se de um conhecimento relativo ao sistema linguístico, sobretudo, a seu uso, o que explica que tantas palavras tenham mudado de gênero ao longo do tempo, como *fantasma, fim, mapa, mar*, femininos no período arcaico/clássico da língua, e *árvore, linguagem*, outrora masculinos. Ademais, a classificação atual de algumas formas quanto ao gênero é variável, inclusive nos instrumentos normativos, a saber: *o/a avestruz, o/a crisma, o/a diabetes, o/a sentinela, o/a tapa* entre outras⁴³.

⁴¹ Medeiros, 2012.

⁴² Camara Jr., 1999 [1970], p. 88.

⁴³ Exemplos de Bagno, *op. cit.*, p. 691-693.

Focalizando outros usos contemporâneos que engendram a tentativa de isomorfismo do gramatical com o biológico, Cavalcante⁴⁵ destaca que a iniciativa tem como traço a presença de marcas morfológicas de gênero e/ou pronomes e determinantes neutros em palavras com o traço semântico [+humano], a fim de incluir indivíduos não binários ou neutralizar a menção a pessoas. Schwindt⁴⁶ também analisa alguns usos e salienta as restrições do sistema linguístico envolvidas na criação e emprego dessas formas, como a demanda fonológica geral de fechamento das palavras por vogais átonas, geralmente /i, u, a/. Por outro lado, o autor observa que o conhecimento internalizado dos falantes também incide sobre a produtividade desses casos e é responsável por generalizações, como a suposição de que haja mais substantivos masculinos que femininos no português, que o autor relativiza a partir de seus dados.

A primeira proposta de uso inclusivo de gênero mencionada pelo autor corresponde ao emprego do feminino *presidenta*, que não se trata de neutralização e, sim, de reforço intencional da binariedade. É conhecida a polêmica em torno desse uso quando da eleição da primeira mulher a ocupar o cargo máximo do Poder Executivo no Brasil, em 2010. À época, o termo foi desabonado por diversos comentaristas baseados na “língua padrão”, não obstante estar documentado desde 1872⁴⁷ e de já ter sido usado pela mídia jornalística em referência a uma chefe de estado irlandesa antes da eleição de Dilma Rousseff⁴⁸.

Schwindt pondera que o possível estranhamento de “*presidenta*” se deve, em parte, a razões estruturais, como o grau de autonomia de palavras derivadas de verbos por meio do sufixo -nte, como *contribuinta* e *estudenta*. Não se pode negar, contudo, a

⁴⁵ *Idem.*

⁴⁶ 2020a.

⁴⁷ Conforme reportagem de EBC, 24/6/2016.

⁴⁸ Cavalcante (2022) menciona a manchete da *Folha de S. Paulo*, que tratava Mary McAleese como “*presidenta*” na ocasião em que visitava o Brasil a negócios, em março de 2004.

aura ideológica envolvida na escolha de nomes de muitas profissões e cargos em que se nota a terminação -nte e outras. A ascensão de mulheres em espaços predominantemente masculinos tem pressionado esse quadro e tem como consequência a mobilização de formas linguísticas inéditas até então, mas plenamente possíveis. É o caso de “árbitra”, que “estreou” na Copa do Mundo da Fifa de 2022 para se referir à primeira mulher a apitar um jogo masculino no mundial de futebol⁴⁹.

Na mesma direção, Schwindt⁵⁰ destaca usos neutros genéricos do feminino, que vêm se tornando mais naturais aos falantes nativos do português brasileiro para frustrar a exclusividade do masculino em referência a cargos ou grupos sociais. Segundo Rabelo⁵¹, esse esforço não escapa de uma suposta tendência machista da língua, que emprega o feminino de maneira estereotípica e pejorativa em referência a profissões mais desvalorizadas socialmente e o masculino para profissões consideradas importantes, como se nota no contraste entre *secretária* e *executivo*, por exemplo. Citando uma manchete recente de *Isto é Dinheiro*, a autora destaca os usos genéricos de termos relativos aos profissionais da saúde que atuavam na linha de frente da pandemia: “*Enfermeiras e médicos, os ‘heróis’ da batalha contra o novo coronavírus*”.

Também o caso de “*alunos e alunas*”, “*todas e todos*” surge na esteira dos usos inclusivos não neutros que reafirmam a binariedade do sistema de gêneros, como *presidenta*. Segundo Schwindt⁵², esse é um uso relativamente cristalizado em vocativos, como “*senhoras e senhores*” ou “*brasileiros e brasileiras*”, famoso nos discursos do ex-presidente José Sarney e também presente em outras línguas (em inglês, *ladies and gentlemen*). Entretanto, na hipótese – viável – de abranger todos os elementos do sintagma, a

⁴⁹ *Exame*, 1/12/2022.

⁵⁰ 2020a.

⁵¹ 2020.

⁵² 2020a.

marcação tanto do feminino quanto do masculino ao longo de sequências textuais mais extensas pode não ser econômica, sobretudo na comunicação oral, o que, paralelamente, parece dar ainda mais destaque à iniciativa da inclusão.

As formas neológicas *amigx*, *amig@*, *amigue* ensaiam, efetivamente, uma neutralização que instancia uma terceira forma além do masculino e do feminino. Schwindt⁵³ faz ressalvas às duas primeiras propostas por terem aplicação limitada à escrita e por não terem equivalência fonológica na pronúncia, o que impede seu processamento por leitores automáticos, por exemplo. Já o uso de formas terminadas em -e, como *amigue*, parecem ser, na opinião do autor, mais prósperas, pois o -e já figura nas terminações de palavras do português, embora possa indicar tanto palavras masculinas (*leite*, *dente*) quanto femininas (*gente*, *ponte*). O autor pondera:

(...) no grupo dos nomes sexoados que fazem oposição a/o, como *vimos*, uma forma de neutro em -e parece encontrar algum lugar. Por outro lado, não se pode perder de vista que a inclusão de um -e designando neutro nesse grupo força a identificação de -a e -o como marcas respectivas de feminino e masculino, ou seja, demandando, ao menos formalmente, uma oposição do tipo *presidenta* vs. *presidente* vs. *presidente*. O prejuízo é que o emprego de formas como *presidenta* reduzem neste caso seu potencial pragmático de inclusão, que parece mais efetivo num contraste binário.⁵⁴

A propósito do contraste de tais formas em relação ao sistema binário, Schwindt questiona o alcance de sua referência – masculino e feminino genericamente ou um terceiro gênero? – e adverte que, por mais formas que se criem na tentativa de abarcar as múltiplas identidades de gênero do ponto de vista social, ainda assim estaremos fazendo abstrações que não darão conta dessa pluralidade. Da mesma forma, o autor aponta as dificuldades de combinação com artigos e pronomes, o que nos leva a sistemas mais

⁵³ *Idem*.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 16, grifos do autor.

complexos de marcação de gênero (como o chamado “Sistema Ile”), cuja proposta se apoia não apenas no acréscimo de -e às terminações de pronomes e artigos, como também na alteração de algumas raízes, como *ile, nile, dile, aquile, le*. Cavalcante⁵⁵ detalha algumas dessas propostas compiladas em diversos manuais de uso da linguagem neutra no português brasileiro, comparando-as a iniciativas do tipo já sistematizadas no inglês e no alemão, mas igualmente presentes em diversas línguas.

Os dados do português analisados por Cavalcante⁵⁶ atestam a relativa produtividade das formas neutras de gênero e, inclusive, sinalizam a existência de variação, como ocorre com qualquer outra forma da língua. A autora avalia que, se, conforme Câmara Jr, o feminino é uma particularização do significado não necessariamente relacionada ao sexo dos seres, então o neutro também pode desempenhar esse papel para marcar nem masculino nem feminino. Como ocorre com o percentual de cerca de 5% de substantivos variáveis em gênero masculino e feminino, a língua incorporaria, nesse caso, uma oposição conceitual e passaria a expressar, na materialidade linguística, o gênero não binário ou inclusivo como uma subespecificação, por meio da desinência -e e dos pronomes neutros. Eis a proposta da autora:

para as palavras com referente [+humano], teríamos ainda um sistema [±binário] de gênero subdividido: gênero +binário x gênero -binário. No grupo do [+binário], teríamos a oposição [masculino] x [feminino] e no do [-binário], o neutro, sendo todos marcados morfológicamente com Ø/-a/-e (*professor, aluno / professora, aluna / professore, alune*).⁵⁷

Também Schwindt conclui, a partir de suas análises, que o que prefere chamar de *uso neutro de gênero* no português é, sim, um uso

⁵⁵ 2020.

⁵⁶ *Idem*. A autora analisa exemplos provenientes da interação de um grupo de alunos e professores universitários em uma rede social.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 87-88.

possível e até produtivo, no caso da ampliação do emprego de -e como morfema alternativo em substantivos e adjetivos que se referem a seres sexuados. Por outro lado, reitera, o próprio sistema impõe limites à produtividade dessas formas, em razão do modo como se organiza e não por questões sincronicamente ideológicas. “Ser resistente, porém, não significa ser impermeável”, diz o autor⁵⁸, considerando que o grau de permeabilidade do sistema a formas linguísticas criadas de maneira intencional também se submete à pressão de fatores sociais e da naturalidade dos processos envolvidos na mudança. Também depende da clareza coletiva sobre o referente semântico das formas inovadoras e da consciência de que, seja qual for esse referente, sua representação formal será sempre abstrata e provisória.

Da gramática ao discurso: a língua é sexista?

Como vimos até aqui, a questão da linguagem neutra extrapola a dimensão abstrata e virtual da língua como sistema – a *langue* saussuriana – e busca justamente fortalecer uma relação mais motivada dos signos com a realidade e, sobretudo, com a sociedade. Para entender as escolhas neutras de gênero, portanto, supomos que seja preciso equilibrar-se com um pé na língua e o outro no uso particular da língua – o discurso –, o que implica tanto ter clareza de preceitos básicos da morfologia do nosso idioma (como a não confusão entre sexo e gênero gramatical) quanto, igualmente, ter consciência de que as palavras despertam em nós ressonâncias concernentes à vida, para além de sua estrutura formal⁵⁹. Com efeito, é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura⁶⁰.

⁵⁸ Schwindt, 2020a, p. 18.

⁵⁹ Bakhtin, *Op. cit.*

⁶⁰ Benveniste, 1978, p. 140.

Para responder, pois, à pergunta que encabeça esta seção, recorreremos à Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau⁶¹, uma das vertentes da Análise do Discurso que, como tal, visa a pôr em relevo os aspectos extralinguísticos que incidem sobre a língua em uso e a inscrevem na ordem do histórico, do único e irrepetível. Nesse sentido, Charaudeau pontua os limites entre uma *linguística da língua* e uma *linguística do discurso* e, por conseguinte, descreve uma bifurcação do próprio conceito de signo em *signo da língua* e em *signo do discurso*. O primeiro, conforme a tradição, define-se por relações endocêntricas da linguagem (sintagmáticas e paradigmáticas); o segundo, situacional, enunciativo e interdiscursivo, é gerado a partir de um movimento exocêntrico. Enquanto na dimensão linguística, o signo é uma unidade categorizável incompleta, cujo sentido emerge do que é “provável”, na dimensão do discurso, o signo não se submete a categorias formais, instaurando seu sentido sob o que é “plausível”⁶².

Porém, essas duas concepções de signo não estão isoladas. Nas palavras do autor, é a enunciação que garante a conexão entre as relações sógnicas de língua e de discurso, articulando o sistema à atividade linguageira dos sujeitos, a suas relações históricas e identitárias:

A partir do entrelaçamento, aquilo que depende do acaso dos contextos acaba por se inscrever na língua, e o sentido do discurso plausível, específico de uma situação particular, geralmente se junta aos outros traços semânticos do signo que se constitui por sedimentação em uma potencialidade de sentido, posteriormente disponível para outros empregos. É assim que evoluem as línguas.⁶³

Se a chamada linguagem não binária vai ou não se consolidar como uma mudança linguística, só o tempo e o uso irão dizer. Contudo, como propõe Barbosa Filho, é preciso ter claro que a

⁶¹ 2008.

⁶² 2014, p. 229.

⁶³ *Idem*, p. 234.

natureza do tema é semântica, isto é, “não se trata de um debate gramatical, mas de um debate-político ideológico que toma a língua (e as línguas) como espaço de luta”⁶⁴. Nesse sentido, também Possenti⁶⁵ afirma que seria “indecente” não reconhecer a relevância dessa proposta, tendo em vista que é efeito da militância de sujeitos historicamente silenciados e invisibilizados e, mais do que isso, atesta a importância de que esses sujeitos tentem solucionar, no interior da língua, as demandas que veem insolúveis em outros espaços.

Torna-se, pois, relevante pensar em como os usos neutros de gênero podem se projetar e ganhar diferentes sentidos no percurso do sistema abstrato da língua para as escolhas situadas dos sujeitos em seus discursos – esses, sim, possivelmente sexistas, racistas, homofóbicos, ou, por outro lado, empáticos, tolerantes, inclusivos etc., como veremos a seguir. Começemos por este exemplo de uma postagem recente do ex-presidente Jair Bolsonaro, na qual são empregadas algumas supostas formas neutras:

Figura 3. Postagem sobre linguagem neutra no *Twitter*



Fonte: *Correio Braziliense*, 03/08/2022.

⁶⁴ *Op. cit.*, p. 160.

⁶⁵ *Op. cit.*, p. 34.

Conhecendo o funcionamento do sistema morfológico de gênero no português, sabemos que as palavras “desabastecimento”, “pobreza” e “desemprego” são substantivos não marcados pelo traço [±humano] ou [±animado] e que, portanto, têm gênero único e determinado pela concordância sintática. Não há, assim, prerrogativa para o emprego da terminação neutra. Entretanto, a julgar pelas circunstâncias que envolvem a postagem – o sujeito enunciador, a imagem que deseja revelar de si, seus possíveis interlocutores, o domínio discursivo, o gênero textual em questão etc. –, pode-se perceber que, embora seja uma escolha incoerente do ponto de vista gramatical, atende plenamente a um projeto de fala alinhado a uma agenda conservadora e de extrema-direita, que busca se posicionar de forma contrária não apenas à linguagem neutra, mas também ao país vizinho liderado por oponentes políticos.

A postagem vai ao encontro das considerações de Barbosa Filho⁶⁶ sobre os projetos de lei em trâmite no Brasil contra a linguagem neutra. Segundo o autor, tais iniciativas projetam uma tensão *nós/eles* fundamentada na gramática como símbolo da tradição e da correção. Consideram o adjetivo “neutro” de maneira enviesada, como neutralização de qualquer marca de gênero (o que comparece na Fig. 3) e, em nível ideológico, como porta de entrada para uma suposta ideologia de gênero. Nesse caso, o gênero neutro é tomado como sinônimo de erosão da agenda conservadora, com vistas a “destruir a língua” – o que justificaria a menção à “proteção de Deus” na postagem mencionada –, e enseja uma luta não pela preservação da língua, “mas pela preservação do que se supõe perder caso se incorporem à língua outras formas de flexão de gênero”.⁶⁷

Retomando Charaudeau, é preciso, então, considerar que o signo não é uma unidade autônoma de sentido, mas é preenchido pelas expectativas particulares em torno de cada ato de linguagem,

⁶⁶ 2022, p. 153-154

⁶⁷ *Op. cit.*, p. 157.

que acrescenta, à qualificação referencial do signo, uma funcionalidade e uma proposição de sentido. Derivada de um duplo movimento de semantização, entre uma norma social e uma especificidade individual de saberes, a dimensão discursiva do signo é da ordem da problematização e mobiliza um conjunto de conhecimentos e crenças compartilhados. Sendo assim, para o teórico francês, na verdade, “não há signo na língua – no sentido da oposição língua-fala –, (...) o signo existe somente no discurso”.⁶⁸

Em vista disso, se os signos podem, colocados em discurso, servir à discriminação e à exclusão de determinados temas e sujeitos, podem, igualmente, ser meio de legitimação e inclusão por iniciativa de outros sujeitos. Propomo-nos analisar essa possibilidade a seguir, focalizando a presença de usos não binários de gênero em alguns fragmentos de uma reportagem publicada pela EBC, que teve como alvo um encontro, promovido em Brasília, para reunir deputados e deputadas da comunidade LGBTQIA+ eleitos em 2022.

Figura 4. Reportagem EBC (Fragmento)

Parlamentares eleitos reúnem-se pela primeira vez em Brasília
Encontro antecede o Dia Nacional de Visibilidade Trans

Publicado em 21/01/2023 - 19:43

Por Ana Graziela Aguiar* Repórter da TV Brasil – Brasília / Edição: Claudia Felczak

Discutir os desafios da comunidade LGBTQIA+. Este foi o objetivo do 1º Encontro de LGBT+ **eleitos** realizado nos dias 20 e 21 de janeiro em Brasília. O evento reuniu *parlamentares eleitos* para a Câmara dos Deputados e também para as Assembleias Legislativas dos Estados. O encontro antecede o Dia Nacional de Visibilidade Trans, lembrado em 29 de janeiro.

A deputada federal Duda Salabert, eleita pelo PDT de Minas Gerais, é uma das duas parlamentares transexuais eleitos que vai atuar no Congresso Nacional e que estava no evento. *A professora de literatura foi a vereadora mais votada em Belo Horizonte, nas eleições de 2020, e agora assume um desafio ainda maior: levar as pautas defendidas pela comunidade para a Câmara.* (...)

Além de *duas deputadas federais transexuais*, o Brasil elegeu pela primeira vez *um deputado estadual intersexo*. *Carolina Iara, do PSOL de São Paulo, é a primeira parlamentar intersexo da América Latina.* Durante os debates do evento que reuniu *parlamentares eleitos*, *ela* ressaltou: “Nós queremos que essas pessoas (LGBTQIA+) sejam instrumentalizadas para fazer as decisões políticas desses partidos”. (...)

⁶⁸ *Op. cit.*, p. 33.

Em 2022, o Brasil teve 79 *candidates transexuais e travestis* que disputavam vagas nas Assembleias Estaduais e na Câmara Federal. Quatro foram *eleitas* - duas para o Congresso Nacional e duas se tornaram *deputadas estaduais*. Além da eleição de *deputade estadual intersexo*.

*A pedido das *parlamentares eleites*, a repórter utilizou o gênero neutro nas construções das frases.

Fonte: EBC, 21/01/2023

É importante ressaltar, de início, alguns fatores relativos às circunstâncias em que esse texto vem a público, os quais determinam os sentidos de discurso emergentes da materialidade signíca: primeiramente, vive-se a reeleição de um governo de esquerda no Brasil, após o comando de uma liderança extremamente hostil às pautas de igualdade e liberdade sexual e de gênero entre 2019 e 2022; além disso, o chamado “1º Encontro de LGBT+eleites” tem motivação para ser realizado graças ao aumento significativo do número de pessoas dessa comunidade nas representações políticas de municípios e estados brasileiros⁶⁹; por fim, o evento a que o texto se refere acontece em uma data significativa da luta por direitos de pessoas não binárias, o Dia Nacional de Visibilidade Trans.

Convém destacar também, como parte das circunstâncias de discurso, a recepção do texto por outros veículos midiáticos. Curiosamente, a própria reportagem acabou se tornando foco das manchetes da semana, potencializada por dar testemunho da simpatia pelo tema da inclusão e da diversidade por parte do governo do presidente recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Vejamos alguns exemplos dessas manchetes:

(6) “‘Eleite’, ‘deputade’ e ‘parlamentare’: EBC usa linguagem neutra em publicação” (*O Globo*, 23/1/2023)

(7) “Agência oficial ignora gramática e adota linguagem neutra: ‘deputade eleite’” (*Diário do Poder*, 23/1/2023)

⁶⁹ Dados publicados pela *CNN Brasil* em 18/8/2022 indicam um registro de 214 candidaturas para as eleições de 2022, 94% a mais em relação às eleições de 2018.

(8) “Agência Brasil, do governo federal, publica texto com linguagem neutra” (*Folha de S. Paulo*, 24/1/2023)

(9) “Governo Lula usa linguagem neutra em discursos e na EBC: ‘todos, todas e todes’” (*O Tempo*, 24/1/2023)

Focalizando o próprio texto, a começar pelo nome do evento, as escolhas de substantivos e adjetivos fazem referência às pessoas eleitas em questão e são feitas de forma inclusiva pela redatora da notícia. Tal escolha não partiu da repórter, mas dos candidatos envolvidos no evento e implicados na elaboração do texto. Nesse sentido, as formas *eleite(s)*, *deputade(s)* e *candidate(s)*, correspondentes a seres marcados pelo traço [±humano], receberam a marca de gênero *-e* a fim de, nos termos de Cavalcante⁷⁰, instanciar, na língua, uma oposição que já existe conceitualmente em relação ao masculino e ao feminino.

Do ponto de vista linguístico, contudo, parece haver dificuldade para combinar, ao longo da cadeia sintática, a identidade de gênero das pessoas em questão e a expressão gramatical das palavras por meio das escolhas neutras. No segundo parágrafo, por exemplo, as menções à deputada federal Duda Salabert são marcadas sempre com o feminino (*deputada*, *professora*, *vereadora*) e a forma *eleites* é empregada em relação a ela para incluir outra pessoa que, ao menos em tese, seria identificada como não binária. Porém, na construção “*uma das duas parlamentares transexuais eleites*”, o uso neutro é enfraquecido pela determinação do feminino no artigo e no numeral, embora se harmonize às terminações das palavras *parlamentares* e *transexuais*. Essas, sendo comuns tanto ao masculino quanto ao feminino, contribuem para a neutralização. O mesmo acontece na ressalva da jornalista ao fim do texto: “*A pedido das parlamentares eleites (...)*”.

Também no terceiro parágrafo, a referência à deputada estadual Carolina Iara – pessoa que nasceu com os dois sexos biológicos – é feita, gramaticalmente, a partir do gênero neutro,

⁷⁰ 2022, p. 87.

mas se conjuga a escolhas binárias. Na primeira menção, a repórter emprega o neutro no núcleo do sintagma, mas mantém o artigo masculino (“*um deputade estadual intersexo*”). A segunda menção privilegia o feminino nos determinantes (“*a primeira parlamentar intersexo da América Latina*”) e, logo na sequência, também no pronome pessoal *ela*. Ao fim do texto, a última alusão a Carolina se faz sem o artigo e com o substantivo neutro (“*Além da eleição de deputade estadual intersexo*”). Em resumo, uma formulação intergênero, “ao pé da letra”.

Finalmente, no título da reportagem (“*Parlamentares eleites reúnem-se pela primeira vez em Brasília*”) e em um fragmento do primeiro parágrafo (“*O evento reuniu parlamentares eleites para a Câmara dos Deputados*”), reconhecemos duas ocorrências mais genéricas do neutro que, a menos que se considere a presença exclusiva de lideranças da comunidade LGBTQIA+ eleitas em 2022 na ocasião (como era a proposta do evento), poderiam incluir todos os deputados eleitos, sem distinção de gênero.

Do ponto de vista do discurso, parece evidente a intencionalidade subjacente às escolhas linguísticas de uma reportagem oficial que não apenas tematiza um evento político da comunidade LGBTQIA+ como faz isso por meio do emprego de uma linguagem que nasce das reivindicações desse grupo. Conforme Cavalcante⁷¹, está em questão a representatividade e o poder por parte de um grupo historicamente silenciado e essa é a razão pela qual o gênero neutro ganha destaque e é visto como um problema. O estigma em torno desses usos talvez se deva, segundo a autora, menos à origem dos indivíduos que a defendem do que ao modo como essas pessoas são vistas no Brasil – país que mais mata pessoas homossexuais no mundo.

Assim sendo, como propõe Charaudeau⁷², uma vez que os signos só existem em discurso, não é a língua que é sexista ou os morfemas que portam ou promovem a desigualdade, mas os

⁷¹ *Idem.*

⁷² *Apud* Possenti, 2022.

sujeitos, valendo-se do poder simbólico da linguagem, que os constitui. Cabe, portanto, a nós ter consciência desse poder e usá-lo a favor da promoção da igualdade, reconhecendo, por exemplo, as identidades de tantas pessoas que se traduzem nos usos não binários de gênero.

Considerações finais: da aula de língua de volta para a vida

Ao contrário do que a tradição faz parecer, a variação de gênero nos nomes do português não é uma mera imposição gramatical, mas precede a estruturação da frase e concerne a uma certa experiência do mundo biossocial. Nesse sentido, a análise de alguns usos contextualizados de formas não binárias de gênero neste texto nos permitiu contrastar uma dimensão linguística e uma dimensão discursiva dessa questão, pondo em relevo que não são os signos, de fato, os portadores ou promotores de desigualdade e/ou de sexismo, e, sim, os sujeitos que deles se utilizam para propagar suas crenças e intenções.

Dito isso, podemos retornar, brevemente, às questões presentes em nossa introdução, lembrando, uma vez mais, o ponto de vista que cria nosso objeto. Pressupondo uma relação intrínseca entre língua e discurso, consideramos que reconhecer a linguagem não binária como uma demanda social legítima é o primeiro passo para o acolhimento de alunos ou quaisquer outras pessoas que se identifiquem com esse tipo de expressão. Quanto ao aspecto gramatical desses usos, paralelamente às restrições do próprio sistema (que é preciso, sim, conhecer e discutir), deve-se considerar que os sentidos emergentes do discurso, depois de alguma hesitação, acabam por ser aceitos e integrados à língua, promovendo novas denotações⁷³. Talvez seja esse o caso do gênero neutro, como resultado de usos efetivos da língua programados para problematizar, para dar visibilidade e, principalmente, para incluir.

⁷³ Charaudeau, 2014, p. 234.

Referências

- ALBUQUERQUE JR., D. M. de. “Masculino/Masculinidade”. In: COLLING, A. M. & TEDESCHI, L. A. *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 4 ed. São Paulo: Publifolha; Instituto Houaiss, 2018.
- BAGNO, M. “Linguagem neutra e fascismo”. 2023. Disponível em: <<https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/linguagem-neutra-e-fascismo>> Acesso em 11/6/2023.
- _____. *Gramática Pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARBOSA FILHO, F. “Projetos de lei contrários à ‘linguagem neutra’ no Brasil”. In: BARBOSA FILHO, F. R. & OTHERO, G. de A. (org.) *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*. Trad. Maria Luiza Novak e Luiza Neri. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BOTELHO, J. M. *O gênero imanente do substantivo no português*. Rio de Janeiro: JMBotelho, 2004.
- BRASIL. Portaria n. 36, de 28 de janeiro de 1959. Dispõe sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>>. Acesso em 15/6/2023.
- _____. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 10/6/2023.
- CAMARA JR., J. M. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 1999 [1970].

CAVALCANTE, S. “A peleja pronome neutro x preço do quilo do arroz”. 2020. Disponível em: <<https://lefufrij.files.wordpress.com/2020/11/a-peleja-pronome-neutro-silvia-cavalcante-1.pdf>> Acesso em 10/6/2023.

_____. “A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência”. In: BARBOSA FILHO, F. T.; OTHERO, G. de A. 1 ed. *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022, p. 74-93.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. “Da linguística da língua à linguística do discurso, e retorno”. Trad. Bianca M. Q. Damacena e Fabiane V. Burlamarque. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, vol. 10, n. 2, jul./dez. 2014, p. 227-236. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/4155/3090>>. Acesso em 20/2/2015.

COLLING, A. M. “Substituição de marcadores de gênero na linguagem escrita busca diminuir preconceitos”. *Jornal Zero Hora*, 03/10/2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/10/substituicao-de-marcadores-de-genero-na-linguagem-escrita-busca-diminuir-preconceitos-4861701.html>> Acesso em 05/7/2023.

COLLISCHONN, G. & SCHWINDT, L. C. (2015). “Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa: por que a distinção entre gênero social e gramatical em português é necessária ao idioma”. *Jornal Zero Hora*, 12/12/2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/12/por-que-a-distincao-entre-genero-social-e-gramatical-na-lingua-portuguesa-e-necessaria-ao-idioma-4928930.html>> Acesso em 10/6/2023.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIORIN, J. L. “Língua e história em Saussure”. *Matraga*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 34, jan/jun., 2014, p. 54-72.

MEDEIROS, M. "O mulherão". *Trem-bala*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

POSSENTI, S. "O gênero e o gênero". In: BARBOSA FILHO, F. R. & OTHERO, G. de A. (org.) *Linguagem "neutra": língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022, p.17-36.

RABELO, S. "Linguagem neutra não existe". 2020. Disponível em: <<https://blogfca.pucminas.br/colab/linguagem-neutra/>>. Acesso 05/7/2023.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Trad. Antônio Chelini et. al. 6 ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

SCHWINDT, L. C. "Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico". *Revista da ABRALIN*, vol. 19, n. 1, 2020a, p. 1-20. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>>. Acesso em 5/6/2023.

_____. "'Existe' gênero neutro em português?". Abralín, 2020b. 1 vídeo (30 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_AdQFP3ssAY&t=1872s>. Acesso em 10/11/2022.

CAPÍTULO 4

LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO E SEUS DEBATES CONTROVERSOS: É APENAS SOBRE LÍNGUA QUE SE DISCUTE?

Laís Virginia Alves Medeiros

Introdução

A linguagem inclusiva de gênero,¹ que visa marcar nas estruturas linguísticas as identidades de gêneros feminina, neutra e/ou não binária, é objeto de discussão desde o início de sua utilização, que podemos remeter, de forma localizada em movimentos sociais e comunicações informais, ao início da década de 2000. Nas duas décadas que separam suas primeiras manifestações e o momento presente, tal forma de expressão conquistou popularidade para além de círculos restritos, tornando-se objeto de elaboração de manuais institucionais, análises linguísticas no meio acadêmico e embates jurídicos - a esse respeito,

¹ Também referida como “linguagem neutra”, “linguagem não binária” ou “neolingüagem”. Tenho adotado a designação de “linguagem inclusiva de gênero” por considerá-la a mais explicativa, visto que “neolingüagem” não explicita a relação fundamental com a questão de gênero, enquanto “linguagem neutra”, fazendo menção à demanda por uma neutralidade de gênero, pode conduzir para outros sentidos de neutralidade, que compreendo serem justamente aqueles que a proposta inclusão de diferentes gêneros nas formas linguísticas visa combater. Finalmente, “linguagem não binária” foca em apenas um dos elementos do debate sobre linguagem inclusiva, silenciando as demandas por representatividade linguística do gênero feminino, bem como a eclosão desse debate nos discursos feministas. É por isso que adoto “linguagem inclusiva de gênero”, compreendendo-a como a designação que textualiza de forma mais explícita, mais abrangente e menos ambígua as questões que atravessam esse debate.

destacamos o levantamento de Mali (2023),² que constata a criação, entre 2019 e 2022, de 58 projetos tentando proibir a linguagem neutra.

Em minha dissertação de mestrado,³ defendida e publicada em 2016, analisei, sob a ancoragem teórica da análise do discurso materialista, discursos sobre língua e gênero a partir de materiais institucionais (leis, decretos e cartilhas produzidas em âmbitos federal e estadual) e da militância (textos publicados em blogs discutindo a importância e as formas de uso da linguagem inclusiva de gênero). Na ocasião, ainda que não houvesse o objetivo de categorizar quais discursos estabeleciam uma aliança com a utilização de linguagem inclusiva de gênero e quais estabeleciam uma relação antagônica, o arquivo construído para a pesquisa permitiu a análise de discursos produzidos em defesa dessa forma de linguagem. Compreendendo, em consonância com Courtine (2014), que o estabelecimento de um arquivo e de um corpus discursivo deve ser pensado em relação com as condições de produção, sugerimos que a construção de tal arquivo tenha sido atravessada pela restrição do debate à época: uma vez que tal linguagem não era ainda tão amplamente difundida, boa parte dos materiais produzidos a respeito eram voltados à sua explicação, divulgação e defesa da utilização.

Na reflexão aqui apresentada, proponho uma breve análise de alguns materiais que têm como objetivo a crítica à linguagem inclusiva de gênero, selecionados em condições de produção distintas, consideradas aqui tanto em seu sentido estrito quanto em seu sentido amplo. Tal distinção é apresentada por Orlandi (2009) para explicar que as condições de produção podem ser tomadas em sentido estrito, quando se referem ao contexto imediato da enunciação, ou em sentido amplo, quando incluem o contexto

² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/58-projetos-tentaram-proibir-linguagem-neutra-em-4-anos/>. Acesso em: 26/06/2023.

³ Medeiros, 2016.

sócio-histórico e ideológico, o imaginário, o já dito e a memória. A esse respeito, e comparando as análises desenvolvidas em 2016 às desenvolvidas neste capítulo, destaco como elemento importante das condições de produção, em sentido amplo, a escalada do conservadorismo como força política, cujos desdobramentos não se restringem ao campo político-partidário, atravessando discursos sobre diferentes aspectos de nossa Formação Social, inclusos aí aqueles sobre língua e conhecimentos linguísticos. No movimento de análise aqui proposto, procuro compreender quais elementos atravessam e sustentam a discussão que critica, em diferentes termos e sob diferentes argumentos, as práticas de linguagem inclusiva de gênero.

Para tanto, o presente capítulo está dividido da seguinte forma: após esta introdução, apresento alguns recortes de materiais divulgados em redes sociais. A apresentação é articulada às análises, embasadas no referencial teórico da Análise de Discurso de linha materialista, cujas noções são elaboradas de forma conjunta à análise, no movimento pendular⁴ que é característico dessa linha teórica.

Pronome neutro: “diferença nenhuma”?

O primeiro material que trago para análise são recortes de um texto amplamente divulgado, desde 2020, na rede social Facebook. Ainda que o texto tenha atribuição de autoria, na perspectiva teórica que assumimos não importa o sujeito empírico, mas a posição de sujeito produzida naquele discurso. É por esse motivo que, nos recortes apresentados, não será feita referência à autoria do texto, visto que o objetivo da análise não é investigar os sentidos pretendidos por quem escreveu o texto, mas, sim, compreender seu funcionamento discursivo enquanto materialidade linguística. Um dos compartilhamentos do texto, a partir do qual efetuamos os

⁴ Conforme elaborado por Petri (2013).

recortes, foi realizado em 23 de novembro de 2020⁵ pela página Língua Portuguesa⁶ e intitulado “Professora de português dando aula...”. O primeiro recorte é o parágrafo que inicia o texto, conforme segue:

R1: Vamos conversar com a tia. Não sou homofóbica, transfóbica, gordofóbica. Eu sou professora de português.

Eu estava explicando um conceito de português e fui chamada de desrespeitosa por isso (ué).

Eu estava explicando por que não faz diferença nenhuma mudar a vogal temática de substantivos e adjetivos pra ser "neutre".

O primeiro ponto que destacamos do recorte é o recurso à negação. Propomos pensá-lo junto a Indursky (2013), que, ao teorizar sobre o funcionamento discursivo da negação, relaciona-o ao atravessamento pelo discurso-outro. Nas palavras da autora, “a *negação* é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de *outros* discursos podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise”.⁷ Nesse sentido, a menção à homofobia, à transfobia e à gordofobia retoma um outro discurso, ao qual o recorte em análise faz referência, que atribuiria diferentes preconceitos às críticas direcionadas à linguagem inclusiva de gênero. Considerando que tal linguagem diz respeito às demandas dos sujeitos identificados como LGBTQIA+, a homofobia (discriminação contra homossexuais) e a transfobia (discriminação contra transexuais) são questões pertinentes ao debate. No entanto, questionamos: quais efeitos de sentido são produzidos pela linearização sintática de “homofóbica, transfóbica, gordofóbica”, uma vez que a gordofobia (discriminação contra pessoas gordas) não é uma pauta que se

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/posts/pfbid03BKWcYSzj3R63Pkhdb1LxTcSDEk3FxxvEmb65tSZhgRh5oKt3Mc7i8d78W41DeEMbl>. Acesso em: 08/07/ 2023.

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07>. Acesso em: 08/07/2023.

⁷ Indursky, 2013, p. 145

relacione à linguagem inclusiva de gênero? A linearização desses elementos pode produzir um efeito de equivalência e de generalização, “não sou [nenhum dos preconceitos que possam ser atribuídos a mim, inclusive aqueles não relacionados ao assunto em tela]”, que silencia as especificidades de cada discriminação, silenciamento que contribui para a construção de um efeito de irrelevância das pautas mencionadas.

Na sequência, atentamos para “Eu sou professora de português.”, enunciado que inscreve o recorte numa retomada de imaginários sobre conhecimentos linguísticos, saberes gramaticais e relação com a língua. Tais imaginários podem ser pensados junto a Guimarães, que afirma que a língua é “necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos”.⁸ O autor propõe a noção de espaços de enunciação, como “espaços de funcionamentos de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”.⁹ É a partir da noção de espaços de enunciação que se pode pensar tanto sobre a hierarquização entre as diferentes línguas que dividem um mesmo território – como é o caso da línguas indígenas no Brasil, país cujas línguas oficiais são português e Libras, ou mesmo a hegemonia da língua inglesa no fazer científico – quanto à hierarquização entre os sujeitos que falam essas línguas, principalmente. É desse modo que o conhecimento gramatical daquilo que seria considerado o “bom português” funciona como um modo de legitimar ou deslegitimar saberes sobre a língua. O enunciado “Eu sou professora de português” inscreve o debate num espaço de legitimidade de saber, de produção de consenso, de conhecimento científico. Os conhecimentos sobre língua enunciados desde essa posição,

⁸ Guimarães, 2002, p. 18

⁹ *Idem.*

portanto, gozarão de uma legitimidade que não se estende aos demais conhecimentos - como as propostas de linguagem inclusiva produzidas e debatidas por sujeitos não especialistas em linguagem.

Por fim, o recorte apresenta uma das estratégias linguísticas possíveis nas práticas de linguagem inclusiva, qual seja, “mudar a vogal temática de substantivos e adjetivos para ser ‘neutre’”, afirmando que “não faz diferença nenhuma”. A esse respeito, questionamos de que diferença trataria esse enunciado. Não faz diferença na estrutura da língua? Nas relações entre os gêneros? A menção aos aspectos gramaticais como aqueles cujas mudanças “não fazem diferença nenhuma” nos remete a Orlandi (2009), em sua distinção entre língua imaginária e língua fluida. Nas palavras da autora, a língua imaginária seria “estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle”¹⁰, cuja estabilidade está arraigada em regras, fórmulas e sistematizações. Já a língua fluida diz respeito a uma língua em movimento, que desconhece limites e que tem como traço principal a mudança contínua, aquela “que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente”¹¹. Nesse sentido, compreendemos que a posição delineada nesse recorte se restringe à língua imaginária, cujas regras de atribuição de gêneros são fixas e não necessariamente correspondentes às identidades de gênero. No entanto, a língua imaginária não representa a totalidade da língua, havendo espaço para o embate, a contradição e a mudança quando consideramos a língua fluida.

Na sequência do que selecionamos como R1, o texto apresenta algumas explicações gramaticais sobre o processo de formação dos gêneros das palavras em língua portuguesa, numa argumentação

¹⁰ Orlandi, 2009, p. 18

¹¹ *Idem.*

que, considerando a língua estritamente do ponto de vista gramatical, delinea uma posição de antagonismo às práticas de linguagem inclusiva. O recorte seguinte foi selecionado da conclusão do texto, após as explicações gramaticais:

R2: Meu conselho é: ao invés de insistir tanto na coisa do gênero, entendam de uma vez por todas que gênero não existe, é uma coisa socialmente construída. O que existe é sexo.

Entendam, em segundo lugar, que gênero linguístico, gênero literário, gênero musical, são coisas totalmente diferentes de "gênero". Não faz absolutamente diferença nenhuma mudar gêneros de palavras. Isso não torna o mundo mais acolhedor.

O que destacamos desse recorte é uma intersecção de um discurso sobre a língua fundamentado na gramática com um discurso sobre gênero fundamentado na biologia. Nesse sentido, a defesa de que o gênero é "uma coisa socialmente construída" vai ao encontro dos estudos de gênero, que propõem compreendê-lo como uma construção cultural.¹² No entanto, a afirmação de que, por ser socialmente construído, o gênero deixa de existir, existindo apenas o sexo, afasta-se dessa teoria e se filia a uma perspectiva estritamente biológica, visto que os estudos de gênero questionam a própria noção de sexo e sua naturalização, bem como sua categorização binária embasada na anatomia genital. Nesse sentido, é possível identificar um atravessamento de saberes que não se restringem à língua, mas que utilizam do debate sobre língua para a reprodução de discursos filiados a uma perspectiva conservadora a respeito das identidades de gênero.

Na sequência do recorte, é proposta uma diferenciação entre os diferentes sentidos de gênero, concluindo que os gêneros mobilizados em diferentes campos de estudo (como a Gramática, a Literatura e a Música, correspondendo aos gêneros arrolados no recorte) são totalmente diferentes de "gênero". A esse respeito,

¹² A esse respeito, consultar Butler (2013).

destacamos o uso das aspas, que propomos pensar junto à teorização de Authier-Revuz:

De modo geral, colocar entre aspas uma palavra permite, mesmo que se faça uso da palavra em um discurso, mostrá-la, ao mesmo tempo, como um objeto que, tido à distância, é designado como impróprio de certa maneira ao discurso em que figura: familiar, estrangeiro, contestado etc.; as palavras entre aspas são marcadas como pertencentes a um discurso outro; por isso, o contorno que elas traçam no discurso é revelador daquilo que o discurso tem a demarcar como "outro" em relação àquilo em que ele se constitui.¹³

Desse modo, compreendemos que, na posição delineada nesse recorte, há um certo sentido para gênero do qual é preciso se distanciar, diferentemente do que acontece com “gênero linguístico, gênero literário, gênero musical” e mesmo “gênero das palavras”, todos sintagmas não marcados por aspas no recorte em análise. Compreendemos, em cotejamento com a alegada não existência de gênero contraposta à também alegada existência de sexo, que a marcação de “gênero” entre aspas é mais uma pista de adesão a um discurso conservador, para o qual as identidades de gênero não devem ser debatidas, e a simples menção ao gênero deve ser sinalizada como pertencente ao discurso-outro.

Como última observação sobre os recortes R1 e R2, destacamos a ausência de menção à relação entre língua e mundo e à questão linguística do referente. Uma vez que o debate sobre o gênero das palavras, um dos aspectos da linguagem inclusiva de gênero, tem como principal objetivo tornar visíveis as identidades de gênero que não sejam masculinas, a ausência de menção a essas identidades, numa argumentação aparentemente voltada apenas sobre a língua, dá pistas de um silenciamento do debate sob o pretexto de certas mudanças linguísticas não fazerem diferença nenhuma. No entanto, o discurso sobre língua escorrega para um discurso sobre gênero, permitindo compreender o delineamento de

¹³ Authier-Revuz, 1998, p. 118

uma posição de aliança com discursos conservadores que negam a pluralidade das identidades de gênero.

Na seção seguinte, analisaremos um caso de dicionarização de pronome neutro em língua francesa, observando algumas semelhanças com as posições delineadas a esse respeito em língua portuguesa.

Dicionarização e “afronta aos valores”: o caso da língua francesa

Ao trazer para análise um caso de língua francesa, é importante sinalizar, desde o início, que estamos trabalhando com espaços de enunciação, em consonância com Guimarães (2002), distintos, cujas disputas e relações de poder atravessadas pela língua e pelo conhecimento linguístico não podem ser equiparadas de modo irrefletido. No entanto, o caso da língua francesa é pertinente porque nos permite observar como as polêmicas sobre a linguagem inclusiva de gênero, especialmente no que diz respeito às estratégias de utilização de formas linguísticas não binárias, podem produzir efeitos de sentido similares, mesmo em espaços de enunciação diferentes.

Antes de apresentar os recortes selecionados para análise, pontuamos algumas semelhanças entre a língua portuguesa e a língua francesa no que se refere à marcação de gênero. Assim como no português, alguns substantivos em língua francesa têm sua forma masculina coincidindo com a forma dita não marcada, utilizada em generalizações. A palavra *cousin*, por exemplo, que pode ser traduzida para o português como *primo*, quando acrescida da vogal *e* passa a designar *prima* (*cousine*). Assim como no português, o plural *mes cousins* pode se referir a um grupo de primos e primas ou exclusivamente de primos, mas *mes cousines* necessariamente se refere a um grupo de primas.

Quanto aos pronomes pessoais, estes também se assemelham aos da língua portuguesa. Assim, enquanto os pronomes de primeira e de segunda pessoa (*eu/je*, *tu/tu*, *nós/nous*, *vós/vous*) não têm o gênero marcado, os de terceira pessoa (*ele/il*, *ela/elle*, *eles/ils*,

elas/elles) fazem a marcação (observadas as diferenças entre as duas línguas na composição morfológica). É justamente a partir dos pronomes pessoais que se desenvolveu o debate do qual selecionamos alguns recortes para análise.

Em novembro de 2021, o dicionário Robert, um dos mais tradicionais da língua francesa, incluiu em sua versão digital o pronome *iel*,¹⁴ usado por falantes não binários como alternativa à binariedade de *il* (masculino) e *elle* (feminino). Tal inclusão gerou um debate entre personalidades políticas da França, debate este parcialmente traduzido pela mídia brasileira,¹⁵ de onde selecionamos os recortes para análise. O primeiro recorte, R3, traduz as manifestações por parte do ministro da Educação da França e de um membro da Assembleia Nacional Francesa:

R3: “A escrita inclusiva não é o futuro da língua francesa,” tuitou o ministro da Educação Jean-Michel Blanquer na terça-feira (16).

Blanquer acrescentou que apoiava o protesto do membro da Assembleia Nacional François Jolivet, do Em Marche!, partido do presidente Macrón, contra a ação do Le Robert.

Jolivet escreveu à Académie Française, organização considerada guardiã da língua francesa, dizendo que o pronome “iel” e suas derivações “ielle, iels e ielles” eram uma afronta aos valores franceses.

Para Blanquer, “a campanha solitária” do dicionário “é uma intrusão ideológica manifesta que mina nossa linguagem comum... esse tipo de iniciativa mancha nossa linguagem e divide os usuários em vez de uni-los”, escreveu.

O recorte apresenta duas manifestações que, sob diferentes argumentos, criticam a dicionarização do pronome: a de Jolivet, que define a inclusão como “uma afronta aos valores franceses”, e

¹⁴ Disponível em: <https://dictionnaire.lerobert.com/definition/iel>. Acesso em: 09/07/2023.

¹⁵ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/dicionario-reconhece-pronome-nao-binario-e-revolta-ministro-da-educacao-da-franca/>. Acesso em: 09/07/2023.

a de Blanquer, que descreve a dicionarização como uma “campanha solitária do dicionário”, “uma intrusão ideológica” que “mancha nossa linguagem e divide os usuários em vez de uni-los” e que “não é o futuro da língua francesa”. No recorte em análise, a maioria dos argumentos mencionados têm sua autoria atribuída ao ministro da Educação. Como já mencionado quando da análise dos recortes anteriores, não interessam as intenções do sujeito empírico, mas, sim, os efeitos de sentidos produzidos quando certos discursos são associados a certas posições sociais. A posição de ministro da educação, no caso em análise, tem como efeito se revestir de uma autoridade similar àquela evocada pelo imaginário que é retomado diante da identificação como “professora de português” em R1: trata-se de um lugar cujos saberes produzem o efeito de legitimidade, de conhecimento científico e não contestável sobre a língua.

A esse respeito, destacamos uma diferença no modo como as críticas de Jolivet e de Blanquer são formuladas. Enquanto o ministro faz menções à “língua francesa”, à “linguagem comum” e aos “usuários”, o deputado faz menção aos “valores franceses”. Diante desta última, podemos questionar: quais valores franceses são afrontados quando se reconhece linguisticamente a existência de identidades de gêneros não representadas por pronomes masculinos ou femininos? De que modo a dicionarização de um pronome não binário afronta esses valores?

Essa relação não automática entre língua e valores pode ser pensada a partir de Daltoé (2011), que, em sua tese de doutorado, analisou como as metáforas de Luiz Inácio Lula da Silva (compreendendo o período de 2002 a 2006 e de 2006 a 2010, correspondente aos seus dois mandatos, bem como ao período eleitoral que antecedeu seu primeiro mandato) movimentavam sentidos para a língua política. Uma das conclusões da autora, diante das diferentes críticas às falas do presidente, repletas de metáforas que procuravam explicar questões políticas pela mobilização de uma linguagem cotidiana e popular, é que as questões de foco estritamente linguístico não eram o verdadeiro

alvo das críticas, mas um meio possível através do qual era aceitável manifestar, disfarçadamente, o verdadeiro incômodo que Lula causava enquanto presidente. Nas palavras da autora:

vimos que todos estes efeitos, na verdade, se apresentam como sintomas de uma questão bem mais complexa do que o fato de Lula macular ou não as regras gramaticais; representa, antes, um modo de silenciar a rejeição a um Presidente sem estudo, que vai romper com a tradição da elite no poder.¹⁶

Propomos um paralelo entre a conclusão de Daltoé sobre as críticas às metáforas de Lula e as críticas aqui analisadas sobre as diferentes propostas de formas de não binariedade gramatical, tanto em língua portuguesa quanto em língua francesa. Nesta, especialmente, a descrição da dicionarização de *iel* como “uma afronta aos valores franceses” dá pistas de que a crítica não é, de fato, às mudanças linguísticas, mas, sim, ao que elas indicam: uma mudança social no que se refere à compreensão das identidades de gênero e sua diversidade. Nesse sentido, a dicionarização do pronome *iel*, funcionando como um reconhecimento institucional da existência dessas identidades e da modificação da língua promovida por elas, afrontaria valores que, a partir dessa análise, podemos compreender que dizem respeito à manutenção de um sistema cisheteropatriarcal, no qual a pluralidade das identidades de gênero deve se restringir, social e linguisticamente, a duas possibilidades: masculino ou feminino.

Retomamos o enunciado do ministro da Educação, que afirma que “a escrita inclusiva não é o futuro da língua francesa”. É possível observar, assim como no R1, o funcionamento discursivo da negação incorporando um discurso-outro ao recorte, discurso para o qual as diferentes práticas da linguagem inclusiva de gênero representariam o futuro da língua francesa. Propomos cotejar tal enunciado à declaração do deputado, que faz referência aos

¹⁶ Daltoé, 2011, p. 205

“valores franceses”. Compreendemos que tal menção pode ser relacionada ao passado, visto que os valores dominantes em certa Formação Social são consolidados em certa temporalidade e costumam retomar tradições; cotejando tal declaração à negação do ministro, entendemos que se estabelece um antagonismo entre o passado e o futuro, inscrito num debate sobre conhecimento linguístico, mas com diferentes pistas que apontam para uma adesão a um discurso conservador em oposição a um discurso progressista, discursos estes que, não se restringindo ao debate sobre língua, permitem observar a relação de forças e de contradição entre ideologias dominantes e ideologias dominadas.¹⁷

O próximo recorte apresenta parte da explicação divulgada pelo diretor do dicionário, Charles Bimbenet, conforme segue:

R4: O diretor do Le Robert, Charles Bimbenet, disse que os dicionários incluem muitas palavras que refletem ideias ou tendências, sem que eles próprios aprovem ou reprovem essas ideias e que, como a palavra “iel” é cada vez mais usada, é útil incluir uma descrição.

“A missão do Le Robert é observar e relatar a evolução de uma língua francesa diversa à medida que ela evolui. Definir as palavras que falam do mundo é ajudar a entendê-lo melhor”, escreveu Bimbenet.

A descrição de Bimbenet também parte de uma posição social cujos conhecimentos gozam de legitimidade: a de diretor de um dos dicionários mais tradicionais da língua francesa. O que destacamos desse recorte é que, contrariamente ao observado nos recortes R1 e R3, nos quais o conhecimento socialmente legitimado convergia com uma perspectiva de língua que não considerava a possibilidade da utilização de formas linguísticas não binárias, o R4 delineia uma tomada de posição na qual os conhecimentos linguísticos legitimados não se opõem à eclosão de diferentes produções linguísticas que gradualmente passam a integrar o vocabulário

¹⁷ Tal relação é discutida por Pêcheux (1990).

cotidiano de certos grupos sociais. Tal tomada de posição remete a uma perspectiva integracionista entre os Estudos Linguísticos e a Linguística Popular, posição que pode ser pensada a partir Paveau (2020) e Baronas e Conti (2019), que sustentam que os dados linguísticos produzidos por não especialistas são passíveis de integrar as investigações científicas dos Estudos da Linguagem.

No caso da dicionarização, compreendemos sua importância enquanto legitimação institucional sobre palavras e expressões que são reconhecidas como pertencentes a dada língua. Sabemos que esse processo é também atravessado por ideologias, disputas, contradições e relações de poder¹⁸. A esse respeito, destacamos que a dicionarização, por si só, não é suficiente para estabelecer o consenso sobre certa palavra: atentemos, em língua portuguesa, para o caso da palavra “presidenta”, cuja dicionarização remete ao século XIX e, ainda assim, foi alvo de críticas e deboches quando utilizada pela presidenta Dilma Rousseff durante seus mandatos, entre os anos de 2011 e 2016.¹⁹ A recorrência dessas críticas nos remete novamente a Daltoé (2011), dando pistas de que a língua, nesses debates, é o ponto por onde é possível escapar o incômodo com a desestabilização do *status quo*: um operário na presidência do país, uma mulher na presidência do país e, nos casos que analisamos neste texto, a simples existências de identidades não binárias.

Se podemos identificar nas críticas apresentadas nos recortes R1, R2 e R3 uma tomada de posição pela manutenção de certas estruturas linguísticas em detrimento da elaboração de outras, identificamos no recorte R4 uma tomada de posição pela não intervenção contra as mudanças linguísticas. O reconhecimento institucional de um pronome não binário pode estar filiado a um discurso progressista que coloque em paralelo as mudanças sociais e as mudanças linguísticas. Se as diferentes identidades de gênero

¹⁸ Tais questões, sobre as quais não nos aprofundaremos aqui, são amplamente elaboradas em Nunes (2006, 2002), com foco na língua portuguesa e na dicionarização brasileira.

¹⁹ Analisamos essa e outras questões sobre “presidenta” em Medeiros e Faria (2022).

estão encontrando diferentes modos de se expressar, fechar os olhos ou impor barreiras para essas mudanças seria negar aquilo que é próprio da língua fluida: as movimentações permanentes e a impossibilidade de controle. O cotejamento entre os diferentes enunciados produzidos a partir de posições socialmente legitimadas indicam, no entanto, que as questões que atravessam a linguagem inclusiva de gênero estão ainda bem distantes da produção de um consenso.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, mobilizando o dispositivo teórico da Análise do Discurso materialista, procuramos observar como diferentes recortes que versam sobre a linguagem inclusiva de gênero produzem sentidos que extrapolam as questões estritamente linguísticas. Da análise dos recortes, pudemos identificar que algumas das críticas às propostas da linguagem inclusiva de gênero, especialmente aquelas que dizem respeito à adoção de formas linguísticas não binárias, estabelecem uma aliança com um discurso conservador que não se restringe à língua, mas a diferentes questões sociais que atravessam esse debate. Ao mesmo tempo, refletimos como o discurso progressista também está inscrito nesse debate, colocando em contato diferentes tomadas de posição sobre a língua e sobre a sociedade.

À guisa de conclusão, destacamos que não se trata de uma correspondência linear entre discurso conservador e negação da linguagem inclusiva de gênero, tampouco entre discurso progressista e adoção/reconhecimento da linguagem inclusiva de gênero. No entanto, as análises dos recortes selecionados, que mobilizam preconceitos, valores e diferentes concepções sobre gênero e língua, permitem vislumbrar que, respondendo à pergunta que intitula este capítulo, quando se debate sobre linguagem inclusiva de gênero, não é apenas sobre língua que se fala.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- BARONAS, R. L.; CONTI, T. B. Notas sobre a possibilidade de um trabalho no carrefour epistemológico entre a linguística popular e os estudos do discurso. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, p. 4285-4294, 2019
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- COURTINE, J.J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- DALTOÉ, A. D. S. *As Metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política*. 2011. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso). Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- MEDEIROS, L. V. A. *Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero*. 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, RS.
- MEDEIROS, L. V. A.; FARIA, M. M. D. Da língua que sempre vai onde o dente dói: uma análise discursiva do par de palavras presidenta/presidente. *Revista Interfaces*, 13 (03), 2022, 87-103
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes/Fapesp/Faperp, 2006.
- _____. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, J.;PETTER, M. (org.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002
- ORLANDI, E. P. *Língua brasileira e outras histórias*. Discurso sobre a língua e a escola no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PAVEAU, M-A. *Linguística folk: uma introdução*. Organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa. Araraquara: Letraria, 2020.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, Unicamp, n. 19, p. 07-24, 1990.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da AD. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.). *Análise do Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013, p. 39-48.

CAPÍTULO 5

PRESCRIPCIÓN Y MORALIDAD: PERSISTENCIAS SIGNIFICANTES EN LOS DISCURSOS ACTUALES SOBRE LENGUAJE INCLUSIVO/NO BINARIO

Mara Glozman

Lo que torna tan incomparable y tan irrecuperable la primera visión de una aldea o de una ciudad en el paisaje es que en ella la lejanía y la cercanía resuenan fuertemente enlazadas. La costumbre no ha hecho aún su trabajo. ¹

Objetivos y propuesta

El propósito del presente capítulo no es fundamentar una posición sobre la relevancia del empleo y la circulación de las formas lingüísticas que permiten expresar identidades sexo-genéricas diversas. Desde una posición ciudadana que resulta inevitable a la hora de abordar la problemática en cuestión, alcanza con afirmar que se trata de un derecho y, como tal, al menos en Argentina, basta con invocar la ley. En este caso, se trata de la vigente Ley 26.743 “Establécese el derecho a la identidad de género de las personas”, usualmente denominada “Ley de Identidad de Género”, aprobada y promulgada en mayo de 2012. Citamos tres artículos de dicha ley en los cuales queda asentado y legislado el derecho al empleo de todas las formas lingüísticas vinculadas con la expresión de género de las personas:

¹ Benjamin, 2014, p. 87.

ARTÍCULO 1° - Derecho a la identidad de género. Toda persona tiene derecho:

Al reconocimiento de su identidad de género;

Al libre desarrollo de su persona conforme a su identidad de género;

A ser tratada de acuerdo con su identidad de género y, en particular, a ser identificada de ese modo en los instrumentos que acreditan su identidad respecto de el/los nombre/s de pila, imagen y sexo con los que allí es registrada.

ARTÍCULO 2° – *Definición*. Se entiende por identidad de género a la vivencia interna e individual del género tal como cada persona la siente, la cual puede corresponder o no con el sexo asignado al momento del nacimiento, incluyendo la vivencia personal del cuerpo. Esto puede involucrar la modificación de la apariencia o la función corporal a través de medios farmacológicos, quirúrgicos o de otra índole, siempre que ello sea libremente escogido. También incluye otras expresiones de género, como la vestimenta, el modo de hablar y los modales.

ARTÍCULO 12 – *Trato digno*. Deberá respetarse la identidad de género adoptada por las personas, en especial por niñas, niños y adolescentes, que utilicen un nombre de pila distinto al consignado en su documento nacional de identidad. A su solo requerimiento, el nombre de pila adoptado deberá ser utilizado para la citación, registro, legajo, llamado y cualquier otra gestión o servicio, tanto en los ámbitos públicos como privados. (...) En aquellas circunstancias en que la persona deba ser nombrada en público deberá utilizarse únicamente el nombre de pila de elección que respete la identidad de género adoptada.

El derecho a expresarse lingüísticamente de acuerdo con la identidad de género y a ser tratados, tratadas y tratades dignamente en este sentido es universal, no atañe a un grupo delimitado de personas. Es un derecho que toca el funcionamiento de los nombres propios (“de pila”), pero debe extenderse, por la cabal comprensión del espíritu de la ley, a todas las expresiones lingüísticas con marca de género gramatical –en español, sustantivos, adjetivos, pronombres, participios, frases nominales en general– que hacen referencia a personas. Argentina cuenta, en esta dirección, con un

proyecto de ley (1914-D-2023) presentado en mayo de 2023 en la Honorable Cámara de Diputados de la Nación por la Diputada Mónica Macha, quien preside la Comisión de Mujeres y Diversidad de la Cámara, cuya finalidad es garantizar el ejercicio del derecho al uso de cualquier variante de lenguaje inclusivo de género, incluyendo tanto las formas que duplican el masculino y el femenino (*niños y niñas, niños/as*) como las diversas variantes de formas lingüísticas nominales no binarias (*niñes, niñxs*).

Por otra parte, tampoco pretendemos refutar las ideas de pureza idiomática que apelan a declaraciones de instituciones académicas y/o a consideraciones de carácter normativo sobre el supuesto régimen gramatical binario. Cualquier idea de deformación, incumplimiento de reglas normativas o expresiones semánticamente próximas para predicar acerca de las formas lingüísticas inclusivas y/o no binarias –o neutras– resulta insustancial desde un punto de vista epistémico. Es sabido que los estudios científicos y la producción de conocimiento se entretiene con condiciones de la coyuntura política; las personas que producen ciencia e investigación toman posición política y ética de manera prácticamente ineluctable, pero hay una especificidad de la práctica epistémica: no produce juicios morales, esto es, no es un discurso sustentado en la moralidad o en una modalidad deóntica del deber ser. Los estudios lingüísticos y discursivos, en tanto práctica epistémica, no predicán acerca de cómo deben ser las formas lingüísticas y discursivas; en cambio, procuran producir caracterizaciones, describir y, en algunos modelos, explicar fenómenos, procesos, funcionamientos y condiciones de producción de los objetos/materiales en análisis; un enfoque científico y/o epistémico, independientemente del nivel de análisis con el que opere, no se dedica a juzgar moralmente su objeto de estudio. Indudablemente, el papel central de la moral y la moralidad en los procesos de constitución del sujeto-ciudadano moderno produce una inscripción en las condiciones enunciativas de todo hablante. En ese sentido, dado lo inevitable de su funcionamiento, cuando se procura producir conocimiento sobre el

lenguaje –lenguas, discursos, textos–, es importante contar con una suerte de revisión epistemológica constante que mire “desde afuera” con un método ad hoc las prácticas discursivas metalingüísticas que producimos, esto es, los modos con los cuales predicamos, describimos, explicamos aspectos del lenguaje. La propuesta es, entonces, no responder una posición moral con la reproducción de “otra” réplica moral, sino intentar comprender dimensiones de aquello que *lenguaje inclusivo*, *lenguaje no binario* y/o *lenguaje neutro* designan.

Con este fin, nos interesa realizar una primera aproximación desde el concepto de *problemática* que trabaja la teoría materialista y desde la categoría de *problema* que opera en un conjunto valioso y variado de investigaciones desarrolladas durante el siglo XX en el seno de los estudios del lenguaje, tanto lingüísticos como literarios. Entendemos que pensar desde estas categorías la situación actual provee claridad analítica. Se trata, a nuestro entender, de una perspectiva necesaria por lo entreverado de los elementos que se conjugan: derechos civiles, militancia y activismo por la igualdad de género, posiciones conservadoras sobre la lengua (purismo idiomático), posiciones reaccionarias respecto de la igualdad de género, propiedades gramaticales de las lenguas, dimensiones de las prácticas discursivas, imaginarios sobre el lenguaje, y un rasgo distintivo de la actualidad, a saber, la incesante producción de opiniones que estigmatizan sectores sociales antes de escuchar o leer cualquier información.

Asimismo, la idea general de lenguaje que circula en la actualidad engloba fenómenos de diverso orden –morfología, sentidos discursivos, referencialidad, recomendaciones para la escritura, entre otros–, obturando la distinción fundamental entre propiedades de las lenguas en tanto sistemas lingüísticos –por caso, si una lengua tiene o no gramática de género– y procesos de sentido vinculados con las materialidades discursivas –sentidos, por ejemplo, de algunas expresiones, o regímenes discursivos sobre el decir y el callar–. En efecto, gobierna en la actualidad una idea general de lenguaje que “olvida” la dimensión estructural de las

lenguas y –en palabras de Pêcheux (1984)– sus registros específicos. También “olvida” que el decir del sujeto hablante no es un puro acto de voluntad que puede reglamentarse por proscripciones o prohibiciones, o promoverse por la sola formulación de recomendaciones; prima en el presente la obturación de la matriz no intencional de producción de sentido, que es también la matriz de producción del sujeto hablante. En este punto, hay una dimensión de las discusiones en torno del lenguaje inclusivo, no binario o neutro que porta, aun sin procurarlo, trazos imaginarios de sujeto y de lenguaje matizados por los discursos (neo)liberales que potencian al yo como origen del sentido y como fuente que gobierna el propio decir.² Visto de este modo, el asunto reúne un haz de *problemas* cuya interrogación es productiva para pensar no solo *qué hacer* sino *cómo hacer*, *cómo* posicionarnos ante este escenario complejo.

El trabajo se organiza en dos movimientos. El primero recupera las categorías de *problemática* y de *problema* para pensar aristas, dimensiones y cuestiones que precisan una aproximación materialmente diferenciada. Esta operación permite delimitar dos grandes zonas de problemas: (a) problemas de las formas lingüísticas, su significado lingüístico, sus sentidos discursivos y sociales, sus funcionamientos, atendiendo especialmente –pero no de manera excluyente– a los morfemas flexivos de género gramatical y a las frases nominales con referencia a personas humanas; (b) problemas de los discursos y saberes metalingüísticos que predicán sobre el lenguaje inclusivo y/o las formas no binarias o neutras, discursos que toman al lenguaje como objeto de estudio, prescripción, promoción. Esto supone un gesto de deslinde entre cuestiones que atañen a las formas y prácticas lingüísticas, por una parte, y cuestiones concernientes a las prácticas *metalingüísticas*, por otra parte.

Sobre esta base, el segundo movimiento se concentra en una de las zonas que configuran la *problemática*: las materialidades

² Hemos trabajado este punto en un escrito previo, Glözman, 2021.

discursivas metalingüísticas, en particular, nos interesan los procesos de producción de discursos prescriptivos que ponen en juego valores morales a la hora de predicar acerca del lenguaje y/o de las lenguas. Para este fin, proponemos una mirada que opera en dos temporalidades: (i) con el andamiaje que provee el método warburguiano, desplegamos un recorrido por materiales metalingüísticos diversificados y policrónicos, que trazan, desde la institución retórica clásica, la persistencia de núcleos significantes prescriptivos y moralizantes sobre la lengua, (ii) poniendo foco en determinadas especificidades de las condiciones sociales e interdiscursivas argentinas, el análisis historiza dimensiones de la formación y persistencia de discursos en torno de la moralidad idiomática en Argentina, atendiendo a los imaginarios sociales que comportan y a sus efectos en las guías, debates y discusiones actuales sobre lenguaje inclusivo/no binario. En particular, con este horizonte, nos interesa revisar qué persistencias de los discursos de prescripción y moralidad idiomática hay actualmente no solo en las posiciones conservadoras y reaccionarias (*conservadoras* hacia la lengua, *reaccionarias* frente a la ampliación de derechos civiles y la igualdad de género), sino también en nuestras producciones, en los materiales que generamos para dar a conocer, persuadir, enseñar y difundir las formas lingüísticas no binarias y la relevancia de atender a lenguaje en las políticas de género tal como son significadas en nuestras sociedades actuales.

El lenguaje inclusivo y/o no binario como problemática

Para una primera aproximación a la categoría de *problemática*, nos acercamos a dos textos que trabajan en y sobre teoría materialista. El primero es un recorte de una exposición de Natalia Romé, investigadora argentina que trabaja en teoría materialista de la ideología y del discurso. El foco de sus trabajos tiende a ser la producción de una posición materialista en la coyuntura actual, hacia una articulación entre materialismo de raigambre althusseriano y feminismo popular. El segundo es una serie de

recortes extraídos de *Las verdades evidentes. Lingüística, semántica, filosofía* (2016), traducción argentina de *Les vérités de La Palice. Linguistique, Sémantique, Philosophie* (1975), de Michel Pêcheux, cuya versión estadounidense *Language, Semantics and Ideology* (1982) fue traducida al portugués brasileiro con el título de *Semântica e Discurso. Por uma crítica a afirmação do óbvio* (1988). El primer recorte segmentado permite observar qué tipo de componentes enlaza la categoría de *problemática*, cuando se trata de teoría althusseriana:

Entendemos que existe una “problemática” teórica althusseriana y que ésta debe ser entendida como un juego entre dos preguntas (la una por la práctica teórica, la otra por la práctica política) porque es allí donde reside la originalidad de su aporte y su increíble potencia filosófica. Estas dos grandes zonas que componen la “problemática althusseriana” reciben a lo largo de sus diversos escritos diferentes nombres. Aquí las denominaremos como el “problema de la coyuntura” y el “problema de la conjunción” –tal como aparece bosquejado en algunos manuscritos del autor.³

La *problemática* es tal en tanto enlaza preguntas, y lo hace bajo la forma de una relación no estática sino con capacidad de movimiento, posibilidad de juego en el sentido de articulación. Enlaza, pues, interrogantes –que, tomando la expresión del francés y su polisemia, pueden pensarse también en términos de *cuestiones*– y problemas. No se trata aquí de problemas que requieren una (re)solución, no es el sentido de *problema* vinculado a los discursos de servicios y oportunidades, sino un problema en términos epistémicos, una pregunta en torno de la cual se organiza la producción de conocimiento. Este funcionamiento de la expresión *problemática* caracteriza también la serie de recortes extraídos de *Las verdades evidentes*:

Ya hicimos *alusión* varias veces a la tesis central propuesta por L. Althusser: “*La ideología interpela a los individuos en sujetos*”. Llegó

³ Romé, 2010, p. 3.

ahora el momento de examinar cómo esta tesis “devela el misterio” en cuestión y, específicamente, cómo la manera en que devela este misterio plantea directamente la problemática de una teoría materialista de los procesos discursivos, articulada con la problemática de las condiciones ideológicas de reproducción/transformación de las relaciones de producción.⁴

La idea de que la producción de conocimientos consistiría en el puro y simple desenvolvimiento (empírico-deductivo) de las propiedades de los objetos es, pues, un mito idealista, que identifica ciencia y lógica y que, colocando esta última como *principio* de toda ciencia, concibe inexorablemente la práctica científica como una actividad de clasificación de enunciados verdaderos y enunciados falsos, reprimiendo todo lo relativo a las condiciones mismas de aparición de estos enunciados, es decir, las *cuestiones* que les corresponden al interior de una *problemática* históricamente determinada. El proceso de la producción de los conocimientos está, pues, indisolublemente unido a una *lucha respecto de lo que los sustantivos y las expresiones designan* (electricidad / electricidad positiva / negativa / electricidad animal; velocidad límite en la mecánica relativista; aire deflogistizado; serie que converge muy lentamente, etc.) y *respecto de la formulación de las cuestiones*: el mito de la “neutralidad científica”, de la pretendida indiferencia ante las palabras y de la intertraducibilidad de las cuestiones más allá de las confrontas (reducidas a polémicas o a controversias) oculta, en realidad, que la objetividad científica es indisociable de una *toma de posición* materialista, para la cual *nunca* hay equivalencia entre varias formulaciones, y que *nunca* espera que la “experiencia” zanje cuál es la problemática “correcta”.⁵

La manera en la cual, decíamos, la semántica “tiene que ver” con la lingüística es que constituye el punto en el cual la autonomía relativa de esta encuentra sus límites: dicho de otra manera, sostenemos que, para resolver las preguntas que (no) están planteadas en el sector de la “semántica”, para hacer saltar las preguntas-obstáculo que son “respuestas por adelantado” que impiden ir más lejos, para avanzar, pues, de ahora en más –incluso ateniéndonos a los intereses

⁴ Pêcheux, 2016, p. 133.

⁵ *Idem*, p. 170.

estrictamente “profesionales” inherentes al desarrollo de la lingüística como ciencia, *ergo* a los intereses “profesionales” de los lingüistas que trabajan en ese sector y se esfuerzan por ir más lejos-, se volvió posible y necesario subvertir-reconfigurar la problemática que se designa todavía hoy con la palabra “semántica”, permitiendo que allí “tomen partido” los conceptos del materialismo histórico y las categorías del materialismo dialéctico. ⁶

Ciertamente, podríamos pensar que las cuestiones planteadas en las citas –y, en general, el concepto de problemática en la teoría materialista– tienen un alcance mucho mayor en cuanto a la producción teórica que aquello que podríamos hipotetizar como haz de problemas conjugados en la problemática del lenguaje inclusivo, no binario y/o neutro. No obstante, lo que interesa destacar es la naturaleza relacional de la categoría, el tipo de elementos que pone en relación. En esta dirección, vemos que *semántica* designa, en la formulación pecheutiana (iv), una problemática antes que una disciplina o subdisciplina o un nivel de los estudios lingüísticos o un área de la filosofía del lenguaje; esto es: designa la problemática que anuda el problema del significado, el problema del sentido y el problema del sujeto, de cuya interrogación (problematización) deriva la teoría del discurso. Entenderemos por *problemática*, entonces, un haz de problemas y cuestiones articulados por relaciones de jerarquía, dependencia, subordinación, entre otras, de naturaleza no estática; esto significa que tanto los elementos que entran en relación como el tipo de relación pueden variar, según condiciones que precisan ser (re)pensadas para cada análisis.

En cuanto a la categoría práctica de *problema*, si bien no es privativa de los estudios del lenguaje, ha sido enormemente productiva para el desarrollo de teorías lingüísticas y literarias durante el siglo XX. Traeremos, en esta dirección, algunos ejemplos, inscriptos en diferentes corrientes y tradiciones epistemológicas. El

⁶ *Idem*, p. 205.

primer ejemplo muestra el funcionamiento de la categoría *problema* en la formulación de la teoría chomskiana:

Durante muchos años, me han intrigado dos problemas referentes al conocimiento humano. El primero es el de explicar cómo conocemos tanto a partir de una experiencia tan limitada. El segundo es el problema de explicar cómo conocemos tan poco considerando que disponemos de una evidencia tan amplia. Podemos denominar al primero “el problema de Platón” y al segundo “el problema de Orwell”, un equivalente de lo que se puede denominar “el problema de Freud” en el ámbito de la vida social y política.⁷

Problema remite, aquí, a interrogantes que despiertan la búsqueda por la producción de teorías e hipótesis que puedan dar una explicación. En el marco del programa chomskiano, la formulación de problemas es consistente con el alcance explicativo, y no solamente descriptivo, que busca la investigación gramatical. Es interesante pensar la producción de teoría lingüística a partir de cuáles son los problemas que cada aproximación y cada época, con sus antagonismos y tensiones, produce. Esto significaría hacer ya no una historia delimitada en o por corrientes, (sub)disciplinas u objetos –*historia del estructuralismo, historia de la fonología*, por caso– sino una historización de preguntas de investigación, de sus persistencias, dislocamientos, reformulaciones, olvidos, retornos; de cuestiones e interrogantes que pueden o no ser formulados en determinadas condiciones históricas. El segundo ejemplo es el funcionamiento de esta categoría en la formulación de la teoría bajtiniana sobre los géneros discursivos:

Podría parecer que la diversidad de los géneros discursivos es tan grande que no hay ni puede haber un solo enfoque para su estudio, porque desde un mismo ángulo se estudiarían fenómenos tan heterogéneos como las réplicas cotidianas constituidas por una sola palabra y como una novela en muchos tomos, elaborada

⁷ Chomsky, 1994, p. 9.

artísticamente, o bien una orden militar, estandarizada y obligatoria hasta en su entonación, y una obra lírica, profundamente individualizada, etc. Se podría creer que la diversidad funcional convierte los rasgos comunes de los géneros discursivos en algo abstracto y vacío de significado. Probablemente con esto se explica el hecho de que el problema general de los géneros discursivos jamás se haya planteado. Se han estudiado, principalmente, los géneros literarios. Pero desde la antigüedad clásica hasta nuestros días estos géneros se han examinado dentro de su especificidad literaria y artística, en relación con sus diferencias dentro de los límites de lo literario y no como determinados tipos de enunciados que se distinguen de otros tipos pero que tienen una naturaleza *verbal* (lingüística) *común*. El problema lingüístico general del enunciado y de sus tipos casi no se ha tomado en cuenta.⁸

Pensar los géneros discursivos y los (tipos de) enunciados como *problema* tiene, al menos, dos consecuencias. En primer lugar, destacar que se trata de un *problema* resulta relevante porque expone la tensión entre el texto bajtiniano y los usos actuales de este texto, con fines meramente clasificatorios y, en ocasiones, incluso normativos, con prescindencia del carácter material y, por consiguiente, histórico –relativo a las condiciones materiales de las esferas de la praxis– de los géneros discursivos; esto significa que varían históricamente, que no tienen un carácter estático y que no se trata, en suma, de una clasificación, sino de una pregunta por la relación entre estructura, estilo y temas de los enunciados, por un lado, y las condiciones de las esferas de la praxis comunicativa, por el otro; es una pregunta que organiza un camino de investigación conceptual y analítico. La anulación del carácter interrogante del problema y el uso meramente clasificatorio de la noción predicen más sobre los rasgos del presente que sobre la propuesta bajtiniana. En segundo lugar, destacar que se trata de un *problema* conduce a preguntarnos por las condiciones en las cuales emerge, por las condiciones en las cuales no fue posible que apareciera antes,

⁸ Bajtín, 1982, p. 249.

después o en el seno de aproximaciones a los estudios del lenguaje producidas en otros lugares y condiciones institucionales. Se trata de un problema epistémico propiamente dicho porque formula una pregunta: la pregunta por la relativa dependencia de las formas enunciativas (discursivas) respecto de las esferas sociales en una sociedad determinada.

Para finalizar esta enumeración de ejemplos incluimos dos textos diferentes: el inicio del prefacio de *Problemas de lingüística general*, de Emile Benveniste, y el fragmento inicial de una clase de Josefina Ludmer –crítica y teórica literaria, profesora argentina– acontecida en agosto de 1985, tras el retorno de la democracia. Las clases de Ludmer dictadas en la Universidad de Buenos Aires fueron compiladas en un libro que lleva por título *Clases 1985. Algunos problemas de teoría literaria* (2015). La puesta en serie de estos textos heterogéneos, junto con los fragmentos precedentes, permite entrever las regularidades que escanden el sentido de la expresión *problema*, en el encuentro entre producción y transmisión de conocimiento. Aparece, sobre todo, cuando el saber en proceso de formulación procura introducir nuevas preguntas que sacudan de alguna forma la reproducción de aseveraciones, clasificaciones y delimitaciones evidentes. Esto es, aparece la categoría de *problema* cuando el modo de producción y de transmisión de conocimiento es aquel de la interrogación, de la indagación por las condiciones de posibilidad y emergencia de la labor epistémica. Es decir, lejos de una aseveración siempre-ya-hecha, la reproducción de lo ya sabido o la reiteración de una definición-proposición cerrada, la formulación de un problema invita a (re)pensar en conjunto en torno de una propuesta abierta como camino de investigación, a hacerse nuevas preguntas o nuevamente una pregunta acerca de los “objetos” a los cuales solemos aproximarnos por costumbre:

En primer lugar, trataremos de definir el lugar de la teoría literaria, es decir, cómo concebimos la teoría literaria, cómo se diferencia de la crítica, cómo se distingue de las concepciones de la literatura, etc. De modo que dentro de la primera parte del programa, que tiene cuatro

capítulos, el primero trata de cómo pensar la teoría. Los otros tres capítulos tratan lo que consideramos problemas clave de la teoría literaria.

Los problemas clave que trataremos en este curso son los siguientes: Capítulo segundo: el problema de la definición de qué es la literatura, o sea, el problema de lo que se ha llamado *especificidad literaria*: si hay posibilidades de mostrar algún tipo de especificidad en el interior mismo de la literatura, en la lengua, en algún rasgo propio, o si la especificidad literaria, es decir, el problema de qué es la literatura es definida desde afuera por ciertas instituciones, por ciertas convenciones, por lo que se enseña como literatura, por lo que se lee como literatura, etc.

Tercer capítulo: el problema de la *interpretación* y del *sentido*, es decir, cómo se piensa que se debe leer la literatura, qué problemas de interpretación aparecen, cuáles son las teorías que postulan interpretaciones distintas, cuáles son las teorías que postulan que no se debe interpretar la literatura y cuáles son los problemas del sentido, o sea, de la significación.

Cuarto capítulo: los problemas de las teorías de las prácticas literarias, es decir, las teorías que han surgido para dar cuenta, o incluso en algunos casos para orientar, la escritura misma de la literatura. Es decir, las teorías de las vanguardias literarias, las teorías del realismo literario, etc. Son las teorías que, junto con las prácticas literarias mismas, y a veces fuera de ellas, van explicando y dando razón y fundamento a la escritura literaria misma.⁹

Este funcionamiento de la expresión *problema* comporta, asimismo, otra regularidad, a saber, el pensamiento por articulación o por relaciones, como bien se observa en el prólogo de *Problemas de lingüística general*, de Benveniste:

Los estudios reunidos en esta obra han sido elegidos entre otros muchos, más técnicos, que el autor ha publicado en los últimos años. Si aquí los presentamos como “problemas” es porque en conjunto, y cada uno por su lado, aportan sendas contribuciones a la gran problemática del lenguaje, que es enunciada en los principales temas

⁹ Ludmer, 2015, p. 34.

tratados: son consideradas las relaciones entre lo biológico y lo cultural, entre la subjetividad y la socialidad, entre el signo y el objeto, entre el símbolo y el pensamiento, y también los problemas del análisis intralingüístico.¹⁰

El rodeo textual realizado tiene por fin mostrar experiencias concretas de problematización, no para que operen como modelo sino para invitar a abordar el lenguaje inclusivo, lenguaje no binario y/o lenguaje neutro como problemática, esto es, pensar conjuntamente cuáles son los problemas que las expresiones *lenguaje inclusivo*, *lenguaje no binario* y/o *lenguaje neutro* cifran, qué cuestiones surgen hoy en torno del lenguaje, que aristas y relaciones se entraman ahí que hoy pueden ser formuladas como preguntas, qué preguntas y problemas emergen y de qué modo en las diferentes condiciones sociales, sociolingüísticas e interdiscursivas de producción –por caso, en Argentina, en Brasil, en sectores de Brasil, en Perú, en Quebec, en Francia–, qué observaciones podemos formular acerca de las preguntas y los problemas que organizan esta problemática en nuestras diferentes sociedades.

A partir de esto, podemos pensar –de manera provisoria y desde las condiciones argentinas actuales–, que *lenguaje inclusivo / no binario / neutro* designa una problemática que reúne varios problemas, a saber: el problema de la relación entre sistemas lingüísticos y relaciones sociales y/o prácticas culturales, el papel del lenguaje en las teorías de género, el problema de las relaciones desiguales entre lenguas, el problema de la relación entre lenguaje y constitución de subjetividades generizadas, el problema de la relación entre lengua (base) y procesos discursivos, el problema del sentido discursivo en la significación de morfemas, el problema de los saberes metalingüísticos y sus condiciones de producción en la sociedad actual –incluyendo el problema de la soberanía idiomática–, el problema de las intervenciones políticas –y del carácter voluntario– en materia de lenguaje y de lenguas

¹⁰ Benveniste, 2015, p. 1.

(promoción, legislación, prohibición, etc.), esto es, aquello que podríamos englobar como políticas lingüísticas o políticas del lenguaje, el papel actual de los feminismos y movimientos LGBTIQ+, el problema de los organismos internacionales (ONU, UNESCO) en la producción de instrumentos metalingüísticos de carácter normativo y su adopción/traducción en diversos países, entre otros.

Dicho esto, en términos amplios, podríamos reconocer dos grandes zonas. Por un lado, problemas de las formas lingüísticas, sus significados y sentidos -funcionamientos, por tanto, en sistemas lingüísticos como en formaciones discursivas). Por el otro, problemas de los discursos y saberes metalingüísticos. Dos preposiciones nos permiten distinguir con relativa precisión estos dos haces de problemas: las formas *en* las cuales se producen las prácticas lingüísticas y discursivas; los discursos y saberes *sobre* lenguaje inclusivo, no binario, neutro, etc. La identificación de problemas específicos o de estas dos zonas en la trama de la problemática más general no tiene como finalidad separar estas cuestiones, que por cierto se vinculan estrechamente, sino realizar una distinción que permita comprender sus condiciones de formación con mayor especificidad. Realizar esta distinción es necesaria para comprender mejor el escenario actual y también para poder intervenir, centralmente porque se trata de tipos de problemas distintos, que precisan aproximaciones diferenciadas.

Algunos de los diversos problemas enumerados, y otros que pudieran ser pensados a partir de esta propuesta, solicitan conocimientos específicos. En efecto, analizar las formas lingüísticas requiere un conocimiento específico sobre gramática, morfología, principios de funcionamiento morfosintáctico en cada una de las lenguas que se observe; en este punto, cualquier generalización que desconozca el funcionamiento material de los sistemas lingüísticos sobre los cuales predica resulta excesivamente banal. Por su parte, analizar los discursos metalingüísticos requiere dispositivos teóricos y metodológicos especializados, pertinentes y relevantes para el trabajo con materiales discursivos.

Persistencias significantes de/en los discursos prescriptivos

Una de las ideas que circulan con mayor eficacia cuando se predica acerca del lenguaje inclusivo, no binario y/o neutro implica una mirada sobre el presente como un estadio excepcional en cuanto a debates, posiciones e intervenciones políticas sobre el lenguaje. La percepción de que el presente está signado por un estado de excepción, un tipo de intervención nunca antes vista, atraviesa discursos polémicos, que sostienen posiciones políticas, sociales, culturales en tensión. Por un lado, en discursos de los movimientos feministas y LGBTIQ+ en Argentina es posible escuchar un impulso autocelebratorio que enarbola la bandera del “cambiarlo todo” o “transformarlo todo” en lo que atañe al lenguaje y su imbricación en las relaciones sociales, esto es, entendiendo el lenguaje como expresión –tendientemente transparente– de las desigualdades entre géneros y, por consiguiente, de su potencial trastocamiento. Por otro lado, tanto los discursos reaccionarios –que alternan entre censura y amenaza–, como los discursos conservadores –bajo la modalidad de la alarma o la indignación– anclan en un imaginario del presente como momento excepcional, un fuera-de-la-historia en lo que atañe al daño infligido a la moral y a la lengua. Este rasgo transversal podría comprenderse desde aquello que Romé denomina *presentismo*: el achatamiento de la complejidad temporal en las teorías que operan con una categoría espontánea de sujeto y de discurso; un efecto ideológico que representa el presente como surgido *ex nihilo*. Ante ello, propone una relectura del problema de la complejidad temporal en la teoría althusseriana, una teoría materialista del tiempo.¹¹

Dada esta caracterización, este apartado procura historizar la zona metalingüística de la problemática mediante un recorrido por materiales de archivo producidos en otras condiciones históricas, cuya incorporación al análisis permite leer, en los discursos

¹¹ Esta cuestión está desarrollada en Romé, 2021a y 2021b.

actuales sobre lenguaje inclusivo, no binario y/o neutro, huellas de discursos prescriptivos de larga y mediana duración. El trabajo analítico se organiza en dos partes. En primer lugar, con el andamiaje que provee el método warburgiano, se despliega un recorrido por materiales metalingüísticos diversificados y policrónicos, que trazan, desde la institución retórica clásica, la persistencia de núcleos significantes prescriptivos y moralizantes sobre el lenguaje y/o la lengua. En segundo lugar, el análisis historiza dimensiones de la formación y persistencia de discursos en torno de la moralidad idiomática en Argentina, atendiendo a los imaginarios sociales que comportan y a sus efectos en las guías, debates y discusiones actuales sobre lenguaje inclusivo/no binario.

Emprendemos este recorrido tomando como punto de partida un fragmento del libro *Del óptimo género de los oradores – Libellus de optimo genere oratorum*– de Marco Tulio Cicerón. Se trata de una pieza que participa de la obra metadiscursiva ciceroniana, esto es, de la zona de las producciones ciceronianas *sobre* la oratoria, producidas en el siglo I a.c., como elemento de la práctica oratoria que intervenía activamente en la escena política de la Roma republicana. Nos interesa destacar una serie de elementos significantes que de alguna manera condensan la dimensión prescriptiva del discurso y que resultan relevantes como persistencias en los discursos actuales:

Nam quoniam eloquentia constat ex verbiis et ex sentiitiis, perficiendum est, ut **pure** et **emendat** eloquentes, **quod est Latine**, verborum praeterea, et priorum et translatorum elegantiam persequamur (...).¹²

Pues ya que la elocuencia consta de palabras y de sentencias, ha de lograrse que **los que hablamos con pureza y enmienda, lo cual es en latín**, además de que alcancemos la elegancia de las palabras propias y de las trasladadas, en las propias, elijamos las pulidísimas; que en las trasladadas, persiguiendo su similitud, usemos moderadamente de las ajenas.

¹² Cicerón, *Libellus de optimo genere oratorum*, apartado 4 II.

El método warburgiano trabaja no con materiales discursivos de naturaleza textual sino con materiales imagéticos. Opera a partir de la hipótesis y la observación de persistencias de detalles en/de las imágenes producidas en la Antigüedad –no solo la Antigüedad grecolatina, considera también producciones imagéticas (de diversas materialidad y forma) mesopotámicas, por ejemplo– en esculturas, frescos, pinturas y otro tipo de materiales fabricados en condiciones históricas disímiles, pero, especialmente, en aquello que se denomina “arte renacentista”. La mirada warburgiana observa persistencias y relaciones no solo entre aquellas obras cuya filiación clásica es evidente; también logra poner el foco en pequeños detalles –uñas, ondas del cabello, entre otros– que permiten establecer conexiones entre materiales que tradicionalmente se clasifican como expresión de corrientes, períodos o escuelas diferentes. Se trata de una aproximación que destaca el detalle como aquella zona del material que es menos pensada por el trabajo procurado del artista o del hacedor. Así, disloca la periodización y clasificación institucionalizada en la historia del arte, y la ilusión de homogeneidad temporal de una supuesta relación lineal entre obra, artista y contexto. Nuestro material de trabajo es de naturaleza diferente, por ello desplazamos la observación hacia aquello que hemos denominado *detalles significantes*, de modo tal de poder operar sobre lo específico de la formulación lingüística, de sus persistencias y retornos.¹³

Regresando a la problemática que nos convoca, si miramos con los lentes warburgianos los materiales discursivos expuestos, esto es, siguiendo las persistencias y pervivencias de elementos –detalles significantes– a lo largo del tiempo, y su reemergencia diferenciada en diversas coyunturas, podremos notar que los procesos de constitución de los discursos prescriptivos sobre la lengua no son privativos de la coyuntura actual, ni se limitan a las

¹³ Para mayores especificaciones sobre la articulación entre método warburgiano y montaje de archivo desde una perspectiva materialista del discurso se puede consultar Glözman, 2022.

formaciones sociales y las relaciones sociales de producción capitalista. En efecto, es posible encontrar persistencias de aquellos elementos significantes en un conjunto variado y heterogéneo de materiales metalingüísticos elaborados en/desde instituciones de carácter normativo. Tomamos, como muestra, un fragmento del *Diccionario de autoridades* de la Real Academia Española, producido en el siglo XVIII:

El Marqués de Villena, Duque de Escalóna, à los pies de V. Magestad, dice, que haviendole manifestado diferentes Persónas de calidad, letras, y ardiente zelo de la glória de V. Magestad, y de nuestra Nación, el deseo que tenían de trabajar en común à **cultivar y fijar en el modo posible la pureza y elegancia de la léngua** Castellana dominante en la Monarchía Española.¹⁴

Podríamos ampliar esta serie mediante un procedimiento de búsqueda de (re)formulaciones del enunciado ciceroniano, que anuden las ideas o expresiones que signifiquen *elegancia, corrección, lengua propia y distinción* frente a la otredad o posible amenaza lingüística externa. Podríamos, también, procurar huellas del funcionamiento del adverbio *latine*, y sus persistencias entramadas en otras tramas enunciativas. En efecto, traemos al análisis un recorte de un material elaborado en condiciones muy disímiles: Argentina, década de 1950. Se trata del *Diálogo argentino de la lengua. 50 lecciones para hablar y escribir correctamente*, una recopilación de emisiones de un programa radial emitido por Radio del Estado a comienzos de los años '50, conducido por un conocido profesor de gramática, Avelino Herrero Mayor. El programa radial consistía en la puesta en un diálogo entre un profesor de gramática y una alumna, que ponía en escena tanto preguntas sobre lo correcto en la lengua como errores idiomáticos que el profesor corregía. Ponía, por lo tanto, a circular un saber prescriptivo, con un ejercicio mediático, una práctica discursiva de divulgación gramatical. Este fragmento, a la luz de los dos precedentes, permite establecer una

¹⁴ Real Academia Española, 1726-1739, p. 14.

serie entre tres adverbios que expresan el funcionamiento ideológico (la parte por el todo) del discurso metalingüístico prescriptivo; estos son *latine*, *elegantemente*, *naturalmente*:

Somos argentinos que nos expresamos **naturalmente en buen español**; en un español que tiene particularidades distintivas, matices fonéticos y significativos propios como los tienen, dentro del idioma general, los mejicanos, los colombianos, los chilenos, los filipinos, los españoles, etc. Pero la lengua es una y única.¹⁵

En esta breve serie, *naturalmente en buen español* retoma el funcionamiento del adverbio *latine*, que significa precisamente eso: “naturalmente en buen latín”. Con un trabajo de archivo diversificado, sería posible continuar amplificando la búsqueda de materiales con el fin de plantear alguna hipótesis acerca de la persistencia del discurso prescriptivo sobre el lenguaje y/o la lengua, producido desde la antigüedad greco-latina, las formas significantes que perviven y su funcionamiento en relación con los imaginarios de articulación lengua-regímenes de gobierno (lengua-República, lengua-Monarquía, lengua-nación). Se trata de un método que, en efecto, no delimita un corpus de trabajo, sino que opera al modo de un montaje continuo de recortes, cuya pertinencia y relevancia –para retomar la definición pecheutiana de *archivo*¹⁶– se considera, para este caso, en función de los detalles significantes y sus persistencias. En este sentido, constituye un trabajo abierto, que invita a incorporar nuevas piezas de manera polifónica y plurivocal.

Más allá del método, volviendo al funcionamiento metalingüístico de estos enunciados y expresiones, resulta relevante destacar que estos textos no señalan rasgos propios de las lenguas sobre las cuales predicán, tampoco de los hablantes que pretenden caracterizar (oradores romanos, académicos españoles, ciudadanos y ciudadanas argentinas), sino dimensiones de ideas,

¹⁵ Herrero Mayor, 1954, p. 9.

¹⁶ Pêcheux, 1994, p. 51.

discursos y prácticas sobre el lenguaje y/o las lenguas. Señalan, en todo caso, rasgos de la estratificación social que los discursos metalingüísticos expresan y (re)producen. Este tipo de discurso prescriptivo forma hoy en día parte de la problemática del lenguaje inclusivo, lenguaje no binario y/o lenguaje neutro. Por consiguiente, precisamos comprender sus condiciones de formación, de circulación, de (re)formulación, atendiendo a la larga duración y a la especificidad de sus rasgos en determinada coyuntura. Son relevantes en tanto prácticas metalingüísticas que inciden en nuestra relación con las lenguas.

Tales continuidades, persistencias, pervivencias o retornos de enunciados prescriptivos, relativamente semejantes, no deben ser tomadas como pura reiteración. Tomamos, acá, el trabajo de Eni Orlandi (1998) sobre la relación entre paráfrasis y polisemia: cuando retornan los detalles significantes, se (re)inscriben en la trama de otros discursos, en otras condiciones de producción; por consiguiente, nunca retornan los mismos sentidos. Precisamos, entonces, comprender el funcionamiento de estos discursos, sus especificidades y su eficacia material en la trama de nuestras historias y nuestros presentes.

Tomando esto último en consideración, el último recorte citado puede ser inscripto en otra serie, que le otorga sentidos y funcionamientos específicos a la luz de la formación del discurso de formación moral de la ciudadanía en lo atinente a la lengua y al lenguaje, tal como se fue conformando desde inicios del siglo XX. Incluimos, en esta serie, un conjunto disperso de fragmentos extraídos de diversas publicaciones, libelos, libros y ensayos, cuyo funcionamiento metalingüístico es el de señalar y enmendar “errores” y “vicios” idiomáticos entre la ciudadanía, entre ellos, los libelos *Disparates usuales en la conversación diaria* (1923) y *Barbaridades que se nos escapan al hablar* (1924), de Ricardo Monner Sans, *Lengua, diccionario y estilo* (1938), de Avelino Herrero Mayor, y *Cartas a Eulogio. Problemas idiomáticos*, del presbítero salesiano Rodolfo Ragucci, que tuvo numerosas ediciones y ampliaciones desde mediados de la década de 1930. Se trata, en suma, de

publicaciones producidas entre la década de 1920 y los años '40, que permiten trazar las recurrencias y obstinaciones que gobiernan este tipo de enunciados:

“En las páginas que siguen, consecuente, pues, con ideas profundamente arraigadas, irá un montón de palabras y locuciones viciosas recogidas, no en el arroyo, adonde no baja ninguna persona culta, pero sí en el trato social, en los salones, en los ministerios, en las cámaras, en los diarios, en los libros y en los folletos, razonando las correcciones con el fin de que las acepten cuantos, por deber o por placer, corren en pos de la pureza del lenguaje.”¹⁷

‘Yo bien quisiera hacer visibles — como dijo Quevedo— los tropiezos y despeñaderos’ que atajan el camino a los que hipan por hablar y escribir con elegante corrección, y a tal fin tienden, en su modestia, estos libretes míos, podados de empalagosa erudición.¹⁸

Lengua, diccionario y estilo cumple, pues, destino semejante: promover en los maestros y en los estudiantes, en los escritores y en toda persona de cultura intelectual, una tendencia depuradora, no la encerrada en los estrechos límites de la gramática, sino la acrecida en la necesidad de un mayor sentido lógico y estético del habla.¹⁹

¿Quién es Eulogio?, preguntará el lector. Eulogio es un buen muchacho, leal amigo mío, que, amén de otras excelentes prendas, posee la noble ambición de la cultura. Sabe que muy principal exponente de esta es el lenguaje y, en consecuencia, se ha empeñado en cultivarlo y profesa singular cariño a los temas relacionados con el idioma. Con frecuencia le ocurre tropezar con dificultades o dudas acerca del modo correcto de expresarse, o del empleo de palabras o giros. Puesto que su estado económico no le permite el lujo de tener a su disposición una copiosa biblioteca, ni de conceder mucho tiempo a consultar autores en las bibliotecas públicas, suele cartearse conmigo exponiéndome sus problemas idiomáticos, a fin de que se los resuelva. A pesar de mis no escasas ocupaciones, con gusto he

¹⁷ Monner Sans, 1933a, p. 12-13.

¹⁸ Monner Sans, 1933b, p. 11.

¹⁹ Herrero Mayor, 1944, p. 11.

tratado siempre de dedicar algunos minutos a sus preguntas lo mejor que he sabido, en forma familiar, lejos de toda solemnidad académica.²⁰

La serie permite observar de qué modos el discurso prescriptivo incorpora y entrecruza, aquí, otros dos problemas: el ya mencionado de la formación moral de la ciudadanía en materia lingüística y el problema de la variedad lingüística a la luz de los debates sobre la lengua nacional y su independencia respecto del español de España. Décadas más tarde, a inicios de la década de 1960, la figura y el nombre de Herrero Mayor reaparece en una nueva instancia de elaboración de materiales metalingüísticos prescriptivos destinados a la formación ciudadana, producidos, esta vez, desde el seno del aparato de gobierno del Estado, en el marco de lo que se denominó *Plan de enseñanza y moralidad del idioma*, formulado por la Comisión de Enseñanza y Moralidad del idioma del entonces Ministerio de Educación y Justicia de la Nación:

Sugestiones de la Comisión

1º) Por medio de la Dirección General de Enseñanza Secundaria se recomendará a los establecimientos de su dependencia el cumplimiento del Plan de enseñanza y moralidad del idioma, promovido por el Ministerio de Educación y Justicia de la Nación.

2º) Se dispondrá que cada Rector o Director reúna periódicamente a los profesores de Castellano y Literatura con fines de coordinación e intensificación de esta enseñanza y del aprendizaje por parte de los alumnos en quienes se vigilará y corregirá sistemáticamente el vocabulario y fraseología habituales en su trato con los demás. (...)

5º) Hay que atender consecuentemente al sentimiento moral del habla, reprimiendo el uso de impropiedades de todo estilo que relaje la elocución con el continuo dislate revelador de la incultura del hablante. (...)

6º) Todo en consonancia con los principios de los Programas oficiales, que contemplan la necesidad de hablar y escribir correctamente y que incluyen el aprendizaje de la lengua española,

²⁰ Ragucci, 1969, p. 17.

entendida como fórmula social de adecentamiento y de técnica expresiva.²¹

El recorrido realizado, como hemos señalado anteriormente, no pretende ser exhaustivo. El anhelo es el de historizar, mediante el trabajo de archivo, algunos de los problemas que continúan generando efectos hoy la zona metalingüística de la problemática del lenguaje inclusivo, no binario y/o neutro tal como se configura en la Argentina. Es relevante, pues, comprender dimensiones de la historicidad del discurso de prescripción y moralidad que escandió una parte no menor de los enunciados metalingüísticos producidos en Argentina al calor de los procesos de formación de las capas medias urbanas, los valores conservadores de preservación de la lengua asociados a la unidad del español y los dispositivos de regulación de las prácticas lingüísticas de la población, intrincados en los aparatos ideológicos del Estado, no solamente en las instancias y esferas de la educación formal, sino también en las esferas mediáticas y mediante modalidades diversificadas de circulación del saber metalingüístico normativo.

Volviendo al presente tras el rodeo histórico, cabe señalar que el conjunto de problemas que atañen a la formación, formulación y circulación de saberes y discursos metalingüísticos no recubre la totalidad de la problemática, como hemos explicitado en el apartado anterior, pero conforma una zona que en la actualidad requiere especial atención. La evidencia más inmediata de la persistencia y resemantización en la coyuntura actual de los discursos prescriptivos que portan los trazos significantes detallados conduce a observar aquellos materiales que expresan posiciones conservadoras respecto de las transformaciones lingüísticas genéricamente significadas y aquellos otros que entraman discursos reaccionarios frente a las políticas de igualdad de género. Pondríamos, pues, en esta “serie del presente”, por ejemplo, iniciativas legales que pretenden prohibir, proscribir y

²¹ Comisión de enseñanza y moralidad del idioma, 1963, p. 37.

sancionar los usos y la circulación de las formas lingüísticas no binarias. En lo relativo a tal conjunto de materiales producido en la Argentina reciente, incluiríamos, entre otros, la resolución 2022-2566 del Ministerio de Educación de la Ciudad de Buenos Aires, una norma legal que procuraba restringir la circulación de las formas nominales no binarias en las instituciones educativas apelando al imaginario de “buen español”:

Artículo 1°. - Establézcase que en el ejercicio de sus funciones, los/as docentes en los establecimientos educativos de los niveles inicial, primario y secundario y sus modalidades, de gestión estatal y privada, deberán desarrollar las actividades de enseñanza y realizar las comunicaciones institucionales de conformidad con las reglas del idioma español, sus normas gramaticales y los lineamientos oficiales para su enseñanza.

Las respuestas a esta norma prohibitiva fueron inmediatas, surgieron de un conjunto amplio de lingüistas, institutos de investigación y Universidades públicas.²² También podrían ser incorporados en esta serie discursos mediáticos abiertamente reaccionarios, que predicán contra las políticas de igualdad de género, con especial énfasis en lo “antinatural” de las formas nominales con flexión no binaria. Hay numerosos análisis de este tipo de material²³, que bien podrían ser retomados a la luz del trabajo de diversificación policrónica de los procesos de formación de los discursos prescriptivos a la luz de la coyuntura actual.

Ahora bien, la atención que requiere el discurso prescriptivo en el conjunto de la problemática no se debe solamente a la necesidad de analizar y caracterizar las posiciones de *los otros*, esto es, aquellos discursos con los cuales se busca polemizar. La atención a esta zona de problemas es necesaria por la pregnancia, ubicuidad y naturalidad que la modalidad instruccional y prescriptiva ha tomado en la actualidad, no solo en los discursos

²² Véase, por ejemplo, Bonnin *et al.*, 2022.

²³ Por ejemplo, Pérez y Moragas, 2021.

metalingüísticos sino de modo transversal a numerosas esferas de la praxis. Que sea un discurso transversal, ubicuo, cuyo funcionamiento expansivo y reticular aparece naturalizado en un universo amplio hace que, desde una posición ciudadana que acompaña las políticas de igualdad de género, resulte menos evidente su presencia en aquellos materiales que procuran dar a conocer, persuadir, enseñar y difundir las formas lingüísticas no binarias y la relevancia de atender a lenguaje en las políticas de género tal como son significadas en nuestras sociedades actuales.

Merecen atención, desde esta perspectiva, los instrumentos lingüísticos estatales que, usualmente bajo la forma de guías y recomendaciones, organizan el saber metalingüístico en lo relativo a la promoción del lenguaje inclusivo (en general, en las guías elaboradas en el seno de los organismos de gobierno argentinos esta expresión no equivale a *lenguaje no binario* o *lenguaje neutro*). Observamos, desde este punto de vista, que la forma discursiva, incluyendo la modalidad enunciativa y gráfica, dominante es la de la sugerencia o recomendación, que tiende a disponer las expresiones en observación en dos columnas o en una captura visual que compara “usos adecuados” o “inclusivos” con usos o formas “inadecuadas” o “excluyentes”. La tendencia en las guías actuales que promueven el lenguaje inclusivo –por ejemplo, entre muchas otras, *(Re)nombrar. Guía para una comunicación con perspectiva de género* (2020), producida por el Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad de la Nación, y la *Guía para el uso del lenguaje con perspectiva de género en ámbitos legislativos* (2022), confeccionada y editada en colaboración entre la Facultad de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata (FaHCE-UNLP) y el Observatorio de Género de la Honorable Cámara de Diputados de la Nación– es, en ese sentido, de tipo normativa: organizan el saber metalingüístico mediante la promoción de sustituciones basadas en

valoraciones morales de las formas lingüísticas, valoraciones que en ocasiones se deslizan hacia lxs hablantes²⁴.

Si tomamos como material de análisis este tipo de producción, podremos notar la (re)inscripción de algunos trazos y persistencias de los discursos prescriptivos, no en general, sino en el encuentro de dos corrientes de formación de elementos discursivos. Los trazos y huellas de discurso normativo que portan las guías producidas recientemente en Argentina pueden ser leídos, por un lado, como efectos de los procedimientos de traducción de los cuales provienen, esto es, las guías argentinas reproducen modalidades de los instrumentos elaborados por organismos internacionales u organismos ad hoc que buscan normativizar dimensiones del lenguaje según valoraciones inscritas en perspectivas y políticas de género. Por otro lado, pero no separadamente sino en el juego de una intersección, traen persistencias del discurso prescriptivo clásico, matrizado por el problema de la moralidad idiomática, formado al calor de los procesos sociales de producción de estratificación social y moralización de la ciudadanía en la Argentina del siglo XX.

Insistencias e invitaciones

La categoría de *problemática* brinda herramientas para intentar correrse de la polémica *a favor/en contra* y de las condiciones de respuesta inmediata que imponen las posiciones conservadoras y las reaccionarias, para pensar, en un cambio de terreno, estrategias que nos permitan reflexionar sobre las prácticas lingüísticas y discursivas, formular *otras* preguntas sobre las condiciones, necesidades y modalidades del decir.

En lugar de tomar el lenguaje inclusivo, no binario y/o neutro como un objeto-ya-dado e igual a sí mismo con prescindencia de sus formaciones materiales diversificadas, como una evidencia ontológica de un existente que hay que defender, hemos propuesto

²⁴ Véase, para este punto, Glozman, 2023.

avanzar hacia una distinción de cuestiones y relaciones que considere lo específico de las condiciones de producción. En este sentido, el ingreso desde la categoría de *problemática* y desde la formulación de *problemas* permite recuperar, para este presente que nos convoca, un modo de hacer-decir que pone en entredicho la permanente reiteración de certezas y la inmediatez de las valoraciones moralizantes. Las preguntas y los problemas que surjan de esta problemática en Brasil tienen ejes en común con lo que acontece en otros países latinoamericanos, pero seguramente no sean las mismas preguntas que las que aparecen en Argentina, a la luz de los procesos de formación de los discursos sobre la moralidad idiomática y de las relaciones polémicas insistentes con los instrumentos lingüísticos y voces de la Real Academia Española. Es decir: es y no es la misma problemática aquí, allá, acullá. Necesitamos pensar, entonces, en dos planos: un plano que nos permita articular reflexiones y acciones en conjunto; un plano que nos permita pensar qué preguntas enunciamos, que especificidades portan nuestras formaciones sociales, para que no opere en nosotros de manera automática, o bajo la forma de la traducción espontánea, la inmediata reiteración de discursos, definiciones y materiales normativos (por caso, guías) producidos en otras latitudes. Con este horizonte, y trayendo el recorrido de archivo aquí desplegado, podríamos revisar, en lo que atañe a los discursos sobre el lenguaje y sus (de)formaciones, la noción warburguiana de *persistencia* –o *pervivencia*– para hacerle lugar a la de *insistencia*: los detalles significantes que insisten en aparecer, la repetición de ciertos núcleos del discurso prescriptivo como síntoma de un desajuste constitutivo insoportable para las instituciones normativas.

Finalmente, tendemos una invitación a amplificar el archivo en proceso, a incorporar en estas series provisionarias aquí configuradas otros materiales, recortes y fragmentos, que permitan aproximarnos a problemas diferentes en la trama compleja de esta problemática.

Referencias

- BAJTÍN, M. *Estética de la creación verbal*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1982 [1953].
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística general I*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2015 [1971].
- BONNIN, J.E. *et al.* "Qué dice la lingüística sobre el lenguaje inclusivo". *Revista Ají*. Junio de 2022. Buenos Aires. Disponible en: <https://www.revistaaji.com/que-dice-lalinguistica-sobre-el-lenguaje-inclusivo-bonnin-dvoskin-lopez-garcia-lauria-salerno-tosizunino>.
- CHOMSKY, N. *El conocimiento del lenguaje. Su naturaleza, origen y uso*. Madrid, Altaya, 1994 [1985].
- CICERÓN. M. T. *Del óptimo género de los oradores (M. Tullii Ciceronis libellus de optimo genere oratorum)*. México, Universidad Autónoma de México, 2008.
- COMISIÓN DE ENSEÑANZA Y MORALIDAD DEL IDIOMA. *Contribución al estudio del Castellano en la Argentina. Plan de Enseñanza y moralidad del idioma. (Documentos y sugerencias). Serie 3*. Buenos Aires, Ministerio de Educación y Justicia, 1963.
- GLOZMAN, M. "Análisis materialista del discurso y método warburguiano. Hacia una propuesta para el montaje de archivos textuales". *ARJ – Art Research Journal*, 9: 1, p. 1-19, 2022. Disponible en: <https://periodicos.ufrn.br/artresearchjournal/article/view/29645>
- GLOZMAN, M. "La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y políticas de género en perspectiva materialista". *Revista Latinoamericana del Collège International de Philosophie*, 8, p. 111-138, 2021. Disponible en: http://www.revistalatinamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2021/03/La-ilusio%CC%81n-del-todo_Mara-Glozman.pdf
- GLOZMAN, M. "Morfología lingüística, saberes metalingüísticos y formación discursiva. Desafíos del lenguaje inclusivo en la Argentina actual". *Caracol. Revista do Programa de Pós-Graduação da Área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana*,

25: 1, p. 1-24, 2023. Disponible en: <https://www.revistas.usp.br/caracol>.

HERRERO MAYOR, A. *Diálogo argentino de la lengua. 50 lecciones para hablar y escribir correctamente*. Buenos Aires, Hachette, 1954.

HERRERO MAYOR, A. *Diccionario, lengua y estilo*. Buenos Aires, J. Gil, 1944 [1938].

LUDMER, J. *Clases 1985. Algunos problemas de teoría literaria*. Buenos Aires, Paidós, 2015.

MONNER SANS, R. *Barbaridades que se nos escapan al hablar*. Buenos Aires, Librería de A. García Santos, 1933 [1926].

MONNER SANS, R. *Disparates usuales en la conversación diaria*. Buenos Aires, Librería de A. García Santos, 1933 [1923].

PÊCHEUX, M. "Ler o arquivo hoje". In: Puccinelli Orlandi, E. (org) *Gestos de leitura*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, M. *Las verdades evidentes. Lingüística, semántica, filosofía*. Buenos Aires, Ediciones del CCC, 2016 [1975].

PÉREZ, S. & MORAGAS, F. "Lenguaje inclusivo: malestares y resistencias en el discurso conservador". In: Kalonowski, S. *et al. Apuntes sobre lenguaje no sexista e inclusivo*. Rosario, Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2021.

RAGUCCI, R. *Cartas a Eulogio. Más de 200 problemas de bien decir*. Buenos Aires, Sociedad Editorial Internacional, 1969 [1936].

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de autoridades*. Madrid, Real Academia Española, 1726-1739.

ROMÉ, N. "¿Hay algo allá afuera? Historia y discurso en la teoría de Michel Pêcheux". *Fragmentum*, 54, 2019. Disponible en: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/38838>

ROMÉ, N. "La encrucijada materialista: diferencia política, sujeto e ideología en la problemática teórica de Louis Althusser". In: *Actas de las IV Jornadas de Sociología de la UNLP*. La Plata, Universidad Nacional de La Plata, 2010. Disponible en : https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.5019/ev.5019.pdf

ROMÉ, N. *For Theory. Althusser and the Politics of Time*. Londres, Rowman & Littlefield Publishing Group, 2021.

CAPÍTULO 6

LINGUAGEM INCLUSIVA, LÍNGUA POLÍTICA

Ceres Carneiro

O que quer
O que pode esta língua?
(Caetano Veloso)

Considerações Iniciais

Muitas opiniões a respeito da linguagem inclusiva circulam na mídia digital: umas contra e outras a favor... A discussão sobre as diferentes possibilidades de se marcar o não-binarismo entre os gêneros na língua não deve, portanto, se restringir ao achismo, mas encontrar, nos debates travados no espaço acadêmico, alternativas para se refletir sobre “o que pode” e o que não pode “esta língua” (faço, aqui, alusão à epígrafe).

Minha entrada nesse debate se dá pela posição de professora de Linguística, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e a minha entrada neste trabalho se dá pelo viés da Análise do Discurso de base materialista, cujo arcabouço teórico se fundamenta nos estudos desenvolvidos por Michel Pêcheux, entre as décadas de 1960 e 1980, na França, e nos estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros desde então. Discorrerei, assim, sobre o signo “em seu caráter mutável”, sua “plasticidade”, compreendendo a palavra em seu dinamismo e não em sua fixidez, portanto, como espaço em que “convivem contradições”¹.

¹ Orlandi, 1983, p. 33.

Trago como proposta para este artigo discutir a língua como sendo um ato político, tal qual apresentou Pêcheux², deslocando, portanto, o entendimento de que a língua é forma e ampliando o entendimento de que a língua é social, tal qual descrita no Curso de Linguística Geral (1987), de Saussure. Logo, meu olhar não repousará sobre o que está inscrito, sobre a forma gramatical, mas para o que transborda da língua(gem)³. Parto, para tanto, de títulos (manchetes) e subtítulos de diferentes jornais disponibilizados no meio digital: Jornal da USP, G1, Folha, O liberal, neste início da década de 2020, que dizem do “gênero neutro” ou “linguagem neutra”. Ainda que entendendo ser “linguagem inclusiva” um termo mais adequado para se referir a entrada de substantivos que não se restrinjam ao binarismo masculino/feminino em nossa língua portuguesa-brasileira, busquei no *Google* notícias a partir dos termos “gênero neutro” ou “linguagem neutra”, por entendê-los como mais usuais.

Pretendo provocar, aqui, uma reflexão a respeito, não só do poder da língua, mas também do “que quer” a língua, em uma tentativa de responder, ainda que não completamente, a pergunta trazida por Caetano Veloso em um dos versos de sua música “Língua”, em epígrafe, pois entendo que a autonomia da língua é relativa, pois, não é permitido a ela ficar alheia às mudanças sociais, ainda que “quisesse” fazê-lo.

A concepção de gênero na língua en-formada⁴

Saussure, no Curso de Linguística Geral, aponta para o fato de que “a língua é uma forma e não uma substância”⁵. Não quero me deter a complexa e importante concepção de língua como forma apresentada por Saussure, mas partir do significante “forma” para

² Pêcheux, [1969] 2014.

³ Orlandi, 1983.

⁴ Empréstimo aqui o termo “en-formada” de Orlandi (2012) que o emprega para se referir à língua no mundo digitalizado.

⁵ 1987, p. 141.

propor uma reflexão sobre os riscos de se en-formar a própria concepção de língua. Um dos significados apresentado no dicionário (*on line*) Michaelis⁶ para *forma* é de “conjunto de elementos logicamente estruturados; sistema”, o que se aproxima ao entendimento de Saussure sobre a língua se constituir em “um sistema de signos”, ser “um objeto de natureza concreta” e “homogênea”⁷. Esse entendimento de língua como objeto a ser estudado separadamente da fala, ou seja, estudada “em si”⁸ desconsidera, por absoluto, o funcionamento da língua em sua relação com a história e com o sujeito⁹, caráter esse da língua fundamental na/para Análise do Discurso, de base materialista.

Sigo considerando a língua como forma, e tudo o que envolve essa concepção tal qual apresentado, para adentrar na questão do gênero em língua portuguesa. Mantendo os conceitos em circulação no cyberspaço UOL, trago o que diz o *site* Brasil Escola¹⁰ sobre os gêneros dos substantivos em língua portuguesa:

Dispormos de nossos conhecimentos no que se refere às normas gramaticais, com todas as regras e as possíveis exceções, faz parte da construção de nosso perfil linguístico. Razão pela qual conheceremos adiante um pouco mais sobre formação do gênero referente à classe gramatical denominada “substantivo”. **Quando falamos em gênero, estamos nos referindo ao masculino e feminino.** (Brasil Escola - UOL, grifo nosso)

O entendimento da existência de dois únicos gêneros de substantivos (masculino e feminino) se relaciona ao entendimento de língua como esse “conjunto de elementos logicamente

⁶ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/forma>. Acesso em 27/06/23.

⁷ Saussure, 1987, p. 23.

⁸ *Ibid.*, p. 24.

⁹ Pêcheux, 2011.

¹⁰ Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/o-genero-dos-substantivos.htm>. Acesso em 27/06/2023.

estruturado”¹¹, previsível. Dizem dessa língua estatizada¹², apartada da história e do sujeito, portanto, dizem dos dois únicos gêneros reconhecidos pelo senso comum, ou seja, esse

conjunto das opiniões tão geralmente admitidas, numa época e num meio dados, que as opiniões contrárias aparecem como aberrações individuais que seria inútil refutar seriamente. (...) Rege a vida cotidiana e as relações interpessoais. Carrega, implicitamente, a ideia de normalidade, de horizonte regulador. (...) Uma norma, uma regra que serve para endireitar. ¹³

Não nego a existência das leis fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas que regem a língua, o ponto é que esse contato com o linguístico não é o único. Pêcheux¹⁴ entende como necessária a aderência de conceitos não forjados pela Linguística à língua, sob o risco de a consideramos apenas como um sistema, uma forma ensimesmada. Antes de lidarmos com língua enquanto “materialidade específica do discurso”¹⁵, discuto a questão do gênero dito neutro a partir de Mattoso Câmara Júnior¹⁶, mantendo, ainda, essa perspectiva estruturalista, en-formada da língua.

Ao se referir às desinências de gênero, morfemas que designam se os substantivos são masculinos ou femininos, Câmara Júnior aponta para exemplos na língua portuguesa em que a forma masculina é um vazio, representada pelo símbolo Ø. Se em alun-o, temos o marcador de gênero -o, e em alun-a, o marcador de gênero -a, o mesmo não acontece em professora/professor, doutora/doutor, para citar alguns exemplos. Diante dessa constatação, Câmara Júnior defende que o gênero masculino seria um gênero neutro, preenchido, em alguns casos pelo morfema marcador de

¹¹ Michaelis, *on-line*.

¹² No Curso de Linguística Geral ([1916], 1987), ao descrever a dicotomia língua/fala, Saussure traz a língua como estática e a fala como dinâmica.

¹³ Lagazzi, 1988, p. 30/33.

¹⁴ [1969] 2014.

¹⁵ Orlandi, 2015, p. 15.

¹⁶ 2007.

neutralidade -o, havendo marcação de gênero apenas no feminino pelo uso do morfema -a. Nessa concepção, no plural de seres femininos e masculinos não haveria uma predominância do masculino sobre o feminino, mas uma neutralização dos gêneros.

Outros importantes linguistas brasileiros ratificam a existência do gênero neutro na língua portuguesa à luz dos postulados de Câmara Júnior. Mas por que esse entendimento não põe fim à discussão em torno do uso do gênero neutro? Diria que porque esse reconhecimento do gênero neutro é atrelado à concepção de língua en-formada, logo, de língua apartada da história e do sujeito.

A língua, esse objeto sócio-histórico

A língua, conforme nos traz Orlandi¹⁷, é a “materialidade específica do discurso”. O discurso seria o lugar em que se é possível observar “a relação entre língua e ideologia”. É pela língua que os sentidos são produzidos para e pelos sujeitos. A língua, para Análise do Discurso, não pode ser pensada, portanto, fora da sua relação com o sujeito e nem com a ideologia. A língua teria, assim, “uma ordem própria” e uma autonomia relativa¹⁸.

É o funcionamento da língua que me interessa aqui. E esse funcionamento não atende, exclusivamente, às leis da linguística, ele não pode ser compreendido sem que consideremos aspectos sócio-histórico-ideológicos em jogo durante o processo de materialização da língua que se dá no ato da produção do discurso pelo sujeito.

A língua é política¹⁹: há forças que atuam nela e sobre ela. A entrada de novas palavras no sistema língua portuguesa-brasileira não é novidade: novas palavras surgem o tempo todo para atender às mudanças sociais. O não binarismo dos gêneros dos substantivos na língua se relaciona ao não binarismo de falantes dessa língua. O

¹⁷ Orlandi, 2015, p. 15.

¹⁸ *Ibid.*, p. 17.

¹⁹ *Ibid.*

problema é de representação, por isso a necessidade de se pensar a língua não pela ordem da forma, mas pela ordem do político. Ao se incluir outros gêneros ao masculino e feminino não se pretende alterar a estrutura da língua, mas sim marcar uma posição que é política. Afinal, a língua é um espaço de disputa.

Ouso comparar a inserção de novos gêneros à substituição de determinados significantes por outros: escravo por escravizado, homossexualismo por homossexualidade, índio por indígena, pois, nesses exemplos, as alterações dizem também respeito ao aspecto morfológico da linguagem. Se com a entrada de um gênero não-binário se modifica internamente o morfema (alunes, alun@s, alunxs), com as substituições dos significantes escravo, homossexualismo e índio se substitui um morfema por outro. Não seria a escolha de um significante em detrimento de outro relacionada à posição política de quem diz? Ou seria essa escolha relacionada tão somente à preservação da língua?

Todo sujeito do discurso ocupa uma posição sócio-histórica-ideológica e diz sempre desse lugar: “ao falarmos partimos de um processo de identificação com dizeres já em curso”. As palavras não são desprovidas de sentidos, “elas significam em nós e para nós”²⁰. Não só as posições ideológicas de cada sujeito do discurso determinam os sentidos das palavras, mas as palavras vão significar conforme a posição ocupada por quem diz.

A Análise do Discurso me leva a pensar a língua incluindo o histórico e o sujeito, buscando compreender o que torna possível a entrada de palavras na língua portuguesa-brasileira que escapam ao binarismo normatizado, en-formado pelas normas e regras que regem a língua, ou seja, me leva a pensar o entorno dessas palavras.

O discurso jornalístico digital

Tenho me dedicado, há alguns anos, à análise de discursos midiáticos no digital. Meu interesse recai, especialmente, sobre os

²⁰ Dela-Silva et al, 2022, p. 28.

modos de circulação dos discursos que o digital impõe ao mundo pós-moderno. Antes, entretanto, de tratar do que é relativo ao mundo digital, discorro sobre a noção de discurso jornalístico a partir das palavras de Mariani²¹: “o discurso jornalístico é construção parcial do social, do cultural, do histórico, do imaginário e como tal deve ser entendido”, não se caracteriza, portanto, como um “relato documental indiscutível”. Ele não é estanque, se entrelaça às práticas dos sujeitos envolvidos em sua produção e em sua leitura.

O discurso jornalístico, como qualquer discurso, é produzido a partir de determinadas condições e das formações imaginárias. Segundo Pêcheux²², todo processo discursivo se dá a partir i) de determinadas circunstâncias que, tanto dizem respeito ao aqui-e- agora como a um contexto sócio-histórico mais amplo, e ii) das imagens que os envolvidos na trama discursiva atribuem a si, ao seu interlocutor e ao referente. Ou seja, não há discurso, incluído o jornalístico, que não seja determinado pelo jogo das formações imaginárias e que não se dê a partir de determinadas condições.

Os discursos jornalísticos, a serem analisados mais adiante, não são isentos “do social, do cultural, do histórico, do imaginário”²³ que os circunscrevem. Os dizeres em circulação nas manchetes são produzidos a partir das imagens que os sujeitos jornalistas projetam dos sujeitos-leitores/internautas e também daquilo ao qual se referem: à “linguagem neutra” ou ao “gênero neutro”, nesse caso. A possibilidade de dizer sobre tais referentes não são apartadas, assim, das práticas dos sujeitos na atual formação social brasileira. O uso de gênero de substantivo que escape ao binarismo faz parte de dizeres da gente brasileira, logo, o jornal precisa informar sobre esse fato. O discurso jornalístico seria, assim, um “discurso sobre” porque não é sobre quem diz, mas sobre outros discursos em circulação, e, justamente, por isso

²¹ 1998, p. 27.

²² [1969] 2014.

²³ Mariani, 1998, p. 27.

constrói-se, dessa forma, com base em um pretense domínio da referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade.²⁴

O espaço do jornalístico é, portanto, um espaço de disputa pela verdade, amparado no mito de que as informações disponibilizadas pelos jornais se relacionam aos fatos não interpretados, e isso só é possível porque não param de produzir efeitos de literalidade e transparência. Mas como todo discurso, o discurso jornalístico também é produzido a partir determinadas posições ideológicas, o que tornam essa literalidade e essa transparência um mito²⁵.

As sequências discursivas (SD) a serem analisadas partem, conforme já mencionado, de manchetes de jornais que circularam no meio digital. Esse espaço se difere, entre outros pontos, dos demais pela velocidade com que leva as informações, pela abrangência e pela facilidade encontrada pelos de leitores em acessar quaisquer informações em tempo integral. Nas palavras de Dias, essa

digitalização do mundo é um processo de historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção [...], garantindo o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder [...].²⁶

O meio digital se caracteriza como como um espaço propício à constituição, formulação, circulação e cristalização de sentidos, um

²⁴ Mariani, 2006, p. 34.

²⁵ Medeiros, 2004.

²⁶ Dias, 2016, p. 11.

modo eficaz de produção e reprodução de discursos, não deslocados, por óbvio, das posições político-ideológicas dos envolvidos nesse movimento de (re)produção, se constituindo, portanto, como um espaço de tensão e de disputa.

As informações, em circulação na mídia digital, invadem a todos: ao acessar a internet as pessoas se deparam, diariamente, com imagens e manchetes dos mais variados assuntos. Independentemente de os internautas buscarem matérias que tratem, por exemplo, da linguagem inclusiva, elas podem adentrar seus celulares, tablets, laptops. É uma rede e, como tal, apresenta “diversos documentos ordenados e datados em que se podem encontrar diversas discursividades em circulação”²⁷, funcionando como “um grande arquivo onde pode ser encontrado a soma [...] de vários arquivos discursivos [...] ordenados e dispersos, entremeados e costurados em uma única página (ou soltos em várias delas), sempre encadeados em rede”²⁸. Retirando, em alguma medida, dos sujeitos-internautas o controle sobre o que será lido.

Os discursos jornalísticos sobre “a linguagem neutra”

Conforme me ensina Pêcheux²⁹, não devo analisar “uma sequência linguística fechada sobre ela mesma”, mas funcionando com “o conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção”. Todo discurso é, afinal, produzido a partir de determinadas circunstâncias, pois “é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas (...) situado no interior das relações de força: os efeitos de sentido são intrínsecos ao lugar de onde os sujeitos produzem seus discursos”³⁰.

²⁷ Garcia; Souza, 2015, p. 91.

²⁸ Romão; Bennedetti, 2008, p. 4 *apud* Garcia; Souza, 2015, p. 91.

²⁹ [1969] 2014, p. 75.

³⁰ Pêcheux, [1969] 2014, p. 76.

Começo, portanto, discorrendo sobre as condições, em sentido imediato e amplo, em que os discursos jornalísticos, em análise, foram produzidos. Segundo Orlandi³¹, o sentido restrito diz respeito à situação imediata em que o discurso é produzido, o aqui e agora. Assim, tomo que as sequências discursivas (SD) a serem analisadas foram todas produzidas por jornais, no meio digital, voltando-se aos sujeitos-internautas do Brasil, entre os anos de 2021 e 2023. Já o sentido amplo diz respeito à situação histórica e ideológica em que o discurso é produzido. Logo, tais discursos publicados no G1, na Folha, no Jornal da USP e em O Liberal se relacionam a todo um contexto, em nossa formação social, de luta de pessoas não identificadas com o gênero masculino ou feminino contra o preconceito, pelo reconhecimento de sua sexualidade não binária, por inclusão etc., caracterizando-se, portanto, como um movimento político de luta por direitos, igualdade e respeito.

Tendo como marco o enfrentamento à brutalidade policial, em 1970, ocorrida no Greenwich Village, Nova York, o dia 28 de junho foi instituído como o “Dia da Libertação Gay”, mas de lá para cá, as pessoas LGBTQIA+³² seguem enfrentando, cotidianamente, diferentes formas de violências: a busca do(s) Movimento(s) por representatividade, em diversos âmbitos sociais, é uma constante, segundo o Vittude Blog³³. “O discurso não está fora da História”, por isso todo dizer só “produz sentidos na relação com outros dizeres, no tocante às suas condições de produção”³⁴.

Toda essa discussão materializada na e pela mídia digital a respeito da linguagem inclusiva só é possível porque ela já está em uso por parte de muitos falantes no Brasil. E essa inserção decorre de um contexto sócio-histórico em que Movimento(s) LGBTQIA+

³¹ 2015

³² A sigla representa Lésbicas; Gays; Bissexuais; Travestis, Transexuais e Transgêneros; Queer; Intersex; Assexuais e o sinal de + inclui pessoas que não se reconhecem em nenhuma dessas letras.

³³ Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/lgtbqia-o-que-significa-sigla-e-movimento/> Acesso em 30/06/2023.

³⁴ Dela-Silva et al, 2022, p. 43.

buscam representatividade em diferentes cenários. O funcionamento da linguagem não é, portanto, integralmente linguístico³⁵, porque as condições de produção

implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. [...] É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras.³⁶

É sobre as imagens projetadas nos discursos dos jornais, já elencados, que proponho mais diretamente uma análise, porque assim como as condições de produção, “as formações imaginárias estão em permanente movimento de sentidos”³⁷. Essa noção de formações imaginárias se refere aos lugares em que os sujeitos envolvidos na trama discursiva, os interlocutores A e B, se “atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro”³⁸ e do referente (aquilo sobre o qual se referem durante a interlocução) e que “resultam de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento”³⁹ a outras tomadas de posição.

Como toda a discussão em torno da linguagem inclusiva se relaciona às palavras, tomo como partida das análises o significante “neutro” (ou “neutra”) que comparecem nas manchetes. Segundo o dicionário virtual Michaelis⁴⁰, neutro pode significar *imparcial, indefinido, vago indiferente, insensível*⁴¹, assim, tenho que a própria

³⁵ Orlandi, 1983.

³⁶ Orlandi, 2015, p. 40.

³⁷ Dela-Silva et, 2022, p. 53.

³⁸ Pêcheux, [1969] 2014, p. 82.

³⁹ *Ibid.*, p. 85.

⁴⁰ <https://michaelis.uol.com.br/palavra/ZNL4R/neutro/>. Acesso em 01/07/2023.

⁴¹ Tomei, aqui, só os sinônimos apresentados no dicionário, a fim de restringir o significado somente a significantes.

escolha dos sujeitos-jornalistas em tratarem a linguagem inclusiva como gênero ou linguagem neutra já dizem de uma tentativa de não-posição, não-partido, não-envolvimento com a questão. Mas, do ponto de vista da Análise do Discurso, não há discurso neutro: os sujeitos-jornalistas, cujos discursos analiso, dizem a partir de suas posições ideológicas ainda que não percebam, pois a ideologia dissimula sua própria existência ao funcionar⁴².

Apresento as sequências discursivas (SD) obedecendo à ordem cronológica em que os títulos (manchetes) e subtítulos foram publicados, conforme definido pelos jornais. Os títulos estão em negrito, de forma a evidenciar qual foi a manchete.

SD1: *Linguagem neutra pode ser considerada movimento social e parte da evolução da língua*

Segundo especialistas, o objetivo é tornar a língua portuguesa inclusiva àqueles que não se sentem abrangidos pelo uso do masculino genérico (Jornal da USP, 2021⁴³).

Na SD1, o sujeito-jornalista relaciona a linguagem neutra ao “movimento social” e à “evolução da língua”. Diz da linguagem neutra, então, associada à luta por representatividade daqueles “que não se sentem abrangidos pelo uso do masculino genérico”. Ao dizer que a linguagem neutra “parte da evolução” da língua a coloca como dinâmica, relacionado sua mudança às mudanças sociais. Marca no seu discurso o discurso de outros - “segundo especialistas” – o que Authier-Revuz⁴⁴ chama de “heterogeneidade mostrada”. Essa alteridade enunciativa caracterizada pela inserção de dizeres dos “especialistas” retira do seu dizer o caráter opinativo, pois quem diz que “o objetivo” da linguagem neutra “é tomar a língua portuguesa inclusiva”, são aqueles com suposta

⁴² Dela-Silva et al, 2022.

⁴³ Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/linguagem-neutra-pode-ser-considerada-movimento-social-e-parte-da-evolucao-da-lingua/>. Acesso em 27/06/2023.

⁴⁴ 1998.

competência para fazê-lo. A palavra “inclusiva”, ressalto, para se referir à língua ou a linguagem só comparece nesta SD.

SD2: *Estamos prontos para o gênero neutro?*

Serão necessárias décadas até que a mudança seja aceita por todos (Folha, 2021⁴⁵)

Na SD2, o título traz uma pergunta, questionando se “estamos prontos para o gênero neutro”. Diz ser preciso uma preparação para o uso do “gênero neutro” e que essa preparação levará “décadas” para acontecer. Ao dizer do longo e indeterminado tempo necessário para que toda a sociedade aceite a “mudança” na língua, diz que essa mudança não é para agora, logo responde à pergunta que faz: não “estamos prontos”. O sujeito-jornalista não diz de quantas décadas “todos” precisarão para aceitar “o gênero neutro” e, ainda que não conste em que dados se baseou para dizer que só daqui a décadas estaremos prontos para a inserção do “gênero neutro” na língua, produz um efeito de verdade, pois, ao dizer que “todos” não diz apenas da sua rejeição à mudança, mas a ratifica pelo dizer de outros. O “todos”, fazendo, aqui, uma alusão ao “nós” pesando por Indursky⁴⁶ para se referir à “fala dos quarteis”, amplifica o dizer do sujeito-jornalista, afinal, toda a população brasileira seria avessa, pelas próximas “décadas”, ao gênero neutro.

SD3: *Saiba o que é linguagem neutra, que usa, por exemplo, 'todxs' e 'amigues'*

Justiça Federal suspendeu portaria da Secretaria da Cultura que proíbe o uso da linguagem neutra em projetos financiados pela Lei Rouanet. Expressões neutras, comuns nas redes sociais e entre membros da

⁴⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/10/estamos-prontes-para-o-genero-neutro.shtml>. Acesso em 27/06/2023.

⁴⁶ 1992.

comunidade LGBTQIA+, representam pessoas não binárias e intersexo.
(G1, 2022⁴⁷)

Na SD3, de início, o interlocutor em A (sujeito-jornalista) traz um discurso didatizante ao dizer que vai ensinar, ou fazer saber, aos interlocutores em B (sujeitos-leitores) “o que é a linguagem neutra”, já apontando para exemplos: ‘todxs’ e ‘amigues’, em que aparecem o “x” e o “e” em substituição às tradicionais (descritas nas Gramáticas, portanto) desinências de gênero “a” e “o”. O uso do imperativo “saiba” coloca o interlocutor em A na posição de quem possui um conhecimento que os sujeitos-leitores não têm, dando a si autoridade para dizer sobre a “linguagem neutra”. No subtítulo, comparece a informação de que a proibição “da Secretaria de Cultura” do “uso da linguagem neutra em projetos financiados pela Lei Rouanet” foi suspensa pela “Justiça Federal”, marcando uma hierarquia entre duas instâncias. Destaco o uso dos verbos proibir e suspender para discutir sobre as interdições que o uso “da linguagem neutra” sofre em nossa sociedade. Trato esse movimento de proibição da linguagem neutra como de silenciamento imposto, uma censura⁴⁸ mesmo, pois se caracterizaria como um “silêncio local”, atuando como um poder que a tudo invade⁴⁹, mas, nesse jogo de forças, a proibição é proibida (ou suspensa) por quem, considerando a estrutura legal do país, tem mais poder. O sujeito-jornalista ao dizer da prática, nas redes sociais, de uso da linguagem neutra, diz que se, do ponto de vista legal, uma interdição (ou tentativa de interdição) das “expressões neutras” é possível, nas redes sociais elas não atuam, muito pelo contrário: elas são “comuns”. Traz, ainda, que as “expressões neutras” são “comuns” [...] entre membros da comunidade LGBTQIA+”, pois “representam pessoas não binárias e intersexo”, colocando o uso da “linguagem

⁴⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/03/31/saiba-o-que-e-linguagem-neutra-que-usa-por-exemplo-todxs-e-amigues.ghtml>. Acesso em 27/0-6/2023

⁴⁸ Orlandi, 2007.

⁴⁹ Orlandi, 2015.

neutra” como uma prática que extrapola as normas impostas pela Secretaria de Cultura, mas também as impostas pelas Gramáticas. Pois, o que está em jogo é a representação “da comunidade LGBTQIA+” na língua.

SD4: *Linguagem neutra: barrada pelo STF, lei que proíbe o uso existe em 3 estados e 2 capitais*

Corte derrubou lei de Rondônia que vedava o uso de termos como “todes” e “amigues” em escolas. Medida tem repercussão geral, mas as demais leis sobre o tema não caem automaticamente. (G1, 2023⁵⁰)

Na SD4, o mesmo G1, um ano depois do discurso materializado na SD3, diz de uma nova proibição à proibição do uso “de termos como ‘todes’ e ‘amigues’ em escolas” do estado de Rondônia, retomando um dizer sobre as tentativas de diferentes Governos (três estados e duas capitais) em interditar o uso da “linguagem neutra”. A proibição da proibição no dizer desse sujeito-jornalista parte não mais da Justiça Federal (SD3), mas do STF, ou seja, de uma instância hierarquicamente superior: o projeto de interdição passa a incluir a pauta do Judiciário em muitos dos seus espaços. O projeto de silenciamento “de termos como ‘todes’ e ‘amigues’”, mais do que uma tentativa de intervir na língua, intervém na autonomia de professores do Ensino Básico desses estados, que passam a ter coibidas uma possível aceitação do uso da “linguagem neutra” em textos produzidos por seus alunos ou mesmo na realização de debates a respeito desse uso. Ainda que na SD4 haja uma retomada dos exemplos dos “termos” “todxs” e “amigues” apresentados na SD3, o “x” de “todxs” foi substituído por “e” na SD4: “todes”. Trato a entrada desses termos (todxs, amigues, todes) entre aspas como um exemplo de heterogeneidade marcada⁵¹, pois os sujeitos-jornalistas incorporaram de forma

⁵⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/13/linguagem-neutra-barrada-pelo-stf-lei-que-proibe-o-uso-de-linguagem-neutra-existe-em-3-estados-e-2-capitais.ghtml>. Acesso em 27/06/2023.

⁵¹ Authier-Revuz, 1998.

marcada pelas aspas o dizer do outro no seu próprio dizer, reproduzindo-o, assim, fidedignamente, o que me leva a questionar se o uso de “todxs” está sendo substituído por “todes” por quem faz uso da “linguagem neutra”.

SD5: *Mais de 50% dos internautas acreditam que a linguagem neutra prejudica a língua portuguesa*

Enquete foi realizada nas redes sociais do jornal O Liberal no sábado (29). (O Liberal⁵², 2023)

Na SD5, destaco a presença do verbo prejudicar para se referir a crença de mais “de 50% dos internautas” sobre os efeitos da “linguagem neutra” na “língua portuguesa”. Segundo o dicionário (*on line*) Michaelis-UOL⁵³, prejudicar significa “nefasto, nocivo, pernicioso”, assim, no dizer dos internautas materializado no discurso do sujeito-jornalista de O Liberal, o uso da linguagem neutra seria um dano à língua portuguesa, fazendo a língua portuguesa perder algo, padecer. A partir de uma “enquete” realizada, não se sabe com qual metodologia de pesquisa, “no sábado (29)”, o sujeito-jornalista diz da rejeição de mais da metade dos arguidos à “linguagem neutra”, amplificando o dizer do seu eu⁵⁴ pelo dizer de internautas que comparecem em seu dizer, buscando, com isso, um efeito de verdade sobre o prejuízo que a “linguagem neutra” causa “à língua portuguesa”. Se formulássemos, no entanto, uma paráfrase dessa manchete para “quase 50% dos internautas não acreditam que a linguagem neutra prejudica a língua portuguesa” seriam produzidos outros efeitos de sentido, o que representaria “diferentes filiações de sentidos”⁵⁵:

⁵² Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/mais-de-50-dos-internautas-acreditam-que-a-linguagem-neutra-prejudica-a-lingua-portuguesa-1.674960>. Acesso em 27/06/2023.

⁵³ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/prejudicia> l#. Acesso em 02/07/2023.

⁵⁴ Indursky, 1992.

⁵⁵ Orlandi, 2015, p. 27.

ao dizer sobre o que pensam “mais de 50% dos internautas” (mais quanto?), o sujeito-jornalista não diz sobre o que responderam os outros quase 50% dos internautas na “enquete”, pois há um jogo de forças que atuou durante o processo de seleção do que foi dito e do que não foi dito.

Nos jogos das formações imaginárias, apresentados durante o meu gesto de análise dos discursos jornalísticos, trago que em todas as projeções dos referentes “linguagem neutra” ou “gênero neutro” e dos sujeitos-internautas leitores dos respectivos jornais, se deram a partir de tensões que impactaram as imagens projetadas pelos sujeitos-jornalistas. As formações imaginárias, “assim como as condições de produção do discurso como um todo, deixam suas marcas”, para que se entenda “os modos como os sentidos se constituem nos discursos analisados”⁵⁶. Na SD1, a imagem projetada sobre o referente “linguagem neutra” a traz como necessária para que pessoas de todos os gêneros sejam representadas na e pela língua, relaciona, portanto, a mudança da língua com as mudanças sociais. Em contraposição, as imagens projetadas pelos interlocutores em A, nas SD2 e SD5, trazem, respectivamente, os referentes “linguagem neutra” e o “gênero neutro” como uma alteração da língua portuguesa inaceitável por grande parte dos brasileiros, na atualidade, que precisariam de décadas para se prepararem para essas mudanças. Nos discursos materializados pelo G1, em 2022 e 2023, o referente “linguagem neutra” é sempre colocado no campo de disputas entre a proibição e a suspensão da proibição, tendo o seu uso (ou não) regulado por decisões de diferentes instituições e não por falantes da língua. Esses jogos das formações imaginárias deram pistas, assim, das posições ideológicas dos sujeitos-jornalistas, porque, ao dizer sobre o “gênero neutro” ou “a linguagem neutra”, disseram a partir do lugar sócio-histórico que ocupam em nossa formação social.

⁵⁶ Dela-Silva *et al.*, 2022, p. 57.

Considerações Finais

Para longe de esgotar qualquer discussão em torno da linguagem inclusiva, ousei pensar sobre esse fato considerando que o funcionamento da linguagem não é exclusivamente linguístico, “uma vez que dele fazem parte as condições de produção que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso”⁵⁷. Dizer da linguagem inclusiva é dizer, no meu entendimento, da necessidade de que os diferentes gêneros de pessoas têm de se sentirem representados na língua. É preciso marcar suas presenças em “traços ideologicamente interpretáveis” nos léxicos⁵⁸, pois ao dizer “alunes” ou “alunos”/“alunas marcam-se as diferentes posições ideológicas de quem diz. As marcas formais nos léxicos, ainda nas palavras de Orlandi⁵⁹ nunca se desprendem do ideológico.

Proibir, não acatar, rejeitar a linguagem inclusiva é entendê-la como erro e “essa noção de erro deriva das concepções de linguagem que caracterizam [...] a uma competência linguística completamente apartada das condições de uso”⁶⁰ e a linguagem inclusiva já está em uso, do contrário, não estariam tentando interditá-la ou não estaria sendo discursivizada em jornais. Mas, se, por um lado, buscam apagar de gêneros outros que não o masculino e o feminino da língua, por outro lado, a inclusão deles na língua por quem o usa é um modo de resistência, de ocupação de espaços (in)imagináveis.

Não sei se respondi o “que quer” a língua, mas pretendo ter respondido o que a língua não quer: ser pensada exclusivamente como forma, logo, apartada do social, do histórico e do ideológico.

⁵⁷ Orlandi, 1983, p. 107.

⁵⁸ Orlandi, 1983, p. 113.

⁵⁹ 1983.

⁶⁰ Orlandi, 1983, p. 110.

Referências

- CÂMARA Jr., J. M. Contribuição de Câmara Jr. para uma descrição conveniente do gênero do substantivo em português. In: *Anais do XI CNLF*, Vol XI, n. 12, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2007. p. 64-78.
- DELA-SILVA, S; LUNKES, F. L; GARCIA, D. A.; BAALBAKI, A. *Análise de discurso*, uma introdução. Niterói/RJ: EDUFF, 2022
- DIAS, C. *A análise do discurso digital: um campo de questões*. Vitória da Conquista/BA: REDISCO, v. 10, n.2, p. 8-20, 2016
- GARCIA, D. A; SOUSA, L. M. A. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. In: *Conexão Letras*. Vol. 9, nº 11, 2015
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984)*. Tese de doutorado. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/R EPOSIP/270684>, 1992.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 - 1989)*. Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MARIANI, B. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. *Polifonia*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 21-45, 2006.
- MEDEIROS, V. G. Discurso cronístico: uma “falha no ritual” jornalístico. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 93-118, jul./dez. 2004
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 2015.
- ORLANDI, E. P. *As Formas do Silêncio*. Campinas/SP: editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Funcionamento e discurso*. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo/SP. Editora brasiliense, 1983.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Ponte, 2012.

PÊCHEUX, M. [1969] Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. & HAK, T.(org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, M. Análise de discurso: Michel Pêcheux – Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011.

SAUSSURE, F. (s/d) Curso de Linguística Geral. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

CAPÍTULO 7

LÍNGUA, SOCIEDADE E PODER: REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DA LINGUÍSTICA/DOS LINGUISTAS NO DEBATE PÚBLICO SOBRE LINGUAGEM NEUTRA E INCLUSIVA

Michelle Gomes Alonso Dominguez

Considerações iniciais

Nos últimos anos, vimos tomar corpo na sociedade um importante debate sobre a marcação de gênero na língua portuguesa. A língua é machista? A língua é misógina? A língua é excludente? Questões que fundamentam matérias jornalísticas e para as quais movimentos feministas e LGBTQIAP+ já deram resposta diametralmente oposta ao que pregam políticos conservadores em seus mandados judiciais. E como linguistas e professores de língua portuguesa têm se manifestado sobre o tema? Certamente, há posições bastante variadas sobre a questão (e não nos interessa aqui fazer esse extenso mapeamento). No entanto, o que parece circular de maneira mais ampla na opinião pública são posições sustentadas por um sentido específico de língua e de gramática, bastante contraproducente à apreciação da questão em si e mesmo à construção no senso comum sobre o trabalho da linguística.

Diante disso, pretendo desenvolver neste capítulo uma reflexão em 3 atos, de modo a (i) refletir sobre como argumentos linguísticos e gramaticais têm sido apresentados à opinião pública, bem como sobre as consequências disso para o imaginário referente a conceitos como língua, gramática e a própria linguagem neutra; (ii) propor uma abordagem da questão a partir da Análise do Discurso Crítica; e (iii) mediante tais elaborações, pensar nosso

lugar-papel como linguistas e professores de língua portuguesa. Nesse percurso, me auxiliarão as premissas teóricas de Norman Fairclough¹ e um corpus de análise composto por: dois fragmentos de notícias; uma entrevista em vídeo; uma manchete; um cartaz.

Antecedo esses atos por um pequeno preâmbulo que me parece relevante para sustentar a argumentação desenvolvida mais à frente. Trata-se de um breve esclarecimento sobre o desenrolar histórico dos debates relativos à linguagem neutra.

Já na década de 70, movimentos feministas identificam relações entre o binarismo de gênero em línguas ocidentais e uma ordem heteronormativa calcada no masculino. O uso do masculino genérico (como em os alunos, para se referir a um grupo formado por homens e mulheres) é, então, questionado por promover o apagamento do corpo feminino, que exigia naquele momento ocupar a sociedade com maior liberdade. A compreensão era de que novas relações sociais precisavam de uma nova gramática e, nesse sentido, em língua portuguesa, propunha-se:

Substituir “Os professores do ILE” por “Professoras e professores do ILE”.

Substituir “Os alunos da UERJ” por “Alunas e alunos da UERJ”.

Substituir “Todos os funcionários” por “Todos/as funcionários/as”.

Já no final dos anos 90, o debate sobre o binarismo na estrutura da linguagem empreendido pelas feministas é fortalecido pelo movimento *queer* e, conseqüentemente, o aprofundamento dos debates sobre gênero visibilizam as possibilidades de identidade para além do par Feminino/Masculino, e a necessidade de uma linguagem capaz de incluir esses sujeitos é reivindicada. Não se sentindo representadas pelas formas que marcam a identidade de gênero do referente em masculina e feminina, propõe-se o uso de uma linguagem denominada neutra ou não-binária, baseada em

¹ 2003; 2016.

um marcador de gênero – e² (nomes) e em um sistema pronominal específico para as formas que distinguem gênero, além de formas “genéricas” de nomeação.

Os alunos da UERJ > Alunas e alunos da UERJ > Alunes da UERJ.

Todos os funcionários > Todos/as funcionários/as > Todes es funcionárioses.

Os professores do ILE > Professoras e professores do ILE > O **corpo docente** do ILE.

Esse breve histórico nos mostra que a questão da linguagem neutra/inclusiva surge do reconhecimento das intrínsecas relações entre língua, sociedade e poder. Como demanda de corpos oprimidos, subalternizados e invisibilizados que, à medida em que conseguem avançar socialmente e disputar espaços de poder, passam a exigir sua inscrição nas malhas linguísticas e discursivas, a linguagem inclusiva é instrumento de resistência em uma sociedade hegemonicamente binária, cisgênero, heteronormativa e patriarcal. Entretanto, como veremos na sequência, a complexidade de tais relações parece não comparecer nos debates relativos à questão fomentados pelas mídias.

Como os argumentos linguísticos têm sido convocados no debate público?

Em uma breve busca no google utilizando o sintagma “linguagem neutra”, aparecem resultados como os que seguem:

Projeto de Nikolas contra linguagem neutra em escolas de BH é votado na Câmara³

² Ainda que marcadores como @ ou X já tenham sido propostos, reconheço que o debate atual gira em torno dos sistemas de marcação com vogais (ile; ilu, elu; el), dentre os quais a marcação em -e parece a mais difundida.

³ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/projeto-de-nikolas-contralinguagem-neutra-em-escolas-de-bh-e-votado-na-camara-1.3028033>. Acesso em 30/06/2023.

Como disputa sobre linguagem neutra virou guerra cultural no Brasil⁴

A batalha da linguagem neutra - Brasil Partido - News Brasil⁵

Comissão recomenda que Plenário derrube veto ao PL que proíbe linguagem neutra⁶

Lei Municipal de Eduardo Azevedo sobre linguagem neutra na mira da Defensoria Pública Estadual⁷

Djavan é criticado por usar linguagem neutra em postagem, mas era só catalão⁸

Observamos por esses exemplos que o debate sobre linguagem neutra é construído pelas mídias em geral (importantes atores na formação da opinião pública) como algo polêmico e perigoso - posto que circula em associação com vocábulos como “disputa”, “guerra”, “batalha”, “proíbe” -, sujeito a embates jurídicos em diferentes esferas (como demonstram algumas das manchetes). De modo majoritário, a questão não comparece nas edições jornalísticas como pauta em si, mas sim a partir das repercussões sociais e jurídicas nas quais está envolvida. É nesse espaço que muitas vezes argumentos linguísticos são difundidos por vozes especializadas (ou não) e que se avolumam determinadas concepções referentes ao nosso campo de estudo.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/07/como-disputa-sobre-linguagem-neutra-virou-guerra-cultural-no-brasil.ghtml>. Acesso em 30/06/2023.

⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/podcasts/p0cyhvny/p0fzgn0m>. Acesso em 30/06/2023.

⁶ Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2023/07/comiss%C3%A3o-recomenda-que-plen%C3%A1rio-derrube-veto-ao-pl-que-pro%C3%ADbe-linguagem>. Acesso em 30/06/2023.

⁷ Disponível em: <https://g37.com.br/divinopolis/lei-municipal-de-eduardo-azevedo-sobre-linguagem-neutra-na-mira-da-defensoria-publica-estadual/>. Acesso em 30/06/2023.

⁸ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/celebridades/2023/06/6661490-djavan-e-criticado-por-usar-linguagem-neutra-em-postagem-mas-era-so-catalao.html>. Acesso em 30/06/2023.

Em reportagem intitulada “‘Eleite’, ‘deputade’ e ‘parlamentare’: EBC usa linguagem neutra em publicação”⁹, o jornal oglobo.com noticia o uso de linguagem neutra pela Empresa Brasileira de Comunicações na divulgação do 1º Encontro de LGBT+ eleites, que reuniria “parlamentares eleites para a Câmara dos Deputados e também para as Assembleias Legislativas dos Estados”. A notícia segue o *script* da polêmica, sendo introduzida da seguinte forma:

Muito criticada durante o governo de Jair Bolsonaro, a linguagem neutra foi usada nas posses de pelo menos seis novos ministros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no começo deste mês. Agora, ela foi adotada em uma publicação da Agência Brasil, empresa oficial de comunicação do Governo Federal.

Partindo do embate comparativo entre o (des)governo anterior e o recém iniciado governo Lula, o texto se desenvolve discorrendo sobre as vezes em que a linguagem neutra foi utilizada em cerimônias do novo governo e elencando os participantes do anunciado evento. A certa altura, é feita uma simplificada e equivocada explicação sobre o que seria a linguagem neutra. De acordo com o jornal: “A linguagem neutra é uma variação da norma gramatical usada por grupos de pessoas agênero (que não se identificam com nenhum gênero) e não binárias (que não se identificam só com o gênero masculino nem só com o feminino). Ela consiste no uso da letra “e” em substantivos, em vez de “a” ou “o”, e dos pronomes “elu”, “delu”, “ile” e “dile””.

Na sequência a esta passagem, a questão é mais uma vez abordada pelo viés da polêmica, pois é apresentada a posição contrária da Ministra do Turismo:

⁹Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/eleite-deputade-e-parlamentare-ebc-usa-linguagem-neutra-em-publicacao.ghtml>. Acesso em: 30/06/2023.

A nova ministra do Turismo, Daniela Carneiro, enquanto deputada, chegou a apresentar um projeto de lei na Câmara Federal pedindo que o uso da linguagem neutra fosse vedado em escolas públicas e privadas. O texto chama os novos vocábulos como "deturpação da Língua Portuguesa" e define seu uso como inaceitável. "Uma língua é adquirida, é aprendida, não é inventada; e não é aceitável que essa ilegítima invenção seja reproduzida justamente no local onde os estudantes deveriam aprender a utilizar a Língua Portuguesa de acordo com as regras gramaticais", afirma o texto do projeto de lei.

Dentre os muitos problemas que a fala de Daniela traz, chamarei atenção a um equívoco bastante recorrente e disseminado no senso comum: a confusão entre gramática e língua. Reforçada por um currículo escolar de Língua Portuguesa que prioriza o ensino da metalinguagem gramatical estruturada pela norma padrão, a concepção de língua como estrutura gramatical cristalizada circula em terreno fértil na nossa sociedade. É a partir desse conceito de língua, absolutamente exterior aos falantes e existente apenas nas gramáticas normativas e nos dicionários, que a ministra articula seus argumentos contrários ao uso da linguagem neutra.

Em sentido semelhante segue a argumentação do professor Noslen¹⁰. Em entrevista ao canal de youtube Cortes do Inteligencia oficial¹¹, quando perguntado sobre qual seria sua opinião sobre linguagem neutra, Noslen parte de uma elaboração histórica para argumentar, em torno do minuto 5:

¹⁰ Noslen apresenta-se como professor de Língua Portuguesa em seu canal no Youtube Professor Noslen, descrito como: "Canal voltado para o ensino de toda a Língua Portuguesa, com o intuito de facilitar a aprendizagem de maneira rápida e divertida! Maior canal de educação do Brasil e maior canal de ensino de LP do MUNDO!".

¹¹ Íntegra do vídeo no link <https://www.youtube.com/watch?v=k3E1ExBEnNY>. Segundo a descrição do canal, trata-se de um "canal contendo os trechos mais legais, interessantes e (ou) polêmicos que rolaram nos bate-papos longos do podcast. Se quiser ver o episódio completo, veja no canal oficial do Inteligência Ltda. Referencias sobre o canal".

A gente não pode mudar a estrutura da língua. Pensa num prédio. Se eu tirar as estruturas do prédio, o prédio rui, o prédio não fica em pé. E a língua também é assim, ela tem uma estrutura. Essa estrutura é a gramática, vamos dizer assim, é a norma padrão [...]. E isso não tem como tirar os pilares agora e colocar um outro tijolo que apareceu agora. [...] Eu preciso entender de língua portuguesa para falar de língua portuguesa. Eu como estudioso da língua posso falar sobre língua portuguesa. [...] Por exemplo, quando surgiu o terraplanismo. Na geografia, a gente sabe que não é verdade, é falta de estudo, falta de conhecimento. Antivacina, na biologia, também é falta de estudo, falta de conhecimento. Me parece muito isso.

Notamos que, apesar de se tratar da fala de alguém que se apresenta como um especialista no assunto, a argumentação de Noslen se constrói (para seguir na metáfora da edificação) pelas mesmas bases equivocadas, fundamentadas em uma cadeia de restrições que limitam o sentido de língua ao de estrutura, o de estrutura ao de gramática e o de gramática ao de norma padrão. Além disso, a partir de relações com outras áreas do saber científico, o professor caracteriza o uso da linguagem neutra como decorrente de ignorância.

Por volta do minuto 7, a ignorância desse outro (não especialista) é reforçada, bem como a imagem de autoridade do professor, por um outro argumento comumente utilizado no rechaço especializado à linguagem neutra:

Ah, mas a língua portuguesa é machista. Não é. Por quê? Como contei a historinha lá de trás. Nasceu lá no latim. O latim tinha o gênero neutro, masculino e feminino. Com essa história que contei da construção da língua, o gênero neutro foi absorvido pelo masculino em português, então virou uma coisa só. Então, quando eu falo assim: sejam todos bem-vindos, nesse todos tem o masculino e o feminino ali dentro.

Não entrarei no mérito das imprecisões e incompletudes do comentário. Interessa-me sinalizar como o recurso à etimologia

serve, simultaneamente, para credibilizar a voz do enunciador como autoridade, para fortalecer a imagem dos falantes como desconhecedores da própria língua e para tornar injustificável a demanda pela linguagem neutra.

Junto à etimologia, o argumento morfológico de base estruturalista é, certamente, dos mais usados entre os especialistas convidados pelas diferentes mídias. Vejamos o comentário de outra professora:

A professora explicou ainda que a norma padrão da língua portuguesa já inclui o gênero neutro. “Não faz sentido falar ‘todxs’ ou ‘todes’. Isso é um assassinato, uma esquizofrenia. No latim, nós tínhamos a terminação em ‘U’ que representava o gênero neutro. Quando o latim deu origem ao português, o masculino passou a compreender o gênero neutro. Por isso que, quando eu digo ‘boa noite a todos’ estou me referindo a homens e mulheres. Além disso, substituir as letras ‘a’ e ‘o’ ao final das palavras por ‘e’ com a pretensão de neutralizar o gênero é uma grande bobagem porque é algo totalmente arbitrário. Por exemplo, a palavra ‘pente’ termina em ‘e’ e continua sendo um termo masculino”, concluiu.¹²

Em entrevista ao programa *Pânico*, a professora Cíntia Chagas une etimologia e morfologia para argumentar contra o que chama de “histeria coletiva”, conforme informa o título da matéria. Sinalizando ao que, suponho, seja a compreensão de que as vogais -a e -o não funcionam com marcadores de gênero, sendo, pois, vogais temáticas (bem como o -e referido), a professora se apoia em argumentos estruturais para deslegitimar a demanda por linguagem neutra e desmoralizar seus usuários: “dizer todxs ou todes é assassinato”, disse a professora.

Apesar da amostragem diminuta, esses fragmentos ilustram bem os saberes linguísticos que circulam de modo predominante

¹² Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/professora-de-portugues-critica-linguagem-neutra-nao-podemos-aceitar-a-histeria-coletiva.html>. Acesso em: 30/06/2023.

nas mídias e que, juntamente com a escola, responsabilizam-se pela formação da opinião pública no que se refere não só à linguagem neutra, mas também a conceitos como língua, língua portuguesa, ensino de língua, gramática etc. Para além dos muitos equívocos disseminados por vozes discursivamente construídas como autoridades no assunto, destaco a abordagem estritamente estrutural a partir da qual as reflexões sobre a língua vêm sendo feitas, cujas consequências são (i) o aprofundamento de uma concepção de língua que não é domínio de seus falantes; (ii) a confusão entre conceitos distintos como Língua = Gramática = Norma Padrão; (iii) o preconceito linguístico, fundado no equívoco de que existiriam usos de língua bons e ruins, mais ou menos certos, a partir de elementos do sistema; e (iv) o apagamento de todo o conhecimento acumulado (e já consensual na área) das intrínsecas relações entre língua e sociedade.

Não é função da linguística (e, portanto, dos linguistas) dizer o que se deve ou não usar na língua, mas sim estudar-descrever-analisar seus usos. Reconhecendo que o uso da linguagem neutra/inclusiva já não está mais restrito aos grupos de onde surgiram, enquanto linguistas, podemos até pensar sobre os impactos estruturais que os diferentes sistemas propostos impõem ao idioma, mas não podemos jamais dizer que seu uso é inapropriado, desnecessário ou ruim, tendo em vista que um grupo de usuários da língua têm nos dito cotidianamente que são importantes.

Ainda que seja possível observar o fenômeno de uma perspectiva estritamente estrutural, não me parece lógico abordar uma questão que se coloca na relação entre o social e o linguístico desconsiderando sua parcela social. E, nesse sentido, a simples possibilidade de tal desconsideração é já indício de que se trata de questão tocante a relações de hegemonia, considerada aqui como “liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade”¹³.

¹³ Fairclough, 2016, p.127

Assim, mediante a posição de observador-analista a ser adotada pelo linguista, há uma diversidade de abordagens possíveis que podem ser usadas para tratar a questão da linguagem neutra/inclusiva, considerando as amplas relações entre língua, sociedade e poder nas quais estão alicerçadas. Dentre elas, escolhi a Análise de Discurso Crítica (ADC).

Abordando a questão pela ADC

De acordo com a ADC, a linguagem é um elemento do social em todos os níveis¹⁴. Quer isso dizer que em todos os extratos da organização social há um componente linguageiro, fundando, portanto, uma compreensão dialógica entre linguagem e sociedade. Considerando que os elementos constitutivos da linguagem estejam esclarecidos, importa explicitar como se organiza isso a que nomeamos sociedade. Segundo as teorias sociais de base realista crítica nas quais se fundamenta a ADC, a sociedade se organiza a partir de três elementos: estruturas sociais, práticas sociais e eventos sociais.

As estruturas sociais são entidades muito abstratas. Pode-se pensar em uma estrutura social (como uma estrutura econômica, uma classe social ou sistema de parentesco ou um idioma) como um potencial, um conjunto de possibilidades. No entanto, a relação entre o que é estruturalmente possível e o que realmente acontece, entre estruturas e eventos, é muito complexa. Os eventos não são de forma simples ou direta os efeitos de estruturas sociais abstratas. A relação entre eles é mediada – há entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos. Elas são chamadas de “práticas sociais”.¹⁵
[Tradução própria]

¹⁴ Fairclough, 2003.

¹⁵ *Social structures are very abstract entities. One can think of a social structure (such as an economic structure, a social class or kinship system, or a language) as defining a potential, a set of possibilities. However, the relationship between what is structurally possible and what actually happens, between structures and events, is a very complex one. Events are not in any simple or direct way the effects of abstract social structures. Their*

O nível da estrutura é composto pela organização linguística mais geral, bem como pelas semioses estruturantes da significação. Essas estruturas se institucionalizam em práticas sociais compostas por ordens de discurso que, por sua vez, materializam-se em textos nos eventos concretos de interação social. Os textos no evento social podem reproduzir ou não sentidos estruturais, posto que, ainda que haja determinações sociais sobre os sujeitos, estes são compreendidos como agentes sociais. De acordo com Fairclough (2003, p. 22), “agentes sociais não são ‘livres’, pois são socialmente constrangidos, mas suas ações também não são totalmente determinadas socialmente. Os agentes têm seus próprios ‘poderes causais’ que não são redutíveis aos poderes causais das estruturas e práticas sociais”¹⁶ [Tradução própria].

Como sujeitos sociais, nossas ações restringem-se aos eventos sociais dos quais participamos e nos quais interagimos. No entanto, sendo a relação entre essas três esferas sociais constitutivamente dialógica – de modo que as estruturas implicam práticas que se manifestam em eventos, do mesmo modo que eventos podem passar a integrar práticas que modifiquem estruturas –, é a partir da agência do sujeito em eventos que as transformações sociais podem acontecer.

Assim, para abordar a linguagem neutra/inclusiva na integridade das relações sociais que a fundamentam, é necessário refletir sobre nossa organização social no que diz respeito a questões de gênero e sexualidade.

Somos uma sociedade estruturada a partir da heteronormatividade, da cisgenericidade, do binarismo e do patriarcado. Isso significa que a estrutura de nossa língua, bem como nossos esquemas semiológicos, funcionam sob esses parâmetros e que nossas práticas sociais se organizam por relações

relationship is mediated – there are intermediate organizational entities between structures and events. Let us call these ‘social practices’. (Fairclough, 2003, p..23)

¹⁶ *Social agents are not ‘free’ agents, they are socially constrained, but nor are their actions totally socially determined. Agents have their own ‘causal powers’ which are not reducible to the causal powers of social structures and practices.*

de dominação dos grupos sociais identificados como hetero/cis/binário/masculino em detrimento de grupos homo/trans/não binário/feminino. A partir disso, nos eventos em que agimos como sujeitos, esses padrões se materializam por usos que normalizam (ou rechaçam) essa relação de dominação pelo apagamento dos dominados. Vejamos o texto a seguir¹⁷:



Segundo o professor Rodrigo Gurgel, um dos principais críticos literários do Brasil, o “gênero neutro” é uma violência contra a língua portuguesa. “A língua está em constante mudança naturalmente, ela muda por si mesma de acordo com o tempo, com a cultura, com a História, com os acontecimentos sociais”, explicou, em entrevista.

“Esse é o desenvolvimento natural de qualquer língua. Mas o que estão tentando fazer é uma imposição ideológica e inaceitável,

porque fere a lógica da língua portuguesa, fere os fundamentos do idioma, fere, inclusive, a própria origem da língua. Estão, portanto, descaracterizando o idioma em nome não do seu aperfeiçoamento, mas, mais uma vez, de satisfazer essa sanha, essa fome desses grupos sociais que se pretendem donos da verdade. O que não deixa de ser uma forma de censura, sem dúvida; censura sobre o nosso discurso.”

Seguindo o campo semântico da polêmica e do perigo que observamos nos textos anteriores, aqui, a linguagem neutra, denominada como “gênero neutro”, é qualificada como “uma violência contra a língua portuguesa”, já que ela “fere” “a lógica da língua”, “os fundamentos do idioma” e “a própria origem da língua”. Identificado pelo jornal como voz de autoridade, posto que “professor” e “um dos principais críticos literários”, Rodrigo Gurgel reconhece a mudança linguística e seus vínculos “com a cultura, com a História, com os acontecimentos sociais”. No entanto, ao qualificar a mudança como “imposição ideológica e inaceitável”, desqualifica a pauta da diversidade de gênero como um acontecimento social relevante, bem como seus defensores, chamados genericamente de “grupos sociais”.

Agindo no evento social, o texto retoma vozes hegemônicas pelo não reconhecimento do “gênero neutro”, representa os grupos

¹⁷ Disponível em: <https://terrabrasilnoticias.com/2023/05/critico-literario-diz-que-o-genero-neutro-e-uma-violencia-contr-a-lingua-portuguesa>. Acesso em: 20/06/2023.

sociais usuários da linguagem neutra/inclusiva como ignorantes, insistentes, impertinentes, arrogantes e irrelevantes e, assim, identifica o jornal, bem como seus leitores, com uma hegemonia binária. Como evento, trata-se de um texto que materializa práticas sociais excludentes, calcadas em uma estrutura restrita ao binarismo masculino/feminino (com privilégio do primeiro). Há, nesse caso, uma relação de retroalimentação hegemônica, em que a estrutura forja a prática materializada em evento que reforça seus fundamentos, conforme ilustrado a seguir:



Legenda: Reprodução da hegemonia em evento social

Como já sinalizado, entretanto, sujeitos são agentes não determinados plenamente pela estrutura e pela prática sociais, sendo capazes de atuar nos eventos em desacordo com elas. É esse o caso do seguinte exemplo:



CALOURES,
SEJAM BEM-VINDOS AO IART!

Legenda: Cartaz de boas-vindas no Instituto de Artes (UERJ)

No cartaz de boas-vindas estendido na entrada do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lemos as formas “caloures” e “bem-vindes”, marcadas por um -e inclusivo que reconhece existências para além do par masculino/feminino. Diferentemente do que acontece no texto anterior, em que a forma “todes” é refutada pela argumentação desenvolvida pelo professor, nesse exemplo, o uso da linguagem neutra representa o grupo de estudantes ingressantes nos cursos do IART como composto não apenas por homens e mulheres cisgênero e, ao fazê-lo, reconhece e normaliza a existência de pessoas não-binárias. Note-se: é a marca que materializa e visibiliza essas existências. Ao retomar vozes contra hegemônicas pelo uso da linguagem neutra, o Instituto se identifica como inclusivo e acolhedor à não-binariedade, agindo, conseqüentemente, como agente transformador. Diferentemente do que acontece com o texto anterior, o sujeito rompe no evento com a cadeia estrutural, propondo uma materialização distinta da prática normalizada:



Legenda: Ação contra-hegemônica do evento social

A materialidade textual que contraria práticas e estruturas sociais isoladamente não é capaz de realizar a transformação da organização social. Mas é a partir da agência de sujeitos que se formam coletivos suficientemente fortes e capazes de instaurar novas práticas sociais e, conseqüentemente, pressionar a estrutura à mudança. Desse modo, mais do que pelos impactos estruturais na língua, a linguagem neutra/inclusiva deve ser compreendida como instrumento de transformação social.

Concluindo

O breve e ilustrativo levantamento de matérias jornalísticas de diferentes mídias referentes à linguagem neutra/inclusiva demonstra que, apesar de ser assunto presente, a cobertura do tema é feita a partir dos desdobramentos de polêmicas jurídicas ou midiáticas, não se tratando, portanto, de pauta em si. Tal fato demonstra que a questão não é compreendida pelas mídias como um acontecimento socialmente relevante e sua abordagem ocorre a reboque de sentidos em disputa envolvendo diferentes atores sociais.

As vozes de autoridade convocadas a se manifestarem sobre o assunto, entretanto, além de questionáveis, são uníssonas no

posicionamento contrário ao uso da linguagem neutra/inclusiva, fundamentadas por argumentos normativos, estruturais e etimológicos, muitas vezes equivocados. Com isso, aprofundam na opinião pública a desconexão entre as intrínsecas relações entre língua, sociedade e poder, reforçando o purismo e o preconceito linguísticos.

É interesse do poder hegemônico que essas relações sigam invisibilizadas para que a linguagem permaneça instrumentando a manutenção da dominação. No entanto, o simples fato de o debate social existir já sinaliza um cenário de disputa em curso, em que, não só são questionadas as normas de gênero e sexo, como são esclarecidos os sentidos simbólicos da língua e concorrido seu espaço de protagonismo.

Até o momento, o que podemos observar é a ampliação do uso da linguagem neutra/inclusiva, que se estendeu para muito além da comunidade LGBTQIAP+ e de situações informais de uso, ocupando espaços institucionais de poder, como a academia e a política. Mais do que mera opção linguística, tal movimento de expansão visibiliza pessoas não binárias e fomenta formas mais variadas de compreender a identidade de gênero.

É possível que um dia o uso da linguagem neutra seja tão normalizado que passe a impactar nossas práticas sociais de maneira generalizada e, quiçá, a estrutura (social e linguística). Enquanto isso não acontece, penso que é nossa função como cidadãos em ação nos eventos sociais nos quais interagimos não impedirmos a inclusão de todas, todos e todes.

Como especialista da língua, nossa responsabilidade é ainda maior. Somos vozes de autoridade e toda informação que fazemos circular na sociedade não só nos posiciona frente à questão abordada, como também alimenta o imaginário sobre o que é a Linguística e sua área de estudo, a Língua – no nosso caso, o Português – e, por conseguinte, estabelecemos as bases a partir das quais o debate sobre a linguagem neutra/inclusiva irá se articular na opinião pública.

Em modo reverso, restringir o debate a questões meramente etimológicas, estruturais e normativas, como se a língua existisse no vácuo social, contribui para a difusão de equívocos que povoam o senso comum (e que, normalmente, nos esforçamos muito para desfazer) tanto no que diz respeito ao conceito de língua, quanto à função dos estudos da linguagem e de seus profissionais. Por isso, penso que, seja qual for a posição adotada e divulgada a respeito da linguagem neutra/inclusiva (ou outro uso linguístico), é nosso compromisso levar em conta o contexto sócio-histórico e político em que a questão emerge. Qualquer outra conduta parece-me arriscar-se ao reducionismo e à contraproducência que tanto colaboram para a manutenção das relações de poder estruturadas na língua.

Referências

- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London, New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2016.
- RESENDE, V. Estudos críticos do discurso, decolonialidade e outras histórias. In: Irineu, Lucineudo Machado (org. et al). *Análise de Discurso Crítica conceitos chave*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 205-221.

CAPÍTULO 8

“LINGUAGEM NEUTRA” E POLÍTICAS DE LÍNGUA NO BRASIL

Fábio Ramos Barbosa Filho

Introdução

O que seria uma regra linguística, se ela tem que
representar de maneira consistente um objeto
inconsistente?

Michel Pêcheux e Françoise Gadet, A língua inatingível

[...] as palavras podem mudar de sentido segundo as
posições sustentadas por aqueles que a empregam.
Nessas condições, trata-se ainda de um problema
puramente linguístico?

Michel Pêcheux, Língua, linguagens, discurso

Em maio de 2023, fui convidado por um deputado do Partido Liberal para comparecer a uma audiência pública na Comissão de Educação da Câmara, em Brasília. O intuito da audiência era discutir “o impacto da linguagem neutra na sociedade, bem como a necessidade ou não do seu uso”¹. A audiência, que reuniria linguistas e parlamentares, não aconteceu, mas o texto do e-mail acabou se tornando um ótimo material de análise.

De início, gostaria de destacar duas coisas que me chamaram a atenção no trecho que destaquei. Em primeiro lugar, a afirmação de que a linguagem neutra (LN, de agora em diante) impacta a

¹ Deixarei em itálico e entre aspas apenas as formulações que ocorrem no material de análise.

sociedade. Não aparece no texto do e-mail a menção ao fato de que a linguagem neutra impacta, por exemplo, a *língua portuguesa* ou seu *ensino*, mas a *sociedade*. É claro que há relações possíveis entre sociedade, língua e ensino de língua, mas o fato é que o texto do e-mail articula LN e *sociedade* e não LN e qualquer outra coisa. No texto do e-mail, aliás, não se fala em *língua*, apenas em “*linguagem*”, “*idioma*”, “*norma gramatical*” e “*norma culta*”.

Põe-se em jogo, portanto, uma relação - e não qualquer relação, mas uma relação de *impacto* - entre linguagem (neutra) e sociedade que será desdobrada ao longo do texto do e-mail e que sustenta boa parte do debate legislativo² em torno da LN no Brasil. Essa relação abre espaço para que escutemos atentamente os processos semânticos em torno das palavras *linguagem* e *sociedade* no material de análise.

Em segundo lugar, me chama a atenção o fato de que o uso da LN é posto em termos de *necessidade*. Ele é ou não é necessário. A ausência de um complemento nominal após o adjetivo *necessário* nos permite perguntar: necessário para quem e em quais condições de emprego? Pergunta, aliás, solenemente ignorada no texto do e-mail e que parece retomar os sentidos de sociedade não só nesse texto, mas nessa posição-sujeito³. Ou seja, é como se “*sociedade*”

² Uso a expressão *debate legislativo* para me referir às formulações sobre a linguagem neutra que compõem o corpo documental do poder legislativo, que regula a formulação e circulação desses documentos.

³ Althusser dá às ideologias regionais (ideologia religiosa, ideologia jurídico-moral, etc) e de classe (ideologia burguesa, ideologia feudal, etc.) o nome de *formações ideológicas*. As formações ideológicas são estruturas dotadas de historicidade podendo, inclusive, se dissipar na história, ao contrário da Ideologia, que não tem história justamente porque é eterna, permanente e necessária. Ou seja, as ideologias têm história, mas a Ideologia não. É importante, nesse sentido, lembrar que o processo de assujeitamento - o processo de produção do sujeito *na* e *pela* ideologia - se dá justamente *na* e *pela* formação ideológica dominante ou, em outros termos, *na* e *pela* ideologia da classe dominante, e não *na* e *pela* Ideologia. É sob o efeito dessas instâncias e no interior delas, portanto, que o sujeito adquire forma, podendo enunciar desde uma formação discursiva, que só adquire existência no interior das formações ideológicas. Portanto, toda posição-sujeito é subordinada a uma formação discursiva que por sua vez é subordinada a uma

retomasse, nessa posição, a legitimidade de quem se outorga a prerrogativa de prescrever necessidades e interesses coletivos, mas que ao mesmo tempo evoca uma fissura ao evocar uma outra posição para a qual a LN é *necessária*. Há, portanto, a sociedade e os outros, o que retoma um funcionamento discursivo prototípico dessa posição⁴.

Essas duas coisas que me chamaram a atenção permitem que eu retome e reforce uma posição que já enunciei anteriormente, seja em textos, seja em debates públicos⁵, e que repito aqui para sustentar a minha posição, que é fundamentalmente semântica, ou seja, política, e não estritamente linguística no interior do debate sobre a LN. Não tenho a menor pretensão de “esclarecer as falácias” da posição-sujeito em questão, como se a linguística cumprisse o expediente de denunciar ou “desvelar” o caráter tecnicamente errôneo ou teoricamente equivocados das posições que atacam a LN no Brasil. Ou seja, não acredito, como também já tive a ocasião de insistir, no entusiasmo esperançoso de alguns adeptos de um certo iluminismo tardio que situaria a linguística como farol num debate entre ciência, de um lado, e ideologia, de outro, como se o discurso científico fosse capaz de dissipar os efeitos materiais da ideologia.

É, portanto, em torno dessas questões que me debruçarei neste breve texto que não tem, aliás, nenhuma pretensão de esgotar o assunto.

formação ideológica. Neste texto, utilizei *posição* e *posição-sujeito* como expressões teoricamente equivalentes.

⁴ Sobre o “nós e eles” como efeito no discurso político, ver Barbosa Filho e Vicente, 2022.

⁵ Especialmente nesses três debates disponíveis no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=od1o7kPrp8Q&t=1059s>; <https://www.youtube.com/live/YPsIb23gheo?feature=share>; <https://www.youtube.com/watch?v=YMGIF4zF74&t=3101s>. Acesso em 10/06/2023.

Por um arquivo das políticas de língua no Brasil

Devo antecipar, para situar os leitores, que os comentários que farei a respeito do texto do convite se situam num quadro de observação mais amplo, que compreende os debates em torno da LN como um debate pertencente a uma série histórica constitutiva do imaginário linguístico brasileiro. Penso que os debates em torno da LN fazem parte do que poderíamos chamar de arquivo das políticas de língua no Brasil, ainda por montar, assim como qualquer outro arquivo⁶.

Por uma questão de coerência teórica, a relação entre língua e política não será pensada aqui a partir do conceito de *políticas linguísticas*, canonicamente estabelecido a partir da definição de Louis-Jean Calvet como “a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e as sociedades” (Calvet, 2007, p. 11). Essa é uma definição sociologista, profundamente identificada a uma compreensão jurídica da política e do político e que concebe o estado como um gestor de conflitos em direção a interesses coletivos, que embora difusos são passíveis de resolução e mediação democrática. O estado seria, nesse sentido, o responsável por uma síntese política muito peculiar: o consenso⁷.

O conceito de *políticas de língua*, por sua vez, reivindica uma filiação à tradição marxista e propõe uma ruptura com o sociologismo humanista que constitui as políticas linguísticas nas sociedades capitalistas como a expressão de uma racionalidade gerencial assentada na *visão jurídica do mundo*, para retomar a célebre fórmula de Engels e Kautsky em *O socialismo jurídico*. Essa ruptura admite, em primeiro lugar, que as contradições em torno da língua e das línguas não admitem ajustes conciliatórios em nome do “bem-comum” ou uma resolução democrática que

⁶ A respeito da relação entre *arquivo* e *montagem*, ver Barbosa Filho, 2022c.

⁷ Recomendo a respeito do *consenso* enquanto resultado inevitável da *ilusão jurídica da política* (Althusser, 2007) nas sociedades capitalistas, o livro “Políticas públicas e produção do consenso”, organizado por Eni Orlandi (2010).

finalmente dissiparia interesses em conflito rumo à razão quintessencial que parece sustentar a racionalidade neoliberal.

Falar em *política de língua* é, portanto, partir de uma compreensão da *política* como um complexo de relação de forças (com dominante) numa sociedade de classes e do *político* como uma instância necessária a toda e qualquer formação social: o nível político que junto ao nível ideológico e ao nível econômico constituem uma totalidade ou formação social⁸. Essa perspectiva sustenta que a eficácia material do ideológico está alicerçada sobre a vida material de uma formação social dada, não podendo, portanto, ser apartada dos arranjos materiais dessa formação social, especialmente da luta de classes em suas diversas formas de existência⁹.

Eni Orlandi sintetiza essa posição ao afirmar que quando falamos em políticas de língua “damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político” (Orlandi, 2007, p. 8). Isso quer dizer, em suma, que as línguas, essas que podem ser adjetivadas (*língua materna*, *língua portuguesa*, *língua oficial*, etc.), são ao mesmo tempo estruturas linguísticas dotadas de autonomia relativa (fonológica, morfológica e sintática) e objetos sócio-históricos e políticos que constituem o imaginário de uma formação social, tornando-se, muitas vezes, objeto de vigorosas lutas, disputas e conflitos.

Sabe-se que, desde a consolidação das relações de produção coloniais no território brasileiro, uma série de instituições se

⁸ A respeito da categoria *com dominante*, ver Althusser (1985; 2015). Para uma definição pormenorizada das relações entre a *política* e o *político* em uma perspectiva marxista, ver Poulantzas (2019).

⁹ Althusser (2007) distingue três formas ou modalidades de existência da luta de classes (luta política, luta econômica, luta ideológica) que correspondem às instâncias que compõem a sociedade (instância política, instância econômica, instância ideológica). Me refiro aqui especialmente à luta ideológica (de classes), compreendida como uma luta *na* e *contra* a ideologia dominante. É nessa instância que situo os debates em torno da LN.

ocupou da(s) língua(s) como um objeto não apenas de cunho pedagógico ou contemplativo, mas sobretudo político. Já fiz questão de mostrar (Barbosa Filho, 2022a) que desde o “Diretório dos Índios” há o reconhecimento por parte do poder político de que o laço social e a divisão da unidade almejada se fazem na e pela diversidade das línguas em circulação no território brasileiro. Mas toda política de língua denuncia e demarca posições em disputa no interior de uma formação social. O “Diretório dos Índios”, que proíbe no Brasil todos os falares que não sejam o da Coroa, entra em rota de colisão com o humanismo dos jesuítas, que viam na língua geral um instrumento possível de conversão e assimilação.

É a esse tipo de medida do poder político - e eu poderia citar dezenas, talvez centenas - que me refiro quando afirmo que o debate em torno da LN não emerge do vazio, mas de uma série histórica constitutiva do imaginário linguístico brasileiro, como afirmei no início desta seção. Diante dessa série, acredito ser importante montar um arquivo das políticas de língua no Brasil reconhecendo, ao mesmo tempo, que essa série só adquire corpo no feixe das discursividades que dão condições materiais à montagem do arquivo. Ou seja, a relação entre série e arquivo não é sucessiva, mas se desdobra na própria montagem em função das discursividades em jogo.

O convite

Após esse breve preâmbulo, passo ao texto do convite:

1 A linguagem neutra é um tema altamente sensível e complexo. O próprio Supremo
2 Tribunal Federal já teve que enfrentar o tema ao julgar uma lei aprovada pelo Estado de
3 Rondônia que proibia a linguagem neutra na grade curricular nas escolas públicas e
4 privadas daquele ente federado. Ao analisar o processo, o Tribunal concedeu liminar para
5 suspender os efeitos da lei – ou seja, permitir que a linguagem neutra seja usada – uma vez
6 que a competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação é privativa da União.
7 O julgamento do mérito do processo ainda não tem data para acontecer. Ademais, tramita
8 nesta Casa inúmeras proposições que aguardam deliberação, inclusive por esta Comissão
9 temática, para discutirmos o impacto da linguagem neutra na sociedade, bem como a
10 necessidade ou não do seu uso. Porém, diante da falta de data determinada para este
11 debate, proponho que esse tema seja debatido com a maior brevidade possível. A
12 linguagem neutra, também conhecida como linguagem não binária, evita o uso dos gêneros
13 tradicionalmente aceitos pela sociedade (masculino e feminino), com o intuito de tornar,
14 supostamente, a comunicação mais inclusiva e menos sexista. Nessa linguagem, os artigos
15 feminino e masculino, como “a” e “o”, são substituídos por um “x”, “e” ou “@”. A palavra
16 “todos” ou “todas”, por exemplo, na linguagem neutra ficaria “todes”, “todxs” ou
17 “tod@s”. Há quem defenda, ainda, o uso do termo “eli” (no lugar de “ele” ou “ela”) para
18 se referir a qualquer um, independentemente do gênero. Essas variações não são
19 reconhecidas pela norma culta do idioma por não fazerem parte da norma gramatical do
20 nosso país.

Optei pela enumeração linha-a-linha apenas para facilitar a localização, durante a análise, das formulações que destaquei no texto. Antes de passar à análise de alguns funcionamentos, gostaria de fazer uma observação teórico-analítica fundamental para a construção do meu gesto de leitura: tomo como premissa fundamental o fato de que o processo de produção dos efeitos de sentido se dá nas relações de paráfrase e não na suposta imanência semântica de cada elemento tomado em sua individualidade. Essa posição implica um rompimento categórico com qualquer tomada de posição semântica que situe o léxico como lugar dos processos de produção de sentido ou, pior ainda, que sustente uma relação simétrica entre léxico e língua, apagando a materialidade da sintaxe¹⁰. Isso quer dizer, muito sumariamente, que as palavras não são unidades dotadas de um conteúdo semântico imanente, mas *traços vazios* que só adquirem sentido na relação do intradiscurso com o interdiscurso. Elas não *contêm* nada, mas *adquirem* sentido nessas relações. É por isso que os processos anafóricos, as

¹⁰ A esse respeito, ver Barbosa Filho, 2023 e Pêcheux, 2010; 1995.

subordinações, as predicções e as nominalizações são fundamentais na descrição de um *corpus* discursivo.

O meu objetivo não é esgotar o texto do convite (o que seria, aliás, impossível), mas assumir um recorte que contempla três funcionamentos nele presentes: 1) a relação masculino/feminino; 2) a denúncia da substituição da “*norma culta do idioma*” pela LN; 3) a tensão entre “*norma gramatical*” e linguagem, que mobilizo na conclusão do texto.

A sociedade e os outros: em torno do masculino/feminino

O texto diz, na linha 13, que masculino e feminino são “*gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade*”. Lembremos que “*sociedade*” também comparece, nas linhas 9 e 10, quando o que está em jogo é a discussão do “*impacto da linguagem neutra na sociedade, bem como a necessidade ou não do seu uso*”. Nas duas ocorrências, “*sociedade*” parece funcionar em dois registros. Em um registro *passivo*, a sociedade é impactada pela LN: ela sofre um impacto que é *causado* pela LN. Em outro, a sociedade ocupa o lugar de *agente*: é a sociedade que *aceita*, ainda que a construção seja passiva do ponto de vista sintático (“*gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade*”, linha 13).

A relação entre “*impacto*” e “*necessidade*” é mediada pela locução conjuntiva “*bem como*”. Opto, pois, por parafrasear a seguinte sequência discursiva (Sd, de agora em diante):

(Sd₁) impacto da linguagem neutra na sociedade, bem como a necessidade ou não do seu uso

por “*impacto da linguagem neutra na sociedade e [Δ] a necessidade ou não do seu uso*”, em que [Δ] marca a elipse do verbo *discutir*, que ocorre conjugado na linha 13.

Faço a opção por essa paráfrase para apontar a divergência entre uma interpretação estritamente linguística, na qual “*impacto da linguagem neutra na sociedade*” e “*necessidade ou não do seu uso*” estariam em relação aditiva, como segmentos simplesmente

justapostos. Proponho uma leitura distinta, que demarca uma disjunção (e não uma simples contiguidade) entre os dois segmentos. Para tanto, optei por formular duas paráfrases possíveis, dividindo o enunciado em duas Sds distintas:

(Sd_{1.1}) Discutir o impacto da linguagem neutra na sociedade

(Sd_{1.2}) Discutir a necessidade ou não do uso da linguagem neutra

O “*impacto*” e a “*necessidade*” parecem, portanto, estabelecer uma relação distinta. A Sd_{1.1} afirma, entre outras coisas, que a LN impacta a sociedade. Já a Sd_{1.2} interroga a necessidade do seu uso. Uma *afirmativa* (a LN impacta) e outra *interrogativa* (o uso da LN é necessário?), portanto. Ou seja, não há dúvidas quanto ao impacto da LN na sociedade, somente quanto à necessidade do seu uso.

Curiosamente, não há dúvidas a respeito da necessidade dos gêneros masculino e feminino, que, por sinal, também parecem não impactar a sociedade. Muito pelo contrário: são “*tradicionalmente aceitos pela sociedade*”, reconhecidos “*pela norma culta do idioma*” e partícipes da “*norma gramatical do nosso país*”. O efeito de naturalidade do masculino/feminino como par que define as relações de gênero na “*norma gramatical do nosso país*” não pode ser menosprezado. Afinal, não é o par masculino e feminino que impacta a “*sociedade*”, a “*norma gramatical do nosso país*” e a “*norma culta do idioma*”. Esse conjunto de relações é um bom indício da homologia entre *ordem social* e *ordem gramatical* como pré-construído da posição-sujeito em questão.

Nesse sentido, discutir o impacto é diferente de discutir a necessidade, por mais que a locução conjuntiva “*bem como*” usualmente seja definida como aditiva na gramática. Acredito que esse ponto dê visibilidade à disjunção entre posições distintas, embora justapostas no fio da sintaxe. Arrisco dizer que a Sd_{1.1} aponta para um *reconhecimento* enquanto a Sd_{1.2} aponta para um *questionamento* cuja resposta é parcialmente dada nas linhas 19 e 20:

(Sd₂) Essas variações não são reconhecidas pela norma culta do idioma por não fazerem parte da norma gramatical do nosso país

A minha hipótese é que nessa posição “*não são reconhecidas pela norma culta do idioma*” (mas são *defendidos* pela LN) parece retomar “*gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade*” (mas *evitados* pela LN). Ou seja, de um lado estão a “*sociedade*”, a “*norma culta do idioma*” e a “*norma gramatical do nosso país*”, todas impactadas pela LN, e aqueles que defendem a LN e que parecem estar apartados da “*sociedade*”, da “*norma culta do idioma*” e da “*norma gramatical do nosso país*”. Aliás, em termos anafóricos, poderíamos nos perguntar o que “*nosso país*” e “*do idioma*” estão retomando. Não podemos simplesmente preencher essas lacunas com *Brasil* e *língua portuguesa*, respectivamente.

Destaco, no conjunto desses funcionamentos, as expressões “a sociedade aceita” e “a norma culta reconhece”, que podem ser parafraseadas das passagens em destaque em contraponto à curiosa formulação “*a linguagem neutra [...] evita*” (linhas 12 e 13), na qual a LN aparece como sujeito do verbo *evitar*. “*Norma culta*” também comparece, numa paráfrase possível, como sujeito do verbo *reconhecer* (“A norma culta do idioma não reconhece”), mas observem que a relação é bastante distinta: a norma culta pode *reconhecer* (no sentido de “autorizar”), mas a LN pode *evitar* o uso tradicionalmente consagrado tanto pela “*norma gramatical*” quanto pela “*sociedade*”. É o que o texto aponta quando evoca uma distinção entre “*sociedade*”, de um lado, e LN, de outro. A “*sociedade*” aceita a distinção entre o masculino e o feminino. Já a LN não aceita. Uma divisão, portanto, inscrita na aceitação (ou não) do masculino/feminino, par que opera de modo quase axiomático nessa posição, como um pré-construído elementar dessa formação discursiva.

Substituir a língua ou o imaginário de língua?

Um dos principais argumentos levantados no texto, mas não apenas nele, já que essa questão parece fazer parte do debate

legislativo sobre a LN no Brasil, diz respeito à substituição da língua portuguesa pela LN. Ou seja, há quem argumente que a intenção dos defensores da LN é alterar a língua portuguesa de tal maneira que haja uma substituição ou subversão completa da língua. Discuti essa questão com mais atenção em outro texto¹¹.

Vejamos de que modo o texto do e-mail caracteriza as particularidades linguísticas da LN. Destaco, a esse respeito, o intervalo que começa na linha 15 e vai até a linha 18:

(Sd3) Nessa linguagem, os artigos feminino e masculino, como “a” e “o”, são substituídos por um “x”, “e” ou “@”. A palavra “todos” ou “todas”, por exemplo, na linguagem neutra ficaria “todes”, “todxs” ou “tod@s”. Há quem defenda, ainda, o uso do termo “elu” (no lugar de “ele” ou “ela”) para se referir a qualquer um, independentemente do gênero.

Em primeiro lugar, é preciso demarcar um funcionamento bastante produtivo da Sd3. Trata-se, ali, de uma posição falando não apenas *sobre*, mas *por* outra, *como se fosse* a outra. O texto do e-mail passa a explicar a LN, a definir o que ela é. Uma forma de pensar a esse funcionamento reside na explicação do “*termo ‘elu’*”. O texto do e-mail afirma que o termo “*elu*” é usado para se referir a qualquer um, independentemente do gênero, ou seja, como um *substituto* (“*no lugar de*”) e não como um *acréscimo*. O texto omite o caráter de *acréscimo* do pronome *elu* que, aparentemente, é formulado para que um terceiro gênero, nem *ele*, nem *ela* (e não *ele ou ela*) referente às pessoas “*não-binárias*” (ou seja, 2% da população brasileira)¹² possa ser significado em certas condições de emprego. Mas essa não é a questão mais interessante aqui. O que

¹¹ Barbosa Filho, 2022a.

¹² Recomendo, a respeito dessa “*confusão*”, a leitura dessas duas reportagens: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-11/transgeneros-e-nao-binarios-sao-2-dos-brasileiros-revela-pesquisa> e <https://jornal.unesp.br/2021/11/12/estudo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-adultos-transgeneros-e-nao-binarios-no-brasil/>. Acesso em 10/06/2023.

importa é que a Sd₃ dá visibilidade ao *eles*, ao evocar o “há quem defenda”, que se opõe, como vimos, à “sociedade”, da “norma culta do idioma” e da “norma gramatical do nosso país” e que denuncia, mais uma vez, uma fissura no nós de “nosso país”. Ao mesmo tempo, a Sd₃ permite pensar a relação entre “norma gramatical” e língua (termo que, lembremos, não ocorre no texto).

O tema das “variações” (linha 19) também merece destaque. Essas “variações” - que vou preferir chamar de variantes, respeitando a terminologia própria da linguística - assim como qualquer outra variante, não precisa ser chancelada pela norma gramatical. Aliás, é exatamente por essa razão que elas são chamadas de variantes e não de formas-padrão. Toda língua possui variantes. Absolutamente todas, sem exceção, queiram os falantes ou não. Algumas variantes que decorrem de processos fonológicos chamados metaplasmos são bem conhecidas: *louro/loiro*, *brabo/bravo* e *Cráudia* e *Cláudia*. Esse último, chamado de “rotacismo”, pode até causar estranheza numa série de variações toleráveis. Mas é exatamente o mesmo processo que transforma *clavu* (no latim) em *cravo* no português e ninguém diria, hoje, que a palavra *cravo* é uma palavra “errada”. Algumas dessas formas são chamadas de formas-padrão porque foram inventariadas pela tradição gramatical (que é normativa e tem por função padronizar uma forma erudita do português brasileiro) em contraposição aos falares não-eruditos. Isso não quer dizer, entretanto, que os falares não-eruditos sejam incorretos ou “inexistentes” e é justamente por isso que eu sustento a hipótese de que não se trata, no fim das contas, de um receio (por parte dos que criticam a LN) da substituição da “norma gramatical”, mas de um certo imaginário de língua que tolera a dissolução do par masculino/feminino tanto na língua quanto no campo da luta ideológica.

No fim das contas tudo descamba para um debate moral, estético e ideológico no qual algumas formas são condenadas por serem intrinsecamente incorretas. Mas nenhuma forma é intrinsecamente incorreta. Ela é incorreta por estar associada a

certas posições e, poderíamos até mesmo dizer, a certos falantes. Cabe aqui um exemplo histórico, embora anedótico. Na França pré-revolucionária, a aristocracia fazia troça da burguesia. Fazia troça, sobretudo, do seu modo de falar. Após a revolução, aquilo que era “chique” e “refinado” durante a hegemonia da aristocracia feudal, virou “brega” e “cafona” durante a hegemonia da burguesia. Ou seja, os juízos de valor a respeito da língua dependem de critérios que nada possuem de linguísticos, mas que incorporam todo um conjunto de valores das divisões sociais que caracterizam um determinado período. Ou seja, não ser reconhecida pela norma culta não impede que uma forma seja utilizada. Mas também não impede que uma forma seja discutida, estudada, especialmente pelos linguistas que se interessam pela língua e não pela “*norma gramatical*”.

Por exemplo: dizer que podemos usar “vou te emprestar” no lugar de “emprestar-lhe-ei” é uma decisão puramente política. Dizer que, em algumas regiões do Brasil, o “tu” como segunda pessoa do singular é obsoleto (e no seu lugar se usa o “você”) é uma decisão política. É muito diferente, por exemplo, dizer que uma frase como “Pedro janelas bola quebrou com a”. Essa sentença é inaceitável não por ser incorreta (ou “feia”), mas por estar em desacordo com a estrutura da língua. Essa estrutura não se aprende na escola: qualquer criança de cinco anos já sabe que em português as frases não são sucessões aleatórias de palavras, mas uma sucessão de funções sintáticas, ainda que ela não conheça a terminologia gramatical subjacente ao seu dizer, assim como respiramos sem precisar saber como funciona o aparelho respiratório ou caminhamos sem saber como funciona o sistema nervoso.

Considerações finais (ou, onde foi parar a língua?)

Finalizo apontando, muito brevemente, a tensão entre “*língua*” e “*comunicação*” no texto do convite. Um dos argumentos é de ordem semântica e tem a ver com o fato da LN

obstaculizar “a comunicação”¹³, embora tenha a intenção de torná-la “mais inclusiva e menos sexista”. Vejamos o que diz o trecho que vai da linha 12 à linha 14:

(Sd4) A linguagem neutra, também conhecida como linguagem não binária, evita o uso dos gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade (masculino e feminino), com o intuito de tornar, supostamente, a comunicação mais inclusiva e menos sexista.

O cenário imaginado (em uma posição conservadora) é quase sempre o mesmo e tem a ver com a apropriação, pelos conservadores, de um falante imaginário, quase sempre pobre e pouco escolarizado, que diz “Ele” ou “ela” e é recriminado por um outro falante imaginário, quase sempre rico, jovem e escolarizado que lhe diz: “Elu!”. É como se essa fosse uma questão de norma gramatical, mas quem estivesse no lugar de legitimidade não fossem mais os gramáticos, mas alguns falantes. Mas não se trata, sabemos, de gramática: trata-se, alegoricamente, de um conflito político entre agendas distintas. E nesse conflito de agendas, o impasse entre *língua*, *linguagem* e *comunicação* parece situar a posição ideológica do texto do e-mail.

Ora, sabemos que as línguas naturais são estruturalmente ambíguas. E é claro que há formas de atenuar (ainda que não totalmente) frases ambíguas. É assim que podemos transformar uma sentença como “O homem bateu na mulher de bengala” em “O homem utilizou uma bengala para bater em uma mulher” ou “O homem bateu em uma mulher que portava uma bengala”. Isso quer dizer que as línguas possuem alguma capacidade de construções estáveis, embora essa seja uma possibilidade relativa, não absoluta. Mas isso não muda o fato de que “O homem bateu na mulher de bengala” é capaz, *ao mesmo tempo*, de produzir mais de uma interpretação.

¹³ Esse argumento aparece de modo incisivo nos projetos de lei contrários à LN no Brasil. A esse respeito, ver Barbosa Filho, 2022a.

Mas essa inclinação à ambiguidade não existe apenas por causa da estrutura gramatical das línguas naturais, mas pelo fato de que toda língua circula em uma formação social dada, e toda formação social é marcada por divisões, embates e relações de força que adquirem, no dizer, o estatuto de relações de sentido. Mas isso não é *da* língua, embora seja passível de ser escutado, compreendido e demarcado *na* língua. É aqui que entramos em outro terreno, o do discurso.

É no discurso - e não na língua - que uma sentença como "O Brasil precisa de liberdade" pode ser parafraseada por "Os patriotas precisam ter assegurados os direitos de falar qualquer coisa sem que isso seja passível de punição" ou "O país precisa assegurar às minorias o direito de expressar a sua identidade de gênero", ao mesmo tempo, em formações discursivas distintas. Ou seja, a "comunicação" - problema evocado na Sd₄ - sempre vai ter contra si dois obstáculos essenciais: 1) a língua não é uma máquina lógica, um código binário a partir do qual seria possível transmitir informações unívocas; 2) toda língua é falada em determinadas circunstâncias sócio-históricas e isso define a direção dos efeitos de sentido que uma palavra, expressão ou texto podem adquirir. O desaparecimento da palavra *língua* no texto do e-mail é, afinal, bastante sintomático: ela não comparece porque, de fato, não é dela que se trata. E se não é dela que se trata, o que cabe à linguística e ao linguista nesse debate?

Critiquei diversas vezes, principalmente em intervenções públicas (entrevistas, palestras), uma certa inclinação iluminista da linguística brasileira que vislumbra "esclarecer" as querelas em torno da LN por meio de um pedagogismo racionalista que é, sem meias palavras, ingênuo e inócuo. Esse não é um debate científico, mas ideológico e político. É nesse terreno, portanto, que o debate deve ser travado e, quem sabe, superado.

A luta ideológica é uma luta que se dá *na* e *contra* a ideologia, e não no binômio ciência e ideologia, como se as luzes da ciência dissipassem os efeitos materiais da ideologia. Os efeitos materiais da ideologia se inscrevem porque são necessários à reprodução das

relações sociais, e não porque são ilusões convincentes ou falácias que enganam pessoas pouco inteligentes. À linguística cabe, sem dúvida, participar do debate público, contrapondo os disparates pré-teóricos que costumam municiar os conservadores. Mas essa é uma aposta, e não uma disputa que, no fim das contas, seria decidida pelo argumento mais convincente. A ideologia não opera pelo convencimento, mas pelo reconhecimento. Cabe, portanto, à linguística (e aos linguistas) reconhecer os limites de sua atuação, deixando aberto o terreno semântico (ou seja, político e ideológico) ao campo que, de fato, recobre a disputa: o discurso.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ler O Capital*, volume II. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALTHUSSER, Louis. Teoria, prática teórica e formação teórica: ideologia e luta ideológica. In: BARISON, Thiago (org.) *Teoria marxista e análise concreta: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Projetos de lei contrários à linguagem neutra no Brasil. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila. *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022a. p. 142-160.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. *A linguagem neutra e a ética da linguística*. Revista digital Parábola, ano 2, ed. 13, p. 14-19, mar. 2022b.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 64, 2022c. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8664658>. Acesso em: 12/07/2023.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila. *A linguagem e o “neutro”*. 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/78593806/A_linguagem_e_o_neutro_. Acesso em: 11/07/2023.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; VICENTE, Valdemir de Souza. Nós e eles. *In: SCHERER, Amanda Eloina; GARCIA, Dantielli Assumpção; BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. (Org.). Restos de horror*. Campinas: Pontes, 2022. p. 195-217.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, Eni. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. *In: ORLANDI, Eni (org.) Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni (Org). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Sobre a des-construção das teorias linguísticas. *In: Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP, v. 1, n. 2, 1998. p. 7-32.*

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

CAPÍTULO 9

HISTORICIDADE DO CONCEITO DE GÊNERO NO DISCURSO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL NO/DO BRASIL A PARTIR DE DIZERES MATTOSIANOS¹

Thaís de Araujo da Costa

Havia ainda muita coisa a ver no bairro dos Substantivos, e por essa razão todos protestaram quando Emília falou em visitar as Interjeições.

– Espere, bonequinha aflita! Disse Quindim. Inda há muito pano para mangas aqui. Vocês ainda não observaram que estes senhores Nomes estão divididos em dois gêneros, o Masculino e o Feminino, conforme o sexo das coisas ou seres que eles batizam. Paulo é masculino porque todos os Paulos pertencem ao sexo masculino.

– Mas, Panela? Advertiu Emília. Por que razão Panela é feminino e Garfo, por exemplo, é masculino? Panela ou Garfo têm sexo?²

Para começar... o percurso de formulação de uma questão de pesquisa

Início esta reflexão acerca da historicidade do conceito de gênero no discurso linguístico-gramatical no/do Brasil com uma epígrafe recortada de *Emília no país da gramática*, de Monteiro Lobato, livro de 1934 a que retornei recentemente e que tenho usado em minhas aulas de língua portuguesa na Universidade do

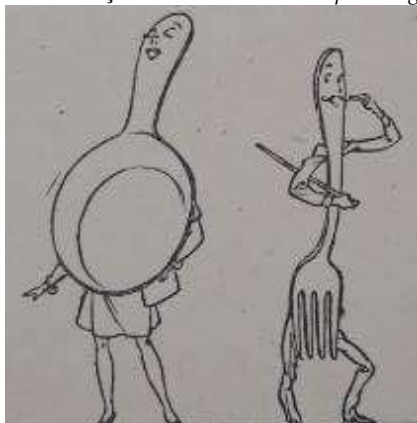
¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no V Colóquio Internacional Museus, Memoriais e Arquivos (Unicentro, 2023).

² Lobato, 1947 [1934], p. 32.

Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para problematizar, dentre outros aspectos gramaticais, o conceito de gênero.

Na obra, *Emília, Pedrinho, Narizinho e Visconde de Sabugosa* partem, acompanhados de Quindim, o rinoceronte gramático, numa viagem para o País da Gramática. A cena da qual recortei o excerto se passa na cidade de Portugalia, mais especificamente no bairro dos Substantivos, de onde a boneca Emília, inquieta, sugere que partam para visitar as interjeições. Na narrativa, a personagem Emília configura-se como aquela que diz o que não pode ser dito do lugar do gramático, representado, como assinalado acima, pelo rinoceronte Quindim. É ela que instaura a dúvida quanto à evidência dos sentidos e que, tal como o analista de discurso, aponta a contradição, colocando em cena um dos equívocos constitutivos do discurso linguístico-gramatical no/do Brasil, qual seja, aquele que diz respeito à relação entre gênero e sexo, equívoco este que se faz significar também na ilustração da edição em questão reproduzida abaixo na qual a panela aparece caracterizada de saia, salto alto e pulseira e o garfo, de bigode, calça e bengala – características que, fazendo significar um certo imaginário de ser homem e mulher, reiteram o efeito de sinonímia entre gênero e sexo que é justamente questionado pela boneca.

Figura 1 – Ilustração do livro *Emília no país da gramática*



Fonte: Lobato, 1947 [1934], p. 32.

Parto do incômodo de Emília por ser hoje este um incômodo meu também. Foi em 2019, quando eu ainda atuava na educação básica, mais especificamente na rede privada em uma escola de classe média ou média-alta na cidade do Rio de Janeiro, que fui convocada pela primeira vez, numa aula de língua portuguesa para o 9º ano, a tomar posição frente à questão da chamada *linguagem neutra*. Na época, embora já trabalhasse com a perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, notadamente com o discurso gramatical brasileiro, eu não conseguia/podia olhar discursivamente para a minha prática em sala de aula, tomando-a também como objeto discursivo.

Esse “não conseguir/poder dizer sobre” foi inclusive tematizado por mim no II Seminário do Núcleo de Estudos em Língua e Discurso – Nelid realizado na Faculdade de Formação de Professores da UERJ em 2022 e constitui parte de uma reflexão sobre manuais didáticos de português que foi publicada como capítulo do livro *Educação linguística e(m) (dis)curso: arquivos de saberes linguísticos e pedagógicos*, organizado por mim, Joyce Palha Colaça e Michel Marques de Faria³. Introduzo, neste capítulo, a minha reflexão com a seguinte epígrafe recortada do livro *O conto da ilha desconhecida*, de José Saramago: “é necessário sair da ilha para ver a ilha”. Isso porque considero que, em 2021, quando assumi o cargo de professora efetiva de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UERJ e saí da ilha da escola básica, várias questões relacionadas a práxis pedagógica nesse segmento – que até então, diga-se, não eram para mim ainda questões – começaram, nessas condições de produção outras, a se impor. A partir daí, fui impelida a abrir mais uma frente de pesquisa, buscando refletir sobre o funcionamento do discurso gramatical na sua relação com o discurso pedagógico e com isso que, a partir de Pfeiffer, Silva e Petri⁴, tenho proposto chamar de *português escolar*⁵.

³ Cf. Costa, 2023a.

⁴ 2019.

⁵ Cf. Costa, 2023a.

Apesar de a princípio ter seguido caminhos distintos, algumas questões sempre acabam retornando. Assim é que, em praticamente todas as disciplinas que ministrou na UERJ, a despeito da ementa, a questão da linguagem neutra retorna, faz-se presente por meio da demanda dos alunos que me convocam a me posicionar ou, como dizem, a dar “a minha opinião” a respeito. Por algum tempo, dei respostas evasivas. Dizia: “Eu sou linguista, não sou achista e, como linguista, não tenho opinião. Ao linguista cabe descrever os fenômenos linguísticos e, desse ponto de vista, a chamada linguagem neutra não é nem boa nem ruim, ela simplesmente é”. A analista de discurso que toma a história das ideias linguísticas como objeto, todavia, continuava inquieta, incomodada com esse retorno que ainda não sabia significar.

Na escola básica, identificada a certos discursos (meta)linguísticos sobre a chamada língua portuguesa que são comumente atribuídos ao nome de autor Mattoso Câmara Jr., a quem – como se sabe – historicamente é atribuído o lugar de primeiro linguista brasileiro, eu lia o sintagma *gênero neutro* como paráfrase de *forma geral, não marcada*. Tal forma, necessariamente masculina, quando relacionada a seres animados, possibilitaria a inclusão tanto do feminino quanto do masculino, como em “todos os alunos fizeram o dever de casa”, em que “todos os alunos” se referiria a alunos do sexo masculino e a alunas do sexo feminino. Então, imaginando dizer de um ponto de vista estritamente linguístico, eu repetia que a dita forma masculina já cumpria o papel de forma neutra e, embora admitisse a relevância do debate para pautas identitárias, concluía que não era necessária a criação de uma nova marca de gênero. Antes de continuar, é importante notar como, mesmo no debate pretensamente linguístico, a relação entre o que seria da ordem do estritamente gramatical – a categoria gênero – e o que estaria ou o que se imagina que (não) estaria no mundo se coloca de forma inquestionável: é somente a partir de uma certa relação que se diz ser estabelecida entre o gênero enquanto realidade linguística e os sexos enquanto realidades no

mundo que é possível, desse lugar, advogar em prol da neutralidade do gênero masculino em situações específicas.

Fato, porém, é que eu repetia isso sustentada pela ilusória legitimidade e pelo conforto de um suposto discurso científico, como se esse discurso também não fosse afetado pela interpretação e, portanto, determinado ideologicamente, como nos ensina Orlandi⁶. Repetia isso porque era o que era possível dizer na instituição escolar – espaço em que, como também nos lembra Orlandi⁷, “a aprendizagem se esgota” em função do apagamento do caráter mediador dos instrumentos escolares (como o material e o livro didático), “o que resulta na sua cristalização como fim, como objeto-em-si”, e também das demandas impostas pelos documentos norteadores do ensino, pelos pais e pela própria escola. Mas, nesse caso – diga-se –, não se tratava de qualquer escola. A instituição em que eu trabalhava pertencia à rede privada, durante um governo que defendia o projeto “escola sem partido” e que incentivava que alunos gravassem os professores em sala de aula para denunciá-los por doutrinação. Repetia isso, enfim, porque, nessas condições de produção, era impossível dizer diferentemente.

Na universidade, contudo, alguns acontecimentos foram determinantes para que outros modos de significação passassem a constituir as possibilidades e necessidades do meu dizer. Além dos constantes questionamentos dos alunos, cito um simpósio intitulado “A beleza da língua portuguesa e as ruínas da linguagem ‘neutra’” que foi promovido por um deputado do PL na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em março de 2023. Considero esse simpósio como um acontecimento porque desencadeou uma série de gestos de interpretação, na instituição onde trabalho, por parte dos sujeitos alunos e docentes: as indagações de meus alunos em sala de aula aumentaram exponencialmente, uma nota de repúdio assinada por um coletivo

⁶ 2007.

⁷ 1983, p. 140-141.

estudantil chegou a ser publicada nas redes sociais⁸ e um grupo de docentes do qual faço parte decidiu trazer o debate para a universidade a fim de, com isso, possibilitar que outras discursividades sobre línguas e sujeitos circulassem nesse espaço⁹.

Foi, pois, a partir desse acontecimento que a pesquisadora foi convocada à pesquisa ou ainda que a analista foi interpelada pelo objeto discurso. Nesse momento, a necessidade de refletir acerca do funcionamento das discursividades em jogo no debate dito linguístico sobre a chamada *linguagem neutra, inclusiva, não binária* ou *neolinguagem*, o que já vinha fazendo de forma pontual em minhas aulas, se impôs a mim de maneira decisiva. Neste capítulo, então, a partir da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, além de dar a saber sobre esse percurso de formulação de uma questão de pesquisa, pretendo também acenar para algumas questões que tenho pensado ainda de forma bastante incipiente. Não tomarei como objeto diretamente os discursos contrários à chamada linguagem neutra em si, mas buscarei refletir sobre *o que* do discurso (meta)linguístico é comumente mobilizado nesse debate e *como*, visando produzir um gesto inicial de historicização do conceito de gênero no discurso linguístico-gramatical no/do Brasil.

Com esse objetivo, um dos meus primeiros movimentos foi revisitar Mattoso Câmara Jr., aquele cujos dizeres – ou pelo menos uma certa leitura de tais dizeres –, um dia mobilizados por mim, são também frequentemente mobilizados por quem se identifica como opositor à adoção da chamada linguagem neutra. Recortei para análise primeiramente *Estrutura da língua portuguesa*, obra

⁸ A nota de repúdio pode ser lida em: <<https://www.instagram.com/p/Cpu4Wc7OeiZ/>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

⁹ Assim surgiu a ideia da **I Jornada de estudos sobre língua, gênero e inclusão**, que, organizada por mim e pelas professoras e pesquisadoras Michelle Alonso e Naira Vellozo, ocorreu no Instituto de Letras da UERJ em maio de 2023. Os vídeos das duas mesas se encontram disponíveis no canal do Arquivos de Saberes Linguísticos no Youtube, em: <https://youtube.com/playlist?list=PLIhYsFaiIdKdRkBmRg-Qjk05XNxWeV_Gp&si=MdfkEzAUxT7DDTpF>.

publicada postumamente na década de 1970, e depois, buscando compreender os movimentos dos sentidos, também *História e Estrutura da língua portuguesa*, livro redigido na década de 1960 e publicado em 1972 nos EUA e em 1975 no Brasil. Na próxima seção, exponho o gesto analítico empreendido a partir dessas textualidades.

Revisitando Mattoso Câmara Jr.

Do lugar de que falo, parto, com Orlandi¹⁰, do princípio de que há tanto a “historicidade do texto” quanto “da própria ação de leitura, da sua produção”. Nesse sentido, tal como propõe a autora, entendo que

(...) toda leitura tem sua história.

Para um mesmo texto, leituras possíveis em certas épocas não o foram em outras, e leituras que não são possíveis hoje serão no futuro. Isto pode ser observado em nós mesmos: lemos diferentemente um mesmo texto em épocas (condições) diferentes.¹¹

Lemos diferentemente um mesmo texto em condições de produção diferentes, nos diz Orlandi. Na seção anterior, falei de uma certa leitura de textos filiados ao nome de autor Mattoso Câmara Jr. que comparece frequentemente em discursos contrários à chamada linguagem neutra e com a qual, inclusive, em condições de produção outras, eu me identificava. Tal leitura prevista historicamente para essas textualidades, por meio do processo de repetição em espaços de poder, como escolas e universidades, por sujeitos que ocupam lugares de autoridade, como o professor e o cientista, passou por um processo de legitimação, petrificando-se, tornando-se para alguns “a verdade”, a única forma possível de ler a questão do gênero em Mattoso Câmara Jr., e silenciando, com isso, outras leituras igualmente (im)possíveis. No entanto, Orlandi

¹⁰ 2012, p. 11.

¹¹ *ibid.*, p. 54-55.

também nos ensina que “ler (...) é saber que o sentido pode ser outro”. *Que outros sentidos podem ser lidos em Câmara Jr.?*, é o que nos perguntamos nesta seção. Passemos à primeira sequência recortada de *Estrutura da Língua Portuguesa*.

SD1: A flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português. Em primeiro lugar, em virtude de uma incompreensão semântica da sua natureza. Costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres. Ora, contra essa interpretação falam duas considerações fundamentais. Uma é que o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas «coisas», como *casa*, *ponte*, *andaiá*, femininos, ou *palácio*, *pente*, *sofá*, masculinos. Explicar todas essas ocorrências pela metáfora, à maneira de um pansexualismo freudiano como até certo ponto tentou Leo Spitzer, embora numa focalização diacrônica (Spitzer 1941, 339s), não nos levaria muito longe. Depois, mesmo em substantivos referentes a animais ou pessoas há discrepância entre gênero e sexo, não poucas vezes. Assim, *testemunha* é sempre feminino, quer se trate de homem ou mulher, e *cônjuge*, sempre masculino, aplica-se ao esposo e à esposa. Para os animais, temos os chamados substantivos epicenos, como *cobra*, sempre feminino, e *tigre*, sempre masculino.

Na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos. A única diferença é que a oposição masculino—feminino serve frequentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como para as coisas as distinções como *jarro* - *jarra*, *barco* - *barca*, etc., e para os animais e as pessoas a distinção do sexo, como em *urso* - *ursa*, *menino* - *menina*. [...]

O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (*jarra* é uma espécie de «jarro», *barca* um tipo especial de «barco», como *ursa* é a fêmea do animal chamado *urso*, e *menina* uma mulher em

crescimento na idade dos seres humanos denominados como a de «menino»¹²).

Na SD1, afirma-se que “a flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português” por dois motivos. Aqui refletirei apenas sobre o primeiro. Desse recorte, gostaria de destacar três pontos que são, em verdade, inquietações que esse retorno a Câmara Jr. desencadeou em mim. De imediato, irei me ater aos dois primeiros.

Primeiro ponto: gênero não é sexo

Dessa perspectiva, afirma-se que gênero não é sexo, já que abrange tanto os nomes que designam animais “providos de sexo” como aqueles que “designam ‘coisas’”. Afirma-se também, no entanto, que, quando referente a animais e a pessoas, estabelece, por meio de uma oposição dicotômica, distinção entre os sexos feminino e masculino, o que nos permite afirmar que o gênero gramatical é o que distingue, *na língua*, o sexo biológico. Ou seja, mesmo que do lugar da Linguística, numa crítica à chamada Gramática Tradicional, se negue a sinonímia – *a associação íntima*, como se diz – estabelecida entre gênero e sexo, ao se recorrer ao critério semântico, estabelece-se uma relação indissociável entre o que se diz ser próprio da língua (o gênero) e aquilo que ele apontaria no mundo quando relacionado a seres animados (o sexo), como lemos em: “a oposição masculino-feminino serve frequentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como [...] para os animais e as pessoas a distinção do sexo, como em *urso - ursa, menino - menina*”.

Com isso, admite-se, nessa teorização, no que compete ao sexo, apenas dois modos de ser sujeito nessa/dessa língua: ou há identificação ao sexo feminino, ou há identificação ao sexo masculino. Esse modo de dizer sobre língua e sujeito, contudo –

¹² Câmara Jr., 2002 [1970], p. 88.

não podemos esquecer –, foi produzido em condições de produção tais que a distinção entre sexo biológico e identidade de gênero ainda não havia se colocado em nossa formação social e que a expectativa projetada socialmente pelo órgão sexual se impunha como a única possibilidade de se identificar e, portanto, de ser sujeito no/do mundo. Lembremos aqui o que lemos na epígrafe de Lobato: “*Paulo é masculino porque todos os Paulos pertencem ao sexo masculino*”, o que me deixa tentada a questionar, ao menos em um primeiro momento, até que ponto o dizer mattosiano rompe de fato com o discurso da gramática tradicional ou, ainda, desejando deter poderes de mediunidade, a elucubrar se esses dizeres ainda hoje seriam repetidos se Lobato e Mattoso vivessem no mesmo tempo da Pablo Vittar¹³.

Segundo ponto: o masculino como forma geral e não marcada

O adjetivo “neutro” não é mencionado quando se fala sobre nomes, apesar de comumente atribuir-se essa afirmação da neutralidade do gênero masculino a Câmara Jr. – e isso é, como dito, o que se discursiviza como um dos principais argumentos linguísticos contrários à dita *linguagem neutra* e em prol de uma imaginária *pureza da língua*. Diferentemente, como vimos, o que se diz é que o gênero masculino é uma forma geral e que o feminino indica uma especialização qualquer, dentre elas a de sexo.

Diante desse quadro, impõe-se fazer aqui dois não tão breves parênteses quanto à categoria de gênero no dizer mattosiano:

i. O adjetivo *neutro* articulado ao substantivo *gênero* só comparece, em *Estrutura da Língua Portuguesa*, em relação a pronomes que exercem função substantiva e que se referem a coisas inanimadas, como *isto*, *isso*, *aquilo*, ou a seres humanos, como

¹³ Aproveito para agradecer ao amigo e sempre primeiro leitor Bruno Turra pelo comentário deste texto e, sobretudo, pela fineza do olhar ao lembrar o estranhamento causado hoje a alguns de nós quando ouvimos dizer *o Pablo*, e não *a Pablo Vittar*, já que também as construções linguísticas são possíveis/impossíveis em condições de produção determinadas.

*alguém, ninguém e outrem*¹⁴. Em *História e Estrutura da língua portuguesa*, lemos inclusive que, no que concerne aos nomes, “o gênero neutro desapareceu das línguas românicas”¹⁵. Assim, ao que parece, em uma determinada leitura dos dizeres mattosianos que vem sendo atualizada em alguns discursos sobre a chamada linguagem neutra formulados a partir de uma posição antagônica, a expressão “forma geral, não-marcada” teria deslizado para “forma neutra”, produzindo como efeito a deslegitimação, sob a égide do científico, do debate que, proposto a partir de um outro lugar, em uma outra temporalidade, se sustenta na afirmação de uma falta de marcas na língua que deem conta de representar a diversidade de identidades de gêneros existentes contemporaneamente.

Dito de outro modo, com a repetição dessa certa leitura dos dizeres mattosianos, o que se interdita não são as várias sistematizações linguísticas propostas desse lugar outro, os discursos (meta)linguísticos ali produzidos. Estes, a bem da verdade, na maioria dos casos, sequer chegam a ser considerados. Tomando a *língua-objeto* do gesto de interpretação do sujeito linguista como a *língua*, nega-se a falta na/da língua que se faz significar nesse outro lugar, de modo que a interdição incide sobre a possibilidade mesma de se iniciar qualquer discussão e, portanto, já que os sujeitos se constituem na/pela linguagem, sobre as subjetividades que não se identificam à língua que lhes é dada/imposta historicamente como sua.

ii. A ideia linguística¹⁶ da forma masculina enquanto não marcada se sustenta em um imaginário de descrição em que o -o final, de palavras como *menino*, por exemplo, não é significado como uma desinência de gênero (DG), como se diz em outros lugares¹⁷, mas como uma vogal temática (VT). Nesse imaginário, a desinência

¹⁴ *ibid.*, p. 85.

¹⁵ Câmara Jr., 1975, p. 76.

¹⁶ Esse conceito será definido adiante.

¹⁷ Cf., por exemplo, Ferrarezi Jr., 2022.

de gênero em tal palavra seria Ø, e a essa ausência de marcação se oporia, gramaticalmente, a desinência *-a* de *menina*, uma forma, portanto, marcada – porque, diferentemente daquela, possui marca de gênero –, mas atemática – porque não possui vogal temática. No quadro abaixo, busco ilustrar o imaginário projetado em Câmara Jr. retomando alguns exemplos mobilizados em sua obra:

Imaginário de descrição VT X DG ¹⁸			
RAD	VT	DG	Descrição
menin	o	ø	Forma não marcada e temática
menin	ø	a	Forma marcada e atemática
lob	o	ø	Forma não marcada e temática
lob	ø	a	Forma marcada e atemática
mestr	e	ø	Forma não marcada e temática
mestr	ø	a	Forma marcada e atemática
autor	ø	ø	Forma não marcada e atemática
autor	ø	a	Forma marcada e atemática
<i>a</i> ros	a	ø	Forma não marcada e temática
<i>o/a</i> artist	a	ø	Forma não marcada e temática
<i>o</i> poet	a	ø	Forma não marcada e temática

Fonte: Elaboração autoral.

Como podemos observar no quadro, embora se conceba que “o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses”¹⁹, concebe-se também que alguns desses nomes são marcados quanto ao gênero (*menina, loba, mestra, autora*) e outros não (*menino, lobo, mestre, autor, rosa, artista, poeta*), assim como alguns nomes possuem vogal temática (*menino, lobo, mestre, rosa, artista, poeta*) e outros não (*menina, loba, mestra, autor, autora*). Dessa maneira, no âmbito do que se formula como flexão de gênero, o padrão morfológico dos substantivos em português é discursivizado da seguinte forma: quando o masculino apresenta tema em *-o* ou em *-e*, estes são suprimidos (e não substituídos!) para acréscimo da desinência *-a* ao radical, como em *lobo>loba* e *mestre>mestra*; quando, porém, tem-se

¹⁸ Câmara Jr., 2002 [1970], 1975.

¹⁹ Câmara Jr., 2002 [1970], p. 88.

um nome atemático terminado em consoante, a desinência *-a* é acrescida diretamente após ela, como em *autor>autora*.

Note-se, assim, o estabelecimento de uma hierarquia entre as formas masculina e feminina quando em relação de oposição: aquela é significada como o tema (constituído de radical + vogal temática) de um vocábulo em relação ao qual esta se apresenta como uma forma flexionada. Poderíamos nos perguntar aqui por que é o feminino considerado como uma flexão do masculino e não o contrário. A resposta, segundo Mattoso, está no latim vulgar – ou melhor, em um certo discurso (meta)linguístico sobre o latim vulgar, que também aí é tomado como a própria língua. Os termos populares desse latim determinaram, conforme o autor, a estruturação morfológica do português, estabelecendo “os padrões de temas nominais e verbais, das desinências de plural e de feminino no nome, das desinências número-pessoais e modo temporais no verbo”²⁰.

É interessante observar por último que, nesse imaginário de descrição, apesar de se considerar que *-a* não substitui e, portanto, não se opõe no eixo paradigmático a *-o*, afirma-se também que “a vogal final *-a* só é desinência de feminino, quando entra num tema nominal que sem ela é masculino”²¹. Quando não há essa oposição entre as formas masculina e feminina, entende-se que o *-a* final dos substantivos como *rosa*, *artista* e *poeta* é vogal temática e que o gênero dessas palavras será marcado por um adjetivo articulado ao substantivo, incluindo-se aí o artigo, como em *a rosa*, *o/a artista* e “sempre” *o poeta*²². Ou seja, quando há oposição de gênero entre duas formas, como em *menino* e *menina*, a desinência *-a* não se opõe à vogal temática *-o*, mas o gênero feminino se significa em oposição ao masculino. Quando não há essa oposição, considera-se que o *-a* final de palavras como *rosa*, *artista* e *poeta*, não é o mesmo de *menina*,

²⁰ Câmara Jr., 1975, p. 192.

²¹ *id.*, 1975, p. 79.

²² Esse “sempre” é de Câmara Jr. e pode não fazer mais sentido no discurso (meta)linguístico contemporâneo, no qual hegemonicamente o substantivo *poeta* é categorizado como substantivo de dois gêneros.

passando a ser classificado como vogal temática e, portanto, passando a compor o tema do vocábulo. Nesses casos, como dito, entende-se que o gênero da palavra não é marcado morficamente, mas morfossintaticamente pelo processo de adjunção (*a rosa, o/a artista, o poeta*).

Passemos, agora, à SD2 também recortada de *Estrutura da Língua Portuguesa*:

SD2: a flexão de gênero é, em princípio, um traço redundante nos nomes substantivos portugueses. E muitos substantivos não a têm sequer. O que há são substantivos de tema em -a, em -o, em -e ou atemáticos, que possuem um gênero determinado implicitamente pelos adjetivos de tema em -o (estes sempre com a flexão de gênero pela oposição -a : -o + -a = -a), que, quando presentes, têm de ir para o gênero do substantivo que determinam. Assim, casa é feminino, porque se tem de dizer *casa larga* e poeta é masculino, porque a expressão correta é *poeta maravilhoso*.²³

Na SD2, temos a materialização de uma ideia linguística contemporaneamente bastante difundida em estudos desenvolvidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, a saber: a redundância da marcação de gênero, o que implica ainda considerar, em casos como *a menina bonita* e *o menino bonito*, a sobreposição de regras sintáticas de concordância e de regras morfológicas de flexão ou derivação²⁴. Dessa maneira, tendo em vista essa ideia e a função do artigo em línguas como o português “de marcar, explícita ou implicitamente, o gênero dos nomes substantivos”, Câmara Jr. conclui, em forma de sugestão, que “As gramáticas escolares podem, portanto, ensinar o gênero dos nomes

²³ *id.*, 2002 [1970], p. 91.

²⁴ A esse respeito, ver, por exemplo, *Linguística aplicada ao português: Morfologia*, de M. Cecília P. Souza e Silva e Ingedore Villaça Koch (Cortez, 1995), *Estruturas morfológicas do português*, de Luiz Carlos de Assis Rocha (Martins Fontes, 2008), entre outros.

substantivos na base da forma masculina ou feminina do artigo, que eles implicitamente exigem”²⁵.

Como vemos, no dizer mattosiano, estabelece-se também uma hierarquia entre os critérios: o critério sintático se sobrepõe ao mórfico devido à sua regularidade, de modo que este chega mesmo a ser descartado, do lugar de que fala o linguista, como conhecimento a comparecer nas chamadas gramáticas tradicionais – retomadas em SD2 como gramáticas escolares – e, portanto, como objeto de ensino na escola. É importante destacar que também essa sobreposição do critério sintático é significada como uma “herança latina”. Diz o autor em *História e Estrutura* que, “enquanto a expressão do caso e do número era nítida no substantivo, a do gênero só se tornava, em princípio, claramente explícita através de um adjetivo”²⁶.

Tem-se, assim, na gramática dita descritiva do português também aquilo que Auroux²⁷ chamou de “fundo latino” da maioria das gramáticas de línguas neolatinas cujo quadro teórico, grosso modo, advém da gramática latina. Foi tal fundo que permitiu, segundo o autor, “aos primeiros gramáticos dos vernáculos ver os fenômenos de sua própria língua”²⁸. Porém, apesar de admitir a importância dessa transferência tecnológica para a gramatização das línguas do mundo em um primeiro momento, o autor também pontua que,

com o tempo e mais ainda no caso da gramatização endógena, cada língua tende a ser gramaticalizada em bases que lhe são cada vez mais apropriadas, se mais não fosse por razões de economia e de simplicidade na formulação das regras e porque o material empírico sobredetermina as categorias.²⁹

²⁵ *ibid.*, loc. cit.

²⁶ *id.*, 1975, p. 74.

²⁷ 2009 [1992].

²⁸ *ibid.*, p. 78.

²⁹ *ibid.*, p. 88.

Cada língua tende a ser gramatizada em bases mais apropriadas, mas nem sempre o é, porque a gramatização, como temos buscado demonstrar, como qualquer outra prática discursiva, envolve sujeitos e sentidos determinados sócio, histórica e ideologicamente. Donde a pergunta: tendo em vista as demandas linguísticas colocadas pelas agendas identitárias, por que, em pleno século XXI, o processo de gramatização da língua do Brasil não pode/deve ser atualizado? Por que continuamos a repetir discursos metalinguísticos que compareciam na gramática greco-latina e a ignorar “o material empírico” em prol da manutenção de categorias? Continuemos.

Terceiro ponto: do lugar do critério semântico

Chego, enfim, ao terceiro e último ponto dessa minha releitura dos dizeres mattsosianos que gostaria de frisar e que diz respeito ao lugar do critério semântico na descrição linguístico-gramatical. Da posição de que fala o linguista, concebe-se, como vimos na SD1, que a associação entre gênero e sexo decorre da “incompreensão semântica da natureza” do gênero que implica, a partir de uma certa perspectiva filológica metonimicamente mobilizada a partir da menção ao nome do austríaco Leo Spitzer, uma tentativa de explicação metafórica do gênero em nomes que designam coisas “à maneira de um pansexualismo freudiano”.

O termo pansexualismo, de acordo com Roudinesco e Plon³⁰, foi atribuído pejorativamente à doutrina freudiana após a publicação, em 1905, de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Tal teoria, segundo os autores, seria, ao ver de seus críticos, “concebida sob a categoria de uma causalidade única, tanto porque ela recusaria qualquer explicação do psiquismo fora da etiologia sexual quanto pelo fato de que se pretenderia universal, isto é, aplicável a todas as culturas e a todos os indivíduos”³¹. Assim, ao

³⁰ 1998, p. 567.

³¹ *ibid.*, loc. cit.

mobilizá-la para dizer do modo como gênero é abordado nos estudos gramaticais a fim de distanciar-se do efeito de universalidade implicado, Câmara Jr. faz ressoarem sentidos que já compareciam na década de 1930 no excerto de Lobato trazido em epígrafe, no qual, como vimos, afirma-se que os “Nomes estão divididos em dois gêneros, o Masculino e o Feminino, conforme o sexo das coisas ou seres que eles batizam”³².

Voltarei a esse ponto mais adiante. Antes, com vistas a melhor compreender o modo como o critério semântico significa no dizer mattosiano, retomo dois recortes da SD1 – SD1.1 e SD1.2 – e mobilizo outras duas sequências – SD3 e SD4. A SD3 foi recortada do capítulo intitulado “A técnica da descrição lingüística” e a SD4 de “A classificação dos vocábulos formais”, ambos de *Estrutura da Língua Portuguesa*.

SD1.1: Na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos. A única diferença é que a oposição masculino – feminino serve freqüentemente para, em oposição entre si, distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como para as coisas as distinções como jarro - jarra, barco - barca, etc., e para os animais e as pessoas a distinção do sexo, como em urso - ursa, menino – menina.³³

SD1.2: O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (jarra é uma espécie de «jarro», barca um tipo especial de «barco», como ursa é a fêmea do animal chamado urso, e menina uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como a de «menino»³⁴).

SD3: Não há dúvida que o vocábulo é em regra, nas línguas do mundo, uma realidade lingüística, quer do ponto de vista do efeito

³² Lobato, 1947 [1934], p. 32, sublinhado meu.

³³ Câmara Jr., 2002 [1970], p. 88, sublinhado meu.

³⁴ *ibid.*, *loc. cit.*, sublinhado meu.

vocal (fonológico), quer das características de forma (morfológicas), quer da significação que transmite (semântica).³⁵

SD4: Semanticamente, os nomes representam «coisas», ou seres [...].³⁶

A leitura desses recortes em relação me permitiu depreender dois efeitos contraditórios no dizer mattosiano para o que se toma por *semântica* – também parafraseada como *significação*, na SD3. A depreensão de tais efeitos nos ajuda a compreender a equivocidade engendrada pela relação estabelecida entre gênero e sexo. Por um lado, entende-se que as línguas significam por si só, são origem do sentido, fonte de significação do mundo: elas, retomadas na SD3 metonimicamente por “o vocábulo”, *transmitem* significação. Por outro lado, na SD4, entende-se igualmente que refletem o que estaria no mundo biopsicossocial ou empírico, visto que se considera que “os nomes”, em mais uma retomada metonímica, *representam* (ou *indicam*, Cf. SD1.2) “coisas” ou “seres”.

Essa divisão/tensão, própria do discurso linguístico-gramatical, entre o que seria da ordem da língua e o que seria da ordem de uma relação especular entre língua e mundo é o que sustenta, no dizer mattosiano, a afirmação de que a natureza semântica do gênero gramatical é incompreendida ao mesmo tempo em que se reafirma, como vimos no *Primeiro Ponto*, a sua relação indissociável – já que imprescindível para a consideração do gênero no tocante a seres animados – com o sexo biológico.

Enquanto realidade linguística, diz-se, na SD1.2, que o gênero promove a distribuição dos nomes em duas classes mórficas: o masculino, que “é uma forma geral, não-marcada”, e o feminino, que “indica uma especialização [semântica] qualquer”. Note-se aqui que a comparação estabelecida em SD1.1 entre a categorização promovida pelo gênero nos nomes e pelas conjugações nos verbos (“Na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos”) faz

³⁵ *ibid.*, p. 22, sublinhado meu.

³⁶ *ibid.*, p. 78, sublinhado meu.

ressoar sentidos de confusão entre aquilo que no discurso linguístico-gramatical hegemonicamente se significa como desinência de gênero e vogal temática. Afinal, comumente, diz-se que, nos verbos, são as vogais temáticas (e não as desinências!) que os categorizam em três conjugações distintas³⁷. Tal *con-fusão* poderia nos levar a questionar a relevância da distinção nos nomes entre vogal temática e desinência de gênero. Afinal, se a desinência de gênero exerce o mesmo papel nos nomes que a vogal temática nos verbos, o que restaria à vogal temática nominal fazer? Ou, ao contrário, se considerarmos que não se trata de desinência, mas de vogal temática nominal, o que restaria à desinência fazer? Tudo isso se torna ainda mais complicado se lembramos de dois efeitos comumente atribuídos à marcação morfológica do gênero, a saber: como vimos, a sua redundância e a sua não regularidade, visto que tanto há nomes que não admitem forma masculina e feminina quanto, mesmo aqueles que admitem, não formam o feminino exclusivamente pelo acréscimo da chamada desinência de gênero (Cf., por exemplo, *galo, galinha; visconde, viscondessa; cabra macho, cabra fêmea* etc.).

Devo esclarecer que minha provocação aqui não tem por objetivo estabelecer a verdade sobre a língua, mas mostrar (1) que não há um colamento entre o termo empregado e “a realidade linguística” que se diz ser por ele designada e (2) que a distinção que se discursiviza entre essas duas categorias é fruto de gestos de interpretação sócio, histórica e ideologicamente determinados, o que implica considerar que há, inclusive, outros modos de tomá-la sem que se recaia sobre a dicotomia simplista e simplificadora entre certo e errado³⁸. Noutras palavras, não há certo ou errado quando se trata de conhecimento (meta)linguístico. Há discursos.

³⁷ Pertencem à primeira conjugação, os verbos com tema em *-a*; à segunda, os verbos com tema em *-e*; e à terceira, os verbos com tema em *-i*.

³⁸ Ferrarezi Jr. (2022, p. 41), por exemplo, classifica o *-o* de *menino*, assim como o *-a* de *menina*, como desinência de gênero. Para ele, considerando que gênero é algo diferente de sexo biológico, “todo nome em português é, obrigatoriamente, masculino ou feminino” (ibid., p. 39). Em casos como o do par *menino/menina* em

Ao mesmo tempo, porém, em que se advoga, a partir de um critério mórfico, em prol do gênero enquanto realidade linguística e, portanto, diferente do sexo que seria uma realidade do/no mundo, afirma-se, mobilizando-se o critério semântico, que “a oposição masculino-feminino serve frequentemente para em oposição entre si distinguir (...) para os animais e as pessoas a **distinção de sexo**” (SD1.1), estabelecendo, assim, como temos buscado demonstrar, uma relação indissociável entre ambos, ou seja, gênero não é sexo, mas serve para distinguir o sexo de animais e pessoas, representando-os na/pela língua(gem).

Por fim, para finalizar esta seção, gostaria de acrescentar que, a meu ver, é também essa divisão/tensão entre o que seria da ordem da língua e o que seria da ordem de uma relação especular entre língua e mundo que sustenta a afirmação – muito comum ainda em discursos metalinguísticos contemporâneos, e em especial nos discursos antagônicos à chamada linguagem neutra – de que, ao se dizer sobre língua, é possível estabelecer um debate *estritamente linguístico*, apagando a sua relação constitutiva com os sujeitos e com a história.

Horizonte de retrospectão e de projeção a partir de dizeres mattosianos

O funcionamento observado até aqui tem me levado a diferentes caminhos. Um deles, mais amplo, diz respeito à reflexão sobre a relação entre as línguas, os discursos metalinguísticos historicamente produzidos e reproduzidos sobre as línguas e os

que há oposição de gênero, a marcação é “explícita por uma forma desinencial” (ibid., p. 41), de modo que a palavra apresenta duas formas: uma no masculino e outra no feminino. Já quando não há essa oposição, a palavra apresentará apenas uma forma, que pode ser no feminino ou no masculino, ocorrendo a marcação de gênero de forma implícita, já que não há a necessidade de “desinência de gênero para indicar isso”. Assim, somente quando palavras que se enquadram nesse caso terminam em *-a*, *-e* ou *-o*, como em *mesa*, *tapete* ou *asfalto*, haveria as chamadas vogais temáticas.

sujeitos nessas/dessas línguas. Considerando que os discursos metalinguísticos não estão fora da história e que falar sobre língua é sempre falar sobre os sujeitos nessas/dessas línguas, tenho me perguntado acerca dos efeitos produzidos a partir da naturalização de determinados discursos em detrimentos de outros. Um outro caminho, mais específico, mas estreitamente relacionado ao primeiro, concerne justamente à investigação da historicidade do conceito de gênero no discurso linguístico-gramatical no/do Brasil.

Christian Puech³⁹, em um artigo traduzido por mim na revista *Porto das Letras* em 2020, explica que as ideias linguísticas são duplamente históricas porque “não são apenas produzidas ‘no tempo’”, mas também “produzem a sua temporalidade”. Considerando que o objeto do analista de discurso é o discurso, tomo as ideias linguísticas, à luz da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, como discursos sobre língua, linguagem e metalinguagem⁴⁰. Nesse sentido, considero que pensar a dupla relação entre história e discurso no que respeita às ideias linguísticas – no caso aqui abordado, a ideia linguística de gênero e correlatas – implica considerar, como propõe Orlandi em *Terra à Vista*⁴¹, que “o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no ‘futuro’, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos”.

Para dar um efeito de fecho a este percurso de pesquisa, gostaria de compartilhar movimentos futuros de análise ensejados pelas discursividades em torno do conceito de gênero com que tenho me deparado. Buscando ainda compreender essas discursividades em jogo e as formas como historicamente significam, no passado e no futuro, no momento busco construir um arquivo de dizeres (meta)linguísticos sobre essa ideia linguística (a ideia de gênero), com vistas a reconstituir horizontes

³⁹ 2020 [2006], p. 390.

⁴⁰ Costa, 2023b.

⁴¹ 2008, p. 42.

de projeção e de retrospectão⁴² a partir dos dizeres mattosianos aqui tomados para análise.

O horizonte de projeção

Iniciei, de certa maneira, a investigação do horizonte de projeção quando observei a sua atualização no discurso antagônico à chamada linguagem neutra, mas meu objetivo é, sobretudo, pensar os modos de significação, no passado e no presente, da categoria gênero em instrumentos linguístico-pedagógicos, notadamente em gramáticas e manuais utilizados na escola.

Para a reconstituição do horizonte de projeção, iniciei o mapeamento da forma como a categoria gênero é significada em manuais didáticos contemporâneos (ou seja, pelo ponto que delimitei como fim do horizonte projetado a partir dos dizeres mattosianos), tomando para análise as onze coleções que foram aprovadas no PNLD 2024.

Figura 2 – Livros aprovados no PNLD 2024



Fonte: Guia Digital - PNLD (ufal.br)

⁴² Segundo Auroux (2009 [1992], p. 12), “[p]orque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber”.

A seguir, apresento a título de exemplo um recorte do livro *Português Linguagens* voltado para o 6º ano, de William Cereja e Carolina Vianna.

Figura 3 – Português Linguagens, 6º ano

Gênero


A noção de gênero na língua portuguesa costuma ser associada ao **sexo dos seres. Entretanto, não devemos confundir sexo dos seres com gênero das palavras.** Faça as atividades a seguir para refletir sobre isso.

Espera-se que os alunos observem que não apenas os substantivos que nomeiam pessoas e animais têm gênero, mas também os substantivos que nomeiam coisas. Isso acontece, há exemplos, há substantivos que também se associam ao gênero.

Espera-se que os alunos observem que o feminino dos substantivos é formado pela troca de -o por -a ou pelo acréscimo da vogal -a no final da palavra.

Considerando os exemplos a seguir, na língua portuguesa apenas os substantivos que nomeiam pessoas e animais têm gênero? Explique.

o gato	a gata
o livro	a caneta
o boi	a girafa
a faca	o garfo
o Sol	a Lua



Assim, quanto ao gênero dos substantivos, fique atento ao fato de que, na língua portuguesa, **a noção de gênero não está relacionada ao sexo, uma vez que nem todos os substantivos nomeiam seres vivos.**

Mesmo substantivos que se referem a pessoas ou animais apresentam, muitas vezes, diferenças entre sexo e gênero.

O feminino dos substantivos geralmente é formado pela troca de -o por -a ou pelo acréscimo da vogal -a no final da palavra.

Observe os substantivos a seguir: eles sinalizam diferença entre **sexo e gênero** dependendo do contexto? Explique.

a vítima	o inseto	o fantasma
----------	----------	------------

Espera-se que os alunos observem que o gênero se mantém mesmo quando o sexo sempre feminino. Exemplos de sempre masculino: fantasma, o tempo, o casamento.

Os exemplos a seguir indicam as maneiras mais usuais de como formar o feminino dos substantivos no português. Com a orientação do professor, converse com um colega e responda: Como essa formação acontece?

leitor – leitora	rato – rata
------------------	-------------

Fonte: Cereja; Vianna, 2022, p. 138.

Desse recorte, destaco duas sequências, quais sejam:

SD5: [...] não devemos confundir sexo dos seres com gênero das palavras.

SD6: [...] a noção de gênero não está relacionada ao sexo, uma vez que nem todos os substantivos nomeiam seres vivos.

Na SD6, a oração explicativa encabeçada pelo conectivo *uma vez que* introduz um argumento que justifica a tese de que a noção de gênero não está relacionada ao sexo, relacionando-se parafrasticamente com o dizer mattosiano, mais especificamente com o recorte apresentado na SD1, na qual lemos:

SD1.3: [...] o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas «coisas», como casa, ponte, andaiá, femininos, ou palácio, pente, sofá, masculinos.

Ou seja, em ambos a impossibilidade de generalização da relação entre gênero e sexo quando se trata de seres inanimados é o que se coloca como fator impeditivo de uma relação sinonímica entre os dois conceitos.

Nas SD5 e 6, chama a minha atenção ainda a negação presente, respetivamente, em *não devemos confundir sexo dos seres com gêneros das palavras* e a noção de gênero *não está relacionada ao sexo*. Esse sentido de negação da relação sinonímica entre gênero e sexo, que já se presentificava no dizer mattosiano posto em circulação no Brasil na década de 1970 a partir do lugar da Linguística, mas que ainda não era hegemônico, como sugere a epígrafe recortada de Lobato, no discurso gramatical brasileiro na década de 1930, tem comparecido, em minhas leituras ainda iniciais das textualidades que compõem o horizonte de projeção em construção, como uma regularidade.

Entendemos, em *Análise de Discurso*, que toda negação pressupõe uma afirmação (re)produzida em um outro lugar sob condições de produção específicas, ou seja, há uma afirmação que constitui significativamente essa negação e funciona como sua memória, ainda que de forma não marcada. Dada a sua recorrência em textualidades distintas e postas em circulação no Brasil em diferentes temporalidades (na década de 70 do século XX por meio dos dizeres mattosianos e na década de 20 do século XXI por meio dos discursos inscritos nos LDs aprovados pelo PNLD 2024), tomo-a, na esteira de Indursky⁴³, como um aspecto fundamental do funcionamento discursivo que me proponho a descrever. Espero, com isso, que o exame da negação, enquanto “processo de internalização de enunciados oriundos de outros discursos”, tal como propõe a autora, me possibilite “investigar a presença do pré-construído como vestígio mais ou menos evidente do interdiscurso”, donde o meu investimento também na reconstituição do horizonte de retrospectção. Passemos a ele.

O horizonte de retrospectção

As perguntas que me moveram nessa reconstituição são: quem/onde se afirma que gênero e sexo são sinônimos e quais os

⁴³ 1997, p. 213.

efeitos dessa afirmação? Na epígrafe de Lobato e também da SD1 recortada de Câmara Jr., encontrei pistas que me orientaram em busca de possíveis respostas. Assim, iniciei meu empreendimento pelas gramáticas do século XIX e início do XX em circulação no Brasil, conjuntura em que ainda não havia Faculdades de Letras e em que os compêndios gramaticais, não só se constituíam como lugares de (re)produção de conhecimentos sobre línguas, como eram necessariamente produzidos para serem utilizados na escola básica⁴⁴. Até o momento, o arquivo em construção conta com quatorze gramáticas sobre as quais ainda preciso me debruçar mais cuidadosamente. Mesmo assim, nelas, algo que a princípio se apresenta como uma regularidade salta aos olhos, a saber: a afirmação da sinonímia entre gênero e sexo.

A título de exemplificação desse funcionamento, reproduzo abaixo um recorte da *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira⁴⁵, sucesso editorial adotado no Colégio Pedro II que teve 102 reedições até a publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1959⁴⁶.

⁴⁴ As primeiras Faculdades de Letras brasileiras datam da década 1930. Sobre isso, ver Guimarães, 2004; Orlandi, 2002, Costa, 2019, entre outros.

⁴⁵ 1907.

⁴⁶ Cf. Orlandi, 2002.

Figura 4 – *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira

GENERO

137. **Genero grammatical** é a propriedade que tem o substantivo de indicar pela sua fôrma o sexo *real* dos seres vivos, ou o sexo *supposto* dos seres inanimados.

138. Dous são os generos em portuguez — o **masculino** e o **feminino**. O genero grammatical corresponde, em regra, ao sexo natural dos seres vivos. Assim, todos os substantivos que designam seres vivos do *sexo masculino*, são do genero *masculino*, p. ex.: *homem, boi, gallo*; e os que designam seres vivos do sexo feminino, são do genero feminino, p. ex.: *mulher, ovelha, gallinha*. Para os nomes de seres inanimados, que não teem sexo, inventou-se primitivamente o genero *neutro*, palavra de origem latina, que significa — *nem um nem outro*, nem masculino nem feminino. A lingua, porém, repelliu o *neutro*, e por analogia extendeu a noção de genero grammatical aos substantivos que designam cousas inanimadas ou *asexuadas*.

Fonte: Pereira, 1907, p. 51-52.

Em Pereira⁴⁷, além de se afirmar uma relação sinonímica entre gênero e sexo ao se postular que “o gênero gramatical corresponde, em regra, ao sexo natural dos seres vivos”, estabelece-se uma distinção entre o que se formula como *sexo natural ou real dos seres vivos* e *sexo suposto dos seres inanimados*. Parece-me estar aí o alvo da crítica mattosiana à prática filológica que, em seu dizer, buscava explicar o gênero “pela metáfora, à maneira de um pansexualismo freudiano”; ou, para retomar aqui uma vez mais Indursky⁴⁸, o enunciado oriundo do discurso da Gramática no século XIX que foi internalizado pelo discurso da Linguística na segunda metade do século XX, passando a constituir-lo enquanto pré-construído⁴⁹.

⁴⁷ 1907.

⁴⁸ 1997.

⁴⁹ Pêcheux (1997, p. 99), a partir de P. Henry, define o pré-construído como aquilo que designa “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre

Nesse imaginário de descrição, para indicar o que se formula como *sexo suposto dos seres inanimados*, ter-se-ia primitivamente inventado o chamado gênero neutro, o qual teria sido repellido pela língua. A língua também seria, nessa perspectiva, a responsável por estender, por analogia, “a noção de gênero gramatical aos substantivos que designam coisas inanimadas ou *assexuadas*”. Chama atenção essa onipotência da língua que repele categorias e estende outras a seu bel prazer, apagando o trabalho de leitura do sujeito gramático. Apesar disso, a divisão/tensão entre o que seria da ordem da língua e o que seria da ordem de uma relação especular entre língua e mundo aqui também se faz significar, já que, ao mesmo tempo em que se afirma essa onipotência, estabelece-se correspondência direta entre o que se formula como gênero gramatical e sexo.

Para concluir... Hipótese dos dizeres mattosianos sobre gênero como acontecimento discursivo

Neste capítulo, persegui um incômodo que é meu, mas também de muitos outros, e que se colocou de forma incontornável a partir dos inúmeros debates que vieram à tona nos últimos anos sobre a pertinência ou não da chamada linguagem neutra, qual seja, a equívocidade entre gênero e sexo presente no discurso linguístico-gramatical no/do Brasil. Para tanto, em um primeiro momento, partindo de meu percurso particular como professora e pesquisadora, retomei dizeres mattosianos sobre o conceito de gênero com vistas a tecer algumas considerações sobre *o que* do discurso (meta)linguístico e *como* é mobilizado nesses debates para, então, produzir um gesto inicial de historicização desse conceito, o qual foi aqui tomado enquanto ideia linguística.

independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. Diz ainda, considerando “a separação fundamental entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*” (ibid., p. 102), que o “pré-construído corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” (ibid., p. 164).

A leitura em retrospectiva das duas obras inscritas no nome de autor Mattoso Câmara Jr. mobilizadas pela análise me permitiu recortar três pontos constitutivos do dizer mattosiano sobre a ideia de gênero que assim podem ser sintetizados:

i. a negação da relação sinonímica atribuída à Gramática Tradicional entre gênero e sexo, apesar da consideração de uma relação indissociável entre o que se formula como gênero enquanto realidade linguística e o sexo enquanto realidade no/do mundo;

ii. a não significação do masculino como neutro e o deslize, em discursos (meta)linguísticos contemporâneos sobre a chamada linguagem neutra, de “forma geral, não-marcada” para “forma-neutra”; e

iii. a divisão/tensão, a partir da mobilização do critério semântico, entre o que seria da ordem da língua (*a língua vista como fonte de significação do mundo*) e o que seria da ordem de uma relação especular entre língua e mundo (*a língua vista como forma de representação do que está no mundo*).

A partir disso, dei a saber sobre movimentos futuros de análise considerando a constituição de um arquivo de dizeres sobre a ideia linguística gênero. Para a constituição desse arquivo, calcada em Auroux⁵⁰, tenho buscado reconstruir dois horizontes: o de retrospectão e o de projeção, tomando como ponto de partida os dizeres mattosianos analisados. Já nos primeiros gestos de leitura do arquivo em construção me deparei com o que parece ser duas regularidades, a saber: a repetição da negação da relação sinonímica entre gênero e sexo no futuro projetado a partir de Câmara Jr. (horizonte de projeção) e a afirmação de tal relação no passado convocado em Câmara Jr. (horizonte de retrospectão). É, portanto, diante dessa constatação que levanto a hipótese dos dizeres mattosianos sobre gênero enquanto acontecimento discursivo.

Em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux⁵¹ define acontecimento discursivo como “ponto de encontro entre uma

⁵⁰ 2009 [1992].

⁵¹ 2008, p. 17.

atualidade e uma memória”. Em seguida, explica que, diante de um acontecimento, emergem gestos de interpretação que começam a “fazer trabalhar” o acontecimento (o fato novo [...]) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar”⁵². Tendo em vista os sentidos sobre gênero com os quais estou me deparando nas textualidades que constituem os horizontes de projeção e de retrospectção em construção a partir de dizeres mattosianos, me parece que tais dizeres inscrevem-se no discurso linguístico-gramatical no/do Brasil como um acontecimento discursivo que trabalha na atualidade da década de 1970 e no espaço de memória do século XIX, retrospectivamente reorganizando-o, ao mesmo tempo em que se projeta para o futuro fazendo-se significar de forma não marcada nos livros didáticos aprovados no PNLD 2024, mas também de forma marcada e deslocada em discursos contrários à chamada linguagem neutra. É, pois, o caso de seguir investigando.

Referências

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1992].
- CÂMARA JR., M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 35ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002 [1970].
- _____. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CEREJA, W.; VIANNA, C. A. D. *Português: Linguagens*. 6º ano. Ensino fundamental / anos finais. SP: Saraiva, 2022.
- COSTA, T. de A. No chão da escola, o livro didático de português: primeiro movimento rumo a uma educação linguístico-discursiva. In: Joyce Palha Colaça. Michel Marques de Faria, Thaís de Araujo da Costa. (Org.). *Educação linguística e(m) (dis)curso*: arquivos de

⁵² *ibid.*, p. 19.

- saberes linguísticos e pedagógicos. 1ed. São Carlos: Pedro & João, 2023a, v. 1, p. 223-253.
- _____. Para um arquivo do Arquivos de Saberes Linguísticos: notícias de um projeto em andamento. In: VENTURINI, M. C.; LACHOVSKI, M. (Orgs.). *Museus, memoriais e arquivos em (dis)curso: a língua na história*. Campinas: Pontes, 2023b, p. 215-234.
- _____. *Discurso gramatical brasileiro: permanências e rupturas*. Campinas: Pontes, 2019.
- FERRAREZI JR., C. *Morfologia para a educação básica: apoio ao professor, complemento ao livro didático*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
- GUIMARÃES, E. *História da Semântica*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- LOBATO, M. *Emília no país da gramática*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1947 [1934].
- ORLANDI, E. P. A escola e suas mediações: como se usa o material didático. Cedes. Revista quadrimestral de ciências da educação. *Educação & Sociedade* 16. São Paulo, Cortez Editora, 1983a, p.138- 145.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico /* Eni P. Orlandi. 5ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- _____. *Terra à vista: Discurso do confronto*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] -- 3.ed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1997.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5.ed. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- PFEIFFER, C.; SILVA, M. PETRI, V. Língua escolar: afinal, que língua é essa? In: *Revista Ecos*, vol.27, 2019.
- PEREIRA, E. C. *Grammatica Expositiva*. São Paulo: Weiszflog irmãos & Co., 1907.

PUECH, C. Por uma história da Linguística na história da linguística? Tradução de Thaís de A. da Costa. *Porto das Letras, Tocantins*, v. 6, n. 5, 2020, p. 389 - 408.

ROUDINESCO E., Plon, M.. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CAPÍTULO 10

POLÍTICAS DE LÍNGUA, POLÍTICAS DE GÊNERO: ENTREVISTA COM RODRIGO BORBA

Entrevistadores:

Naira Velozo e Renê Forster

Nesta coletânea, tivemos o prazer de entrevistar Rodrigo Borba, professor e atual coordenador do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde orienta pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Sua pesquisa de Doutorado ganhou o Prêmio CAPES de Teses em 2015 e foi publicada em forma de livro pela Editora Fiocruz em 2016. O professor foi pesquisador visitante no *Center for Discourse, Language and Communication* da *King's College London* sob supervisão de Ben Rampton (2013-2014); no *Department of English Language and Applied Linguistics* da Universidade de Birmingham, Reino Unido, onde trabalhou com Rosamund Moon (2015); e na *Faculty of Linguistics, Philology and Phonetics* da Universidade de Oxford, sob orientação de Deborah Cameron (2017-2018). Dentre seus interesses de pesquisa, incluem-se questões referentes à construção de identidades, gêneros e sexualidades, a partir de perspectivas interdisciplinares baseadas na interlocução entre Linguística Aplicada, Antropologia Linguística, Sociolinguística Interacional, Análise do Discurso, Análise da Conversa e Paisagem Linguística e nas relações entre Linguística, feminismo e teoria queer. O pesquisador é co-editor do periódico *Gender and Language* (<https://journal.equinoxpub.com/index.php/GL>) e *Jovem Cientista de Nosso Estado* da FAPERJ. Rodrigo Borba aceitou gentilmente nos conceder esta entrevista, que certamente contribuirá para a

reflexão acerca das relações entre identidade, gênero, sexualidade e linguagem.

Desde o começo da sua carreira, você tem abordado a relação entre identidade, gênero e linguagem. Como surgiu seu interesse pelo tema? Você avalia que houve alguma mudança nesse debate na esfera pública do início da sua carreira para o momento atual?

O campo de estudos sobre linguagem e gênero (hoje em dia também inclui sexualidade) já era bem estabelecido no início dos anos 2000, quando comecei minha carreira nos estudos da linguagem. Em minha graduação em língua inglesa na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, tive o privilégio de ter aulas com a professora Ana Cristina Ostermann, que acabara de retornar de seu doutorado na Universidade de Michigan. À época, Ana Cristina investigava interações em duas instituições que lidavam com violência contra a mulher: uma delegacia da mulher e um centro de intervenção na violência contra a mulher. Um dos ganhos centrais dessa pesquisa é que gênero não prediz como mulheres utilizam a linguagem (ou seja, não há uma forma de falar feminina ou uma “linguagem de mulher”). A pesquisa mostra que, embora as policiais da delegacia e as atendentes do centro fossem todas mulheres, ao interagir com vítimas de violência (também mulheres), falavam de formas muito diferentes. As policiais mantinham interações bastante assimétricas com as vítimas ao passo que as atendentes do centro produziam interações mais cooperativas. O gênero das policiais e das atendentes não determinava sua forma de falar. Dentre outros fatores, o que produzia interações tão discrepantes eram as demandas institucionais de cada contexto investigado¹.

Com Ana Ostermann e o olhar feminista que lança para o uso de linguagem, aprendi que gênero e sexo são coisas distintas. A feminista uruguaia Teresita de Barbieri nos dá uma definição bastante útil. Segundo ela, gênero se refere a um “conjunto de

¹ Ostermann, 2002; 2003; 2006.

práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica [...] e que dão sentido às relações entre as pessoas”². Trata-se, assim, de um sistema de categorização, diferenciação e hierarquização para o qual a linguagem e o discurso contribuem.

Sob esse viés, pesquisas sobre linguagem e gênero já vinham sendo desenvolvidas desde a metade da década de 1990 no Brasil, especialmente por Carmen Rosa Caldas-Coulthard, orientadora de mestrado da Ana Cristina. Assim, pode-se dizer que faço parte da terceira geração do campo no Brasil. Foram minhas aulas com a Ana que me deixaram fascinado com uma forma politicamente engajada de se fazer pesquisa, que se preocupa com problemas sociais reais nos quais a linguagem tem papel central – posicionamento que me levou também a estudar com Luiz Paulo da Moita Lopes, que tive a honra de ter como meu orientador de mestrado e doutorado.

Na década de 1990, as pesquisas de Carmen Rosa e de Luiz Paulo foram precursoras ao focalizar o papel da linguagem e do discurso na reificação ou contestação de hierarquias de gênero e sexualidade. Carmen Rosa, a partir de uma perspectiva feminista aplicada à análise crítica multimodal do discurso, trouxe importantes contribuições para nosso entendimento sobre como a mídia corporativa constrói um lugar subalterno para as mulheres de formas insidiosas ou explícitas³. Luiz Paulo, por sua vez, ao pesquisar como gênero e sexualidade eram tratados em salas de aula e também na mídia escrita, introduziu uma perspectiva socioconstrutivista segundo a qual o discurso não reflete a realidade, mas a constrói ativamente⁴. Luiz Paulo teve um papel central ao trazer o foco para questões de sexualidade e introduzir nos estudos da linguagem a teoria *queer*⁵, que discutirei a seguir.

² Barbieri, 1991, p. 30.

³ Caldas-Coulthard, 1993; 1996.

⁴ Moita Lopes, 2002; 2003.

⁵ Moita Lopes, 2006.; Moita Lopes et al., 2022.

Foi o trabalho pioneiro de Luiz Paulo e sua visão radicalmente antiessencialista que me motivaram a fazer mestrado e doutorado sob sua orientação. Uma história mais detalhada dos estudos sobre linguagem, gênero e sexualidade no Brasil pode ser lida em Ostermann e Moita Lopes⁶.

Meu primeiro projeto de pesquisa investigava o uso de linguagem por travestis profissionais do sexo. O trabalho de campo, iniciado há exatamente vinte anos, foi facilitado por minha atuação como voluntário em uma ONG que tinha entre seus objetivos oferecer atividades de profissionalização para as travestis assim como elaborar projetos de redução de danos e de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis⁷. O ativismo foi, assim, minha porta de entrada para os estudos da linguagem, e mais especificamente a Linguística Aplicada. Uma questão linguística central entre as travestis que participaram da pesquisa foi justamente o gênero gramatical. Linguisticamente, utilizam desinências femininas para falar de si e exigem que qualquer pessoa ao falar sobre elas faça as flexões de palavras nesse sentido inclusive com o substantivo “travesti” que é gramaticalmente masculino. Subvertem, assim, a norma gramatical. Contudo, como ilustram Borba e Ostermann⁸, em determinados contextos interacionais tendem a usar o masculino gramatical, o que mostra como se dá sua relação com a cultura hegemônica. O masculino tende a ser utilizado, por exemplo, em narrativas nas quais descrevem as relações com suas famílias biológicas e funciona, nesse contexto, como uma estratégia de preservação de face (i.e., evita sentidos negativos sobre suas identificações) e deferência (i.e., usar o masculino seria uma forma de respeitar suas mães, por exemplo). A fluidez contextual entre o feminino e o masculino gramatical, assim, reaviva certas normas sociais que colocam a masculinidade e a feminilidade em relações assimétricas. A

⁶ Ostermann e Moita Lopes, 2014.

⁷ Borba e Ostermann, 2008.; Borba, 2009; 2010.

⁸ Borba e Ostermann, 2008.

tendência em usar o masculino gramatical em contextos nos quais falam sobre suas relações familiares, por exemplo, retoma dinâmicas sociais que produzem a masculinidade como detentora de respeitabilidade. O gênero gramatical, assim, não funciona meramente como um traço linguístico que permite classificar certas palavras como femininas e masculinas, mas passa a ser vinculado, no nível pragmático e discursivo, a outros sentidos que extrapolam o nível do sistema.

No Brasil, contudo, como mostram Pinto e Badan⁹ em sua revisão de 20 anos de publicações feministas sobre o português do Brasil, as preocupações de nossas linguistas feministas se concentraram no nível do discurso e deixaram de problematizar o nível do sistema¹⁰. Esse cenário é ao mesmo tempo curioso e previsível. Curioso, pois as primeiras discussões sobre linguagem e gênero, promovidas por feministas anglófonas e francófonas na década de 1970, foram motivadas justamente por suas críticas ao que chamavam de androcentrismo linguístico, ou seja, a centralidade que homens têm no nível da representação linguística via o uso do masculino genérico (voltarei a esse ponto mais adiante). Previsível, pois, no Brasil, pesquisas sobre linguagem e gênero se concentraram, desde seu início, na Linguística Aplicada, campo que se interessa mais centralmente pelo discurso e pela interação do que pelo sistema linguístico em si. Estudos sobre o masculino genérico em inglês e francês a partir de uma perspectiva feminista datam da década de 1970¹¹. Em português brasileiro, uma das primeiras publicações sobre o tema é de Caldas-Coulthard¹². A linguista aplicada argumenta que o gênero gramatical, se investigado a partir um viés discursivo e não puramente sistêmico, aponta para questões sócio-políticas mais amplas, já que a prática

⁹ Pinto e Badan, 2012.

¹⁰ Vallada e Pinto, 2021.

¹¹ Por exemplo; Bodine, 1975 e Yaguello, 1978.

¹² Caldas-Coulthard, 2007.

social dá prioridade não simplesmente a uma subclasse de substantivos, mas também a um gênero.

Embora, no Brasil, a linguística e, em menor grau, a linguística aplicada, não dessem muita atenção ao tema há até bem pouco tempo, a visibilidade no nível da representação linguística tem sido bastante debatida entre ativistas feministas brasileiras pelo menos desde a década de 1980 e, mais recentemente, entre ativistas LGBTQ+, especialmente pessoas trans e não binárias. Esse “problema de gênero gramatical”, por assim dizer, passou a preocupar a opinião pública de forma mais intensa a partir do primeiro governo de Dilma Rousseff, que se nomeava presidenta do Brasil. E essa talvez seja a principal mudança desde o início de minha carreira: o nível de atenção e escrutínio que questões de linguagem e gênero (especialmente relativas aos usos e sentidos do gênero gramatical em português) vêm recebendo. O caso da palavra presidenta é recente e, por isso, não vou entrar em detalhe aqui. Basta lembrar da grande comoção pública (e rechaço) que o uso da palavra causou. Embora o debate parecesse mais preocupado com o léxico da língua portuguesa, o problema de fundo, me parece, era o fato de uma mulher estar ocupando o cargo mais alto do país pela primeira vez – questão que foi resolvida de forma violenta e misógina com o golpe de 2016¹³. Cabe ressaltar que o vocábulo presidenta está dicionarizado há mais de século, mas era pouco conhecido.

Desde então, usos heterodoxos e/ou inovadores do gênero gramatical têm preocupado a mídia e, mais recentemente, políticos conservadores. Em 2015, por exemplo, o uso da letra X como morfema de gênero não-específico em uma prova de biologia no tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, também recebeu bastante atenção midiática. Sem apurar o caso adequadamente, o jornalista Reinaldo Azevedo chegou a dizer que a escola havia sido invadida por uma “patrulha gayzista e feminazi” que estava

¹³ Cavalcante e Coan, 2018.

implementando a “ideologia de gênero”¹⁴. E, em 2020, viralizou um vídeo em que uma pessoa não-binária explicava como usar o que ficou conhecido por linguagem neutra, que inclui sistemas pronominais e o uso de morfemas de gênero que escapam do binarismo – palavras como “todes”, “amigues” e pronomes como “ile” e “elu”¹⁵. Essas formas, contudo, embora surpreendentes para o público mais amplo, já tinham uso corrente entre grupos de feministas, pessoas LGBTQ+ e uma elite intelectual ligada a essas causas há bastante tempo.

Foram esses movimentos (e não a pesquisa acadêmica, saliente-se) que trouxeram esse tema para o debate público de forma intensa. Outra mudança significativa tem a ver precisamente com o impacto desses movimentos na vida diária. Hoje em dia, diversas instituições importantes como a ONU, muitas universidades (especialmente nos Estados Unidos) e até mesmo empresas possuem códigos de conduta ou manuais que visam a dar maior visibilidade/reconhecimento à diversidade de suas equipes. Carmen Rosa, que mencionei anteriormente, recentemente escreveu um manual de linguagem inclusiva para a Babel idiomas Online. Meu marido trabalhava em uma empresa de tecnologia que tinha como política a contratação de pessoas de gêneros diversos. Ele tinha como colegas travestis, pessoas trans e não binárias. E isso se traduzia também linguisticamente. Ou talvez essa diversidade de gênero tenha sido possibilitada por uma política linguística que motivou essas pessoas a se candidatarem a esses cargos. Nos anúncios para novas vagas, não se usava o masculino genérico, mas sim formas como “pessoas programadoras” e era prática comum indicar na assinatura dos e-mails os pronomes de preferência (“ele/dele”, “ela/dela”, “ile/dile” etc.). Como discutem Brevilheri, Lanza e Sartorieri¹⁶, tem se tornado prática comum entre pessoas não binárias o compartilhamento, tanto na escrita quanto na fala,

¹⁴ Borba, 2019.

¹⁵ Schwindt, 2020.; CARVALHO, 2022.

¹⁶ Brevilheri, Lanza e Sartorieri, 2022.

do que chamam de sistema APF (artigo, pronome, flexão) com que mais se identificam (por exemplo, a/ela/a; e/ile/e etc.). A adoção dessa prática em empresas pode, portanto, tornar o ambiente mais acolhedor para pessoas não binárias. Nesse sentido, muitas empresas e instituições têm contratado pessoas trans e não-binárias para ministrarem cursos sobre linguagem e inclusão corporativa.

Apesar dessas mudanças, não vivemos em um mar de rosas. Segundo relatório elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais/ANTRA¹⁷, o Brasil foi pelo décimo quarto ano seguido o país que mais mata pessoas trans no mundo em 2022. A linguagem neutra vai acabar com essa violência? Por si só, não. Contudo, uma pauta não exclui a outra. Como explica Cameron¹⁸, uma mudança na prática linguística não reflete uma mudança social. Uma mudança na prática linguística é um tipo de mudança social. Assim, o acréscimo de palavras e pronomes neutros modifica o repertório de significados disponível para falantes do português. Com essas formas, tem-se a possibilidade de reconhecer a existência de pessoas não-binárias a partir dos seus próprios termos. Essa escolha linguística pode ter consequências reais na vida dessas pessoas ao se sentirem reconhecidas e acolhidas em suas famílias, trabalho e escola, por exemplo.

Em alguns de seus trabalhos, você tematiza o feminismo e o movimento *queer*. Você poderia contar um pouco de como esses movimentos sociais começaram a pensar e questionar os padrões gramaticais de gênero?

Eu venho dizendo que esse é um novo problema antigo. Grupos marginalizados demandam maior visibilidade na língua, pois sentem que a ausência de representação linguística contribui para seu apagamento na sociedade. Entendem que a língua colabora para a manutenção de estruturas de opressão como o racismo e o sexismo. Daí vêm propostas para que certas palavras e estruturas sejam

¹⁷ Benevides, 2023.

¹⁸ Cameron, 1997.

substituídas por outras que trariam maior igualdade. Essa demanda tem raízes em uma história antiga de lutas.

O primeiro registro data da Revolução Francesa, como mostra Mader¹⁹. Olympe de Gouges contestou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pois o texto só falava de homens. Em 1790, ela publica sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, argumentando que “todos os seres devem ser igualmente nobres” na sociedade e na gramática. Ao fazer isso, ela criticava Claude Vaugelas, um dos fundadores da Academia Francesa de Letras, para quem “o gênero masculino, sendo o mais nobre, deve predominar”. Para Vaugelas, a nobreza do masculino era uma questão gramatical. Para Gouges, se explicava pela tradição e pela convenção social. Ela foi mandada à guilhotina em 1791 por ser muito revolucionária para a revolução.

Feministas reavivaram essa questão séculos depois, na década de 1970. Nos Estados Unidos e na França, criticaram o sexismo linguístico, ou seja, a maior visibilidade na língua de um gênero sobre outro. Em sociedades patriarcais, homens têm esse predomínio que é expresso na língua através do masculino genérico em frases como “contratam-se engenheiros”. A gramática explica que o masculino, nesses casos, já incluiria as mulheres. Contudo, não era a gramática que preocupava as feministas, mas seus possíveis efeitos. Segundo elas, usar o masculino gramatical para falar de grupos mistos apaga as mulheres. Esse uso seria a expressão linguística de um problema social maior.

Embora explicações gramaticais afirmem que o genérico inclui toda população, a crítica de que seu uso apaga as mulheres encontra amplo respaldo científico. Desde o final dos anos 1970, pesquisas em psicolinguística e psicologia aplicada mostram que em diversas línguas o masculino genérico é, na verdade, específico²⁰. Pesquisas desenvolvidas por Pascal Gygax no Laboratório de Psicologia Aplicada da Universidade de Fribourg

¹⁹ Mader, 2015.

²⁰ Ver, por exemplo, Gygax et al 2020.

mostram que falantes de diferentes línguas, quando leem frases como “bom dia a todos”, pensam, na maioria das vezes, em homens, não em mulheres. Ou seja, no nível de compreensão e processamento da língua, o masculino não funciona como genérico, mas sim como específico. No Português, Guilherme Mader e Heronides Moura²¹ argumentam que o masculino genérico, ao invés de “gênero não marcado”, é melhor entendido como “gênero prototípico”. Essas pesquisas mostram que, embora o sistema da língua não seja sexista por si só, a interpretação que as pessoas fazem de certos usos é. E nisso, mulheres saem perdendo.

Por isso, feministas têm defendido a necessidade de uma linguagem não-sexista (também conhecida como linguagem inclusiva) que dá igual representatividade a mulheres e homens. Há três estratégias principais, como discute a linguista feminista Anne Pauwels²². A mais comum é a visibilização através de coordenação como “alunos e alunas.” Há também a neutralização por palavras mais gerais como “pessoas”. A última e mais polêmica é a estratégia de ruptura como o uso de novas grafias em “alun@s”, “professor_s”, “diretorx” etc. Essas formas só aparecem na escrita e causam grande estranhamento, pois fogem da ortografia tradicional.

No português brasileiro, encontramos o uso dessas três estratégias ao longo de nossa história recente. A mais antiga e mais comum é o uso da coordenação (alunos e alunas, alunos/as). O primeiro registro que consegui encontrar desse uso está no livro *Utopia Selvagem*, de Darcy Ribeiro, publicado em 1982. Por exemplo, diz a personagem que narra a história: “Quem diria de uma onça ou de um cachorro que eles estão nus? Mas um homem é um homem – leitora, leitor – e um homem íntegro é homem precisamente porque desvestido está nu”²³. Esse uso em uma obra literária escrita por um homem parece indicar que as formas coordenadas já circulavam

²¹ Mader e Moura, 2016.

²² Pauwels, 1998.

²³ Ribeiro, 2014 [1982], p. 97.

mesmo durante a ditadura. Com o advento dos computadores e da internet, no início dos anos 2000 ficou um tanto popular o uso do @, cuja tipografia combinaria -o e -a²⁴.

Entretanto, ao colocar homens e mulheres em pé de igualdade, a linguagem não-sexista pressupõe que há somente dois gêneros, apagando outras possibilidades de identificação. É nesse contexto que começam a surgir, mais ou menos a partir da metade dos 2000, outras formas de romper com o binarismo de gênero. Por coincidência ou não, foi também nessa época que a teoria *queer* começa a ganhar fôlego no país. Como explica Louro²⁵ na primeira publicação sobre o tema no Brasil, *queer* “é a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressora e perturbadora”. O ativismo *queer* não visa à aceitação. O que se pretende é construir resistência a regimes de normalidade. O X (aluxs) e o _ (alun_s) passam a circular entre ativistas e intelectuais do campo progressista como formas não específicas de marcar gênero, pois podem se referir a uma ampla gama de pessoas²⁶. Num primeiro momento, pessoas não-binárias utilizavam essas formas que já circulavam. Contudo, passaram a criticar o fato de que elas não são pronunciáveis nem lidas por *softwares* para pessoas cegas. Ou seja, eram inclusivas *pero no mucho*. Para driblar esses limites, passou-se a utilizar a letra “e” como marcador de gênero neutro. “Alunes” se refere a mulheres, homens e/ou a pessoas que não são nem um nem outro, por exemplo. Surgem também novos pronomes como “ile” e “elu” pelo mesmo motivo. Embora essas formas sejam as mais conhecidas, são apenas algumas das muitas possibilidades usadas por pessoas não-binárias para que a língua portuguesa as represente em toda sua diversidade. Entre pessoas não-binárias não há consenso sobre a abrangência dessas novas formas. Algumas advogam que devem ser usadas somente para se referir à comunidade não-binária.

²⁴ Mader e Severo, 2016.

²⁵ Louro, 2001, p. 546.

²⁶ Borba e Lopes, 2018; Borba, 2019.

Outras defendem que sejam usadas para todo mundo. Há consenso, entretanto, sobre a importância de não se reificar um entendimento binário de gênero linguisticamente com vistas a reconhecer e dar visibilidade às múltiplas possibilidades de identificação. No movimento de pessoas não-binárias, vem crescendo também um incômodo referente aos usos que têm sido feitos da linguagem neutra por um público mais amplo. Nessa seara, a crítica recai sobre usos como “bom dia a todas, todos e todes”, pois, afirmam, ao utilizar as três formas (feminino, masculino e neutro) (1) dá-se a impressão de que pessoas não-binárias seriam um “terceiro gênero” e (2) limita-se a gama de possibilidades de identificação de gênero a somente três possibilidades, construindo, assim, o que chamam de ternarismo. Com isso, argumentam que a não-binariedade não se constitui como uma terceira forma de identificação de gênero. Trata-se, isto sim, de um campo muito amplo de possibilidades.

Linguagem não-sexista, linguagem inclusiva e linguagem neutra (também conhecida como neolinguagem) são usos gestados por movimentos sociais com propósitos políticos específicos em contextos sócio-históricos particulares. Dessa forma, seu estudo não pode prescindir do diálogo com esses movimentos e muito menos da dimensão política desses fenômenos. Me incomoda, tanto no debate público quanto acadêmico sobre o fenômeno, a ausência quase absoluta de pessoas não-binárias. Esse apagamento constitui um tipo de epistemicídio. Afinal, pessoas não binárias têm pesquisado e publicado sobre o tema. Por exemplo, o *Journal of Language and Sexuality* recentemente publicou um volume especial sobre pronomes que conta com artigos científicos produzidos por pessoas não-binárias linguistas como Lex Konnelly, Kirby Conrod e Archie Crowley. No Brasil, temos os trabalhos de Robert Moura, Urse Brevilheri, Brune Bonassi. Um dos motes do movimento trans e do transfemismo é “não falem de nossos nós, por nós ou sem

nós!”²⁷. Os estudos da linguagem teriam muito a ganhar com esse debate com os movimentos sociais.

Embora as propostas de linguagem inclusiva e linguagem neutra sejam frequentemente tratadas como semelhantes, podemos identificar um desconforto de proponentes da linguagem neutra em relação a iniciativas de linguagem inclusiva. O argumento seria o de que as propostas de linguagem inclusiva, que visam apenas diminuir o uso do masculino genérico, acabariam por não permitir a referência a pessoas que não se identificam na binaridade masculino/feminino. Qual sua posição em relação a esse debate?

A relação entre linguagem inclusiva e linguagem neutra pode ser entendida de duas perspectivas. De um lado, há um entendimento de que linguagem inclusiva funciona como uma categoria genérica. Ela englobaria, assim, todas as propostas que pretendam intervir nas formas em que grupos socialmente minorizados são ou não linguisticamente representados e tem como principal foco a igualdade e a visibilidade. O uso de coordenação (“alunos e alunas”) e de palavras mais gerais (“bom dia turma”), por exemplo, (1) dá visibilidade a um grupo que não seria tradicionalmente representado caso se seguisse a tradição gramatical (ou seja, o masculino genérico) e (2) não faz distinção entre as pessoas às quais o enunciado é endereçado. Nesse sentido, a linguagem neutra, cujo principal objetivo é trazer para o nível da representação a não binaridade de gênero e as experiências de quem a vive, seria um tipo de linguagem inclusiva.

Por outro lado, vem crescendo entre pessoas não-binárias o consenso de que linguagem neutra seria um fenômeno distinto já que tem história, propostas e formas diferentes. Eu tendo a me filiar a essa posição. Esse também é o argumento de Robert Moura Sena Gomes em suas pesquisas recentes.²⁸No que tange à história e às

²⁷ York, Oliveira e Benevides, 2020, p. 8.

²⁸ Gomes, 2022a; 2022b.

propostas dos dois fenômenos, a linguagem inclusiva (ou não-sexista) deriva de lutas feministas, que, desde a década de 1970, vêm clamando por maior representação das mulheres na língua e na vida social, ao passo que a linguagem neutra ou neolinguagem (termo que vem sendo preferido) é tributária, principalmente, da luta de pessoas trans não-binárias por reconhecimento de identidades e experiências que escapam do binarismo homem/masculino e mulher/feminino, sendo, assim, mais recente. Ou seja, a linguagem inclusiva questiona a materialização linguística e discursiva do patriarcado que se dá, dentre outras formas, pela invisibilização das mulheres; a linguagem neutra, por sua vez, questiona um dos pilares da cisgeneridade, ou seja, a ideologia de que há dois e somente dois gêneros, como discutirei mais adiante.

Essas diferenças também aparecem nas formas linguísticas. Como explica Gomes²⁹, a linguagem inclusiva usa recursos já disponíveis na língua enquanto a neolinguagem é caracterizada pelo uso de novas formas de marcação de gênero (como os neopronomes “ile” e inovações tipográficas como X, *, _ etc.) ou pela ressignificação de recursos já disponíveis (como o uso de -e, -y, e -i como marcas de gênero não binário).

Ao colocar mulheres e homens em pé de igualdade no nível da representação linguística, a linguagem inclusiva/não-sexista pressupõe que há somente duas possibilidades de identificação de gênero, excluindo, assim, pessoas que não se entendem nem como um nem como outro. A linguagem neutra visa precisamente questionar esse sistema de ordenação social. São, assim, fenômenos distintos, mas aparentados.

Na comunicação intitulada “Sistema linguístico e sistema de gênero: o caso da ‘linguagem neutra’”, apresentada durante a *I Jornada sobre língua, gênero e inclusão*, realizada no Instituto de Letras da UERJ, você discute o uso dos termos ‘cisgeneridade’ e

²⁹ *Idem*, 2022b.

‘cisnormatividade’ por ativistas trans. De que forma esses usos podem ser compreendidos enquanto estratégias linguísticas e políticas?

Esses são conceitos propostos por ativistas e acadêmicas trans no âmbito do transfeminismo, ou seja, uma dissidência teórica do feminismo que visa “repensar as relações entre sexo-gênero-desejo e pluralizar as sujeitas do feminismo, de modo a superar universalidades e essencialismos limitantes à liberdade de performance de gênero”³⁰. Um de seus principais pontos de crítica é a forma com que as transexualidades têm sido tratadas nos âmbitos médico, jurídico e acadêmico a partir de perspectivas patologizantes e/ou estereotipadas nas quais pessoas trans são objeto e não sujeitos do que se diz sobre elas. Como explica Emi Koyama³¹, em um artigo inaugural do campo, o transfeminismo demanda (1) o direito à auto-determinação de gênero (ou seja, cada indivíduo deve poder definir sua identidade e exigir que a sociedade a respeite sem medo de discriminação ou violência) e (2) o direito de falar de si por si (ou seja, agir sem constrangimentos de autoridades políticas, médicas ou legais que possam violar a integridade de seus corpos ou deslegitimar as decisões que se faz sobre eles). O transfeminismo, portanto, exige que pessoas trans deixem de ser objetos para se tornarem sujeitas do discurso.

Talvez uma das estratégias transfeministas mais contundentes seja a introdução do prefixo cis- como forma de nomear experiências em que há uma linearidade entre sexo e identificação de gênero. Embora relativamente recente em língua portuguesa, o termo “cigênero” foi utilizado pela primeira vez em inglês em 1994 em um fórum online para pessoas trans pela bióloga Dana Leland Defosse. Defosse importou o prefixo latino “cis” utilizado na biologia molecular para descrever processos que acontecem em uma mesma molécula (intramolecular) e na química para se referir a grupos orgânicos substituintes que se orientam para a mesma

³⁰ Nascimento, 2021, p. 22.

³¹ Koyama, 2003.

direção. Transferido para os estudos transfeministas, o prefixo cis-, quando modifica o substantivo gênero, “abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero”³². Com isso, pessoas trans reivindicam para si o poder de falar sobre grupos que, por décadas, falaram por/sobre elas.

Isso também tem implicações para a produção de conhecimento. Hoje em dia, pode-se dizer que testemunhamos o nascimento de um campo de estudos sobre a cisgeneridade no qual pessoas trans produzem pesquisas que mostram como a linearidade entre sexo e identificação de gênero não é natural, mas sim social, política, histórica e culturalmente construída. Um bom exemplo disso é o livro *America through transgender eyes*, de J. E. Sumerau e Lain A. B. Mathers (2019)³³. No Brasil, o trabalho de Sofia Fávero, Viviane Vergueiro, Jaqueline Gomes de Jesus, Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da Silva, Beatriz Pagliarini Bagagli são referências importantes para o estudo da cisgeneridade.

O conceito de cisgeneridade, grosso modo, se refere à experiência de identificação com o gênero designado ao nascer com base em características anátomo-fisiológicas. Viviane Vergueiro³⁴ defende que se trata de um regime de ordenação social sustentado por três pilares: a binaridade (a pressuposição de que existem dois e somente dois gêneros), a pré-discursividade (o entendimento de que ser cisgênero é uma condição essencial e natural) e a permanência (a ideia de que ser cisgênero é imutável). Como decorrência conceitual, cisnormatividade se refere à imposição, por vezes tácita, por vezes explícita, de que todas as pessoas devem ser (ou parecer) cisgênero. É nesse bojo conceitual e político que precisamos entender a linguagem neutra. A proposta não é somente linguística, com a inserção de novas marcações de gênero e neopronomes. Subjaz à neolinguagem a demanda ambiciosa de

³² Gomes de Jesus, 2012, p. 14.

³³ Sumerau e Lain, 2019.

³⁴ Vergueiro, 2015.

minar a cisnormatividade através de subversão de um mecanismo linguístico que a faz visível. Dessa forma, pode-se dizer que a linguagem neutra é tributária dessas inovações conceituais transfeministas, colocando suas demandas no nível da prática linguística.

Cabe salientar, contudo, que a crítica ao binarismo de gênero deve ser tomada com cautela. O binarismo em si não é o problema. Afinal, muitas pessoas (incluem-se aí trans e travestis) se identificam com ele e constroem vidas felizes e satisfatórias. O problema é sua naturalização e os mecanismos que a efetuam, como a violência transfóbica. Quando o binarismo é visto como a única possibilidade legítima de identificação de gênero, o que se tem é uma sociedade que oblitera, simbólica e materialmente, existências outras. Ao questioná-lo, o ativismo de pessoas não-binárias abre possibilidades de construirmos sociedades mais plurais. E nessa luta a linguagem neutra tem um papel importante. Como afirma Liam, pessoa não-binária participante de minha pesquisa: “Quem diz que linguagem neutra é errado, que o português não aceita essas coisas, que é bobagem de quem não tem mais o que fazer que isso e que aquilo só pensa assim por que não sofre na pele o que é viver numa sociedade que não te entende, onde você não faz sentido, é um monstro. A cisgeneridade vai te matando aos poucos. Linguagem neutra é nossa estratégia para tentar matar a cisgeneridade. Então que se exploda o sistema do português junto com a cisgeneridade”.

Não surpreende, portanto, a grande comoção em torno da linguagem neutra que o campo conservador brasileiro vem mobilizando. O que incomoda essa gente não é a corrosão da língua portuguesa, como tentam nos convencer, mas sim a visibilidade que traz para outras possibilidades de identificação de gênero. As tentativas de proibição legal da linguagem neutra são, ao fim e ao cabo, formas de manter a cisgeneridade intacta.

Ainda na mesma apresentação, você afirma que seus estudos apontam que a linguagem neutra não se trata, nesse momento, de

uma questão de mudança linguística, mas da construção de um novo registro. Por que esse fenômeno pode ser compreendido enquanto um registro?

Trata-se, claro, de uma questão de variação linguística. Porém, no momento atual, acho precipitado e com pouco lastro empírico o argumento de que estaríamos testemunhando um processo de mudança linguística, no sentido de substituição de uma forma por outra, em grande escala. Pesquisas sobre o fenômeno em diversos países mostram que não há substituição de uma forma por outra. É um processo de adição de palavras, não de subtração. Isso se deve ao caráter contextual do uso da língua. Não se fala ou escreve da mesma forma em todos os lugares que frequentamos ou com todas as pessoas com quem interagimos. E por isso a norma culta vai muito bem obrigado já que é ensinada nas escolas do país, usada na mídia e em outras instituições. E ainda assim, como explica o linguista Caetano Galindo³⁵, a violação da norma culta não põe em risco a segurança de ninguém já que as leis da gramática não são leis de verdade e nem deveriam ser. A neolinguagem é utilizada por alguns grupos em contextos específicos, especialmente nas redes sociais e em certos contextos acadêmicos e ativistas. Trata-se do acréscimo de vocábulos que reconhecem diferenças e pertencimento a determinadas comunidades.

Até mesmo em sociedades em que o debate sobre linguagem inclusiva e linguagem não-binária está bastante mais maduro do que aqui, como os Estados Unidos, o que ocorre é uma dinâmica de coocorrência sistemática. Anne Curzan³⁶, por exemplo, mostra que o uso da coordenação “*he and she*” em inglês cresceu exponencialmente a partir da década de 1970. Contudo, a forma não substituiu completamente o uso do masculino genérico “*he*”. Analisando o Corpus de Inglês Americano Contemporâneo (COCA, em inglês), Curzan verificou que, embora a forma coordenada seja muito usada, o genérico ainda é recorrente em

³⁵ Galindo, 2023.

³⁶ Curzan, 2014.

diversos contextos. O mesmo acontece com o léxico. Curzan mostra que o uso de palavras não-sexistas como “*policeofficer*” (ao invés de “*policeman*”) seguiu um padrão parecido. Enquanto o uso de “*policeman*” passa a cair a partir de 1970, “*policeofficer*” torna-se mais recorrente. Mas ainda assim uma forma não sobrepujou a outra. No inglês contemporâneo, embora “*policeofficer*” seja mais frequente na fala e em jornais e revistas, na literatura “*policeman*” é mais recorrente. Ou seja, até mesmo no país em que as intervenções feministas na linguagem têm uma longa tradição e penetração social, a linguagem não-sexista não substituiu o uso do masculino genérico. Isso, contudo, não é um problema em si. O que ocorreu foi a expansão do repertório linguístico da comunidade de falantes. E coisa semelhante parece acontecer em outras línguas.

Pesquisando um corpus de bilhão de palavras do *Twitter* na Argentina, o lexicógrafo Santiago Kalinowski³⁷ investigou a ocorrência de coordenação com barra (amigo/amiga), com y/o, @, X e -e. O autor verificou que poucos termos são usados na forma neutra. As palavras mais frequentes são “*todes*”, “*chiques*” (crianças) e “*amigues*”. Ainda assim esses termos têm uso incomum. São predominantes entre falantes escolarizados que vivem em regiões urbanas. Um achado interessante dessa pesquisa é que o uso dessas palavras se intensifica em momentos de mobilização social, como as manifestações pela aprovação das leis de identidade de gênero de 2012 e do aborto legal em 2019. Com base nisso, Kalinowski³⁸ (tradução minha) afirma que: “falantes, ao invés de ajustar ou modificar a forma em que se estrutura o gênero gramatical em espanhol, estão incorporando um grupo relativamente restrito de marcadores discursivos neológicos [...] Portanto, está se produzindo um efeito retórico, discursivo e performativo da intervenção”.

No Brasil de 2023, a neolinguagem voltou a ganhar o debate público porque palavras como “*todes*” apareceram na posse de

³⁷ Kalinowisk, 2020.

³⁸ *Ibid.* p.253.

alguns ministros do governo Lula. Isso parece confirmar os achados de Kalinowski: formas neutras tornam-se mais frequentes publicamente em momentos de mudança social. O uso de linguagem neutra por representantes de um governo que preza por direitos humanos marca, portanto, uma clara diferença com a gestão anterior que repudiava essas novas formas e os próprios direitos humanos.

Esses discursos de posse ilustram características importantes da neolinguagem que foram identificadas em um estudo realizado por mim, Anna Bentes e Rafaely Cruz³⁹. Em nossa análise de textos escritos por feministas e pessoas não-binárias em redes sociais e sites, mostramos que palavras neutras terminadas em -e ocorrem com mais frequência em determinados tipos de texto como convites, anúncios, saudações e cartazes. Porém, esses textos não são totalmente escritos em neolinguagem. Pelo contrário. Palavras com gênero neutro -e tendem a aparecer com mais frequência no início e no final, não sendo comuns no corpo dos textos. A análise indica que esses usos parecem sofrer três tipos de condicionamento:

(1) linguístico: a substituição de -o/-a pelo -e ocorre somente em sintagmas nominais referentes a grupos humanos;

(2) textual: dependem das relações que escreventes querem estabelecer entre si, sua audiência e o veículo (website, rede social etc.); gêneros textuais; e localização no texto (concentram-se no começo e no fim);

(3) ideológico: sinalizam valores como inclusão, simetria, respeito e reconhecimento da diversidade.

Por conta disso, eu tenho tratado a neolinguagem como um registro, no sentido linguístico-antropológico do conceito: “um complexo de signos comportamentais (inclui-se aí o comportamento discursivo) que adquirem valores pragmáticos reconhecíveis [...] e que se transformam em índices de identidades

³⁹ Bentes e Cruz (no prelo); ver também Bentes, Cruz e Mendes, 2022.

e relações entre falantes”⁴⁰. Esse argumento parece ser sustentado pela fala de Rê, pessoa não-binária participante de minha pesquisa. Segundo Rê: “Na fala, eu raramente uso neolinguagem. Tento usar palavras mais abrangentes como pessoas, discentes, e evito usar artigos. Uso neolinguagem quando escrevo na maioria das vezes, mas isso depende de onde e pra quem estou escrevendo. As pessoas estão muito nervosas com isso então tenho que tomar cuidado pra não apanhar (risos). No grupo do face só uso -e e respeito os pronomes das pessoas assim como quero que respeitem os meus, mas em outros lugares daí depende.”

O que vemos nesse relato é o uso contextual, situado e estratégico da neolinguagem, o que a caracteriza como um registro discursivo. O uso de neolinguagem, assim como linguagem formal ou informal, depende do contexto: com quem se fala/escreve, onde, quando, como etc.

Vemos, em diversos países, iniciativas na esfera dos governos que visam difundir ou restringir propostas de linguagem inclusiva/neutra. Qual sua opinião em relação ao papel do Estado nessa discussão?

No Brasil, a primeira iniciativa nesse sentido foi a Lei 2.749/1956, promulgada por Juscelino Kubitschek, que instituía o uso do feminino gramatical no emprego oficial de nomes designativos de cargos públicos para se referir a mulheres que os ocupavam. Claro que essa lei não adveio de uma discussão sobre linguagem inclusiva e nem por pressão de ativistas feministas, já que é anterior a esses debates que tomaram fôlego na década de 1970. Mais recentemente, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.605/2012 que em seu 1º artigo diz: “As instituições de ensino, públicas e privadas, expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada ao designar a profissão de o grau obtido”⁴¹. Em 2014, a Secretaria de

⁴⁰Agha, 2007, p. 80.

⁴¹Brasil, 2012.

Política para as Mulheres do Rio Grande do Sul, à época governado por Tarso Genro, publicou um manual para uso não-sexista da linguagem. Diz Genro na apresentação do manual: “Este Manual determina e orienta a ‘revisão’ da linguagem internalizada na administração do Estado do Rio Grande do Sul. Com ele, estamos oferecendo condições para a compreensão das discriminações de gênero e, a partir daí, concretamente fazemos a transição para um outro modelo de tratamento linguístico, com maior visibilidade das mulheres e onde o uso do masculino não continue a legitimar a ideia já superada de superioridade de sexo”⁴².

Não é preciso ir muito longe para mostrar que a ideia de superioridade do masculino não está superada ainda. É por conta da persistência dessa visão que a deputada Érika Kokay submeteu o Projeto de Lei 568/2023 que visa a instituir o uso da linguagem inclusiva de gênero na redação de atos normativos, editais e demais documentos da administração pública. Segundo a deputada, “busca-se, assim, substituir o uso apenas do masculino pela forma inclusiva ‘homem e mulher’ e contribuir para uma cultura de igualdade de gênero, por meio da linguagem inclusiva.” Muito provavelmente não será o uso de linguagem não sexista que vai acabar com o patriarcado embora seja uma medida válida, salientando, pois como afirma a linguista Deborah Cameron, essas intervenções modificam o repertório de sentidos disponíveis para uma comunidade de falantes. Mas por si só, a linguagem inclusiva não vai acabar com o patriarcado assim como a neolinguagem não vai dar fim à transfobia. O que fazem, contudo, é chamar nossa atenção para sistemas de opressão bastante arraigados e naturalizados.

Mais recentemente, com a atenção pública à neolinguagem, pululam tentativas de proibi-la por força de lei, especialmente em escolas e instituições públicas. Desde 2020, dezenas de PLs nesse sentido foram apresentados em municípios, estados e até mesmo a nível federal. O primeiro deles apareceu na cidade do Rio de Janeiro e foi proposto por Carlos Bolsonaro. Como ilustra a

⁴² Rio de Grande do Sul, 2014, p. 9.

pesquisa de Atílio Butturi Jr., Nathalia Muller Camozzato e Bianca Franchini da Silva⁴³, a análise cuidadosa dos textos desse PLs permite ver as estratégias através das quais recrudescem a relação língua-povo, inventam inimigos públicos e produzem a imagem falaciosa de uma infância em perigo⁴⁴. Os textos desses PLs repetem fórmulas de um projeto de lei com objetivos semelhantes apresentado pelo partido *Reassemblément National*, da extremista de direita Marine le Pen, na França em 2019. Embora esse texto não tenha vingado por lá, abriu precedentes para que partidos conservadores, especialmente da extrema direita, se engajassem na luta com proposta de inclusão via linguagem. O que é preocupante nisso é a circulação transnacional dessas ideias e articulação entre esses partidos.

Como mostram Agnieszka Graff e Elzbieta Korolczuk⁴⁵, a questão do gênero se tornou um nexos de vinculação da extrema direita global. Essas campanhas anti-gênero recebem vultuosas quantias de instituições como a *World Congress of Families* e outros atores anti-LGTBQ+, anti-direitos humanos, anti-feminismo e anti-aborto na tentativa de frear avanços que podem abalar, mesmo que timidamente, estruturas heteronormativas como a família tradicional. A principal estratégia dessas campanhas anti-gênero é provocar pânico moral na população através de mentiras e teorias da conspiração sobre um suposto plano de dominação da esquerda com ajuda de professores, intelectuais e movimentos sociais. Com isso, colocam-se como vítimas de um sistema que, ao invés de oprimir mulheres, LGBTQ+ e a população negra, cerceia os direitos de homens, brancos, heterossexuais. Em sua pesquisa de doutorado, minha orientanda Raquel de Almeida Rodrigues, por exemplo, entrevistou uma professora que vivenciou os efeitos dessas campanhas anti-gênero na pele. Em sala de aula, durante a discussão de um texto da escritora feminista Chimamanda Ngozi

⁴³ Butturi Jr., Camozzato e Silva, 2022.

⁴⁴ Borba e Silva, 2020.

⁴⁵ Graff e Korolczuk, 2022.

Adichi, um aluno reclamou da escolha da docente dizendo: “aí tudo agora é isso, tudo agora é mulher, tudo agora é negro, tudo agora é num sei que, ninguém mais fala de homem branco.”. Esse é um efeito material da circulação desses pânicos morais. Os opressores se colocam como oprimidos.

É nesse cenário que devemos entender iniciativas governamentais que pretendem tanto difundir quanto restringir linguagem inclusiva e/ou linguagem neutra. Trata-se de um momento sócio-histórico em que se friccionam avanços referentes à promoção de igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual (a Lei Maria da Penha e a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo), a maior visibilidade pública de demandas feministas e LGBTQ+ e, como reação direta a isso, o recrudescimento de nacionalismos, nativismos e heterossexismo. Cabe ao Estado garantir a manutenção desses avanços e ampliá-los e, ao mesmo tempo, combater práticas e ideologias excludentes e violentas que minam a democracia. A linguagem inclusiva e a neolinguagem são, em certo sentido, frutos das mudanças sociais recentes e visam justamente chamar atenção para a invisibilização das mulheres e reconhecimento das múltiplas possibilidades de identificação de gênero que fogem do binarismo. Mas esses fenômenos são somente a ponta do *iceberg*. De acordo com pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da USP, em 2022, o Brasil registrou 1.410 casos de feminicídios – ou seja, a cada seis horas uma mulher foi assassinada pelo fato de ser mulher. Segundo o dossiê da ANTRA⁴⁶ que citei anteriormente, no Brasil, foram assassinadas 131 travestis e mulheres transexuais em 2022. Em uma escala mundial, 4 a cada 10 homicídios contra pessoas trans ocorrem no Brasil, o que faz nosso país ocupar o topo do ranking de países mais perigosos para essa população pelo décimo quarto ano seguido.

Linguagem inclusiva e neolinguagem, como já disse e repito, são pautas relevantes e válidas, mas, em minha opinião, não cabe

⁴⁶ Benevides, 2023.

ao Estado legislar sobre elas. Deve, claro, coibir tentativas de proibi-las, como fez o SFT, recentemente, ao considerar inconstitucional uma Lei de Rondônia sobre o uso de linguagem neutra nas escolas. Isso é importante, pois esse tipo de lei nada mais é que uma forma de reavivar propostas do Escola sem Partido e de inventar inimigos. Com ou sem proibição legal, linguagem inclusiva e linguagem neutra vão continuar a ser usadas já que estão vinculadas justamente a formas de desafiar o *status quo*. E vão continuar sendo reinventadas, pois são evidência da criatividade linguística e política dos grupos que as propõem. Agora, em um país machista e transfóbico como o Brasil, é função do Estado promover políticas públicas que protejam mulheres e pessoas trans das violências diárias que sofrem. E isso é urgente. Sem igualdade de gênero e respeito à diversidade não há democracia de fato.

Como professor atuando num curso de formação de professores, como você avalia que a linguagem inclusiva/neutra pode ser abordada em sala de aula na Educação Básica?

O campo da educação se tornou um dos principais focos de ataque do conservadorismo brasileiro e, nessa seara, o debate sobre igualdade de gênero e diversidade assumiu papel central. Quem, afinal, não lembra o famigerado “kit gay” – epíteto pejorativo, cunhado em 2011, pelo então deputado federal Jair Bolsonaro para deturpar o material preparado pelo Ministério da Educação como parte do projeto Escola sem Homofobia? Com a ladainha do “kit gay”, políticos conservadores conseguiram inculcar no imaginário coletivo a ideia de que o governo (timidamente) progressista de Dilma Rousseff estaria promovendo a sexualização precoce de crianças e adolescentes. A pressão política e midiática foi tanta que Dilma cancelou a distribuição do material. Ainda assim, o estrago já estava feito. Como o manual preparado pelo Ministério de Haddad não foi divulgado à população, formou-se aí terreno fértil para a produção de medo coletivo sobre a destruição da infância e da família como projeto da esquerda. Durante a campanha presidencial de 2018, Bolsonaro teve a pachorra de levar um livro

sobre educação sexual ao Jornal Nacional e dizer que se tratava do tal “kit gay” e estaria disponível nas bibliotecas de escolas públicas Brasil afora. Claro que foi facilmente desmentido já que o livro mostrado com estardalhaço por Bolsonaro ao vivo à população não tinha nada a ver com o Governo Federal. Tratava-se da tradução brasileira de um livro de educação sexual originalmente publicado na França e nunca havia feito parte de nenhuma política pública do Governo Federal.

Esse caso é exemplar de como a igualdade de gênero e a diversidade no âmbito da educação se tornaram campos de batalhas morais. E isso é resultado de um trabalho de longa duração do qual o “kit gay” foi um prenúncio. A preparação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 foi tomada de supetão por esse ataque ao gênero. Políticos conservadores e representantes da sociedade civil vinculados a igrejas evangélicas, com sua atuação histriônica, conseguiram retirar do texto final qualquer menção a gênero e diversidade. É nesse contexto que se insere, por exemplo, o caso do Colégio Pedro II que mencionei anteriormente e que vou usar aqui como exemplo para discutir como a linguagem inclusiva ou a linguagem neutra podem ser abordadas em sala de aula, embora, claro, não haja receita pronta para tal.

Em 2015, viralizou nas redes sociais uma foto do cabeçalho de uma prova de biologia do CPII em que o espaço para discentes escrevessem seus nomes estava indicado com a palavra “alunx”. Não demorou muito para a mídia corporativa reportar o caso de forma deturpada, insinuando que a tradicional escola federal estaria ensinando português “errado” e, pior ainda, promovendo “ideologia de gênero” – ou seja, haveria um projeto de “doutrinação” para que as crianças se tornassem gays, lésbicas e trans. A comoção, claro, foi gigantesca. Mas isso só ocorreu porque as notícias sobre o caso o retratavam só parcialmente. O CPII não havia instituído o uso do X como morfema de gênero não específico e muito menos ensinava isso nas aulas de português. O uso de “alunx” no cabeçalho da prova foi pontual e fazia parte de um projeto interdisciplinar sobre diversidade – assunto que foi

introduzido pelos antigos PCNs como tema transversal e que figura na atual BNCC como parte do projeto pedagógico de ensino para a cidadania. O uso do X nessa prova não surgiu do nada. Docentes da escola já haviam detectado seu uso por discentes da escola nas redes sociais e replicaram isso na atividade. Contudo, as notícias sensacionalistas sobre o caso somente mostravam a imagem do cabeçalho da prova e deixavam de lado o texto escrito pela aluna que postou a foto em seu Facebook. Dizia ela: “Mais uma vez eu estava correndo e mega atrasada, como de costume, pra pegar o primeiro tempo de biologia. A diferença é que dessa vez não era só um tempo, era um TESTE. Um teste inteirinho valendo 3,0 pontos, e isso, ainda mais no último trimestre, é mais do que motivo pra ir correndo do ponto do ônibus até a sala de aula sem parar pra respirar... Assim que sentei com o meu grupo pra ver o teste tive uma alegria que me faria correr até o dobro da distância. O motivo? um ‘x’ no final da palavra ‘aluno’. Não acreditei quando vi que FINALMENTE um professor dava a devida importância àquela letrinha... Ai professor, muito obrigada!!! São com essas pequenas atitudes que eu volto a acreditar na humanidade <3”.

O que se vê no relato dessa aluna é que o X, nesse contexto, não é uma mera letrinha ou um “erro” de português. Pelo contrário: fez com que ela se sentisse acolhida pela escola ao ver práticas que conhece e nas quais acredita referendadas pela instituição. A escola não foi invadida por uma “patrulha gayzista e feminazi”, como alardeou a mídia conservadora. Esse X foi uma forma de trazer os conhecimentos e práticas do corpo discente para sala de aula e, com isso, estabelecer práticas pedagógicas que dialoguem com o mundo extramuros da escola de forma crítica. Ao invés de “doutrinação”, mobilizava o exercício de cidadania de forma crítica. Isso se vê no que disse uma aluna em entrevista comigo:

“Faz muito sentido usar alunxs [i.e. a’luneks] no lugar de aluno. No fim das contas, era um teste de biologia. O X é o cromossomo humano básico. Tá lá no nosso DNA. Eu sou XX, você é XY, todo mundo, em termos biológicos, é um X. Tem gente que é homem, tem gente que é mulher, outras pessoas são negras, outras

são brancas, tem hétero, tem gay, trans, bi e por aí vai. Mas toda essa gente é ser humano. Todo mundo é X.”

Ao posicionar-se sobre o caso, o CPII publicou uma nota de esclarecimento em que afirmava o seguinte: “O x, que em matemática retrata uma solução, vai além da questão gramatical. Ele, quando não solucionado, na questão de gêneros, atinge pessoas causando sofrimento e dor às personalidades aprisionadas em moldes sociológicos... Solução haverá e em prol do bem comum se esta e outras questões forem tratadas com foco na tolerância e amor ao próximo. Nada mais concreto em amar o próximo que inserir socialmente todos com justiça e igualdade.”

Esse é um exemplo bastante concreto de como a linguagem inclusiva ou a neolinguagem podem ser tratadas pela escola. Subjazem a esse exemplo dois pontos importantes. Primeiro, a linguagem inclusiva ou a neolinguagem, quando tratadas em sala de aula, tendem a ser demandas das turmas (e não de docentes). É isso o que me disseram professores e professoras com quem conversei para minha pesquisa. Em sua grande maioria, não trazem esse tema para a sala de aula por (a) falta de preparo para tratar de questões de gênero e diversidade e (b) receio de sofrer retaliações devido à grande comoção pública e politização do fenômeno. Relatos de docentes que discutiram linguagem inclusiva e/ou linguagem neutra em sala de aula, por outro lado, salientam que a questão veio à tona por demanda das turmas já que crianças e adolescentes veem esses usos nas redes sociais e também acompanham o debate público sobre o tema. Isso gera curiosidade. Outra razão levantada pelas pessoas com quem conversei tem a ver com a presença de pessoas trans e não-binárias na escola e que levantam o debate sobre invisibilização pela linguagem.

Segundo, o exemplo do CPII também ilustra bem o fato de que quando linguagem inclusiva e/ou neolinguagem são tratadas em sala de aula vai-se muito além de ensinar como usar. O debate extrapola o linguístico com vistas a discutir problemas sociais atuais, trazendo o mundo real para sala de aula e trabalhando habilidades previstas pela BNCC. Essa também é a linha de

argumentação de Samuel Gomes de Oliveira⁴⁷ para quem “a linguagem neutra como um todo – sua realização linguística, sua função social – deve estar no espaço escolar, afinal, esse espaço busca formar cidadãos críticos capazes de participarem politicamente da sociedade.”. O ensino de língua portuguesa deve ir muito além da simples decodificação. Deve-se abordar a linguagem como prática constitutiva e constituinte da sociedade em que faz parte. O autor ainda nos dá três motivos que justificam a importância do debate sobre esses temas em sala de aula: (1) a linguagem neutra é um tema socialmente relevante; (2) possibilita a compreensão de que a língua é revestida de poder simbólico; e (3) o trabalho com a linguagem neutra pode se configurar como uma boa prática de reflexão linguística⁴⁸. Dessa forma, trazer a linguagem neutra para sala de aula significa discutir questões sociais prementes das quais a escola não pode escapar.

Como disse antes, não há receita pronta para o trabalho com linguagem inclusiva ou linguagem neutra em sala de aula. O importante, contudo, é evitar discursos sensacionalistas e prescritivistas e guiar o trabalho com base em pesquisas científicas sobre o fenômeno. Por exemplo, os três níveis de condicionamento do uso de linguagem neutra (linguístico, textual e ideológico) que Bentes, Borba e Cruz (no prelo) identificam podem embasar um trabalho tanto sobre as formas linguísticas em si quanto sobre gêneros do discurso e a dimensão política do fenômeno com vistas a desmistificar a questão e dissipar o pânico e o preconceito gerados pelo debate público sobre o tema. Outra possível abordagem é fornecida pelo entendimento da linguagem neutra como um registro que marca pertencimento a determinados grupos e reconhecimento de determinados valores e que acontece em contextos bastante específicos, dentre os quais as redes sociais têm proeminência. O central é enfatizar que não se trata de uma questão meramente linguística, mas sim social e, ao abordá-la em sala de

⁴⁷ Oliveira, 2022, p. 188.

⁴⁸ *Ibid.* p. 190-191.

aula, está-se discutindo problemas de representatividade e respeito às diferenças.

Referências

- AGHA, A. *Language and social relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BARBIERI, T. Sobre la categoría de género: Una introducción teórico metodológica. In Stolcke, Verena; Azeredo, Sandra (orgs.), *Direitos Reprodutivos*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1993, p. 25-46.
- BENEVIDES, B. *Dossiê: assanitados e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag/ANTRA, 2023.
- BENTES, A. C.; BORBA, R.; CRUZ, R. (no prelo). Styling gender-neutral Brazilian Portuguese: forms, uses, and ideologies. In. Oushiro, Livia; Carvalho, Ana Maria (eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Linguistics*. Oxford: OUP.
- BENTES, A. C.; CRUZ, Rafaely; MENDES, C. Feminismo, mídias sociais e linguagem inclusiva. In. Barbosa Filho, Fábio; Othero, Gabriel (orgs.), *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022, p. 95-118.
- BODINE, A. Androcentrism in prescriptive grammar: singular ‘they’, sex-indefinite ‘he’, and ‘he or she’. *Language in Society*, vol. 4, n. 2, p. 129-148, 1975.
- BORBA, R. Discurso e (trans)identidades: interação, intersubjetividade e acesso à prevenção de DST/AIDS entre travestis. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 441-473, 2009.
- BORBA, Rodrigo. Gendered politics of enmity: language ideologies and social polarisation in Brazil. *Gender and Language*, v. 13, n. 4, p. 423-448, 2019.
- BORBA, R. Intertex(sex)ualidade: a construção discursiva de identidades na prevenção de DST/AIDS entre travestis. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 49, n. 1, p. 21-37, 2010.

- BORBA, R.; LOPES, A. C. Escrituras de gênero e políticas da *différance*: Imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Linguagem e Ensino*, v. 21, p. 241-285, 2018.
- BORBA, R.; OSTERMANN, A. C. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Revista de Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 409-432, 2008.
- BORBA, R.; SILVA, D. Swings and scales of democracy: the “transgender epidemic” and resistance to antigenderism. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 3, p. 1917-1945, 2020.
- BRASIL. Lei n. 12.605 de 03 de abril de 2012. Determina o emprego obrigatório de flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 de abril de 2012. Seção 1, p. 1.
- BREVILHERI, U.; LANZA, F.; SARTORIERI, M. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 11., p. 1-14, 2022.
- BUTTURI Jr., A.; CAMOZZATO, N.; SILVA B. Uma monstruosidade linguístico-moral: os discursos sobre linguagem neutra nos projetos de lei no Brasil. *Calidoscópico*, v. 20, n. 1, p. 322-350, 2022.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. ‘Women who pay for sex. And enjoy it’: Transgression ersus morality in women’s magazines. In. Caldas-Coulthard, Carmen Rosa; Coulthard, Malcolm (eds.), *Texts and Practices*. Londres: Routledge, 1996, p. 248-268.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso & Sociedad*, v. 1, n. 2, p. 230-247, 2007.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. From discourse analysis to critical discourse analysis: The differential representation of women and men speaking in written news. In. Sinclair, John; Hoey, Michael; Fox, Gwyneth (eds.), *Techniques of description: Spoken and written discourse*. Londres: Routledge, 1993, p. 196-208.

CAMERON, D. Demythologising sociolinguistics. In. Coupland, Nikolas; Jaworski, Adam (eds.), *Sociolinguistics: A reader*. Londres: Palgrave, 1997, p. 55-67.

CARVALHO, D. Quem é ela? A invenção de um pronome não-binário. In. Barbosa Filho, Fábio; Othero, Gabriel (orgs.), *Linguagem "neutra": língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022, p. 119-139.

CAVALCANTE, S.; COAN, M. O vocábulo presidenta sob análise em cinco dimensões correlatas: diacrônica, interlinguística, normativa, morfológica e sociopolítica. *Signótica*, v. 30, n. 2, p. 182-203, 2018.

CURZAN, A. *Fixing English: prescriptivism and language history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

GALINDO, C. W. *Latim em pó: um passeio pela formação do nosso português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

GOMES DE JESUS, J. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Goiânia: Ser-tão Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade/UFG, 2012.

GOMES, R. M. S. Afinal, qual a diferença entre linguagem neutra e linguagem inclusiva de gênero? *Revista Roseta*, v. 5, n. 2, 2022b. Disponível em <https://www.roseta.org.br/2022/09/14/afinal-qual-a-diferenca-entre-linguagem-neutra-e-linguagem-inclusiva-de-genero/>. Acesso em 13/07/2023.

GOMES, R. M. S. *Por uma linguística (mais) popular: a construção do gênero neutro como dissidência linguística*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, 2022a.

GRAFF, A.; KOROLCZUK, E. *Anti-gender politics in the populist moment*. Londres: Routledge, 2022.

GYGAX, P.; SATO, S.; OTTL, A.; GABRIEL, U. The masculine form in grammatically gendered languages and its multiple interpretations: a challenge for our cognitive system. *Language Sciences*, v. 83, 101328.

- KALINOWSKI, S. Lenguaje inclusivo en usuarios de Twitter en Argentina: un estudio de corpus. *Cuarenta Naipes*, v. 2, n. 3, p. 233-259, 2020.
- KOYAMA, E. The transfeminist manifesto. In: Dicker, Rory; Piepmeier, Alison (eds.), *Catching a wave: redefining feminism for the 21st century*. Boston: Northeastern University Press, 2003. p. 244-261.
- LOURO, G. L.. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, 2004. p. 542-553.
- MADER, G. Masculino genérico e sexismo gramatical. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Santa Catarina, 2015.
- MADER, G.; MOURA, H. O masculino genérico sob uma perspectiva cognitivo-funcionalista. *Revista do GELNE*, v. 17, n. 1/2, p. 33-54, 2016.
- MADER, G.; SEVERO, C. Sexismo e políticas linguísticas de gênero. In: Freitag, Raquel; Severo, Cristiane; Gorski, Edair (orgs.), *Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016, p. 245-260.
- MOITA LOPES, L. P. “Falta homem até para homem”: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: Heberle, Viviane; Ostermann, Ana Cristina; Figueiredo, Debora (orgs.), *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: EdUFSC, 2006, p. 131-157.
- MOITA LOPES, L. P. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- MOITA LOPES, L. P. Queering literacy teaching: analyzing gay-themed discourses in a fifth-grade class in Brazil. *Language, Identity and Education*, v. 5, n. 1, 2003.
- MOITA LOPES, L. P.; GONZALEZ, C.; MELO, G.; GUIMARÃES, Thayse. *Estudos queer em Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2022.
- NASCIMENTO, L. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- OLIVEIRA, S. G. A linguagem neutra e o ensino de língua portuguesa em sala de aula. In: Barbosa Filho, Fábio; Othero,

Gabriel (orgs.), *Linguagem “neutra”*: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022, p. 177-195.

OSTERMANN, A. C. A ordem interacional: A organização do fechamento de interações entre profissionais e clientes em instituições de combate à violência contra a mulher. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 46, p. 39-54, 2002.

OSTERMANN, A. C. Communities of practice at work: Gender, facework and the power of habitus at an all-female police station and a feminist crisis intervention center in Brazil. *Discourse and Society*, v. 14, n. 4, p. 473-505, 2003.

OSTERMANN, A. C. Comunidades de prática: gênero, trabalho e face. In: Heberle, Viviane; Ostermann, Ana Cristina; Figueiredo, Debora (orgs.), *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: EdUFSC, 2006, p. 15-47.

OSTERMANN, A. C.; MOITA LOPES, Luiz Paulo. Language and gender research in Brazil: An overview. In: Ehrlich, Susan; Meyerhoff, Miriam; Holmes, Janet (eds.), *The Handbook of Language, Gender and Sexuality*, 2a edição. Londres: Wiley Blackwell, 2014, p. 412-430.

PAUWELS, A. *Women changing language*. Londres: Addison Wesley, 1998.

PINTO, J. P.; BADAN, S. Feminismo e as identidades no cerne dos princípios de pesquisa. *Calidoscópico*, n. 10, n. 2, p. 133-139, 2012.

RIBEIRO, D. *Utopia Selvagem*. São Paulo: Global, 2014 [1982].

RIO GRANDE DO SUL. *Manual para o uso não sexista da linguagem*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Políticas para Mulheres, 2014.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 1, p. 1-23, 2020.

SUMERAU, J. E.; MATHERS, L. A. B. *America through transgender eyes*. Nova York: Rowman & Littlefield, 2019.

VALLADA, A. D.; PINTO, J. P. Cinco décadas de linguística feminista: índices de consolidação do campo. *Revista de Estudos Feministas*, v. 29, n. 1, e64988, 2021.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, 2015.

YAGUELLO, M. *Les mots et les femmes*. Paris: Payot, 1978.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista de Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, p. 1-12, 2020.

PERFIS DOS COLABORADORES

Ceres Carneiro é Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora adjunta do Setor de Linguística, vinculado ao Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando também no Programa de Pós-graduação em Letras. Coordena um projeto voltado para formação docente (PRODOCÊNCIA) e outro para extensão universitária, ambos no âmbito dos estudos do discurso. Desenvolve pesquisa relacionando a Análise de Discurso de base materialista ao Feminino e à Mídia. Integra o grupo de Pesquisa (CNPq) MiDi – Mídia e(m) Discurso.

Eveline Coelho Cardoso é doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2018), com mestrado na mesma instituição (2011). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Filologia da UERJ e é membro do Grupo de Pesquisa em Semiologia: Leitura, Fruição e Ensino (GPS-LeiFEn/UFF), certificado pelo CNPq.

Fábio Ramos Barbosa Filho é Mestre e Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, onde também realizou Pós-Doutorado entre 2016 e 2018. Desde 2019, é Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Letras, onde também orienta pesquisas de mestrado e doutorado. É líder do DARQ - Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo (UFRGS/CNPq).

Janáina Cardoso, DipRSA (*Royal Society of Arts* – Universidade de Cambridge); Mestre em Língua Inglesa e Doutora em Estudos Linguísticos pela UFF; Professora associada e Diretora do Instituto de Letras da UERJ; Procientista da UERJ e bolsista CNPq; Presidente da APLIERJ – Associação de Professores de Língua Inglesa do Estado do Rio de Janeiro; líder do grupo de pesquisa CNPq: EAL - Ensino e aprendizagem de línguas; coordenadora do Projeto CEALD - Colaboração, Estratégias de Aprendizagem e Letramento Digital e participante do GT da ANPOLL: Formação de educadores na linguística aplicada.

Iran Ferreira de Melo é professor de Língua Portuguesa e Linguística e doutor em Letras pela USP. Desenvolve atividades acadêmicas sob os paradigmas dos estudos de interface entre gênero, sexualidade e linguagem, dos estudos críticos do discurso e da linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa como idioma materno. Atualmente, é professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Laís Virginia Alves Medeiros é bacharela em Letras - Francês (UFRGS), licenciada em Letras - Português (Centro Universitário Claretiano), mestra em Letras - Estudos da Linguagem (UFRGS) e doutora em Linguística (Unicamp). Integrante do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso e do grupo de trabalho Alhures - Análise de Discurso, Linguagem, História, Urbano e Resistência. Suas pesquisas articulam a Análise do Discurso de linha materialista aos feminismos e estudos de gênero. Atualmente é bolsista do Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado (PPPD) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Mara Glozman es Magíster en Análisis del Discurso y Doctora en Letras por la Universidad de Buenos Aires, con estancia de formación en la Universidad Estadual de Campinas. Es investigadora del CONICET (Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina) y profesora de Lingüística de la

Universidad Nacional de Hurlingham, donde dirige el GIDeL – Grupo de Investigación y Desarrollo en Lingüística. Participa del GAL – Grupo Archivos de Lingua, con sede en la Universidad Federal Fluminense, y de diversas instancias de intercambio y producción conjunta con colegas de Brasil.

Marcelo Moraes Caetano é doutor em Letras pela UERJ e pós-doutorando em antropologia pela Universidade de Copenhague, Dinamarca. Escritor, pesquisador, psicanalista com mais de 50 obras publicadas, professor adjunto de língua portuguesa e filologia da UERJ. Tradutor de inglês, francês, alemão, espanhol e italiano e estudioso das filologias grega, latina e chinesa. Membro do *International PEN Club* Rio-Londres, da *Société Académique des Arts, Sciences et Lettres de Paris* e da Academia Brasileira de Filologia.

Melk Andrade Costa é mestrando em Estudos da Linguagem pela UFRPE, especialista em Tutoria em EaD pela FESL e licenciado em Letras – Português e Inglês pela UFAPE. É membro do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuCuir) e do Núcleo de Pesquisa em Discurso e Ensino (Nupede). Atua nos Estudos do Discurso, Representações de Gênero e nas Linguagens e Tecnologias.

Michelle Gomes Alonso Dominguez é Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde atua no ensino, na pesquisa e na extensão, dedicando-se à interface língua-texto-discurso, a partir de pressupostos da Análise do Discurso. É pesquisadora do Projeto DIGITHUM (UAb/CLUNL), do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD-Rio), do Laboratório de Estudos em Gramática & Discurso (LabGraDis/UERJ/Faperj), coordenadora do Observatório de Discursos da Contemporaneidade e mãe da Zoé.

Naira Velozo é Doutora em Letras Vernáculas, área de concentração em Língua Portuguesa, pela UFRJ, e Mestre em Letras, área de concentração em Linguística, pela UERJ. É

Professora Associada do Departamento de Estudos da Linguagem e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. É bolsista Procientista (UERJ), uma das líderes do Núcleo de Estudos em Língua(gem) em Uso e Cognição – NELUC (CNPq/UERJ) e integrante do GT Linguística e Cognição da ANPOLL. Desenvolve pesquisas em Linguística Cognitiva.

Renê Forster é professor do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), integrante do Grupo de Pesquisa em Processamento e Aquisição da Linguagem (GPPAL-PUC-Rio) e bolsista do Programa Prodocência UERJ. É doutor em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, tendo realizado estágio pós-doutoral na mesma instituição.

Rodrigo Borba é professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde está lotado no Departamento de Letras Anglo-Germânicas e no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Foi pesquisador visitante no King's College London, Universidade de Birmingham e Universidade de Oxford. Suas pesquisas investigam as relações entre linguagem, gênero e sexualidade em diversos contextos aplicados. Tem dezenas de publicações nacionais e internacionais. É co-editor chefe do periódico *Gender & Language*.

Thaís de Araujo da Costa é Procientista (UERJ/Faperj) e professora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-doutorado em História das Ideias Linguísticas pela UFF e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É coordenadora do Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing/UERJ/Faperj) e uma das coordenadoras do Laboratório de Estudos em Gramática & Discurso (LabGraDis/UERJ/Faperj). Realiza pesquisa em História das Ideias Linguísticas na sua relação com a Análise de Discurso materialista.

Se a língua não é neutra, então vamos usá-la para banir o preconceito e promover a inclusão, que é exatamente o objetivo deste livro, ou seja, refletir sobre silenciamento de corpos, sobre a distinção entre língua e discurso e pensar em políticas de língua e na língua, para torná-la mais inclusiva.

Janaína Cardoso (UERJ)

